



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



**Anais do I Congresso Pan
Amazônico de Turismo, Lazer e
Patrimônio**

11 e 12 de Novembro de 2021

1ª EDIÇÃO - 2021

 **CONGRESSE.ME**

ANAIS

ISBN: 978-65-81152-24-6

**Anais do I Congresso Pan
Amazônico de Turismo, Lazer e
Patrimônio**



1ª EDIÇÃO - 2021

 **CONGRESSE.ME**

C76096 1º Congresso Pan-Amazônico de turismo, lazer e patrimônio [1 : 2001 :
: Macaé : RJ]

Anais : 1º Congresso Pan-Amazônico de turismo, lazer e patrimônio,
de 11 a 12 de novembro de 2021 / - Suely Rodrigues Alves et al (orga-
nizadores)... –Macaé RJ : CONGRESSE –ME, 2021.

230 p.

Disponível online <https://eventos.congresse.me/conpanamazon>
ISBN: 978-65-81152-24-6

1 Turismo – Brasil – Congressos 2. Políticas de Turismo e Lazer - Pan
Amazônia 3. Políticas de Patrimônio - Pan Amazônia I. Pan Amazonian
Congress on Tourism, Leisure and Heritage I I. Título

CDD 918
CDU 380.8 (81)



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª. Drª. Mirleide Chaar Bahia - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Maria Goretti da Costa Tavares - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo Universidade Federal do Pará (Brasil)
Suely Rodrigues Alves (Brasil)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Alexander Zúñiga Collazos - Universidad de San Buenaventura Cali (Colombia)
Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (Brasil)
Prof. Dr. Cálidon Costa da Conceição - Consultor em Turismo - CEO APRI Consultoria (Brasil)
Profª. Drª. Fátima Moreira - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Glaubécia Teixeira da Silva - Universidade do Estado do Amazonas (Brasil)
Prof. Dr. Gustavo Maneschy Montenegro - Universidade Federal do Amapá (Brasil)
Profª. Drª. Jessica Lalanguí Ramirez - Universidade Metropolitana (Equador)
Profª. Drª Karla Cristina Damasceno de Oliveira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (Brasil)
Profª. Drª Khellen Cristina Pires Correia Soares - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (Brasil)
Profª. Drª. Linda Maria Rodrigues - Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
Profª. Drª. Lucília da Silva Matos - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Maria Augusta Freitas Costa - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª Maria da Conceição Salazar Cano - Pesquisadora autônoma (Brasil)
Profª. Drª. Maria Goretti da Costa Tavares - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Marysol Castillo-Palacio - Pontificia Universidad Javeriana Cali (Colômbia)
Profª. Drª. Mirleide Chaar Bahia - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Monica de Nazaré Ferreira de Araújo - Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
Profª. Drª. Rosane Balsan - Universidade Federal do Tocantins (Brasil)
Prof. Dr. Saulo Ribeiro dos Santos - Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Susy Rodrigues Simonetti - Universidade do Estado do Amazonas (Brasil)
Profª. Drª. Vânia Lúcia Quadros Nascimento - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Profª. Drª. Valéria Maria Pereira Alves Picanço - Universidade Federal do Tocantins (Brasil)



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



COMISSÃO DE APOIO

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Elcivania de Oliveira Barreto - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Fernando Campelo Pãozinho - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Flavio Henrique Souza Lobato - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Joise Simas de Souza Maurício - Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
Jonathan Rodrigues Nunes - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Josiani Nascimento da Silva - Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
Juliana Azevedo Hamoy - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Kassia Suelen da Silva Farias - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Larissa Maria de Almeida Guimarães - Universidade Federal do Amazonas (Brasil)
Natascha Penna dos Santos - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Pablo Vitor Vianah Pereira - Universidade Federal do Pará (Brasil)
Stephanni Gabriella Silva Sudré - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Thiliane Regina Barbosa Meguis - Universidade Federal do Pará (Brasil)

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

CONGRESSE.ME

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



APRESENTAÇÃO

A proposição do evento se justifica pela necessidade de debater e aprofundar questões referentes ao Turismo e Patrimônio na atualidade, uma vez que é crescente a demanda de estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas de conhecimento pelo desenvolvimento de projetos e ações voltados para o lazer em nossa realidade.

É um fato social e político da atualidade mundial a necessidade de atenção e preocupação da academia e da ciência, em provocar e propor o debate sobre as escolhas e modos de organização do Turismo e Patrimônio de pessoas e comunidades e suas relações com a cultura (local e global), o mercado capitalista globalizado, a geração de renda e lucro, a indústria cultural, os processos formativos e educacionais que se estabelecem por meio de práticas hegemônicas e contra hegemônicas na contemporaneidade. Na complexidade destas relações evidenciam-se as desigualdades sociais e econômicas, a diversidade e a pluralidade cultural que demarcam as exclusões, a marginalização, mas também as práticas de resistências e empoderamentos que podem ser produtivas e inspiradoras.

Assim, este evento se propõe a conhecer, estudar e valorizar estas práticas de Turismo, e Patrimônio relacionadas e dar-lhes visibilidade e análise crítica perante a ótica acadêmico-científica comprometida com a construção de um mundo melhor e mais viável para todos. Esses princípios permitem a inclusão de temas que atravessam as vivências de lazer, ócio e recreação, como os marcadores sociais de classe, gênero, raça, religião, dentre outros.

Além disso, a realização de eventos dessa natureza é fundamental para a construção e difusão do conhecimento entre os países da Pan Amazônia, contribuindo para afirmar o Turismo, Lazer, Patrimônio e Políticas Públicas relacionadas, como um campo de estudos profícuo para a compreensão da dinâmica de diferentes sociedades.

O evento é organizado e executado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

ORGANIZADORES CONPANAMAZON



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA - DIA 11 DE NOVEMBRO

POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA MIGUEL KELLETT.....10

TURISMO E PATRIMÔNIO: AS VIAGENS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DE HELOISA ALBERTO TORRES NO MARAJÓ E OS POSSÍVEIS ELEMENTOS DO TURISMO EM SUA NARRATIVA.....15

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A FESTA DE SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA NO ESTADO DO PARÁ.....20

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM PEDRO AFONSO-TO: UMA PROPOSTA PARA UM ROTEIRO GEOTURÍSTICO.....24

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE.....29

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ: PATRIMÔNIOS E DISCURSO EXPOGRÁFICO.....34

POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA, PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO ARRAIAL DO PAVULAGEM EM BELÉM/PA.....39

PAC 2 CIDADES HISTÓRICAS E O PLANO DE AÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO CARMO EM BELÉM/PA – UMA POLÍTICA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR?.....45

POLÍTICA DE GEOCONSERVAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO GEOLÓGICO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA REALIDADE POSSÍVEL?.....50

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS: UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NO BAIRRO DA CAMPINA – BELÉM – PA.....56

GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA - DIA 12 DE NOVEMBRO

POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CARNAVAL AMAZÔNICO BELENENSE.....62

O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO TURÍSTICA: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DOS MUSEUS PÚBLICOS DA CIDADE DE MAPUTO.....68

AS VARANDAS DE NAZARÉ E A VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO PATRIMÔNIO A PARTIR DO CÍRIO.....75



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



A CONSTRUÇÃO DOS MARCOS TEMPORAIS E ESPACIAS DE MEMÓRIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME: AS MEMÓRIAS DA FEIRA, DAS RUAS, DAS LUTAS SOCIAIS E PRÁTICAS COTIDIANAS DE SEUS MORADORES.....	80
ESTRATÉGIAS DE USO E APROPRIAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS: ESTUDO SOBRE O PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA.....	85
PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO: REFUNCIONALIZAÇÃO E MUSEUS.....	90
PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM-PARÁ.....	95
O ESPAÇO URBANO E USOS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS EM CURUÇÁ-PA.....	100
O DISCURSO DA IMAGEM DE CIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO URBANO.....	106
A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM PORTO NACIONAL-TO, 2014-2020.....	111
GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA - DIA 11 DE NOVEMBRO	
POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ATIVIDADE POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS.....	117
PARA ALÉM DA PORTEIRA: RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO PELAS ELITES AGRÁRIAS DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ).....	121
LEGISLAÇÃO ESTADUAL PARA OS POVOS QUILOMBOLAS DO TOCANTINS E AS PERSPECTIVAS DO TURISMO.....	126
MEDIAÇÕES DA ARTE PELA OBRA MUSICAL DO MAESTRO WALDEMAR HENRIQUE E AS EXPERIÊNCIAS ENTRE TURISMO E LAZER.....	133
A ARQUITETURA DOS ALOJAMENTOS FLORESTA NO AMAZONAS E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE REGIONAL AMAZÔNICA.....	138
O VERANEIO ARAGUAIANO: UMA ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS DA PRAIA DAS GAIVOTAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA.....	144
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DO PARÁ.....	149
SOCIABILIDADE E MEMÓRIA EM TORNO DAS BRINCADEIRAS DE RUA EM BELÉM-PA.....	154



1º CONGRESSO PAN-AMAZÔNICO DE TURISMO, LAZER E PATRIMÔNIO

BELEM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

11 E 12
NOV



OS IMPACTOS DA COVID-19 NO NÚMERO DE EMPREGOS E DESEMPREGOS EM 2020: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE BELÉM E CAMPOS DO MARAJÓ.....	159
A COMPREENSÃO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS QUANTO AO TURISMO E LAZER: UM ESTUDO ACERCA DA COMUNIDADE DO ENTORNO DO PARQUE AMBIENTAL DO UTINGA.....	164
DETERMINANTES DA DEMANDA TURÍSTICA INTERNACIONAL PARA O BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL.....	168
GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA - DIA 12 DE NOVEMBRO	
DARK TOURISM: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MÓRBIDO NA CIDADE DE MANAUS.....	174
MERCADO DO VER O PESO: UM CAMPO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS SEGUNDO PIERRE BOURDIEU..	179
RESPEITO NÃO TEM COR, TEM CONSCIÊNCIA - A SEMANA DA CULTURA AFROBRASILEIRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA.....	184
O CEMITÉRIO PÚBLICO NOSSA SENHORA APARECIDA - MANAUS/AM, A PANDEMIA DA COVID-19 E O NOVO POTENCIAL TURÍSTICO.....	189
PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASIL (2018-2022) SOB UM OLHAR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA.....	194
ESPAÇO E PATRIMÔNIO NATURAL: RELAÇÕES COM O TURISMO E LAZER NA ORLA DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: ESTUDO DE CASO DO MANGAL DAS GARÇAS.....	199
EXPERIÊNCIAS DE TURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	204
CCC - CHIQUITA, CÍRIO E COVID: DEVOÇÃO, LAZER E ECONOMIA POPULAR EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	209
CHIRRADA, PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA E LAZER - DO ESPIAR AO ABICORAR - COM AS CRIANÇAS NO CONTEXTO MARAJOARA.....	214
NATUREZA NA CIDADE - BOSQUE RODRIGUES ALVES, BELÉM/PA.....	219
PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU - PARÁ.....	224
AGRADECIMENTOS.....	230



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



Grupo de trabalho 1 – Políticas de Patrimônio na Pan Amazônia

Dia 11 de novembro de 2021 – 14h00 às 16h00

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Goretti da Costa Tavares – Universidade Federal do Pará (Brasil)

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA MIGUEL KELLETT

Elias Mota Vasconcelos¹

RESUMO: Este trabalho versa sobre a experiência de um projeto de extensão desenvolvido desde 2018 na escola municipal de ensino fundamental Frei Miguel Kellett em Santarém-PA, intitulado Educação Patrimonial no Centro Histórico de Santarém. Tem por objetivo difundir e realizar a Educação Patrimonial para os alunos do ensino fundamental (quinto ao nono ano) da referida escola, através de palestras sobre Educação Patrimonial. Outros recursos metodológicos são: apresentação de slides em power point, vídeos e aplicação de questionários com perguntas abertas no final de cada encontro. Ao final de cada semestre são selecionados os alunos que responderam as questões do questionário com melhor propriedade para a realização de um *city tour* por alguns dos mais significativos pontos turísticos de Santarém no ônibus do IFPA com acompanhamento de professores ou técnicos da escola, o professor-coordenador do projeto e duas alunas voluntárias do curso subsequente em Guia de Turismo do IFPA. O último ponto turístico a ser visitado é o Centro Cultural João Fona, onde funciona um museu, salas para exposições permanentes e temporárias, espaço para comercialização de artesanato local, entre outros.

Palavras-chave: Escola Miguel Kellett. Educação. Educação Patrimonial.

INTRODUÇÃO

O Projeto Educação Patrimonial no Centro Histórico de Santarém nasceu da preocupação com a preservação e conservação dos bens patrimoniais localizados nessa área da cidade, haja vista a pouca divulgação, sensibilização e conhecimento que os próprios moradores possuem sobre a história e sua importância para a formação cidadã.

Os alunos do ensino fundamental da escola pública do entorno do IFPA, são o público alvo porque entende-se que ainda estão na formação de sua consciência crítica e, dessa forma, mais abertos ao diálogo acerca da proposta da Educação Patrimonial.

Assim, após a conclusão do mestrado no ano de 2015, pensou-se em colocar em prática algumas ideias surgidas durante o processo de sua concepção. Uma delas, seria desenvolver um projeto de extensão sobre Educação Patrimonial voltado para alunos do ensino fundamental das

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA Campus Santarém. Mestre em Turismo CET/UnB, e-mail: eliasturismo@yahoo.com.br.

escolas que ficassem no entorno do IFPA Campus Santarém. Após uma breve pesquisa, constatou-se que a escola municipal de ensino fundamental Frei Miguel Kellett era a mais próxima do Campus e com o perfil desejado.

Realizado o primeiro contato com a direção da escola e pedagogas, onde foi demonstrado de que se tratava o projeto, as ideias, a execução e fases, o projeto teve a adesão.

Dessa forma, no dia 22 de maio de 2018, iniciou-se as palestras sobre Educação Patrimonial e Turismo, sendo uma pela manhã com os alunos da turma 501, com participação de 17 alunos e outra à tarde com a turma 902, com participação de 24 alunos.

Turma 501 com o professor Elias Mota e a aluna voluntária do curso de Guia de Turismo IFPA 2018/1 Keliane Silva (a direita na ponta com o uniforme do IFPA)



Fonte: Elias Mota

Alunos da Turma 902 respondendo o questionário



Fonte: Elias Mota

O Projeto nos anos de 2018 e 2019 contemplou as seguintes turmas e respectivos número de alunos: 501 (17a), 502 (20a), 601 (26a), 602 (21a), 603 (31a), 703 (21a), 801 (30a) e 902 (24a), totalizando 190 alunos.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A perspectiva de educação proposta por este estudo é a crítico-progressista, em consonância com os estudos de Paulo Freire. Para o referido autor, uma prática educativa-crítica ou progressista, parte do pressuposto de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011, p. 24).

Para Freire (2011, p. 25), não há docência sem discência, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”. Nesse processo de interação entre docência e discência, ambos interagem na construção do conhecimento. Esse autor afirma ainda, que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa” (FREIRE, 2011).

Na concepção educacional de Freire, o processo se faz entre o que ele chama de educador e educando. Para ele, o processo educativo não se realiza sem essa junção. Freire sustenta que “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética” (FREIRE, 2011, p. 26).

A Educação Patrimonial tem seu marco inicial no Brasil no ano 1983, no Museu Imperial, Petrópolis-RJ, através de um Seminário que tratou de sua utilização, naquele momento, em museus e monumentos, tendo inspiração no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra, sob a designação Heritage Education (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Ela é um processo contínuo de conhecimento baseado na preservação, conservação, conscientização e sensibilização do Patrimônio Cultural (material e imaterial). Trata-se de um meio que pode ser trabalhado, tanto para crianças, jovens, adultos e idosos, constituindo-se, dessa forma, num processo multidisciplinar e aberto a todos os públicos, devendo ser adaptada à realidade de cada comunidade onde for desenvolvida. Aliás, a comunidade é peça fundamental, pois é ela que elege o que deve ser considerado como seu Patrimônio. Dias e Soares (2007, p. 69) colaboram para o debate ao afirmarem que “antes de qualquer coisa é preciso possibilitar ao educando que

perceba sua condição na sociedade e que escolha o que deve ser eleito como patrimônio”. Os mesmos autores inferem ainda que “é preciso uma educação que dê autonomia, uma educação libertadora [...], uma educação que permita aos educandos elegerem seus patrimônios de acordo a representatividade dos mesmos em suas realidades” (DIAS e SOARES, 2007, p. 72-73).

Já Florêncio (2012, p. 29), utilizando-se de uma premissa Freireana, destaca em seu artigo, *Educação Patrimonial: um processo de mediação*, que a “Educação Patrimonial pode ser uma importante ferramenta na afirmação de identidades e para que as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores”.

Para Scifoni (2012) a Educação Patrimonial pode ser compreendida como um campo ampliado de atuação, não se limitando à visitação a museus ou Bens Patrimoniais, mas diversificando ações educativas onde a participação da população local é primordial.

Logo, palestras, oficinas, visitas guiadas, informações acerca da história da cidade, bem como informações básicas sobre turismo podem ser meios para uma educação voltada aos bens patrimoniais.

RESULTADOS

O projeto de Educação Patrimonial no Centro Histórico de Santarém desenvolvido na escola municipal Miguel Kellett, alcançou seus objetivos ao levar informações e a prática da Educação Patrimonial para 190 alunos do quinto ao nono ano.

Foram realizados dois *city tour* com os alunos que mais se destacaram nas respostas do questionário e, durante o passeio guiado, os alunos demonstraram grande interesse pela história, cultura e particularidades dos pontos turísticos visitados, principalmente no Centro Cultural João Fona, onde a visita tem acompanhamento de monitores-estagiários e funcionário do órgão.

Conforme a diretora da escola, os alunos participantes do projeto demonstraram mudança de comportamento em relação a temática da Educação Patrimonial e isso ficou evidente no cuidado/zelo com a escola e equipamentos, haja vista a mesma ser um patrimônio de todos.

Outro ponto positivo que merece ser destacado é que muitos alunos nunca haviam realizado um *city tour*, a maioria nunca havia entrado no Centro Cultural João Fona.

Infelizmente, nos anos de 2020 e primeiro semestre de 2021, o projeto ficou parado por conta da pandemia de covid-19 e só a partir de outubro de 2021 começarão os estudos para saber como serão as atividades desenvolvidas com o retorno das aulas presenciais.

De 2020 a 2021 o coordenador do projeto participou de eventos virtuais e cursos referentes ao universo do projeto.

REFERÊNCIAS

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luis Ramos. **Educação Patrimonial e educação popular: um viés possível.** In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio (Orgs.). Educação patrimonial: teoria e prática. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação.** In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Cultural e Imaterial: para saber mais.** 3 ed. Brasília: IPHAN, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília:** IPHAN; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

SCIFONI, Simone. **Educação Patrimonial Cultural: reflexões sobre o tema.** In: Educação Patrimonial: reflexões e práticas. TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.) João Pessoa: IPHAN, 2012.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

TURISMO E PATRIMÔNIO: AS VIAGENS DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DE HELOISA ALBERTO TORRES NO MARAJÓ E OS POSSÍVEIS ELEMENTOS DO TURISMO EM SUA NARRATIVA

Diana Priscila Sá Alberto ¹
Agenor Sarraf Pacheco²

INTRODUÇÃO

A viagem de campo é um dos principais elementos de um pesquisador das áreas das Ciências Humanas, em destaque a Antropologia. No Turismo a viagem é o motivador principal desse fenômeno social, cultural e econômico. A investigação sobre as expedições científicas podem trazer reflexões importantes para a atividade turística. A História das Ciências e a participação de mulheres cientistas tem sido elementos importantes no estudo do fenômeno turístico. A antropóloga Heloisa Alberto Torres (1895-1977) foi a primeira mulher a ser aprovada em um concurso para professor (1925) e a dirigir (1955) o Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ, segundo Domingues (2010), Miglievich-Ribeiro (2015).

Os relatos de viagens têm tido grandes repercussões quando se usa esses dados como fontes ao pensar a composição de um contexto social e histórico de uma sociedade, dando destaque para a História das Ciências (MARCONDES, 2016; CONDÉ, 2017; ORESKES, 2019). Com relação à Amazônia, esses relatos têm sido fontes fundamentais em desvendar o que era e como era vista essa região, que há muito tempo (do século XVI ao XX) chama a atenção dos (das) viajantes, segundo McCormack (2017), Pratt (1999), Zimmerer (2006). Assim, os relatos de viagem podem possibilitar problematizações entre a História e o Turismo, como será exposto nesse resumo.

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Turismo da UFPA, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Paisagens Híbridas ECA/UFRJ. E-mail: profadianaalberto@gmail.com

² Professor Doutor da Faculdade de História da UFPA, Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia e Coordenador do Grupo de Pesquisa de Estudos Culturais da Amazônia – GECA, e-mail: sarrafagenor@gmail.com

O trabalho procura entender como as viagens científicas, por meio da História das Ciências, tem o auxílio da História trazendo as documentações e as fontes históricas, e por fim o Turismo como fenômeno social acarretaram possibilidades para a problematização deste artigo: como pensar o estudo das viagens científicas arqueológicas de Heloísa Alberto Torres no Marajó como elementos que podem integrar o estudo da História das Ciências, do Turismo e do Patrimônio?

A proposta desse artigo é apresentar como as viagens de Heloísa Alberto Torres podem apontar um possível diálogo com o fenômeno do Turismo. As fontes históricas que se tem para este trabalho subsidiaram discussões sobre as primeiras pesquisas arqueológicas feitas no Marajó na década de 1930, por Heloísa, e como nos seus relatos são encontrados elementos que abrem possibilidades de se rediscutir políticas públicas de patrimônio arqueológico na região. E como a História e a História das Ciências podem auxiliar na apresentação de fontes sobre essas viagens científicas e suas relações com a atividade turística.

Este trabalho provém de uma pesquisa em curso e justifica-se o artigo para auxiliar na análise, na construção e na produção da tese de doutoramento em andamento³. Esta trata da investigação sobre a história da participação de duas mulheres cientistas na edificação da História das Ciências na Amazônia e, que realizaram pesquisas na região no começo do século XX. A análise das fontes sobre Heloísa A. Torres tem demonstrado como essas viagens feitas podem ser novas perspectivas de estudo para o estudo do Patrimônio e do Turismo, tendo como base teórica as disciplinas da História e da História das Ciências.

Com relação aos procedimentos metodológicos estes têm como base a pesquisa bibliográfica pautadas na História, na História das Ciências e no Turismo. O campo de estudo são as fontes (PINSKY, 2008), em que surgem as narrativas e a apresentação de informações sobre a viagem de Heloísa Alberto Torres quando esta realizou sua primeira expedição de campo ao Marajó. Essa documentação contém artigos de jornais onde estão as reportagens e os textos que ela escreveu sobre a excursão científica. Além das pesquisas já realizadas pela Prof.^a Dr.^a Adélia Miglievich-Ribeiro (2015).

É evidente que as investigações acerca do estudo do Patrimônio evoluíram desde a década de 1930 quando Heloísa A. Torres fez sua primeira pesquisa de campo antropológica. É significativo destacar os estudos como os de Betty Meggers realizados anteriormente, mas publicados em 1950, em que ela e Clifford Evans escreveram: “*Uma interpretação das culturas*

³ Tese de doutoramento “*Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres: Gênero e Ciência na Amazônia do século XX*” que iniciou em 2018 está em andamento pelo PPHIST/IFCH/UFPA.

da Ilha de Marajó” (1954) onde estes antropólogos criaram uma primeira definição das fases das populações marajoaras. Depois de Denise Pahl Schaan a partir da década de 1990, em seu artigo “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições” (2007) sendo referência significativa sobre o tema e que continuaram a ampliar as análises acerca dessas populações sobre a produção cerâmica e as fases desses grupos sociais.

Também se tem o livro de Anna Linhares sobre a utilização dos artefatos marajoaras como símbolos de ressignificação da cultura amazônica do território do Marajó, no livro: “Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira” (2017) traz uma pesquisa importante dessa autora sobre os artefatos marajoaras e, identifica como essa perspectiva da cerâmica da região a tempo atrai pesquisadores. São a partir dessas análises que se tem aspectos acerca da diversidade arqueológica que possibilitaram hoje políticas de patrimônio na região do arquipélago marajoara. Ao avaliar essas leituras sugerem-se esses dados como fatores que motivaram as viagens de Heloísa A. Torres levando-a ao topo de sua carreira como antropóloga do Museu Nacional do RJ.

D. Heloísa, como ficou mais conhecida no MN foi uma mulher que preparou as bases para a antropologia brasileira. Seus trabalhos realizados em campo como no Marajó, por exemplo, foram importantes passos para a concretização da disciplina, e mais ainda para lançá-la como pesquisadora, e assim ganhar notoriedade nas redes científicas. Mesmo sendo uma única viagem, as fontes de jornais demonstram a importância dessa atividade. Os documentos revelam sua estada. Os jornais destacam a pesquisa e expõem artigos sobre as populações ameríndias.

A relação do Turismo com a história da antropóloga Heloísa A. Torres pode ser verificada quando esta, em algumas cartas fala sobre sua viagem, ao descrever o que ela encontrou em sua expedição. Que vai além do conhecimento científico da qual a motivara a ir ao Marajó. Mas, de certa maneira, a busca por algo incógnito científico. Segundo Trigo (2013) e Panosso Netto (2005) essa busca pelo desconhecido pode ser uma conexão com o íntimo do ser humano, ou seja, a busca por novas experiências. E de certa forma, influenciar outras pessoas, como fizeram elas ao tornarem-se mulheres da ciência.

Heloísa Alberto Torres publicou da sua viagem de campo, quando analisou a cerâmica no Marajó o livro “Arte Indígena da Amazônia”, em 1940. Esse livro foi uma das suas principais produções impressas. E esta obra delineou a pesquisa de campo que levou Heloísa Torres a adentrar de fato no campo da Antropologia. Depois desse trabalho suas atividades no Museu

Nacional alcançaram outros patamares, principalmente, o que dizem respeito a sua gestão. Além, de ganhar destaque a sua participação na equipe do Serviço do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional, atual Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN, ao lado de nomes como de Mário de Andrade. Porém, a historiografia deixou Heloísa de fora desses dividendos científicos.

Em cartas enviadas a sua família quando estava em pesquisa de campo, Heloísa descreve o espaço e entra em detalhes, como da hospedagem em que estava. Dos meios de transportes que ela utilizava para se locomover em campo, além da relação com a população local. Nesses itens são possíveis perceber que a escrita da História das Ciências na região amazônica, tendo como protagonista uma cientista, podem levantar hipóteses de que a investigação do fenômeno turístico pode ser realizada por essas fontes.

A História e a História das Ciências têm se mostrado novas possibilidades de abranger como os processos sociais, culturais, econômicos desenvolvem-se na sociedade. Os fatos históricos são importantes para determinar as experiências individuais e coletivas, em que pesem as expressões humanas, segundo Thompson (1998). E o Turismo como fenômeno social, cultural, e econômico tem em outras disciplinas bases para construir sua própria teoria e epistemologia. Pois, a viagem, nesse caso a científica, é o elo entre o ser humano e a Ciência. Na obra de Trigo (2013) nota-se a construção teórica sobre os deslocamentos humanos que surgem a partir do medo que está em torno da busca pelo desconhecido até chegar ao cotidiano das viagens de Turismo.

Como alguns resultados esse resumo expõe que a viagem de Heloísa Alberto Torres para conhecer a arqueologia marajoara não somente rendeu resultados científicos significativos naquele momento. Abriu a importância da participação feminina na construção do conhecimento científico no arquipélago marajoara. Tal acontecimento também evidencia como a História tem auxiliado no estudo acerca da região. Heloísa foi uma das primeiras mulheres brasileiras a realizar uma pesquisa arqueológica dessa envergadura, e ampliou o debate sobre a região. Mesmo que seu nome pouco surja nos estudos acerca do Patrimônio arqueológico na Amazônia. Ela teve papel fundamental nessa configuração do estudo do Patrimônio no Brasil, inclusive sua participação na criação do Serviço do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional, atual Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN fica nas sombras.

Com relação ao Turismo verificou-se que é urgente ampliar disciplinas que possam subsidiar teorias que auxiliem na investigação do fenômeno turístico. Tais disciplinas, de acordo com a tese em andamento podem ser a História, com suas fontes e métodos para garantir

o conhecimento amplo das experiências individuais e coletivas, como são as viagens. Com relação a História das Ciências, as viagens científicas estão intimamente ligadas a construção do conhecimento científico.

Palavras-chave: História. História das Ciências. Turismo. Heloísa Alberto Torres. Patrimônio.

Referências

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. “A ciência tem história”, *Um papel para a história: O problema da historicidade da ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2017, p. 19-30.

DOMINGUES, Maria Heloisa Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, 2010.

LINHARES, Anna M. A. *Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia e História das Ciências – A revolução científica*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó. *Revista do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará*, n. 7, s.p., 1954.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. *Heloisa Alberto Torres e Marina de Vasconcelos – pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

ORESKES, Naomi. “Why trust science? Perspectives from the History and Philosophy of Science”. In: *Why trust science?* Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2019, p. 15-68.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do Turismo – Teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHAAN, Denise P. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIGO, Luiz G. Godoi. *A Viagem – caminho e experiência*. São Paulo: Aleph, 2013.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A FESTA DE SÃO BENEDITO DE BRAGANÇA NO ESTADO DO PARÁ

Alessandra da Silva Lobato¹

INTRODUÇÃO

Bragança é uma das cidades históricas da Amazônia brasileira, que remonta seu processo de colonização ao século XVII com as expedições europeias que tinham como objetivo conhecer o interior da Amazônia e do rio Amazonas. Trata-se de um território que possui especificidades que perpassam pelo seu processo de produção tanto do ponto de vista econômico, social, político, quanto cultural e religioso.

Sendo a expressão religiosa por meio da Festa de São Benedito uma das mais expressivas do estado do Pará como já destacado pelos trabalhos de Silva (1997), Nonato da Silva (2006), Carvalho (2010) entre outros.

Partindo dessa análise o presente trabalho busca investigar a Festa de São Benedito no município de Bragança e sua relação com o turismo na região norte do Brasil. Vale destacar que dentro da festa de São Benedito chama atenção a Marujada de São Benedito, uma expressão religiosa e cultural que se manifesta através da dança em honra à São Benedito. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo analisar como a Festa de São Benedito de Bragança, que é um

¹ Geógrafa, Mestre e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo-GGEOTUR/UFPA. Docente da Rede Estadual de Ensino do Estado do Pará. E-mail-alessandrageo27@gmail.com



patrimônio cultural do lugar, tem se tornado um elemento importante que contribui com o desenvolvimento do turismo na região nordeste do estado do Pará.

O intuito desta pesquisa é contribuir com a discussão sobre patrimônio e turismo no Brasil, partindo de uma análise sobre uma festa/festividade tão representativa na região Norte do Brasil, em especial no estado do Pará, e que consegue reunir cerca de 100 mil² pessoas em uma de suas procissões principais, a que é realizada no dia vinte e seis de dezembro de cada ano.

Para alcançar o objetivo proposto a pesquisa partiu de levantamentos e análises bibliográficas sobre patrimônio, festa, turismo, o processo de formação territorial de Bragança, bem como sobre a Festa e devoção à São Benedito no município paraense, vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica consiste “em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Foram realizados, também, levantamentos documentais e observações in loco, estas observações consistiram em trabalhos de campo realizados nos anos de 2018 e 2019. A Observação em campo é uma técnica importante neste trabalho, Gunther (2006) afirma que o ponto forte da observação é o realismo da situação analisada, que fornece um indicador do nível em que as inquirições estão para, a partir desta análise, se estruturarem posteriormente e complementares entrevistas, haja vista que essa pesquisa faz parte de uma proposta de Tese de Doutorado que está sendo desenvolvida pela autora.

A FESTA DE SÃO BENEDITO ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO REGIONAL

Bragança constituiu-se a partir da miscigenação de povos que já habitavam a região e outros que chegaram para trabalhar e povoar ainda mais aquele lugar, é importante destacar a

² De acordo com dados da Polícia Militar do Estado do Pará.



influência do negro ao longo dos séculos na formação de Bragança para entender a influência e a representatividade de São Benedito na devoção do povo bragantino, mas não somente deles, daqueles, também, que se identificam com o Santo e todos os anos percorrem certas distâncias para se fazerem presentes no período festivo do mesmo.

Foi partindo dessa importância e representação na produção do espaço que ao analisar o trabalho de Carvalho (2010), esta ressalta que a Marujada de Bragança consiste numa manifestação cultural com origem no ano de 1798 segundo os autos de origem da Irmandade de São Benedito. De acordo com esses documentos no dia 03 de setembro de 1798, a pedido de 14 escravos, os senhores permitiram que fosse organizada a Irmandade de Bragança. Como forma de agradecimento, os escravos saíram às ruas de Bragança, dançando em frente as casas de seus senhores, fazendo exhibições coreográficas. Tal fato repetiu-se com novos agradecimentos nos anos posteriores originando assim a Marujada, manifestação ligada a festa de São Benedito. Hoje mais de duzentos anos depois a festa de São Benedito continua a ser praticada ganhando a cada ano mais devotos, a festa é realizada no período de dezembro, período este auge da festa.

A cidade também recebe um número considerável de turistas regionais que vão à cidade em busca de conhecer uma das festas mais expressivas do estado do Pará. Infelizmente por conta da pandemia da covid-19 não houve a celebração da festa no ano de 2020, apenas alguns atos religiosos restritos e no ano de 2021 também está previsto apenas alguns rituais da Festa por conta ainda da pandemia.

Constatou-se ao longo desta pesquisa que a festa/festividade de São Benedito movimentada diretamente a economia do município de Bragança, o fluxo de pessoas no mês de dezembro também se torna bem mais intenso devido a presença de devotos vindos de outros municípios, bem como de turistas vindos de outras regiões do estado do Pará.

Os meios de comunicação, também, contribuem com a divulgação da festa. Percebe-se que a festa tem contribuído de forma significativa com o desenvolvimento do turismo na região, pois nos trabalhos de campo foi possível constatar que a rede hoteleira fica com uma taxa de



ocupação elevada, em alguns hotéis é necessário fazer reserva com algumas semanas de antecedência devido à alta procura nos dias da festa. Bares e restaurantes também são bem procurados por esse fluxo de pessoas que chegam à cidade para conhecer e vivenciar um pouco da Festa em honra a São Benedito que se tornou um patrimônio cultural do lugar.

Em síntese o que se observa é que a Festa de São Benedito além de ser uma das maiores expressões culturais de Bragança, a festa tem contribuído, também, com o desenvolvimento do turismo regional no estado do Pará. Sendo indicada nos planos de turismo municipal e estadual como um elemento indutor do turismo na região.

Palavras-chave: Bragança. Festa. São Benedito. Patrimônio. Turismo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Gisele Maria de Oliveira. **A festa do “Santo Preto”: tradição e percepção da Marujada Bragantina**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 22, Nº 2, maio-agosto, 2006. p. 201-210.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katál. Florianópolis v. 10, 2007. p. 37- 45.

NONATO DA SILVA, Dário B. R. (1977 -) **Os Donos de São Benedito: convenções e rebeldias na luta entre o catolicismo tradicional e devocional na cultura de Bragança, século XX**. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém.

SILVA, D. B. da. **Os tambores da esperança: Um estudo sobre cultura, religião, simbolismo e ritual na festa de São Benedito da cidade de Bragança**. Belém: Falângola Editora, 1997.



GRUPO DE TRABALHO 1 – POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM PEDRO AFONSO-TO: UMA PROPOSTA PARA UM ROTEIRO GEO-TURÍSTICO

Núbia Nogueira do Nascimento ¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma síntese de conclusão de pesquisa de doutorado. Abordou-se três conceituações: patrimônio, memória e paisagem. Foram discutidas o patrimônio por meio das alterações na paisagem, bem como a memória presente por meio dos contos e das histórias locais. A memória se destaca por meio das lembranças dos idosos dos momentos vividos que são repassadas de geração em geração.

A pesquisa visa, num primeiro momento, uma discussão sobre o embasamento teórico do patrimônio, memória e paisagem de Pedro Afonso, bem como à sua conexão com a cidade, que se iniciou com um povoado e posteriormente com o desmembramento do estado do Tocantins do estado de Goiás, o que determinou novas configurações espaciais.

O recorte espacial se deu em analisar a cidade de Pedro Afonso-TO, que vive em transformações constantes em sua paisagem devido a forte influência do agronegócio, o que trouxe várias pessoas de outros estados para residir e trabalhar nas empresas locais.

A metodologia está alicerçada na pesquisa histórica e documental com verificação *in loco* com a observação do patrimônio e as memórias revisitadas por meio das entrevistas por meio da oralidade interpretada pelos cidadãos locais, bem como as observações das paisagens por meio dos imóveis existentes na cidade.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (POSGEA/UnB). Mestra em Geografia (UFT). Bibliotecária documentalista (UFT/Palmas). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Memória/UFT e do Observatório de Políticas Educacionais e Territoriais (OPTE). E-mail: nascimento.nubia@uft.edu.br.

Em virtude da temática ser extensa e exaustiva para este resumo expandido proporemos apenas uma síntese de como foi a pesquisa. Como proposta final de tese será apresentado um mapeamento da área histórica delimitada por meio dos monumentais existentes bem como a classificação de imóveis ou mesmo ponto de memória para proposta de um roteiro geoturístico². Esta será uma devolutiva apresentada para a população pedro-afonsina.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Paisagem. Pedro Afonso-TO.

DISCUSSOES TEÓRICAS

Para Halbwachs (1990), a memória é um processo de reconstrução coletiva, em que as lembranças individuais são um reflexo das lembranças coletivas. Concordando com o autor, as lembranças, mesmo que individuais, serão sempre coletivas, pois não há memória isoladamente, as memórias são construídas em conjunto, seja por membros familiares, amigos próximos, datas marcantes, entre outros. Por isso, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.” (HALBWACHS, 1990, p. 45).

Assim, Pollak (1992) escreve que os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva estão relacionados aos acontecimentos vividos pessoalmente, ou pelo grupo, ou pela coletividade. Além dos acontecimentos marcantes, “a memória é constituída por pessoas, personagens.” (POLLAK, 1992, p. 201). Com isso “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi [...]” (NORA, 1993, p. 15).

Já Roseman (2000, p. 124) afirma que “os depoimentos constituem documentos humanos, muito mais do que históricos [...]”. Nesta amplitude, “a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que [...] a história é o que transforma os documentos em monumentos [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

² O roteiro geo-turístico é uma proposta adotada na cidade de Porto Nacional com objetivo de percorrer o centro histórico e apresentar aos visitantes turistas os pontos de memórias/ pontos históricos da cidade, bem como sua origem e sua história. Para mais detalhes ver a publicação do livro elaborado por Rosane Balsan, disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10686/18393>. Acesso em: 28 set. 2021.

De acordo com Sauer (1998, p. 22) “os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação”. Ou seja, tudo que compõe o espaço, como os monumentos, em específico na área histórica, os casarios, museus, igrejas ou mesmo a praça são objetos que mutuamente mantêm uma inter-relação entre paisagem e a sociedade. A paisagem vista por estes autores está relacionada diretamente à análise morfológica, na qual se consideram apenas os aspectos materiais de cultura. Sob esta ótica, a análise da paisagem cultural perdurou entre as décadas de 1940, 50 e 60 (MELO, 2001).

METODOLOGIA

Por meio da memória fotográfica, foram adotadas algumas interpretações e análises concernentes ao patrimônio material e imaterial. Esse patrimônio representa os símbolos mais representativos da cidade, que foram reafirmados pelas entrevistas.

Figura 1 – Mapa de pontos turísticos culturais de Pedro Afonso



Fonte: Elaborado por Núbia N. do Nascimento e organizado por Lucas da S. Ribeiro (2021).

O quadro seguinte específico alguns imóveis presentes no quadrante delimitado em vermelho, visto na figura 1. Os demais imóveis foram selecionados devido as opiniões obtidas pelas entrevistas orais pelos moradores da cidade de Pedro Afonso-TO.

Quadro 1 – Os dez patrimônios de Pedro Afonso

Imóvel	Localização
Igreja Matriz São Pedro	Rua Anhanguera
Praça da Matriz São Pedro	Rua Barão do Rio Branco
Pavimentação em bloquetes	Rua Barão do Rio Branco
Passarela Modesto e Rosária Sales	Rua Guimarães Natal
Bancrévea Clube	Rua Barão do Rio Branco
Casa do Motor de Luz	Rua Guimarães Natal
Colégio Cristo Rei	Rua Constâncio Gomes
Igreja Batista	Rua Barão do Rio Branco
Praça Ecológica Pedro de Souza	Rua 15 de Novembro
Ilha do Rio Tocantins	Paralela com a Rua Barão do Rio Branco

Fonte: Souza (2019). Elaborado por Núbia N. do Nascimento (2021).

Além de ser um mapa histórico, torna-se informativo principalmente para atrair os turistas nos meses de temporadas de praias. Com este mapa, o turista poderá se localizar-se na cidade sozinho, caso seja uma opção de visitação. Conforme uma das entrevistadas afirma que um roteiro geo-turístico seria uma atividade essencial para a manutenção da memória pedro-afonsina, como sugere a entrevistada A

[...] tem alguns pontos de Pedro Afonso que poderiam ser melhores preservados pra visitação ou mesmo contação, alguém para estar falando desses pontos turísticos e dos pontos históricos de Pedro Afonso. A lagoa da Cruz, a Praça da Igreja Matriz, os portos, porque antes aqui em Pedro Afonso, os meios de transportes eram só os barcos, então os portos de Pedro Afonso têm toda uma história, os barcos a motor e tudo isso a gente vê com o tempo se perdendo. (Entrevistada A, 2021, informação verbal, grifo nosso).

Na fala em destaque, podemos perceber a necessidade da preservação, divulgação e da visibilidade que esses imóveis poderiam ter na cidade. Neste sentido, o mapa pictórico será um auxílio tanto para a população local quanto para os turistas e/os visitantes como um suporte do patrimônio existente na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve resumo expandido teve como pretensão a apresentação do objeto de estudo, a cidade de Pedro Afonso, bem como a apresentação do mapa elaborado com alguns pontos de memória e atrativos turísticos. A delimitação dos imóveis selecionado no mapa se deu por meio das análises das entrevistas orais realizadas pelos cidadãos da cidade. Cada imóvel ou mesmo rua em destaque houveram testemunhos orais que validassem a importância do bem para a

cidade e para a memória local. Em virtude da limitação de páginas torna-se incipiente a demonstração de todas as falas dos entrevistados que concordaram com o que foi apresentado no mapa.

Com os relatos orais percebe-se que um roteiro geo-turístico seria necessário para que a população local e os turistas pudessem perceber e contemplar além das belezas naturais, as belezas históricas locais.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane; RIBEIRO, Laíres José Gonçalves da Silva; BRESSANIN, César Evangelista Fernandes (org.). **Roteiro Geo-turístico em Porto Nacional**: reflexões de ensino, pesquisa e extensão. Palmas: Eduft, 2020. 146 p. disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/10686/18393>. Acesso em: 28 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2001. p. 29-48.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 set. 2021.

PEDRO AFONSO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. **Tombamento de edificações históricas do município**. Coordenado por Fabrício Rocha de Souza, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 15 set. 2021.

ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 123- 134.

SAUER, Carl O. Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE¹

Ana Cristina Rocha Silva²

INTRODUÇÃO

No Brasil, do ponto de vista legal e conceitual, as décadas finais do século XX são responsáveis por um amplo amadurecimento na compreensão de patrimônio cultural. De tal modo, desde então, além de englobar o conjunto de bens culturais referentes às identidades coletivas (FONSECA, 2005), o patrimônio cultural também tornou-se um bem ambiental (MIRANDA, 2006; SOARES, 2007). Indo além e considerando o artigo 215 da Constituição Federal de 1988, seu acesso e usufruto se tornaram direitos fundamentais difusos.

A recepção da noção de indivisibilidade entre cultura e meio ambiente levou especialistas de áreas diversas a conceberem o patrimônio cultural como veículo de cidadania, inclusão social, proteção ambiental, difusão da memória e história, valorização da diversidade e de desenvolvimento local. Sob influência desse movimento, a partir do início do século XXI, a política de preservação do patrimônio cultural do país busca garantir o acesso e usufruto dos bens culturais a todos. Assim, visa romper com o paradigma tradicionalista (CANCLINI, 1994) e permitir o protagonismo de populações locais, na gestão dos bens culturais.

Por meio dessa ruptura, de acordo com Porta (2012), a metodologia da política em tela vislumbra a inserção do patrimônio cultural, na pauta das políticas públicas de desenvolvimento

¹ Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá. Licenciada e Bacharela em História. Professora Adjunta I vinculada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá, campus Binacional. E-mail: tinastn@hotmail.com

do país. Nessa empreitada, o desafio maior é a promoção daquilo que Meneses (2012, p. 33) chamou de “[...] deslocamento da matriz [...]”, ou seja, a facilitação da participação da sociedade, na apropriação dos recursos da cultura.

No campo das políticas públicas, os procedimentos adotados a partir desse paradigma possuem como princípios fundamentais a mínima interferência do Estado e a máxima participação popular. Em atenção a essas transformações paradigmáticas, o objetivo desse estudo é analisar o processo de inserção de populações locais, na gestão do patrimônio arqueológico do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), no Pará, de modo a compreender como o poder público vem fomentando a apropriação dos bens culturais, aliada aos pilares do desenvolvimento sustentável.

Além da área do PEMA, o estudo considerou as seis comunidades existentes em seu entorno, a saber: Ererê, Maxirá, Maxirazinho, Paituna, Santana e Lages. Conforme ilustra a Imagem 1, mais adiante, essas seis comunidades estão dentro da APA Paytuna, na área de amortecimento entre o PEMA e a APA. A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira em novembro de 2018, quando as obras para a musealização dos sítios foram concluídas; e a segunda em janeiro de 2020, após os doze primeiros meses de funcionamento do complexo de musealização. Em termos metodológicos, a pesquisa seguiu a abordagem interdisciplinar e se desenvolveu por meio da interação entre os métodos etnográfico e qualitativo.

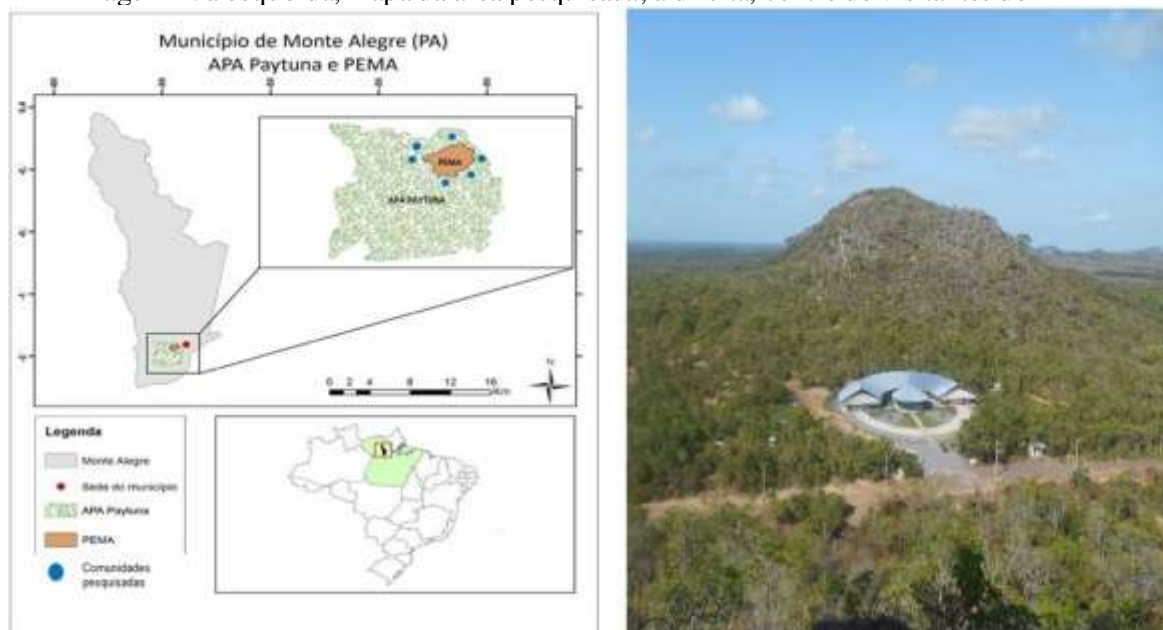
OS PRIMEIROS IMPACTOS DO COMPLEXO DE MUSEALIZAÇÃO

O município de Monte Alegre, no Pará, é conhecido por concentrar inúmeros sítios arqueológicos de arte rupestre. Tais sítios destacam o lugar na trajetória de ocupação da Amazônia e possuem datações que sinalizam a presença humana há nada menos que 12.000 ou 13.000 anos antes do presente (PEREIRA, 2012; ROOSEVELT et al, 1996). A maioria desses sítios está concentrada na área do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral criada em 2001, por meio da Lei Estadual nº 6.412.

Por conta da importância científica e cultural desses sítios e, ainda, por conta dos impactos do turismo não planejado sobre os mesmos, o território do PEMA foi selecionado pelo IPHAN para receber o *Projeto de Musealização de Sítios Arqueológicos na Amazônia* (ver Imagem 1). Elaborado entre os anos de 2009 e 2010, esse projeto foi capitaneado pelo IPHAN e elaborado conjuntamente pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA).

No dizer de Figueiredo et al. (2010), o planejamento do projeto priorizou a participação das populações locais, na gestão dos sítios a serem musealizados. Inaugurado em 19 de dezembro de 2018, o complexo para a musealização dos sítios de arte rupestre do PEMA compreende uma área de 1,4 mil metros quadrados, cujo objetivo é proporcionar de modo concomitante o acolhimento de visitantes, a proteção e a gestão da UC e de seus sítios arqueológicos. A base administrativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-BIO), gestor do PEMA, também funciona no complexo.

Imagem 1: à esquerda, mapa da área pesquisada; à direita, centro de visitantes do PEMA



Fonte: Fonte: Adaptado de Silva (2014, p. 18). Ana Cristina Rocha Silva, 2018.

A concretização do projeto do IPHAN em Monte Alegre está diretamente vinculada à atuação de atores locais. Notadamente, esse sucesso está associado à expertise técnica e política de duas mulheres: 1) Patrícia Cristina de Leão Messias, funcionária pública e gerente do PEMA; 2) Lúcia Braga, vereadora do município. Juntas, elas fizeram com que o projeto ultrapassasse o domínio dos especialistas e entrasse na arena política local, de modo a ser efetivado.

Após o primeiro ano de funcionamento do complexo de musealização, constatou-se que um dos primeiros impactos da efetivação do projeto é o maior controle na entrada de visitantes, no âmbito do PEMA. Desse modo, diferentemente da realidade apontada no passado por Andrade (2012), os sítios arqueológicos do território passaram a ficar menos expostos à ação antrópica. Embora casos de depredação ainda ocorram, posto que se trata de uma UC de grandes proporções, são significativas as mudanças na vigilância e no registro de acesso ao parque.

De uma média de 700 visitas por ano, as estruturas construídas permitiram ao IDEFLOR-BIO o registro de um total de 6.290 acessos, no ano de 2019. Os números permitem indicar o alcance de um dos objetivos planejados pelo IPHAN: a redução do turismo não planejado, na área de ocorrência dos sítios arqueológicos do PEMA. Também se constatou uma tímida dinamização econômica, em função do recebimento de turistas.

Envolvidos nos serviços de condução, alimentação e hospedagem de visitantes, alguns membros das comunidades locais têm tido ganhos financeiros para além das atividades tradicionais existentes naquele território. Contudo, interesses políticos partidários, a ausência de políticas públicas mais robustas e o histórico de conflitos na institucionalização da UC são fatores que limitam a participação da sociedade local na gestão dos recursos arqueológicos e, conseqüentemente, no usufruto dos benefícios advindos dessa gestão.

REFLEXÕES FINAIS

Ao ter-se em vista as limitações citadas, o sucesso da efetivação do projeto do IPHAN no município, por si só, não torna a gestão compartilhada do patrimônio arqueológico uma realidade, nesta parte da Amazônia. Embora as estruturas planejadas para a musealização e o compartilhamento da gestão desse patrimônio tenham saído do papel, na prática, o desafio de envolvimento da sociedade civil se deparou com a pouca presença do Estado, com interesses políticos de grupos de poder e com conflitos sociais em torno do uso da terra. A pensar-se com Canclini (1994), a junção de todos esses aspectos tem inviabilizado o paradigma participacionista e perpetuado o paradigma tradicionalista.

Dito de outro modo, o uso social do patrimônio e a participação da sociedade são dificultados pelo protagonismo do Estado na gestão dos recursos arqueológicos. Nos termos de Canclini (1994), assim, tem-se uma política conservacionista monumentalista, pois ainda que existam estruturas construídas para viabilizar a participação das comunidades locais, é o Estado (na figura do IDEFLOR-BIO) e seus grupos de poder que conduzem a gestão dos bens culturais em tela. Dentro dessa lógica, os diversos modos de apreensão do patrimônio arqueológico, os interesses, necessidades, e saberes das populações locais são desprezados.

Com esse desprezo, se priorizam tão somente a conservação da materialidade arqueológica e a manutenção de estruturas de poderio político partidário. Por tais motivos e com base nos ensinamentos de Castañeda (2008), há de se entender que, embora fundamentada na preservação do passado, a gestão do patrimônio arqueológico não está dissociada dos

fenômenos sociais do presente. Em vista disso, no que tange a esse tipo de patrimônio, é imprescindível que se entenda que o sucesso de qualquer estratégia de gestão depende da atenção e sensibilidade para com os fenômenos sociais existentes em determinada realidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. N. de. *Conservação integrada do patrimônio arqueológico: uma alternativa para o Parque Estadual Monte Alegre – Pará – Brasil*. Teresina, 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, 2012.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23 , p. 95-115, 1994.

CASTANEDA, Q. E. The “Ethnographic Turn” in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In: Castaneda, Q.E. & Matthews, C.N. (eds.) – *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Altamira Press, 2008, p. 25-61.

FIGUEIREDO, S. J. L. de; et al. *Relatório do projeto básico e especificações técnicas para elaboração de projetos de socialização de sítios arqueológicos na Amazônia: musealização, educação e turismo*. NAEA/UFPA, Belém, 2010.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (coord.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.

MIRANDA, M. P. de S. *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: Doutrina, Jurisprudência, Legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PEREIRA, E. *Arte rupestre de Monte Alegre, Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

PORTA, P. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília-DF: Iphan/Monumenta, 2012.

ROOSEVELT, A. C. et al. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of America. *Science*, n. 272, p. 372-484, 1996.

SOARES, I. V. P. *Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes*. Erechim: Halibis, 2007.



GT1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS NO MUSEU DO ESTADO DO PARÁ: PATRIMÔNIOS E DISCURSO EXPOGRÁFICO.

Andrey Manoel Leão de Leão¹

INTRODUÇÃO

De acordo com Comitê Internacional de Museus (ICOM), órgão responsável pela a definição de museu, os museus seriam instituições “(...) sem fins lucrativos, permanente, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio tangível e imaterial da humanidade e do seu meio ambiente para fins educativos, estudo e diversão” (ICOM, 2020). Portanto, os Museus são instituições públicas, voltadas ao interesse da população e a seu serviço, que busca contar e salvaguardar a história e cultural local.

Contudo, esta definição atual de museu é resultado de discussões sobre a função social destes espaços a partir de críticas sobre o histórico destas instituições. Estes espaços tiveram sua *genesis* na modernidade, que seria onde pela primeira vez há um padrão mundial que surge devido à consolidação de um só mundo, que a partir da expansão portuguesa desde o século XV, atinge o extremo oriente no século XVI e o descobrimento da América hispânica. Assim, todo o planeta é visto como um lugar só, com uma só história. A Europa, de onde surge o sistema e a concepção de modernidade, seria o centro e todas as outras culturas seriam suas periferias (DUSSEL, 2005). As instituições modernas seriam as responsáveis pela implementação dessa narrativa universal que apresenta certas discontinuidades com as culturas e modos de vidas considerados não modernos, aqueles que não fazem parte do padrão europeu (GIDDENS, 1991). Ou seja, a implementação delas seria essencial para gerar a padronização de ação e pensamento pretendida e a subjugação dos outros modos que não

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico-Umido pela Universidade Federal do Pará, CNPQ, andreyleao2@gmail.com

faziam parte desse centro de poder, sendo o Museu uma destas. Logo, os museus foram construídos a partir de um caráter colonizador e hierarquizante.

Além, disso, essas instituições tem uma potencialidade social, devido seus objetos históricos, culturais, representativos serem documentos, eles assumem uma validação da narrativa, pois o fato histórico, objeto, tem poder sobre a realidade. Ou seja, sensibilização feita pelos museus busca tornar agradável para o visitante e, por isso, cria-se a ilusão da presença da história de fato (MONTALVÃO, 2003). Portanto, eles carregam consigo toda uma estrutura de poder que impõe: “Isto é importante porque representa o passado. Isto é importante porque nos representa.” Logo, eles tornam-se espaços que tem forte poder de coesão e são vistos como os donos das verdades, espaços tidos como completos, absolutos e conclusos, como se toda a história que estivesse contida ali fosse pautada na exatidão do real.

PROBLEMÁTICA DOS MUSEUS

Devido essas instituições ainda carregar sua estrutura tradicional, que tem como origem um modelo saqueador sobre nações e grupos diferentes do centro de poder europeu, elas fazem parte de uma tradição que solidifica uma identidade elitista de uma classe que impõe um real histórico baseado em uma percepção individualista sobre o passado.

Embora a sua função social de museus seja discutida paulatinamente no meio museal há décadas, tendo mudado a sua visão inicial a fim de melhor atender a sociedade e discutir seus problemas, nem todas as instituições aderem a essa mudança. Por isso, museus que carregam esta estrutura tradicional hierarquizante e colonizador estarão sendo reprodutores de colonialidade. Ou seja, produzindo a manutenção de processos de dominação da colonialização na atualidade (QUIJANO, 2005).

Devido a isso, estudei a exposição de longa duração do Museu do Estado do Pará, que tem como caráter ser um museu histórico. Baseando-se na ideia que se deve ver essas instituições além de um pensamento democrático, mas também como instrumentos que combatem e debatem sobre problemas locais, se tornando essenciais contra o preconceito, contra a discriminação, a favor da diversidade, contra o autoritarismo e a favor da democracia. Ou seja, espaços decoloniais, que fazem uma luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos (MALDONADO-TORRES, 2019).

Portanto, os museus devem agora na atualidade ter como horizonte a colonialidade e sua lógica, para que as narrativas feitas por ela sejam compreendidas, entender como foram construídas e como elas subjugarão as outras formas de pensamentos, mostrando como as

hierarquias culturais causaram e causam formas de violência e dominação, e assim buscar subverter essas visões para um desenvolvimento social.

HIERARQUIZAÇÃO

No Brasil, essas hierarquias culturais se mostram na atenção maior dada aos imigrantes europeus e na exclusão das populações indígenas e africanas do perfil de população que se buscava (COSTA, 1999). Já na Amazônia, isso se mostra no ideal baseado no progresso técnico e científico do mundo moderno que se constrói através de um modelo europeu, onde o progresso se dava a partir da concepção destes e o desenvolvimento, o melhoramento da sociedade, para se alcançar o bem-estar social se daria no menosprezo da diversidade amazônica, tanto a sua biodiversidade quanto sua diversidade cultural (LOUREIRO, 2002). Ou seja, a cultura indígena e a cultura negra, nesse ideal construído, seriam culturas pobres, primitivas, e, portanto, inferiores. Assim, como não favorecem o progresso, não seriam membros priorizados nas políticas públicas para a região.

Por isso, na história do estado do Pará se predominou costumes, usos, estilos, festas populares do continente europeu, mesmo a população sendo uma mescla de homens brancos, pretos, indianos, pardos, mamelucos, curibocas e cafuzos (BAENA, 2004). O lugar atribuído pela colonização ao índio e ao negro, de serem seres inferiores, é a marca da racialização que ficaria mantida no tempo através de processos de refiguração e de interiorização de hierarquias, tendo a metrópole como modelo geopolítico (CASTRO, 2018).

ANÁLISE

Analisei, então, como se deu as representações históricas e culturais no museu do estado, estando atendo aos processos comunicacionais dessas instituições, analisando as práticas e estratégias comunicacionais feitas sobre o patrimônio da instituição e como se deu a criação do discurso sobre a região, tendo como fato que todo discurso tem um Interdiscurso, ou seja, em toda produção discursiva há um já dito por trás, que é o resultado do contexto local, da história local (ORLANDI, 2005). No caso do Pará, essas narrativas do já dito seriam toda a produção de uma hierarquização de culturas na região. Por isso, a minha visão crítica sobre a exposição de longa duração do Museu do Estado do Pará se deu na compreensão de como esse já dito está posto na expografia.



Figura 1 - Museu do Estado do Pará.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Notei que a expografia do museu do estado do Pará visa resguardar uma memória de certo período e de certo grupo. A partir disso, a exposição glorifica os objetos de modo que o que é mostrado ali é bonito, é melhor e, por isso, deve ser resguardado. O que está em destaque nesse processo um estilo de vida burguês, elitista e branco, excluindo todos os demais grupos de sua narrativa, estes aparecendo apenas como pontos de curiosidades. A expografia também trabalha a monumentalidade, e com a sensibilização busca criar um vínculo do visitante com o acervo, fazendo uma ligação do passado com o presente. Isso tudo faz com que o visitante se torne mais afetivo o grupo da elite, já que não há uma sensibilização do visitante com aspectos indígenas e negros. A consequência disso é que ao apresentar um modo de vida como melhor acaba por determinar um valor menor aos outros. Embora a exposição fale sobre o “povo” (diversos grupos populares que estão embaixo de uma elite), o seu modo de vida acaba por ser menor perto da monumentalidade da vida burguesa. Ou seja, a exposição humaniza e dá um pequeno protagonismo em alguns locais a uma vida não branca e não burguesa, mas ela é vista como menor, de menos valor.

Portanto, instituições em um meio desigual e discriminante, que busquem um desenvolvimento social, devem combater essa visão, e não serem um produto dela. Nesse caso, para combater a hierarquização cultural histórica e atual, o museu deve pensar decolonialmente e ir contra a subjugação dos grupos excluídos e demonstrar como eles foram excluídos. Já na expografia do Museu do Estado do Pará, ao reforçar uma hierarquização que houve na história do estado e não busca combater, e não havendo equivalência discursiva, ele transportadas perspectivas colonializantes para a atualidade da região, ao não discuti-las e nem ligá-las aos problemas locais, o museu acaba sendo, em certos momentos, um reforçador destas perspectivas hierárquicas e preconceituosas, um reproduzidor de colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade; Decolonialidade; Museu do Estado do Pará; Representações expográficas; Patrimônio.

REFERÊNCIAS

BAENA, Antônio Ladislau. Ensaio Corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004, 413 p.

CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: Edna Castro; Renan Freitas Pinto. (Org.). Decolonialidade & Sociologia na América Latina. 1ed. Belém: Editora NAEA, UFPA, 2018, v. 1, p. 25-52

COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia a República. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 24-32.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991. 156 p.

ICOM, 2020. Internacional Conselho de Museus. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition>.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. In: Revista Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 1, 2002. p. 107-121.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Org. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado- Torres, Ramón Grosfoguel. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico / -- 2. ed.; - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: museu e história. In: Org. José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. História representada: o dilema dos museus /. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 113-126.

ORLANDI, E. P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005. p. 107-130.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA, PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO ARRAIAL DO PAVULAGEM EM BELÉM/PA

Maria Augusta Freitas Costa Canal ¹

Ana Flávia Santa Brígida Feijó ²

Jéssika Paiva França ³

INTRODUÇÃO

O Arraial do Pavulagem delinea-se como manifestação cultural configurada em forma de cortejos dançantes conduzidos em via pública na área central da cidade de Belém/PA tendo como características mais marcantes a condução de compositores e cantadores com seus chapéus largos onde são distribuídas grandes fitas coloridas e ritmo fortemente delineado pelo toque de tambores. Esses cortejos são acompanhados por uma multidão de brincantes que formam anualmente arrastões entre a Praça dos Estivadores e a Praça da República nos finais de semana entre os meses de junho e julho durante as festas juninas e entre a Praça dos Estivadores e a Praça da República no sábado do mês de outubro que antecede a principal procissão do Círio de Nazaré. Com mais de 30 anos de existência o Arraial do Pavulagem surge

¹ Doutora em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente; Docente da FACTUR/ICSA/UFPA integrado aos Grupos de Pesquisa Laboratório de Análise Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo (ICSA/UFPA) e Geografia do Turismo na Amazônia (PPGEO/IFCH). E-mail: augustageotur@gmail.com

² Discente concluinte do Curso de Turismo (UFPA) e integrante do Projeto de Pesquisa Festa e Turismo: os movimentos festivos em torno de praças no espaço urbano (FACTUR/ICSA/UFPA). E-mail: aflaviafeijo@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Bacharel em Turismo (UFPA); Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP); Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Dinâmicas Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo na Pan Amazônia; Coordenadora do projeto de pesquisa Praças públicas de Belém em tempos de pandemia. E-mail: jfranca@ufpa.br

em 1987 como resultado do processo de ampliação das brincadeiras do boi Pavulagem do Teu Coração realizadas na Praça da República (CHAGAS JR, 2017).

O polígono compreendido pelo cortejo do arrastão do Arraial do Pavulagem compreende um conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico da cidade de Belém que reúne inúmeros patrimônios materiais tombados sendo os próprios bairros onde esses cortejos ocorrem: Cidade Velha e Campinas, tombados pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse polígono, também, caracteriza na cidade de Belém aquilo que BOULLON (2002) determina com o núcleo turístico do espaço turístico do urbano com pontos e marcos sinalizados pelo setor empresarial e governamental como o Complexo de Estação das Docas, Complexo do Ver-o-Peso e Complexo Feliz Lusitânia o que coloca a cidade de Belém como cidade concentradora e distribuidora de fluxos turístico para o Pará e região Amazônica (PARÁ, 2011, CASTRO E TAVARES, 2016).

Nesse núcleo turístico que se conforma em Belém nos bairros da Cidade Velha e da Campina tem-se um exemplo emblemático entre os processos de revitalização de centro históricos urbanos e usos culturais e turísticos como produtos e produtores da patrimonialização, tal fato, se espraia dos bens materiais e aos imateriais como o Registro do Círio de Nazaré com Bem Cultural de Natureza Imaterial cujo parecer do Departamento de Patrimônio (DPI) do IPHAN em 2004 indicava o arrastão do Pavulagem como expressão de devoção religiosa agregada ao “complexo do círio” (IPHAN, 2004) e, mais recentemente, o próprio Arraial do Pavulagem vem sofrendo processos de patrimonialização.

Assim, a problemática do trabalho segue as questões: Como as políticas culturais brasileiras permeiam esses processos? Qual a relação entre as políticas culturais e a configuração do patrimônio Arraial do Pavulagem? Assim, o objetivo geral desse trabalho é identificar e analisar a constituição das políticas culturais brasileiras sua relação com a configuração do patrimônio na área de atuação do Arraial do Pavulagem. A metodologia desse trabalho é de caráter qualitativa (MINAYO, 2002), com a análise e sistematização dos dados ordenados por conteúdos análogos seguindo o levantamento e análise bibliográfica e documental (GOMES, 1994), observação dirigida do Arraial com modelo de roteiro (RAFFESTIN, 2009) em out. de 2019 e set. de 2001 e acompanhamento em plataformas e redes virtuais do Instituto Arraial do Pavulagem entre 2020 e 2021.

RESULTADOS

Os resultados partindo de assertivas encontradas Richards (2012) indicam a conformação do segmento de Turismo do Patrimônio Cultural como produto da intensificação e ampliação do processo originário do turismo moderno. Essa ampliação transitou “turismo cultural” elitista e de alta cultura para segmentos com “atrativo cultural” incluído a cultura popular e suas vivências cujo processo de globalização densifica consumo de áreas vista como culturais com destaque à relevância patrimonial dos locais materiais e imateriais mais ligados à cultura popular. De acordo com Simis (2007), a cultura deve ser vista como um direito e dever público que necessita ser pensada a longo prazo por diretrizes e ações conduzidas “predominantemente” pelo Estado por meio de políticas públicas culturais. No estado brasileiro essas políticas se circunscrevem num quadro temporal que se espalha de períodos ditatoriais com ênfase em projetos culturais autoritários para períodos democráticos com baixa efetividade dessas políticas a exceção das décadas de 2000 e 2010.

Conforme Rubim (2007) e Bezerra e Barbalho (2015) o marco inicial das políticas públicas brasileiras no ano de 1930 quando o Estado começa a tentativa de constituição cultural de uma nacionalidade uniformizante e que já dimensionava o patrimônio por seu aspecto material-tangível elitista e imaterial-intangível vinculado a diferentes grupos e estratos sociais, mas privilegiando a patrimonialização material. De 1930 a 2000 o Estado vem, em maior grau nos períodos autoritários e ditatoriais e em menor grau nos democráticos, ingerindo e ordenam o território por projetos e programas de Políticas Culturais que vão engendrar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória – SPHANPM, passando pela constituição do Ministério da Educação e Cultura, a configuração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória – SPHANPM e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), conformam algumas das estruturas institucionais que foram, ao longo dessas décadas, dando corpo à intervenção das políticas culturais brasileiras.

Nesse ínterim, os aspectos intangíveis da cultura foram apontados nas propostas, mas muito pouco operacionalizados, sendo nas primeiras décadas viabilizados pela caracterização do Folclore com destaque às Campanha de Defesa do Folclore, posteriormente, os debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na década de 1970 provocam a transitoriedade da dimensão do patrimônio à uma esfera antropológica o que incorre na ênfase dada aos aspectos imaterial-intangível vinculado ao saber popular, artesanato e tecnologias tradicionais nas políticas culturais brasileiras. Contudo, a

operacionalização disso ao longo das últimas décadas do período referido vai reforçar a dimensão material etilista com perduração da nacionalidade uniformizante com a instauração do Ministério da Cultura (MinC) e predomínio de financiamento da cultura midiática e tecnológica com Leis de renúncia fiscal (principalmente Lei Sarney depois Lei Rouanet) destaque ao setor audiovisual (ênfase na produção cinematográfica). A primeira metade da década de 2000 estabelece a normatização do patrimônio imaterial com a constituição da legislação de patrimônio imaterial, mas permeia a manutenção da política cultura viabilizada pelo financiamento com distanciamento do Estado e dirigida pelo mercado com recursos públicos (SIMIS, 2007, MINC., 2010 e BEZERRA E BARBALHO, 2015).

A segunda metade dessa década passa a vivenciar uma mudança de sentido da Política Cultural com o governo instaura a política cultural como política de Estado e busca desconstruir a nacionalismo da “identidade nacional” e “brasilidade autoritária” à construção de uma nacionalidade direcionar-se à diversidade e ao pluri-multiculturalismo cuja expressão mais eloquente será a substituição da concepção de folclore pela de “cultura popular tradicional” e, consecutivamente, a noção de cultura popular atrelada a patrimônio imaterial. Essas ações derivaram da participação do Brasil nas Convenções da UNESCO sobre Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e os reflexos às políticas culturais vão se espriar por toda década de 2010 em escala intersetorial e em nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal. Esses reflexos induziram à formatação de um Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) é instituído o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” sobre a tutela do Centro Nacional de Folclore (CNF) e Cultura Popular e o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) do IPHAN (MINC., 2010 e BEZERRA E BARBALHO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa direção a resumida exposição dos direcionamentos das políticas culturais brasileiras permitem entender a relação da patrimonialização na área central de Belém no que atinge o espaço de abrangência do Arraial do Pavulagem. O direcionamento da patrimonialização material é marcado na década de 1940 pelas ações de tombamento do IPHAN do acervo da Igreja da Sé (1941) e o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo

Largo da Sé atual Praça Frei Caetano Brandão (1964), bem como o conjunto do Mercado do Ver o Peso e sua adjacência imediata (1977).

O entorno da Praça da República aparece efetivamente pelo Patrimônio Teatro da Paz, um objeto arquitetônico construído em 1864 no interior da praça e tombado no livro histórico com n.359 de 21 em junho de 1963 pelo IPHA. Posteriormente, o governo do Pará através do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DPHC) tomba em 30 de maio de 1983 o polígono que compreende a Praça da República e seu entorno com conjunto paisagístico, arquitetônico e urbanístico. No nível municipal o Centro Histórico de Belém delimitado em 1988 por lei orgânica municipal configura-se como conjunto arquitetônico e paisagístico tombado em 1994 quando do estabelecimento da Lei municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural: Lei 7709/94 de 18 de maio de 1994 que privilegia o ordenamento do tombamento do bem de natureza material. Em 10 de maio de 2012 o IPHAN considerando a relevância os bairros Cidade Velha e Campina no contexto conquista e colonização portuguesa oficializa o tombamento elementos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos dos bairros.

O direcionamento da patrimonialização imaterial se inscreve pelo registro do Círio de Nazaré no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN em 2004 e em 04 de dezembro de 2013 foi inscrito na Lista de Representativa do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. Em 2017 dois projetos de lei da Câmara Municipal de Belém instituiu como Patrimônio Cultural Imaterial de Belém o Arraial do Pavulagem (em 27 de Junho) e Pré-carnaval da Cidade Velha (em 12 de julho). Posteriormente, em 04 de agosto de 2020, um projeto de lei da Assembleia Legislativa do Pará estabelece em sessão remota (devido a Pandemia de COVID-19) a titular o Arraial do Pavulagem como Patrimônio Cultural Imaterial do Pará. Observa-se, portanto, que a patrimonialização do bem de natureza imaterial na esfera Estadual e Municipal não apresenta um tramite de registro institucionalizado como o bem de natureza material, tão pouco de Salvaguarda, apenas em 2021 a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial pelo Decreto nº 101810 de 11 de agosto.

Palavras-chave: Arraial do Pavulagem. Políticas Culturais. Patrimonialização. Patrimônio Imaterial. Núcleo Turístico.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. In: *pragMATIZES* – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, ano 5, n.8, out/2014 a mar/2015.

BOULLON, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, G. da COSTA. Processo de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. *Turismo: Estudos e Prática (RTEP-UERN)*, Natal, v. 5, n. 1 jan.-jun. 2016, p. 57-87.

CHAGAS JR, Ed. M. Do “Risco da Perda” ao patrimônio cultural: o arrastão em processo. *ACENO*, Vol. 4, N. 7, p. 123-140. Jan. a Jul. 2017.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN. Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI. Parecer 01/2004 de 17 de agosto de 2004. Extraído de <http://portal.iphan.gov.br> acessado em maio de 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. *Plano Ver o Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará*. Belém, 2011.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (ORG.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RICHARDS, G.: “*Cultural tourism: global and local perspective*”s. Haworth hospitality Press, New York and London. *Journal of Tourism Consumption and Practice* v. 4, n.2, 2012.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____, BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

PAC 2 CIDADES HISTÓRICAS E O PLANO DE AÇÃO NA REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO CARMO EM BELÉM/PA – UMA POLÍTICA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo ¹

INTRODUÇÃO

Este estudo suscinto apresenta uma reflexão e contribuição no debate de futuras pesquisas que contemplem a intervenção da política pública do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN alicerçada no Programa de Aceleração do Crescimento- PAC 2 Cidades Históricas², em Belém/PA.

Em âmbito pretérito, a capital localizada na Amazônia brasileira assegura, em 2009, quinze espaços patrimonializados contemplados pelo financiamento deste Programa. Entre mercados, palácios, igrejas, cemitério, situam-se quatro praças do centro histórico, das quais esta pesquisa delimita a centenária Praça do Carmo, patrimônio cultural repleto de diversidades de usos (LEÃO, 2011; FERNANDES, 2014; ARAÚJO, 2016), cujas articulações simbólicas provocam conflitos de interesses entre as esferas governamentais, a iniciativa privada e sociedade acadêmica e civil.

Os projetos arquitetônico, estrutural, hidrossanitário, elétrico e paisagístico da Praça do Carmo, entregues em 2014, subsidiaram a obra executada em 2020, durante a pandemia do Sars-CoV2. Ausência de participação popular nas tratativas projetuais, alterações no projeto

¹ Arquiteta e Urbanista. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com ênfase em Arqueologia Urbana. Participa dos Grupos de Pesquisa “Por uma Arqueologia no Contemporâneo: refletindo sobre (re)apropriações e (re)significações de bens culturais em comunidades na Amazônia” e “Arquitetura, Memória e Etnografia”. Está vinculada ao Projeto de Pesquisa “Carta de Potencial Arqueológico do município de Belém: multivocalidade, ressonância e patrimônio na Amazônia brasileira”. Membro associada do Grupo de Pesquisa GATA- Grupo de Pesquisa de Antropologia do Turismo na Amazônia. Professora Substituta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (desvinculada em setembro/2021).
E-mail: cibellyfigueiredo@gmail.com

² Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Folder%20PAC2%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>. Acesso em: 4 set. 2021.

aprovado e omissões de cunho arqueológico estão presentes na pesquisa ampliada sobre “A ação do PAC 2 Cidades Históricas e a governança municipal na Amazônia: o caso da Praça do Carmo em Belém-PA”³

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS PRIMEIRAS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS DO PAC2

A partir do incentivo a uma ação integrada de preservação de bens culturais, pesquisas no site do IPHAN revelam como exigência do trâmite documental deste Programa, a realização de Camada Pública, em maio de 2009, a qual convoca municípios e estados interessados em participar do financiamento federal a contactar com a Superintendência do IPHAN de seu estado. Em período inferior a um mês, preenche-se o Termo de Compromisso e a Ficha Cadastral, documentos necessários para classificar para etapa seguinte- a de elaboração dos Planos de Ação⁴, instrumento que capacita a gestão estratégica de prioridades de investimentos. O gestor do poder executivo no município belenense cumpre com as exigências legais dentro do período exíguo para análise e consecução desta fase.

O primeiro critério para validar a inserção do bem na lista de possível beneficiado pelo PAC 2 coaduna ao âmbito patrimonial, pois o deve ser reconhecido em nível federal ou estar em processo de tombamento nesta mesma esfera de governo. A Ficha Cadastral a ser preenchida pelo governo municipal em seu maior conteúdo, apresenta as seguintes informações: a) identifica o bem, com sua denominação oficial e popular; b) situa município requerente e sua administração executiva; c) apresenta os Órgãos Municipais responsáveis pelo patrimônio cultural, pelo desenvolvimento urbano e econômico, pela cultura, pelo turismo e qualquer outro órgão que atue em seu centro histórico; d) apresenta as leis e normativas municipais, tais como Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e de Posturas, Lei de Incentivo à Cultura, e Lei de preservação do Patrimônio Histórico, com suas respectivas numerações e datas de criação; e) demonstra os problemas enfrentados, quer pela ausência de infraestrutura, quer por omissões legislativas (IPHAN ..., 2009).

No cenário socioeconômico, a Ficha requer dados comparativos entre o Município e seu Centro Histórico, como a renda *per capita*, sua população, principais atividades econômicas e com potencial de desenvolvimento. No quesito caracterização do Patrimônio Cultural,

³ Título da pesquisa de Doutorado em desenvolvimento.

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2419>. Acesso em: 5 set. 2021.

assumem informações relevantes sobre o Centro Histórico, suas edificações e espaços, a arqueologia, o patrimônio natural, as celebrações populares e manifestações culturais, os modos de saber e de fazer aliados ao conhecimento da função predominante no uso do solo e do estado de preservação do Centro Histórico. A gestão patrimonial realizada pela esfera municipal está simultaneamente reconhecida a partir da identificação da existência de Conselho Municipal de preservação, de inventários e banco de dados sistematizado do Patrimônio Cultural aliados aos projetos e ações de todas as esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade. O IPHAN (2009) ainda pontua como necessário o “mapeamento dos diferentes atores que atuam no Centro Histórico (associações, entidades de classe, ong’s, empresas, entre outros)”. Baseado nestas informações o Município precisa analisar, identificar os problemas e incentivar as potencialidades que se inserem em seu bem patrimonializado.

Em referência ao Plano de Ação, executado a partir da aprovação da fase anterior, o IPHAN auxilia tecnicamente e operacionalmente os municípios classificados. O conceito para esta etapa desenvolvido pelo órgão segue os seguintes parâmetros:

O Plano de Ação é um instrumento de gestão para um território específico e delimitado. Define diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade. Visa enfrentar as questões que afetam esse território e promover seu desenvolvimento.

[...]

Outro ponto fundamental é o envolvimento da comunidade local desde o início da elaboração do Plano, apontando papéis que pode desempenhar ao longo do processo. Para tal é importante que sejam identificados os agentes sociais com atuação relevante no território, para que sejam envolvidos no processo. (IPHAN, 2009, p. 1)⁵.

No Plano de Ação, apesar de expressamente exigida a inserção da comunidade local nas proposições do processo de preservação dos bens patrimoniais, da mesma forma, verifica-se que a relevante identificação dos agentes sociais, para participação ativa e inclusiva, apresenta-se no Termo de Compromisso do PAC 2, assinado entre as instâncias governamentais. Para o Município, cabe o enfrentamento das dificuldades e necessidades encontradas no sítio histórico a partir da compreensão, atribuição e resolução dos problemas enfrentados pelas pessoas do presente.

⁵ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20-%20Minuta%20de%20Termo%20de%20Compromisso%202009.pdf> . Acesso em 5 set. 2021.

AS PRÁTICAS TRIVIAIS IGNORADAS NO ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIALIZADO

A partir de incursões etnográficas realizadas antes, durante e após a obra de requalificação da Praça do Carmo, com observações em horários e dias diversificados e relatos colhidos⁶, observa-se a homogeneização da narrativa de invisibilização de seus modos de usos e desusos de resignificação contemporânea deste espaço público. Para eles, a ausência de qualquer ferramenta de aproximação do governo municipal ou até mesmo dos profissionais responsáveis pela execução do projeto de intervenção demonstra a intenção segregadora e higienizadora e alcança o que Zukin (2000) denomina de paisagem do poder.

Leite (2007) demonstra que a resistência popular aparece na forma de disputa e de usos contrários ao esperado pela lógica institucionalizada. Na esteira de práticas cotidianas ordinárias, Certeau (1998, p. 202) aborda características que refletem o rompimento de normas disciplinares ao se ignorar aspectos simbólicos do espaço vivido e sentido, haja vista que ele, o espaço, “é um lugar praticado”.

A Praça do Carmo é um espaço no qual coexiste a diversidade humana (Fig. 1). A boemia, marca presente deste pedaço (Magnani, 2002), e, nos finais de semana quem sabe, entre uma cerveja e outra poderá até apreciar a chegada da noiva, que traz para si, por um instante, olhares e talvez sonhos de mulheres que estão sentadas na escadaria do anfiteatro. A criança sobe no busto do monumento dedicado a D. Bosco, sem saber que há uma importância histórica naquele local, enquanto outras crianças correm atrás da bola e, por vezes interrompem o jogo de vôlei dos adolescentes. Estes se dividem entre o celular e o skate, fazendo manobras radicais que passam bem próximo da criança que corre atrás da bola.... Será que é mesmo tão difícil inserir estas pessoas nas políticas públicas patrimoniais?

Figura 1- Diversidade de usos na Praça do Carmo

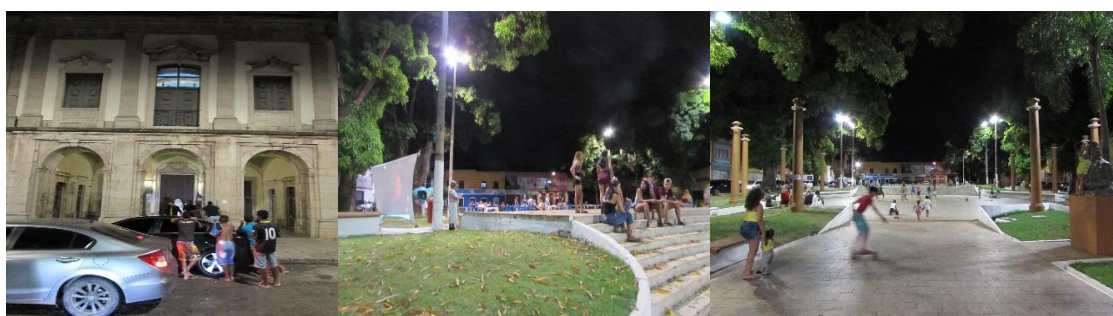


Foto: Cibelly Figueiredo, 2018.

⁶ De moradores do Beco do Carmo, vendedores ambulantes, praticantes de skate, profissional de limpeza urbana, moradores do entorno imediato, morador sem-teto e frequentadores de um bar do entorno e das celebrações festivas realizadas neste sítio patrimonializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. C. **Praça do Carmo em Belém-PA e suas representações: uma análise antropológica das relações dos eventos culturais com a praça**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CERTEAU, M. Práticas de espaço. In **A invenção do cotidiano- Artes de fazer**. 3. ed. Tradução: Ephaim F. Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 169-220

LEÃO, M. B. O Largo do Carmo em Belém/PA: cultura, lazer e conflitos no espaço público. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Anais do XIV ENANPUR, 14(1). 2011. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/837/822>. Acesso em 4 set. 2021.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2007. 376 p.

FERNANDES, G. C. **Um buraco no meio da praça: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico- o caso de Belém-Pará**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Chamada Pública para elaboração de Planos de Ação para Cidades Históricas**. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2419> . Acesso em: 4 set. 2021

ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder. In **O espaço da diferença**, Arantes, A.A. (ed.). Campinas: Papirus, p. 81–103.

Palavras-chave: PAC 2 Cidades Históricas. Plano de Ação. Participação popular. Praça do Carmo. Belém.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICA DE GEOCONSERVAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO GEOLÓGICO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA REALIDADE POSSÍVEL?

Fernando Campelo Pãozinho ¹
Silvio José de Lima Figueiredo ²

INTRODUÇÃO

Localizado no Sudoeste do Maranhão e criado sob o Decreto s/n de 12 de dezembro de 2005, o Parque Nacional da Chapada das Mesas foi instituído com a missão principal de proteger áreas intocadas de Cerrado, ameaçadas pela expansão agrícola, em destaque, a cultura da soja na região e pelas pressões de instalação de siderúrgicas no Maranhão, traz diversas oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas científicas para direcionar ações de conservação e preservação (MORAES & LIMA, 2007).

O PNCM contempla os municípios maranhenses de Carolina, Riachão e Estreito, cujos territórios pertencem à uma região de transição entre os Biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia, indicativo da existência de forte endemismo³ em sua biodiversidade (BRASIL, 2010).

Seus aspectos geológicos e geomorfológicos fazem parte da importante Bacia Geológica do Parnaíba, com identificação de formações rochosas da Era Mesozoica entre os períodos: Permiano, Triássico e Jurássico, com destaque para as Formações Pedra de Fogo, Motuca, Sambaíba e Mosquito (VAZ *et al.* 2007).

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA/UFPA. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins. fernando.campelo@mail.uft.edu.br

² Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. silviolimafigueiredo@gmail.com

³ Endemismo refere-se à ocorrência de espécies exclusivamente em uma determinada região geográfica.

Estes elementos, por sua vez, podem vir a ser considerados como patrimônios geológicos dependendo do seu valor e raridade, merecendo meios de proteção, já que estão suscetíveis à impactos irreversíveis.

A Geoconservação surge, neste contexto, para direcionar o uso consciente dos elementos da geodiversidade, de relevância e valor excepcional, afim de salvaguardar parte da história do Planeta Terra, por consequência do próprio homem.

A partir destes fatos formulou-se a seguinte questão de pesquisa: na ausência de uma política de geoconservação, as legislações brasileiras relacionadas à proteção do meio ambiente conseguem contemplar o patrimônio geológico mesmo em Unidades de Conservação e seus entornos imediatos como no Parque Nacional da Chapada das Mesas?

Dessa forma, o objetivo principal da presente pesquisa é compreender o grau de contribuição das legislações de proteção ao meio ambiente para a geoconservação do Patrimônio Geológico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, principalmente em seu entorno imediato.

A metodologia empregada constitui-se no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa com análise de conteúdo.

PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO

Tanto a geodiversidade quanto a biodiversidade, além de possuírem o mesmo nível de importância, abrigam um valor funcional na natureza física e biológica e também apresentam um valor patrimonial, que está diretamente associado à história da Terra e da vida aqui existente (MANOSSO & PELLITERO, 2012).

Alguns destes elementos imprimem importantes registros para se compreender a história da Terra e pela ameaça à destruição destes componentes é que surge a necessidade de salvaguardá-los e classificá-los enquanto Patrimônio Geológico.

Ponciano et al. (2011) traz Patrimônio Geológico como o “conjunto de diversos elementos da geodiversidade (*in situ* e *ex situ*) e os registros associados que apresentem valor excepcional, selecionados com base em critérios objetivos (raridade, fragilidade, potencial científico/didático/turístico, entre outros) que devem respeitar particularidades locais durante o processo de valoração”.

Machado e Azevedo (2015) correlatam estas ideias indicando que, “a proteção desse tipo específico de patrimônio é comumente denominada de geoconservação e se fundamenta no valor e interesse a ele atribuído”.

Borba (2011) afirma que “[...] as iniciativas governamentais de implantação de unidades de conservação (parques, reservas, etc.), em todas as partes do mundo, quase sempre tiveram como objetivo fundamental a proteção da flora e da fauna. Como consequência, feições geológicas e geomorfológicas importantes têm sido conservadas apenas de forma indireta”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a efetividade das estratégias de geoconservação torna-se necessário compreender desde o contexto brasileiro de amparo legal e protetivo ao Patrimônio Geológico⁴ até um contexto regional e local onde esta pesquisa está inserida, uma vez que, a criação e a disposição do patrimônio geológico pode ou não contemplar Unidades de Conservação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido a partir da Lei 9.985/2000, constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, que almeja a preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros, contempla em sua grande parte, principalmente os ideais de conservação da biodiversidade, deixando em evidência a geoconservação apenas em seu artigo 4º no que diz respeito aos seus objetivos, que assim dispõe:

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
VII - proteger as características relevantes de natureza **geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica** e cultural SNUC (2000).

Ainda em âmbito nacional, verifica-se também a existência do Código de Mineração, disposto por meio do Decreto-lei 227/1967 que, em seu artigo 10 destaca alguns elementos da geodiversidade específicos como substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico, valorizando-os como patrimônio de conservação *ex situ*⁵ para exposições, estudos e outros fins científicos justificando a necessidade de salvaguarda.

Art. 10 Rege-se-ão por Leis especiais: I - as jazidas de substâncias minerais que constituem monopólio estatal; II - **as substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico**; III - os espécimes minerais ou fósseis, destinados a Museus, Estabelecimentos de Ensino e outros fins científicos; IV - as águas minerais em fase de lavra; e V - as **jazidas de águas subterrâneas** (CÓDIGO DE MINERAÇÃO, 1967).

⁴ Patrimônio Geológico refere-se ao conjunto de áreas delimitadas com elementos da geodiversidade de relevantes valores excepcionais.

⁵ O termo *Ex situ* refere-se à conservação de elementos fora do seu local de origem.

No Maranhão, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, criou e instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão, sobre a Lei nº 9.413/2011 que dispõe da sistematização das Unidades de Conservação de sua competência de atuação e que também pouco contempla em seu conteúdo a geoconservação, verificando apenas em seus artigos 31 e 36 alguma relação com a proteção dos elementos abióticos que compõem o Patrimônio Geológico em áreas legalmente protegidas desta federação.

Art. 31 - O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influenciarem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação, devendo ser estabelecidos:

I - em relação ao subsolo, no ato de sua criação ou no Plano de Manejo.

Art. 36- São características obrigatórias do Plano de Manejo:

II - ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar e estar embasado no conhecimento do meio biótico, **abiótico** e nas características socioeconômicas e culturais locais, integrando o conhecimento das comunidades (Lei nº 9.413/2011).

Dessa forma, no Maranhão as medidas protetivas relacionadas à geodiversidade regional são dispostas de forma indireta e pouco claras para os fins de Geoconservação, verificando que a maior preocupação se estabelece em proteger os solos e demais elementos de valor econômico.

Em um levantamento bibliográfico e documental sobre os municípios de Carolina, Riachão e Estreito, que juntos integram o Parque Nacional da Chapada das Mesas, constatou-se a inexistência de qualquer tipo de legislação específica ou que contemple a geoconservação do Patrimônio Geológico localizado principalmente no entorno do Parque.

No Plano Diretor do município de Carolina (MA), por exemplo, verificou-se apenas as diretrizes para a Política Municipal de Meio Ambiente, e que em seu artigo 32 descreve as diretrizes para o zoneamento ambiental do município, mas que não atinge diretamente os aspectos relacionados à conservação do Patrimônio Geológico nele contido.

Para os municípios de Riachão e Estreito não foi possível localizar legislações municipais pelas dificuldades logísticas iniciais de deslocamento do pesquisador, além da inexistência de tais instrumentos nos principais canais institucionais, como a exemplo, *site* da prefeitura.

Em pesquisa ao plano de manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas (ICMBIO, 2019), em nenhum trecho de seu conteúdo verificou-se os seguintes termos: “geoconservação”, “geodiversidade”, “rochas”, “patrimônio geológico”.

Considera-se, portanto, que nem o instrumento de gestão da UC apresenta intenções diretas relacionadas à geoconservação de seu patrimônio geológico de forma instituída.

Vale considerar que em 2019 o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) publicou o inventário do patrimônio geológico da região do Vale das Águas que distribui-se por terrenos dos municípios de Carolina, Estreito e Riachão, onde está localizado o Parque Nacional Chapada das Mesas (BARROS et al. 2019).

A partir deste levantamento acerca dos instrumentos legais de proteção ao meio ambiente e da busca por evidências que incluíssem a geoconservação entre os objetivos, pode-se inferir que tanto em nível nacional quanto em nível municipal não existem legislações específicas ou que contemplem a proteção do Patrimônio Geológico, apenas verifica-se a proposta de criação de um geoparque na região que não se traduz em um instrumento legislativo de proteção.

Nas diversas leis e decretos estabelecidos aqui, verifica-se que pouco se trata ou faz menção aos aspectos relacionados à geoconservação.

Dentre as estratégias de geoconservação torna-se essencial incluir nas leis de âmbito municipal a salvaguarda dos geossítios inventariados e quantificados, a fim de trazer eficácia na proposta estabelecida de valorização e relevância de tais elementos, além de alicerçar o desenvolvimento de práticas como o geoturismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um cenário complexo e desafiador de se construir uma legislação que possa suprir as necessidades de geoconservação do Patrimônio Geológico Brasileiro em que interesses e conflitos estão em constante disputa, onde o valor econômico em muitas vezes sobrepõe valores ambientais e sociais intrínsecos e agregados a este patrimônio.

No Estado do Maranhão evidencia-se esta sobreposição do valor econômico dos elementos da Geodiversidade e a preocupação dos mesmos para o consumo nas mais diversas atividades.

Observa-se um baixo grau de contribuição indireta das legislações de proteção ao meio ambiente para a geoconservação do Patrimônio Geológico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, principalmente para seu entorno imediato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José Sidiney; OLIVEIRA FILHO, José Milton de; FREITAS, Luís Carlos Bastos. Proposta Geoparque Vale das Águas – Estado do Maranhão, Brasília, 2019. Disponível em: < <https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/20813> > Acesso em: 28 set 2021.

BORBA, André Weissheimer de. Geodiversidade e geopatrimônio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Pesquisa em Geociências**, Porto Alegre, RS, 2011. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/igeo/pesquisas/3801/01-3801.pdf> > Acesso em: 20 mar 2018.

BRASIL. **Decreto Lei n.º 277**, de 28 de fevereiro de 1967. Decreta o Código de Mineração. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm > Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm> > Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Relatório Parametrizado** – Unidades de Conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas, 2010. Disponível em: < <http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio> > Acesso em: 12 jun. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas. Brasília, 2019. Disponível em: < https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_parna_chapada_das_mesas.pdf > Acesso em: 28 set 2021.

MACHADO, Maria Márcia Magela Machado; AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de. Essa tal geodiversidade. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/22/13-Artigo-13-p182-193.pdf> > Acesso em: 28 set 2021.

MANOSSO, Fernando César; PELLITERO, Ramón. Geodiversidade: Considerações sobre Quantificação e Avaliação da Distribuição Espacial. Anuário do Instituto de Geociências. UFRJ, 2012. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/236841223_Geodiversidade_Consideracoes_Sobre_Quantificacao_e_Avaliacao_da_Distribuicao_Espacial > Acesso em: 28 set 2021.

MARANHÃO. **Lei Estadual n.º 9.413**, de 13 de julho de 2011. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4487> > Acesso em: 01 jun. 2018.

MORAES, R; LIMA, L. Utilização de SIG como ferramenta na gestão do parque nacional chapada das mesas Carolina-MA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: INPE, 2007. p. 4057-4064.

PONCIANO, L. C. M. O.; CASTRO, A. R. S. F; MACHADO, D. M. C.; FONSECA, V. M. M.; KUNZLER, J. Patrimônio Geológico-Paleontológico *in situ* e *ex situ*: definições, vantagens, desvantagens e estratégias de conservação. In: CARVALHO, I. S. et al. (Org.). **Paleontologia: cenários de vida**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2011. v. 4, p. 853-870.

VAZ, P. T. et al. Bacia do Parnaíba. **Boletim de Geociências da Petrobras**. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.253-263, 2007.

Palavras-chave: Geoconservação. Patrimônio Geológico. Legislação. Chapada das Mesas. Entorno.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS: UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NO BAIRRO DA CAMPINA – BELÉM - PA

Ana Paula Claudino Gonçalves ¹

INTRODUÇÃO

Situado no bairro da Campina, no Centro Histórico de Belém, o antigo Convento dos Mercedários está sendo alvo de pesquisa no campo da arqueologia. Com mais de três séculos de existência, o convento se constitui como um sítio histórico com potencial para investigação arqueológica, de onde podem ser descobertos vestígios da cultura material após a colonização portuguesa.

O estudo que vem sendo desenvolvido já recuperou por meio de salvamento arqueológico, fragmentos de louças, vidros, metais e ossos, em camadas abaixo do solo no estacionamento do edifício que, atualmente passa por obras de reforma e restauro.

O conjunto formado pela Igreja das Mercês e Convento dos Mercedários é tombado no âmbito federal pelo IPHAN desde 1941, constituindo-se como patrimônio material a ser preservado conforme o decreto Lei de n. 25/1937. A Praça Barão do Rio Branco, popularmente conhecida como Largo das Mercês, bem como as ruas Gaspar Viana e Santo Antônio, as travessas Frutuoso Guimarães e sua paralela nos trechos correspondentes ao entorno da referida praça está sob proteção na esfera estadual desde 1988.

Apesar do conjunto, da praça e seu entorno já se encontrarem protegidos sob a legislação federal e estadual, observa-se que ocorre a preocupação com a proteção da estrutura física que se encontra acima do solo. No entanto, não podemos esquecer que ele também faz parte do universo do patrimônio arqueológico, não só como um superartefato, mas trazendo à tona outros patrimônios por meio dos vestígios encontrados abaixo do solo.

¹ Doutoranda em Antropologia com ênfase em Arqueologia pelo PPGA-UFPA; Bolsista da CAPES; Graduação e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA; Membro do Grupo de Pesquisa GAHIA - Grupo de Arqueologia Histórica na Amazônia. E-mail: anapaulaclaudino7@gmail.com

O Patrimônio Arqueológico é todo produto material que faça relação ou alusão à memória humana, esteja em superfície, no subsolo ou sob às águas. Assim, serão considerados elementos do patrimônio arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade (tempo) e sua relação com o ambiente (espaço). (...) a importância do patrimônio arqueológico revela-se de forma extensível e completa, pois a percepção de sua preservação ou contribuição é alicerçada sobre questões gerais, campo que envolve toda sociedade (COSTA, 2004, p. 14).

O principal avanço na proteção ao patrimônio arqueológico ocorreu quando foi promulgada a Lei n.3924, de 26 de julho de 1961, ela serviu como base para as normativas que se seguiram (BANDEIRA, 2018).

Posteriormente, a organização do patrimônio cultural foi regida pela Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 216 considera como patrimônio cultural, dentre outros, os sítios de valor histórico e arqueológico. Apenas a partir da Portaria SPHAN n. 007, de 1 de dezembro de 1988 que foram regulamentadas as permissões, autorizações e comunicação prévia para a realização de pesquisas arqueológicas já expressas na Lei n.3924/1961 (BANDEIRA, 2018).

Foi criada a Portaria IPHAN n.230, de 17 de dezembro de 2002, revogada pela Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015 que estabeleceu os procedimentos administrativos a serem realizados pelo IPHAN na regulamentação das ações de arqueologia no licenciamento ambiental. A partir de 2016, com a extinção do Ministério da Cultura e destituição de toda a diretoria do IPHAN, outras normativas foram publicadas, mas sem a adequada consulta à comunidade arqueológica (BANDEIRA, 2018).

Em vista das legislações vigentes, foi autorizada pelo IPHAN portaria em outubro de 2020 para a realização do Projeto de Levantamento e Prospecção Arqueológica na Igreja e Convento dos Mercedários conforme o que institui a Portaria n. 7 de 1988.

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

A instalação do convento remonta o século XVII, quando os padres João da Mercê e Pedro de La Rua Cirne fundaram, em 1640, a primeira fundação mercedária do Brasil, no bairro da Campina, em Belém. Tanto a Igreja quanto o convento tiveram a primeira construção modesta, de taipa coberta de palha. No século XVIII foi iniciada a construção do templo atual, em alvenaria de pedra, reflexo da prosperidade econômica adquirida pela ordem com as rendas advindas de suas fazendas de gado (FERRAZ, 2000; MEIRA FILHO, 2015).

Os Mercedários são expulsos da província em 1794, e a partir de 1796 o edifício deixa de assumir a função religiosa, sendo instalados em suas dependências vários estabelecimentos,

a sede da Alfândega e, posteriormente o Quartel Militar e o Arsenal de Guerra. Em 1835, durante a Revolta da Cabanagem, o Arsenal de Guerra que funcionava nas dependências do edifício, foi ocupado durante os nove dias de luta do conflito. Após este episódio, o convento e o templo sofreram reformas e adaptações a fim de reparar os estragos resultantes dos combates (FERRAZ, 2000; MEIRA FILHO, 2015).

A partir de 1847 até o século XX o edifício passou a abrigar diversas instituições. Em 1978 um incêndio destruiu totalmente a cobertura do convento e deixou suas paredes comprometidas. Entre 1985 e 1987 o Conjunto foi restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e durante as obras foram descobertas soterradas sobre o pátio, várias balas de canhões com diâmetro de aproximadamente 20 a 25cm e, quatro canhões, três deles com cerca de 3m e um com 2,5m de comprimento. As peças são remanescentes da ocupação do prédio pelo Arsenal de Guerra (FERRAZ, 2000).

Entretanto, durante esse processo de restauro não foi empreendida uma pesquisa arqueológica, o que poderia resultar de mais descobertas a respeito da cultura material de períodos anteriores de ocupação do edifício. Diante disso podemos observar a necessidade da arqueologia para se contar mais completamente a história do bem que não se encontra registrada nas fontes escritas.

A falta de manutenção do edifício acarretou em diversos problemas que levaram às instituições a se retirarem gradativamente do local, ficando o espaço subutilizado e em face de completa desocupação. Até que a partir de 2018 ele passa a funcionar como campus da UFPA abrigando os cursos de graduação em Conservação e Restauro e pós-graduação em Ciências do Patrimônio Cultural.

O Mercedários UFPA atualmente está em obras e com a pesquisa arqueológica que vem sendo desenvolvida é proposto um estudo sobre a biografia do edifício abordando aspectos de sua história, configuração arquitetônica, usos e transformações ocorridas ao longo dos anos, além de compreender, sob a ótica da arqueologia histórica, a materialidade encoberta que reflete os costumes de consumo de várias épocas.

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a investigar além dos objetos materiais, vestígios de estruturas da edificação do antigo convento que possam estar encobertas, mas que aparecem em um desenho em planta-baixa do convento de 1793 (Figura 1). Como, por exemplo, um possível poço situado no centro de um dos pátios e estruturas das paredes que dividiam o convento-velho, a casa do sal e o tronco, compartimentos esses, que de acordo com o desenho, compunham a edificação.

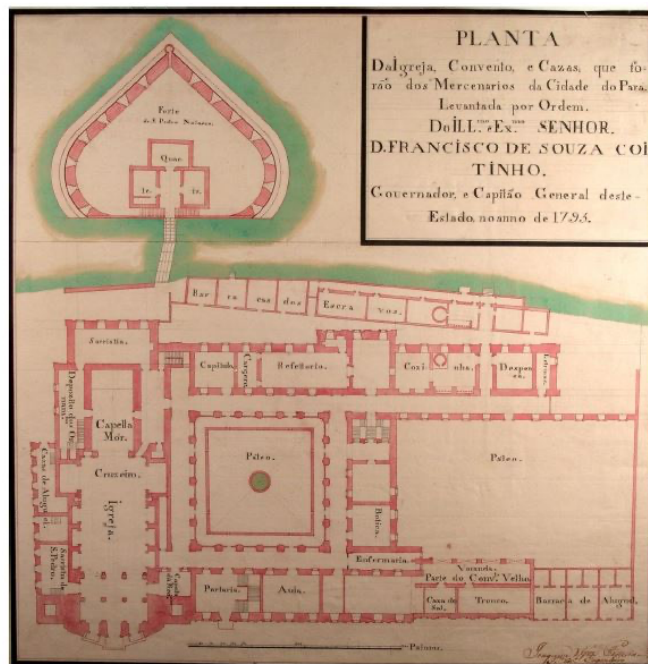


Figura 1: Planta da Igreja e Convento Mercedários de 1793

Fonte: Amorim, 2011

Durante o salvamento arqueológico empreendido durante as obras de reforma das instalações elétricas que ocorreram no atual estacionamento do edifício, foram encontrados vestígios materiais, os quais foram higienizados, numerados e armazenados. Atualmente está ocorrendo o processo de análise, no qual serão identificadas, dentre outras coisas, as características quanto a composição do material, formas, aspectos estilísticos e períodos de fabricação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Belém se constitui com alto potencial investigativo no campo arqueológico. Em 2020 as obras empreendidas sob responsabilidade da prefeitura no Solar da Beira e na Rua João Alfredo contaram com a participação de acompanhamento arqueológico, no entanto, na revitalização das praças Barão do Rio Branco, Carmo e Dom Pedro I não ocorreu esse cuidado.

No que concerne ao edifício do Mercedários, o mesmo passou desde sua fundação até os dias de hoje por diversas intervenções e acréscimos, além de diferentes usos. Contudo, a proteção ao patrimônio arqueológico não esteve presente nessas ingerências.

Dessa forma, a pesquisa no campo arqueológico vem contribuir ao resgate histórico. Por meio dos vestígios materiais encontrados podemos conhecer o nosso passado e compreender os hábitos relacionados ao consumo dos habitantes da capital através dos séculos, no bairro da

Campina, o segundo a ser ocupado em Belém e que guarda uma vasta riqueza patrimonial já evidenciada por sua arquitetura, todavia, pouco conhecida quando se remete a arqueologia.

A Instrução Normativa n. 1 de 2015, que tange sobre o patrimônio arqueológico, prevê a realização de projeto integrado de educação patrimonial, no entanto, não devem se restringir a palestras e atividades exclusivamente promocionais, de esclarecimento e divulgação.

Diante do exposto, é preciso que seja realizada fiscalização eficaz das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico, além de políticas públicas que promovam estratégias de interlocução com a comunidade para que esta esteja a par do que está ocorrendo, contribuindo com suas demandas, esse é um de modo aproximá-la da arqueologia e das políticas públicas culturais.

Palavras-chave: Convento. Mercedários. Arqueologia. Patrimônio. Proteção.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo Batista. **A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622 -1750): agentes, estrutura e dinâmica**. Doutorado em História, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5393> > Acesso em: 27 de setembro de 2021.

BANDEIRA, Arkley Marques. ‘Políticas públicas culturais e a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: perspectiva histórica’. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 259-284, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9231/5499> > Acesso em: 13 de outubro de 2021.

COSTA, Diogo Menezes. ‘Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir’. In: **Revista Habitus**, Goiânia, v. 2, p. 333-360, 2004. Disponível em: <http://plaza.ufl.edu/dmcosta/Downloads/Costa_2004.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2021.

FERRAZ, Eugênio. **Convento dos Mercedários de Belém do Pará**. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, 2000.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história, 1616-1823**. Belém: Organização Márcio Meira: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



Grupo de trabalho 1 – Políticas de Patrimônio na Pan Amazônia

Dia 12 de novembro de 2021 – 14h00 às 16h00

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Goretti da Costa Tavares – Universidade Federal do Pará (Brasil)

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



GT 1 – POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICA CULTURAL E PATRIMÔNIO IMATERIAL NO CARNAVAL AMAZÔNICO BELENENSE

Milene de Cássia Santos de Castro¹
Maria Augusta Freitas Costa Canal²
Jéssika Paiva França³

O carnaval tornou-se uma festa de expressão cultural brasileira com conotação de diretriz da formação de uma identidade e integração da nacionalidade brasileira (DAMATTA, 1983), uma “brasilianidade” dirigida de forma elitista, classista e autoritária desde 1930 quando é possível circunscrever a origem da política cultural do Brasil da qual herda-se a tradicional relação entre autoritarismo e políticas culturais (RUBIM, 2007, SIMIS, 2007, BEZERRA, BARBALHO, 2015). A festa do carnaval brasileiro organiza-se temporal em adjacência ao calendário católico entre a celebração de Reis no mês de janeiro e a Quaresma e Páscoa, assim, essa festa ocorrerá anualmente em uma semana que pode ser datada variando entre os meses de fevereiro e março. Nessa semana delimita-se o ponto auge como feriado de “terça-feira gorda”, e é, no período dela que a efervescência festiva popular acontece, sendo as ruas tomadas por expressões de cultura popular que, conforme DaMatta (1983), denotam aspectos de inversão de valores e papéis sociais e da presença, participação e exagero pela coletividade, com ocorrência desde a cidade do Rio de Janeiro, no centro sul, até a cidade de Manaus, na Amazônia brasileira.

Essa expressão da cultura popular brasileira impulsionada como um elemento da ação político-cultural de uma “nacionalidade” construída pela homogeneidade como afirmam Bezerra e Barbalho (2015, p. 70): “a partir de uma pretensa identidade expressa em um ‘ser nacional’[...]”, possibilita identificar um duplo movimento: um modelo de

¹ Doutoranda em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). E-mail: castro.milene2010@gmail.com

² Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Geografia (UNESP Presidente Prudente). E-mail: augustageotur@gmail.com

³ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). E-mail:jfranca@ufpa.br

“fazer carnaval” baseado na organização de blocos e escolas de sambas, notadamente vinculado ao Rio de Janeiro, e a ampliação desse fazer festivo, notadamente, pela configuração da expressão cultural Pré-carnaval. O Pré-carnaval acontece em várias localidades do Brasil em finais de semana anteriores ao calendário da semana do Carnaval e ao feriado nacional da terça-feira. Na cidade de Belém, capital do estado paraense na Amazônia brasileira, o pré-carnaval realizado no bairro mais antigo da cidade: Cidade Velha, vem se configurando em dimensões mais expressivas que o tradicional carnaval realizado nessa área desde 1940, em especial, com constante fomento e estimulação de criação de outros blocos pré-carnaval e a institucionalização do Pré-carnaval como Patrimônio Imaterial do município de Belém na década de 10 desse século (CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017, REDE PARÁ, 2018).

Nesse sentido, parece relevante PROBLEMATIZAR a partir das seguintes indagações: qual a relação entre a política pública cultural, a patrimonialização de bens intangíveis e a autonomia dos ententes federativos e como isso incidiu na constituição do registro do Pré-carnaval dos blocos da Cidade Velha? Por que os elementos da construção cultural do Pré-carnaval são privilegiados em detrimento ao próprio carnaval na instituição do Patrimônio Imaterial em Belém? Portanto, o OBJETIVO GERAL desse trabalho é identificar e analisar os elementos e instrumentos norteadores da patrimonialização do Pré-carnaval na cidade de Belém. Dessa forma, a METODOLOGIA da pesquisa vem sendo realizada com critério e etapas da pesquisa qualitativa com análise dos dados sendo categorizadas inclusive através de quadros organizados em conteúdos análogos (GOMES, 1994, MINAYO, 2002) com levantamento e análise bibliográfico e documental, (GOMES, 1994), observação dirigida (DESLANDES, 1994) sobre o carnaval dirigida na Cidade Velha nos anos de 2019 e em fevereiro de 2020, e acompanhamento em plataformas e redes virtuais e sociais da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV), dos blocos carnavalescos e das escolas de samba nos anos de 2020 e 2021.

OS RESULTADOS em relação à configuração de Políticas Culturais brasileira, a partir de inferências abstraídas de Rubim (2007), Simis (2007), Ministério da Cultura (MinC) (2010) e Bezerra e Barbalho (2015), revelaram que o início das políticas culturais brasileiras se delineia na década de 1930 quando o Estado começa a tentativa de constituição cultural de uma nacionalidade uniformizante e que já dimensionava o patrimônio por seu aspecto material-tangível elitista e imaterial-intangível vinculado a diferentes grupos e estratos sociais, mas privilegiando a patrimonialização material. De 1930 a 2000 o Estado vem, em maior grau nos períodos autoritários e ditatoriais e em

menor grau nos democráticos, ingerindo e ordenam o território por projetos e programas de Políticas Culturais que vão engendrar a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Pró-Memória (SPHANPM), passando pela constituição do Ministério da Educação e Cultura, a configuração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), SPHANPM e da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a instauração do MinC, conformam algumas das estruturas institucionais que foram, ao longo dessas décadas, dando corpo à intervenção das políticas culturais brasileiras.

Nesse ínterim, os aspectos intangíveis da cultura foram apontados nas propostas, mas muito pouco operacionalizados, sendo nas primeiras décadas viabilizados pela caracterização do Folclore que perdurará até década de 2000, apesar de descolamentos para dimensões aos aspectos imaterial-intangível vinculado ao saber popular decorrentes dos debates da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) já na década de 1970. Portanto, a operacionalização da política contínua o reforço a dimensão material etilista com perduração da nacionalidade uniformizante com predomínio de financiamento da cultura midiática e tecnológica com Leis de renúncia fiscal (principalmente Lei Sarney depois Lei Rouanet) destaque ao setor audiovisual (ênfase na produção cinematográfica), ainda que, na primeira metade da década de 2000 seja estabelecida a legislação de patrimônio imaterial.

Na segunda metade dessa década a Política Cultural é institucionalizada como política de Estado à construção de uma nacionalidade direcionar-se à diversidade e ao pluri-multiculturalismo cuja expressão mais eloquente será a substituição da concepção de folclore pela de “cultura popular tradicional” e, paulatinamente, a noção de cultura popular atrelada a patrimônio imaterial. Essas ações derivaram da participação do Brasil em Convenções da UNESCO que interligavam salvaguarda do patrimônio à diversidade cultural e induziram o Plano Nacional de Cultura (PNC) com forte conotação às manifestações das culturas populares com mapeamento e fortalecimento dos saberes e fazeres com estabelecimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) é instituído o registro de “Bens Culturais de Natureza Imaterial” cujos reflexos vão se espraiar por toda década de 2010 em escala intersetorial e em nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

Os RESULTADOS sobre a Festa do Carnaval na Cidade Velha apresentaram um movimento de retração do festejo de carnaval e a expansão do pré-carnaval que acaba sendo registrado como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém.

O movimento de *retração do carnaval tradicional* instituído desde 1940 com blocos e escolas de sambas, principalmente, com o redirecionamento das escolas de samba e dos blocos carnavalesco, bem como, o desfile oficial desses para áreas mais afastadas do centro. Em contra partida, revela a *expansão das festividades do pré-carnaval* que foi idealizado em 1997 por iniciativa de Benedito Lino Viana de Souza, o responsável e criador do Fofó⁴ de marchinhas: Fofó do Lino, bloco gratuito realizados apenas em vias públicas da cidade Velha. Atualmente, além do Fofó do Lino existem o Fofó de Belém que juntos são considerados tradicionais no pré-carnaval da Cidade Velha. Assim, os resultados indicam o Carnaval e o Pré-carnaval delineados na Cidade Velha por meio de blocos originariamente organizados pelos moradores locais o que sofre uma ruptura conforme o Pré-carnaval se expande. Em 2017, atinge um público de 700 mil pessoas e arrecadação de 9 milhões de reais apenas em consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas (LBCV, 2021). Na edição de 2020, 15 blocos participaram, assim como, previsto para o ano de 2022.

Conforme os resultados, essa ruptura agregada à configuração da patrimonialização e tombamento por parte do IPHAN de boa parte do conjunto arquitetônico desse bairro induziram conflitos (REDE PARÁ, 2018), bem como, conflitos entre os *participantes do carnaval e pré-carnaval* e os moradores do bairro. Esses conflitos e a expansão do Pré-carnaval ensejou a criação em 2016 da Liga dos Blocos da Cidade Velha (LBCV) que passa a ser responsável pela articulação e organização dos blocos de pré-carnaval de Belém e pela programação oficial que envolve blocos de grupos infantis, culturais, comerciais e de Pet's (animais) e os fofós (LBCV, 2019b, LBCV, 2021a LBCV, 2021c). Um ano depois da criação da LBCV o *Pré-carnaval da Cidade Velha* é instituído como *Patrimônio Cultural Imaterial de Belém* (Lei nº 9306, de 12 de julho de 2017) como resultado de um projeto proposto por um vereador e aprovado unanimemente pela Câmara Municipal de Belém.

A estratégia de patrimonialização do Pré-carnaval em Belém revela uma assimetria com os discursos do IPHAN e da política cultural com base no bem cultural popular e demonstra o contexto da política de patrimonialização do Município circunscrita pela Lei 7709/94 de 18 de maio de 1994⁵ que estabelece a criação de

⁴ Os fofós são blocos gratuitos, realizados apenas nas ruas da cidade Velha e que não comercializam abadás.

⁵ Extraído de <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>, acessado em 22 de maio de 2021.

Conselho de Patrimônio Cultural e versa sobre patrimônio como bens materiais e imateriais acionando aspectos de identidade e memória como “formas de expressão” e “modos de criar e fazer”, contudo, os dispositivos dessa lei aprofundam os processos de tombamento sem deixar claro o proceder com o patrimônio imaterial. A regulamentação municipal do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial será dada pela Lei 101810 de 11 de agosto de 2021⁶ que estabelece quatro livros de Registros, as referências e relevância cultural e os procedimentos e documentos técnicos. Assim o reconhecimento do Pré-carnaval como patrimônio imaterial ocorreu como projeto da Câmara Municipal, o levantamento técnico ainda sem disponibilidade. A natureza do bem extraída de uma festa popular cuja referência e relevância cultural se desenha na constituição dos blocos Fofó que são gratuitos e de cultura das marchinhas carnavalesca dos quais só se identificou dois blocos. Entretanto, durante a votação e aprovação do projeto e na sessão de titularidade do bem na Câmara Municipal o discurso se centralizou na constituição de geração de renda, na economia local e geração de divisas, o que apontava a patrimonialização com vetor disciplinar e organizacional do Pré-carnaval.

Palavras-chave: Política Cultural, Patrimônio Imaterial, Carnaval, Cidade Velha, Belém-PA.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, J., BARBALHO, A. As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos. In: *pragMATIZES* – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, ano 5, n.8, out/2014 a mar/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Sessão solene comemora título concedido à Liga de Blocos de Carnaval da Cidade Velha (2017). Disponível em: <https://www.cmb.pa.gov.br/sessao-solene-comemora-titulo-concedido-a-liga-de-blocos-de-carnaval-da-cidade-velha/>. Acesso em 23 set. 2021.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DESLANDES, Suely. Cap. II - A Construção do projeto de Pesquisa. p.31-p.49. In: MINAYO, M. C. de S. (ORG). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁶<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOM-BELEM/2021/Agosto>, acessado em setembro de 2021.

LIGA DOS BLOCOS DA CIDADE VELHA (LBCV). E saudade... Belém, 6 mai 2021.
Instagram: @precarnavalbelem. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/COidRgSDQmZ/>. Acesso em 29 set. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

REDE PARÁ. Em reunião com blocos, Prefeitura começa a organizar o pré-Carnaval de Belém. (2018). Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/178570/em-reuniao-com-blocos-prefeitura-comeca-a-organizar-o-pre-carnaval-de-belem>. Acesso em 23 set. 2021.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____, BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C., BARBALHO, A. (ORG.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador/Ba: EDFBA, 2007.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

O Patrimônio Cultural Como Instrumento de Promoção Turística: Percepção dos Gestores dos Museus Públicos da Cidade de Maputo

¹Dario Manuel Isidoro Chundo

²Maria Ivone Daniel Hermínio Munguambe

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico intitulado : *O Patrimônio cultural como instrumento de promoção turística: percepção dos gestores de museus públicos da cidade de Maputo*. Cada sociedade ou povo tem o seu patrimônio cultural, que o mesmo confere a sua identidade cultural. O patrimônio cultural funciona como uma marca indelével duma sociedade, onde nele se revejam os valores, hábitos, tradições e costumes.

Neste contexto, a cidade de Maputo compreende um conjunto diversificado de museus históricos que constituem como instrumentos de promoção turística. Assim sendo, a presente pesquisa tem como objectivo principal, explicar a percepção dos gestores dos museus públicos da cidade de Maputo, sobre o papel do patrimônio cultural para a promoção da actividade turística.

O presente artigo tem como objectivo geral compreender o patrimônio cultural como instrumento de promoção turística na percepção dos gestores dos museus públicos da cidade de Maputo, seguido dos específicos que são: Explicar o papel do patrimônio cultural nos museus públicos da cidade de Maputo na promoção turística; Descrever a importância do patrimônio cultural como instrumento de promoção turística; Identificar a percepção dos gestores dos museus públicos da Cidade de Maputo e Propor estratégias de preservação e valorização do patrimônio cultural com vista a uma maior atratividade turística.

¹ Doutorando no curso de Geografia da Universidade Pedagógica de Maputo, docente na UPM darioisidoro17@gmail.com

² Licenciada em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário, Funcionária da CENECARTA, mariaivonedh@gmail.com

O presente artigo científico apresenta as seguintes metodologias usadas para a materialização do artigo, sendo que o tipo de pesquisa, foi qualitativa e usou-se o como método de abordagem, o qualitativo, e como de procedimento, a Pesquisa bibliográfica, o documental, pesquisa de campo e observação directa. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos para a recolha de dados usou-se a entrevista e o questionário.

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador ao contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou defendido sobre um determinado tema ou assunto. Usou-se a pesquisa bibliográfica para dar um suporte teórico acerca da preservação e valorização dos monumentos históricos como atrativos turísticos da cidade de Maputo e para dar um melhor enquadramento dos dados colhidos ao longo da execução do trabalho.

De acordo com Marconi e Lakatos (1991), a fonte de colecta de dados está restrita a documentos, escritos ou não que constitui fontes primárias auxilia o pesquisador na compreensão dos fenómenos em estudos. Assim, recorrendo a esse método, os autores analisaram alguns documentos relacionados com a valorização dos monumentos históricos, como: manuais históricos existentes nos museus públicos da cidade de Maputo, arquivos históricos contendo historiais dos museus e documentos legais sobre a protecção dos museus.

APORTE TEÓRICO

Património cultural

Refere-se ao conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais (intangíveis), que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região (país, localidade ou comunidade) adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material (MOUTINHO, 2007).

Na Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1972, o patrimônio cultural, até o momento chamado patrimônio histórico, passou a ser considerado como "o conjunto de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências" (BARBOSA, 2001:70). Em suma, patrimônio cultural é tudo o que confere cosmovisão cultural a um povo, seja ela a sua forma de manifestação artística, através da literatura, música, arte, jogos entre outras. O patrimônio cultural serve de um alicerce cultural de um povo ou de um ponto de referência.

Museu

É uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (BRUNO, 2007).

Um museu é, na definição do *International Council of Museums* (ICOM, 2001), "*uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade*". O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento

Promoção turística

Segundo Cunha (2009:29) é a difusão de um lugar como destino para os turistas. Refere-se também a campanha de promoção turística para designar as actividades e os empreendimentos levados a cabo com a intenção de que os potenciais viajantes conheçam os pontos de interesse de um destino e se decidam a planificar uma visita.

A promoção turística pode incluir publicidades em canais de televisão, da rádio, com imagens, cartazes nas ruas e com fotografias gigantes. A promoção turística funciona espécie um marketing turístico, através do qual são elencados os principais destinos turísticos de um determinado lugar, com o objectivo de facilitar aos turistas durante a actividade turística.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Breve localização e historial dos museus da cidade de Maputo

A pesquisa desenvolveu-se nos Museus da Cidade de Maputo, concretamente no Museu dos CFM, da Moeda e da Arte, todos eles localizados na Cidade de Maputo (vide o mapa de localização a baixo).

Mapa nº 1: Localização dos Museus da Cidade de Maputo



Fonte: Autores (2020).

O Museu dos CFM, inaugurado a 11 de Junho 2015, está sediado na Estação Central dos Caminhos de Ferro, em Maputo. É uma instituição de âmbito tecnológico, científico e cultural ao serviço da comunidade. Tem por missão retratar e difundir a história dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. Tem como principais objectivos o estudo, a documentação, a conservação e divulgação do acervo em sua posse, bem como a valorização da Estação Ferroviária de Maputo, edifício que aloja o Museu e a preservação da sua memória (<https://www.cfm.co.mz/index.php/pt/sobre-o-cfm/museu-dos-cfm>).

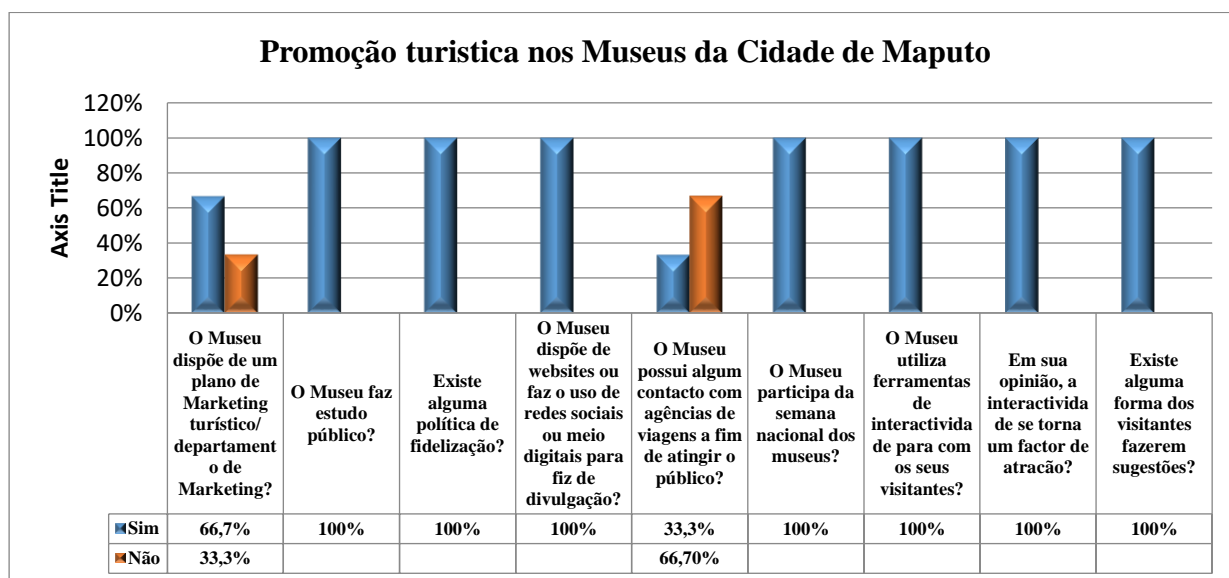
O Museu da Moeda esta localizada na Praça 25 de Junho, nº 438, quase em frente do Banco de Moçambique, na Cidade de Maputo, a casa amarela que foi residência do governador em 1973, é, actualmente, o Museu Nacional da Moeda, sob tutela da Universidade Eduardo Mondlane. A casa foi construída em 1860, tendo sido várias vezes remodelada, ao longo dos anos, quer para fazer face a acção das intempéries, quer para a tornar mais funcional. Entretanto, a casa manteve a sua talha (feição) original que é do estilo Indo-português, muito vulgar na época. Foi a primeira casa de alvenaria a ser construída na actual Cidade de Maputo, cuja pedra foi trazida da Ponta Vermelha (MACAMO, 2003:123).

Museu Nacional de Arte, é resultado de um projecto que começou a esboçar-se logo após a Independência Nacional, abriu ao público, em moldes permanentes, há dez anos, a 18 de Maio de 1989. Inaugura-se finalmente a exposição permanente de arte moçambicana, após anos de tentativas, de discussão e de questões sobre definições de arte, sobre o que seria apropriado para a coleção de um museu de arte e sobre quais seriam as funções de um museu de arte nem moçambique. A concepção do Museu Nacional da Arte, tinha em vista encontrar um espaço para a exposição cultural da história do povo Moçambicano (In Historial do Museu da Arte, 2020).

Os museus são importantes, na medida em que elas buscam a preservação e conservação do passado de um povo, sendo que os artefactos conservados em um determinado museu, devido ao valor histórico e cultural acabam atraindo o turismo. Segundo o gestor do Museu do caminho-de-ferros de Moçambique (Cp, 2020), os museus devem ser compreendidos como elementos inerentes à atividade turística, visto que a cultura se apresenta como a força motriz capaz de impulsionar o turismo e este como um dos atores responsáveis pela preservação das identidades culturais, sendo, portanto, uma via de mão dupla.

Os gestores dos 3 Museus pesquisados (dos CFM, da Moeda e da Arte), foram divergentes em algumas questões e convergentes noutras. Sendo que a divergência surge na primeira pergunta, segundo a qual, pretendia-se saber se “O Museu dispõe de um plano de Marketing turístico/ departamento de Marketing?” Se existe alguma política de fidelização? O Museu dispõe de websites ou faz o uso de redes sociais? Se possui um contacto com agências de viagens? Que participa na semana nacional dos museus? Se usa ferramentas de interatividade para com os seus visitantes? Ou se existe alguma forma de os visitantes fazerem sugestões? Visto que dos 100% dos entrevistados, 66.7% respondeu pela positiva e apenas 33.3% disse que não dispunha de um plano de Marketing turístico como atesta o gráfico seguinte:

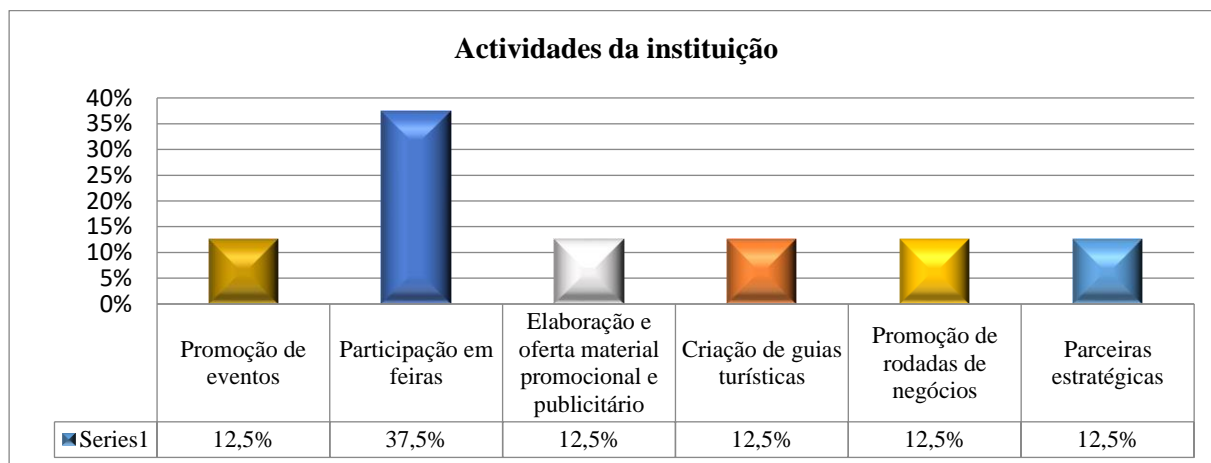
Gráfico 1: Promoção turística nos Museus da Cidade de Maputo



No que concerne as actividades da instituição, segundo os gestores dos 3 museus entrevistados, em relação a promoção de eventos, dentro da percentagem dos 100%, é de 12,5%; A

participação em feiras é de 37,5%, o que mostra que os mesmos participam activamente nas feiras nacionais; Em relação Elaboração e oferta material promocional e publicitário, a percentagem é de 12,5%, mesma percentagem, no que concerne a criação de guias turísticas, promoção de rodadas de negócios e parcerias estratégicas, como ilustra o gráfico seguinte:

Gráfico 2: Actividades das Instituição (Museus da Cidade de Maputo).



Consideracoes Finais

A presente pesquisa nos permitiu ter contato com três gestores de museus públicos da cidade de Maputo, concretamente o Museu dos CFM, da Moeda e da Arte e suas percepções refletem dilemas e soluções que talvez possam ser extensivas a outros gestores de museus públicos de todo Moçambique. Os três gestores expressaram sua concordância quanto ao potencial dos museus como portal de entrada para o conhecimento da cultura local, possibilitando que o turista tenha experiências diversificadas. Foi unânime a percepção de que a cidade de Maputo é uma área favorável para realização da atividade turística e que os museus também são detentores de potencial turístico cultural.

Bibliografia

BRUNO, Cristina. *Museus e Patrimônio Universal*. IN *V Encontro do ICOM BRASIL, Fórum dos Museus de Pernambuco*. Recife, 2007.

CUNHA, L. *Introdução ao turismo* 4ª Edição, nº edição 2665, Lisboa – São Paulo. 2009.

ICOM. *Código de Ética para Museus*, 21ª Assembleia Geral do ICOM. Seul, 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Técnica de pesquisa**. Editora Atlas S. A. São Paulo; 1991.

MOUTINHO, Mário C. - *Cadernos de Sociomuseologia*. V. 28, N. 28, Lisboa, 2007.

Palavras-chave: Museus, Património Cultural, Promoção Turística.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

AS VARANDAS DE NAZARÉ E A VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO PATRIMÔNIO A PARTIR DO CÍRIO

Vivian Larissa Monteiro Albuquerque ¹

INTRODUÇÃO

A valorização capitalista do espaço é a relação capital-espaço, na qual o espaço, sendo condição geral de existência da sociedade, sob a hegemonia das relações capitalistas aparece na produção como parte do valor (COSTA e MORAES, 1987). O presente trabalho tem por objetivo analisar a valorização capitalista do patrimônio a partir do Círio de Nazaré, em Belém-PA. Uma das formas dessa valorização se dá pela produção espacial das Varandas de Nazaré. Utilizou-se da dialética como método de análise e os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, observações sistemáticas *in loco*, e levantamento de documentação jornalística e anúncios dos empreendimentos imobiliários que usam o patrimônio como negócio. O trabalho se dividiu em três partes. A primeira discutiu acerca da formação socio-espacial do Círio de Nazaré. Na segunda parte foi realizada uma discussão conceitual acerca do patrimônio, da valorização capitalista do espaço e do turismo; e, por fim foi realizada uma discussão acerca das varandas de Nazaré como expressão da valorização capitalista do patrimônio do Círio.

Palavras-chave: Patrimônio. Círio de Nazaré. Valorização capitalista do espaço.. Varandas de Nazaré.

PATRIMÔNIO, VALORIZAÇÃO E TURISMO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

O patrimônio pode ser compreendido por diversos significados e conceitos que variam de acordo com o método e o foco de análise. Paes-Luchiari (2009) afirma que o patrimônio

¹ Mestra em geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO-UFPA). Monitora do projeto de extensão roteiro geo-turístico da UFPA. Email: vivian.ufpa@gmail.com.

cultural é um fato social e que, por isso, ele não é só uma expressão da sociedade. “Ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica.” (PAES-LUCHIARI, 2009, p. 163). É em razão disso que, uma das maneiras de interpretá-lo é direcionando à história sócio-cultural dele.

O processo de turistificação do espaço patrimonializado, que utiliza o patrimônio enquanto negócio, se torna um fator fundamental na análise, pois o turismo vinculado ao patrimônio passa a promover um consumo daquele espaço. Fratucci (2008) caracteriza esse processo como sendo um processo de apropriação simbólica de certas partes do espaço pelo turista e também um processo de dominação espacial pelos agentes do Estado e agentes econômicos. Qualquer atividade turística é espacial, logo, cabe a uma análise da produção do espaço. A atividade turística que envolve o Círio de Nazaré faz com que o mesmo tenha um uso voltado não apenas para o lazer, mas também para fins mercadológicos.

Na análise da valorização capitalista do espaço existem duas formas de valor: o valor de uso e o valor de troca (HARVEY, 1980). O valor de troca ao se associar com o turismo obtém uma dimensão profunda, comprovada pela produção dos simulacros espaciais (CARLOS, 2013). Pode-se observar, ocorrendo essa associação com a Basílica de Nazaré, cujo valor de troca passa a ser usufruído pelos agentes imobiliários que utilizam do valor de uso que a mesma possui para extrair seus lucros por meio de uma valorização existente desse patrimônio (Basílica de Nazaré) com o seu entorno. Logo, as áreas pertencentes ao retorno da Basílica possuem um valor de uso do solo mais elevado. Esse valor elevado ocorre devido aos simulacros espaciais criados por meio da associação do turismo com o valor de troca do patrimônio da basílica de Nazaré.

A FORMAÇÃO SOCIO-ESPACIAL DO CÍRIO DE NAZARÉ.

A origem da devoção do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém-PA inicia a partir do achado da imagem da santa por Plácido às margens do igarapé Murutucu no ano de 1700, local em que atualmente está edificada a Basílica. A história sobre o achado da imagem ganha repercussão na cidade, pois quando Plácido encontra a imagem e a leva para sua cabana, a mesma retorna para o local de origem. Após a ocorrência de diversas vezes desse fato, o então governador da época, D. Francisco de Souza Coutinho, ordena que anualmente fosse feita uma romaria do palácio do governo até a pequena ermida. Essa romaria fora a primeira procissão do Círio de Nazaré que ocorrera em setembro de 1793 (PENTEADO, 1968). Com o passar dos

anos, a pequena ermida fora modificada e se tornou hoje a Basílica de Nazaré. E a pequena romaria, que começou com uma procissão contando com a participação de quase dez mil pessoas, conta, atualmente, com cerca de dois milhões de pessoas e é considerada como uma das maiores festas religiosas do mundo (SERRA, 2014).

A festa do Círio de Nazaré, que ocorre todo ano durante o mês de outubro na cidade de Belém, ganhou uma dimensão espacial que ultrapassou as fronteiras da cidade, ocorrendo também nas demais cidades do interior do Pará. E, no ano de 2004, a festa do Círio foi inscrita no livro das Celebrações do Iphan (IPHAN, 2006), o que intensificou a apropriação do valor cultural e religioso do patrimônio do Círio pela atividade turística, inserindo-a, assim, no circuito da economia capitalista.

AS VARANDAS DE NAZARÉ E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO CAPITALISTA DO PATRIMÔNIO.

As Varandas de Nazaré, no plural que é referida nesta pesquisa, trata do aluguel dos imóveis localizados na Avenida Nazaré, para os turistas. Incluem-se como espaços enquadrados nas Varandas de Nazaré os seguintes grupos: a) aluguel individual das varandas, camarotes e sacadas das casas e dos edifícios, e; b) aluguel dos apartamentos, *kit net* e casas localizados na avenida Nazaré destinado ao período do Círio.

No ano de 2019, a estimativa de turistas que participaram do Círio de Nazaré fora cerca de R\$ 83 mil pessoas e injetou na economia paraense cerca de R\$ 120 milhões de reais (CÍRIO, c2017). Esse valor demonstra a dimensão turística da festa do Círio de Nazaré. E demonstra também a espetacularização do patrimônio dentro da produção capitalista do espaço. É assim que os proprietários das Varandas de Nazaré utilizam da atividade turística do Círio para lucrar com seus imóveis. A exemplo, identificamos o aluguel de uma varanda localizada na praça Justo Chermont, cujo proprietário cobrava o valor de R\$ 3.000,00 por dia sem contar o valor do condomínio e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), (MGF IMÓVEIS, 2019). Há, evidentemente, a extração de uma renda de monopólio por parte desse proprietário no aluguel do camarote para o círio. É o pleno consumo e apropriação da cultura e do patrimônio pelo mercado imobiliário e turístico.

É interessante ressaltar que o capital sempre "dá um jeito" de incorporar novos espaços e novas ideias ao seu mercado. As Varandas de Nazaré, sejam promovidas por empresas de comunicação, corretoras imobiliárias ou proprietários dos imóveis, é um grande exemplo da

espetacularização do patrimônio. O que os turistas e as pessoas que alugam essas varandas/sacadas/camarotes estão fazendo em comum? Elas estão comprando os seus ingressos para o grande espetáculo que é o Círio de Nazaré. O aluguel das varandas nas melhores localizações, como a avenida Nazaré, se assemelha a compra do bilhete no camarote para ver o espetáculo acontecer. Garantir os melhores espaços, a melhor e mais confortável vista durante o espetáculo do Círio, é um poder que só quem pertence a classe média e a classe alta possui condições financeiras para ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas dinâmicas espaciais vão surgindo como um resultado das associações entre formas de capitais diferentes, como é o caso da produção das Varandas de Nazaré. A associação do mercado imobiliário, expresso pelo aluguel de um imóvel ou parte dele na avenida Nazaré, juntamente com o processo de turistificação de um patrimônio, que é o Círio de Nazaré, resultou em uma nova dinâmica espacial que é o aluguel das Varandas de Nazaré. Essa dinâmica é a expressão do processo de valorização espacial que o patrimônio do Círio gerou dentro do processo de produção capitalista do espaço da avenida Nazaré. O objetivo deste trabalho não fora analisar o Círio e o processo de turistificação do espaço da avenida Nazaré, mas sim mostrar que o Círio é um patrimônio que, ao ser apropriado pelo capital, contribui para o processo de valorização capitalista do espaço da avenida Nazaré.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino *et al.* (orgs.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2013.

CÍRIO de Nazaré trouxe 83 mil turistas e 31 milhões de dólares ao Pará em 2019. **SETUR PARÁ**. c2017. Disponível em < <http://setur.pa.gov.br/noticia/cirio-de-nazare-trouxe-83-mil-turistas-e-31-milhoes-de-dolares-ao-para-em-2019>>. Acesso em: 29 de jul. de 2021.

COSTA, Wanderley Messias da; MORAES, Antônio Carlos Robert;. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987. 196 p.

FRATUCCI, Agnaldo César. **A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 308f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. 1ª ed. Brasileira. Hucitec. São Paulo, 1980.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Círio de Nazaré – Dossiê**. Volume I. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. **Círio de Nazaré**. IPHAN. Belém, 2006. 101p. MAUÉS, Raimundo Heraldo. **Círio de Nazaré**. IPHAN. Belém, 2006. 101p.

MGF IMÓVEIS. Anúncio publicado no site MGF imóveis. Disponível em <https://pa.mgfimoveis.com.br/aluguel-pa-belem-assistir-ao-cirio-em-salao-varanda-em-frente-praca-justo-1276945>. Acesso em: 9 de out. de 2019.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico**. Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: (estudo de geografia urbana)**. Belém: Ed. da UFPA, 1968. 2 v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo).

SERRA, Débora Rodrigues de Oliveira. **A turistificação do espaço em santuários e eventos católicos: uma análise sobre o círio de Nazaré em Belém-PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

A CONSTRUÇÃO DOS MARCOS TEMPORAIS E ESPACIAS DE MEMÓRIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME: AS MEMÓRIAS DA FEIRA, DAS RUAS, DAS LUTAS SOCIAIS E PRÁTICAS COTIDIANAS DE SEUS MORADORES

Ana Claudia dos Santos da Silva ¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho fa um recorte da tese de doutorado defendida em 2018, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, que teve como Título Memórias e resistência: os marcos sociais da memória de feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, em Belém-Pa. Apresenta a definição de marcos sociais de memória segundo Maurice Halbwachs, definindo dois marcos referenciais para a memória dos moradores do Bairro da Terra Firme (Marcos Temporal e espacial). Partindo destes marcos apresenta as formas de definição dos atores e a inserção de suas histórias de vidas relatadas por eles e que mostra a vivência destes durante a sua trajetória vida no bairro.

A pesquisa teve como marco espacial a feira e horto mercado do bairro, visto que foi dali que o bairro se originou e hoje é considerado o seu núcleo central partindo destes para as ruas e vielas que se originaram a partir da ocupação pela avenida Perimetral na década de 1980 que se configura como o marco temporal da memória social do bairro. A partir da análise das narrativas dos moradores foram identificados os seguintes quadros de memória: 1) paisagem de passado de florestas e águas; 2) o presente da rua e da lama; 3) os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência; 4) a Feira e o Hortomercado, espaços de trocas e conflitos.

Estes quadros foram considerados como marcos da memória do bairro, no sentido que estabelecem uma linha divisória convergente ao passado de luta dos habitantes. Em decorrência, revela-se a noção de pertencimento ao lugar e o sentimento identitário dos moradores com o lugar de moradia e vivencias cotidiana de seus moradores. Em suas narrativas de memória estes

¹ Doutora em Ciências Sócio ambiental pelo PPGDSTU/NAEA/UFPA, chefe do Serviço de Educação do Museu Paraense Emílio Goeldi; pertencente ao grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente, anacsilv3@hotmail.com

atores mostram o bairro da Terra Firme como “o melhor lugar para morar”. Para eles, o bairro é um lugar de vivência, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a resistência destes moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade.

Ao caracterizar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identificou-se a representação das várias fases por que passaram seus os moradores com suas práticas cotidianas: Os Marcos de memória caracterizados como espaço de trocas e conflitos entre seus atores, foram narrados pelos moradores, quando cada um deles trouxe as suas versões acordadas de seu passado individual para a construção de uma memória coletiva a partir das suas experiências e vivências em seu novo lugar. A pesquisa mostrou que estes lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, presença deixa marca no lugar e vice versa (HALBWACHS, 2004). Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da sua vida social.

Os marcos de memória espacial e temporal do bairro da Terra Firme: as ruas, a feira e o hortomercado entre as águas, igapós, estivas e passagens

As histórias de um lugar (TUAN, 1983; AUGÉ, 1994) seja ele um bairro, uma rua, vila, vilarejo ou uma cidade podem ser narradas a partir de várias fontes, tais como: documentos, fotos oficiais ou não, relatos, imagens, reportagens e outros tipos de documentos, inclusive objetos que guardem algum resquício de informações sobre o contexto estudado. Além destas, constam ainda as histórias orais guardadas na memória de seus moradores e contadas pelos que ali viveram e construíram uma história de vida, que se funda nas cenas vividas no cotidiano do bairro, da rua, da cidade.

Buscou-se contar a história do bairro da Terra Firme a partir dos fragmentos de lembranças dos indivíduos participantes da pesquisa, ressaltando os marcos/quadros de memória que estes destacaram em relação ao bairro da Terra Firme. Neste caso, as memórias são como retalhos de uma grande colcha que será tecida pelo pesquisador a partir da percepção dos sujeitos da pesquisa.

Para contar esta história, optou-se por abordar relatos orais, aqui denominados narrativas de vida. Estes relatos apresentam os percursos biográficos (BERTAUX, 2010) de indivíduos que integram dois grupos sociais e fundamentam o contexto memorial do bairro. As narrativas que constituem o acervo de memória do bairro foram registradas por meio de história de vida de 18 indivíduos, inseridos em dois segmentos sociais, como exposto anteriormente.

Neste universo, buscou-se contextualizar o bairro da Terra Firme, a partir das narrativas de nove moradores. Embora se trate de número reduzido de residentes, manteve-se uma representatividade entre o grupo, pois agrega os moradores nascidos no bairro e os que vieram ainda jovens ou já adultos, acompanhando suas famílias, outros buscando uma melhoria de vida e, principalmente, um lugar para morar.

Para identificar e caracterizar os marcos sociais da memória destes moradores, buscou-se determinar como esses indivíduos produzem sentidos acerca de suas experiências no bairro e constituem suas configurações indenitárias. Buscou-se, ainda, perceber como eles pensam, sentem e vivem a Terra Firme (seja no passado, no presente) e o que esperam dela no futuro, visando entender como se configuram os marcos de memória do bairro, identificando-se os fragmentos que caracterizam as seguintes questões nas suas narrativas: o vínculo com o lugar; os cenários de infância e adolescência; as cenas que se perderam no tempo, o vínculo com o lugar de origem (para os que não nasceram no bairro) e a percepção das mudanças.

Portanto, com base nos conceitos de Memória Coletiva, Quadros Sociais da Memória (HALBWACHS, 1994; 2004) e Lugares de Memória (NORA, 1993; LE GOFF, 1992), propus o conceito de Contexto Memorial para definir a “Paisagem da Memória” (FREITAS, 2010). Isto é, constitui as situações e interações vividas no passado do bairro e que representam imagens e momentos que são investidos de afetos e emoções (NORA, 1993), sobretudo os que se apresentam como marcos, a partir dos quais as memórias individual e coletiva se sobrepõem, permitindo redefinir uma identidade e revitalizar os próprios percursos biográficos de cada grupo entrevistado (BERTAUX, 2010). Destarte, resultou a composição dos quadros sociais da memória da Terra Firme, que trazem em si o contexto memorial do bairro, que se pauta nas lutas sociais, na resistência, nas conquistas e nas “derrotas” dos moradores em busca de seu sonho de viver melhor.

Estas paisagens foram consideradas como marcos da memória do bairro, no sentido que estabelecem uma linha divisória convergente ao passado de luta dos habitantes. Em decorrência, revela-se a noção de pertencimento ao lugar e o sentimento identitário dos “terraqueos”, como se autodenominam os moradores da Terra Firme.

Outro aspecto importante a ressaltar nestes marcos de memória são as divergências de interpretações e as versões individuais sobre o passado. Vale acentuar, que tais lacunas são consideradas, visto que as fontes relatoras de qualquer pesquisa oral são passíveis de lapsos e omissões. A fonte relatora é quem seleciona as lembranças a serem expostas, assim como define como essas lembranças estão relacionadas com o contexto social onde ela vive (HALBWACHS, 1994; CANDAU, 2012; POLAK, 1989).

Isto fica claro quando se ouve relatos de dois grupos de moradores: os que participaram diretamente das lutas pela moradia – aqui denominados de moradores engajados – e aqueles que chegaram ao bairro antes desses movimentos e adquiriram seus terrenos por compra.

Percebe-se nas falas dos moradores engajados – uma visão crítica da realidade. Já no segundo grupo chamados de moradores não engajados, a maioria não compartilha esta percepção analítica ou interpreta esta realidade (luta pela moradia) de forma superficial e muitas vezes recriminatória, ao denominar os moradores do primeiro grupo de invasores.

Considerações Finais

Os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme foram caracterizados a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades dos atores sociais (feirantes e antigos moradores) que participaram da pesquisa, tendo como perspectiva o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar, percebidos nas suas trajetórias e experiências de vida, o que ficou claro pelas narrativas dos interlocutores. Neste contexto, podemos verificar que dois lugares se destacam nas narrativas de memórias dos atores, sendo estes: as ruas e o hortomercado. Estes espaços do bairro trazem marcas das lembranças dos moradores, nas adversidades do cotidiano vivenciadas por eles ao longo do tempo.

As narrativas dos moradores da Terra Firme expressam o seu apego pelo bairro, o que foi percebido quando questionados sobre o desejo de sair daquele lugar. Todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que não sairiam da Terra Firme, mesmo com todas as dificuldades que ainda enfrentam. Ao acessarem e expressarem suas memórias, esses moradores trazem à tona um panorama de acontecimentos vividos e sua relação com o modo que esses atores se constituem por meio de seus percursos biográficos (BERTEUAX, 2010).

Esses acontecimentos focam na vinda desses sujeitos para o bairro, na infância vivida naquele lugar, para os que vieram crianças; na construção da moradia e a luta pela melhoria da qualidade de vida, para os que vieram construir sua família no bairro; e na vida de trabalho, para aqueles que passaram a atuar em vários serviços no bairro, inclusive na feira. Para os que nasceram naquele lugar, as referências de memória pautam-se em narrativas relacionadas à infância e às vivências de brincadeiras e de trabalhos, para os quais o trabalho na infância foi uma forma de crescimento pessoal. Esses moradores afirmam que, naquele tempo, o espaço do bairro era propício para o brincar, pois a natureza chamava a isso no ambiente de floresta e rio.

Em suas narrativas de memória, esses atores mostram o bairro da Terra Firme como “o melhor lugar para morar”. Para eles, o bairro é um lugar de vivência, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a

resistência desses moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade.

Ao identificar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identifica-se a representação das várias fases por que passaram seus os moradores com suas práticas cotidianas partindo destas experiências de vida estes moradores constroem suas representações sobre os diversos lugares de memória identificados no bairro: O passado de floresta e águas; o presente das ruas e lama; os movimentos e as lutas para a sobrevivência; e o hortomercado e feira como espaços de trocas e conflitos podem ser considerados por estes moradores como espaços de construção de memórias tanto individuais quanto de grupos

Palavras Chaves: Terra Firme, memória coletiva, Marcos sociais de Memória, sociabilidade urbana.

Referências

AUGÉ, M. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade. São Paulo: Papyrus, 1994. 111p.

BERTAUX, D. Narrativa de vida a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010

CANDAU, J. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

FREITAS, S. M. de. História oral: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 1994.

_____. Los marcos sociales de la memoria. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

_____. La topographie légendaire des évangiles en Terre Sainte. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

THOMPSON, P. A voz do Passado: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992

TUAN, Y-F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

ESTRATÉGIAS DE USO E APROPRIAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS: ESTUDO SOBRE O PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA.

Magaly Caldas Barros ¹

INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Belém (CHB) é um espaço habitado. Esse é nosso ponto de partida, mas não será focada na moradia que desenvolveremos nossa análise, mas sim no que o habitar pressupõe como estilo de vida urbano ao sujeito que consolida o patrimônio. As organizações sociais não institucionais conjecturam uma ideia de cidade poucas vezes percebida por quem estuda os edifícios patrimonializados. Diante disso, nos deparamos com uma problemática sobre as estratégias de apropriação dos centros históricos, em especial do CHB. Esta pesquisa objetiva analisar como o Projeto Circular Campina-Cidade Velha se apropria do espaço patrimonializado do CHB. Para tanto, elegemos elementos teóricos e empíricos que evidenciam as formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado a partir da efetivação do Projeto Circular, seguindo as bases teóricas de Lefebvre (2013), Santos (2017), Bourdieu (2011) e Certeau (2013). Dois pontos merecem ser destacados sobre as relações na produção espaço do CHB: o primeira, reside no papel central do sujeito, pois revela a continuidade e a ruptura das relações sociais, isto é, faz-se suspensa a ideia de “começo” e em vez disso tem-se a sucessão ou o corte as estruturas discursivas, das práticas, das linhas de pensamento, dos gestos que, em seus interstícios, dão significado às possibilidades de fazer-se existência – “A través del cuerpo se percibe, se vive y se pro-duce el espacio” (LEFEBVRE, 2013, p. 210); o segundo ponto, trata dos enfrentamentos cotidianos experimentados durante as atividades do Projeto Circular, como os problemas de mobilidade urbana, coleta de lixo e segurança pública, que apesar de atravancar a participação dos setores mais distantes do centro histórico, não impede a presença desses sujeitos nas atividades.

ARGUMENTAÇÃO E REFLEXÕES

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Compõe o Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR) vinculado à UFPA. E-mail: magalycaldasb@gmail.com.

Buscamos defender a hipótese de que a dinâmica de produção do espaço do CHB envolve sujeitos que, em diferentes escalas de atuação, estabelecem relações de uso e apropriação do espaço expressas pelo domínio hegemônico (simbólico e concreto) dos grupos que levam vantagem nas disputas espaciais. O Projeto Circular difunde conceitos característicos aos espaços do centro histórico e adjacências, possibilita uma leitura geográfica de uma secessão estruturada de momentos, como um quadro absoluto de referências que origina a ideia permanente e cambiante dos usos contemporâneos do CHB. Tais usos fruem de técnicas e novas tecnologias, como a transmissão em tempo real dos acontecimentos por meio das mídias sociais, ou como a publicação de editoriais e matérias na Revista Circular a respeito das ações produzidas e desencadeadas pelo Projeto.

Escolhas individuais, operadas por sujeitos recíprocos e que têm posse (teórica ou prática) das pressões estruturais, são suscetíveis de serem interpretadas por uma lógica mecânica de concentração – no sentido de agrupamento do termo – que delibera sobre os objetos, sobretudo os patrimoniais, a partir da inflação de memórias. No caso do Projeto Circular, memórias já consolidadas do CHB são reativadas pela leitura decolonial do espaço. Desse modo, as pressões estruturais que incidem sobre os sujeitos que participam do evento, sejam eles parceiros ou participantes, são responsáveis por uma parte, um tanto ampla, da produção atual do CHB. Tais pressões, não se restringem as necessidades talhadas num determinado espaço de tempo, nem nas disposições econômicas urgentes ou na velocidade das relações sociais: é toda a estrutura social – colonial, racista, machista, discriminatória, elitista e segregadora – que pesa sobre as decisões de todos, desde a escolha de sair de casa para participar das atividades do Projeto até as estratégias publicitárias de divulgação das atividades.

As práticas de consumo produzidas pelo Projeto Circular parte do deslocamento da atenção dada ao consumo dos bens patrimoniais. Para Certeau (2013), “é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado de bens, mas pelas operações dos seus usuários” (p. 13) e ocupar-se com as diversas formas de delimitar socialmente (lê-se econômica, prática e discursivamente) o desvio trabalhado num recorte espacial por uma prática. Assim, voltamo-nos para a reprodução das criações do Projeto Circular, que podem ser perecíveis ou duradouras, mas que sobretudo parecem irromper o cotidiano do CHB e reunir sujeitos circunscritos pelas práticas. Essa perspectiva toma como referência principal a variabilidade existencial do arranjo ativador das práticas, nesse caso, o discurso de apropriação e consumo do espaço patrimonializado do CHB, além da pluralidade das práticas na regularidade do calendário de ações do Projeto Circular.

É importante frisar que o planejamento urbano não é capaz de criar um discurso mitigador, que coloca os especialistas num lugar confortável para operar os sistemas políticos decisórios. A dimensão política do planejamento compreende a capacidade desses sujeitos quando os coloca em posições que alçam campos de expressões de fazer *no* e *com* o espaço. Para que a experiência do corpo encontre lugar no espaço é necessário a “domesticação” das formas de fazer, isto é, o planejamento com suas taxonomias da ordem imposta. Tudo isso restringe a memória cultural (corporeidade) do corpo no espaço próprio.

A experiência do corpo evocada nesta análise se restringe às formas de agir do sujeito sobre as quais Bourdieu (1992; 2007) e Lefebvre (2013) documentaram. Como soma à nossa análise do uso e apropriação do espaço do CHB, veremos brevemente como o conceito de subjetivação coletiva de Guattari (2012) amplia a perspectiva empreendida sobre o Projeto Circular afim de marcarmos a dimensão simbólica da produção do espaço.

As contribuições de Guattari (2012) nos ajudam a pensar sobre a subjetividade enquanto produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, fazendo dela polifônica e heterogênea. Segundo o autor, há um desenvolvimento de produções maquínicas de subjetividade em que “Os fatores subjetivos sempre ocuparam um lugar importante ao longo da história. Mas parece que estão na iminência de desempenhar um papel preponderante, a partir do momento em que foram assumidos pelos *mass media* de alcance mundial.” (GUATTARI, 2012, p.12). De modo geral, a história contemporânea tem mostrado diversos momentos de reivindicação por lugar de fala (RIBEIRO, 2017), por espaços democráticos, reivindicações de singularidade subjetiva, que criam grupos sociais cada vez mais particularizados para ocupar espaços definidos objetivamente na lógica hegemônica de produção. Guattari (2012) entende que a produção de subjetividade é realizada por Equipamentos Coletivos, essa produção pode ser direcionada para duas vias, uma ligada a criação, “a invenção de Universos de referência”, outra ligada a mass-mediação.

Aqui pretende-se analisar as dinâmicas espaciais que partem do confronto *sujeito X objeto*. O caminho seria identificar o cruzamento: entre os Universos de referência e o uso direcionado do espaço urbano. É inevitável não pensar no CHB quando a apropriação discursiva por vezes camufla a multiplicidades de significados do objeto diante do sujeito. Um exemplo desse movimento são as fachadas da maioria dos prédios históricos cobertas por grandes placas comerciais que impedem a visualização do traçado arquitetônico tombado. Outro exemplo é a narrativa visual empregada para explorar um contexto de apropriação do CHB em plena consonância com os interesses patrimoniais, retirando o foco das fachadas, dos fios de energia

e de telefonia expostos, de tudo que pode ser entendido como um ruído ao discurso patrimonial, como representam as figuras 1 e 2, abaixo:



Figura 1: Atividade do Projeto Circular no bairro Campina. **Autor:** Otávio Henriques. **Fonte:** www.projetocircular.org.



Figura 2: Atividade do Projeto Circular no bairro Campina. **Autor:** Otávio Henriques. **Fonte:** www.projetocircular.org.

É interessante perceber também, que as imagens compõem a prática discursiva do Projeto Circular quando evidenciam as pessoas na rua, nas praças, nos estabelecimentos, consumindo e criando formas de uso para e no CHB. O urbano fotografado não é apenas cenário da narrativa patrimonial, como também “sujeito” central às práticas discursivas.

Uma análise comparativa entre os conceitos vinculados aos autores – Bourdieu (1992; 2007) e Lefebvre (2013) –, demonstra o entrelaçamento entre a produção do espaço, linguagem e cultura. Além disso, situa nosso entendimento sobre os sujeitos urbanos que agem no e a partir do espaço patrimonializado do CHB, definindo-os como aqueles que modificam as formas de uso e de apropriação do espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas atravessadas pela estrutura do Estado na forma de normatização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos encarar o Projeto Circular como um espaço de abertura aos segmentos populares e sua forma de participação institucional a partir da representatividade do Projeto. Apesar de ele não possuir uma orientação clara de inserção, por conta de sua natureza heterogênea e pela fragmentação de interesses, o Projeto Circular cria condições de influência nas políticas públicas. O tipo de participação organizado pelo Projeto não se dá num espaço hegemônico, mas é indispensável para o avanço político que consolida a sociedade organizada como sujeito central no processo democrático e na conquista de direitos sociais. A variedade de frentes de atuação do Projeto Circular indica ainda uma tendência em construir espaços de legitimação das relações de poder.

O sujeito ativado pelo Projeto Circular é, sobretudo, um sujeito político que concebe seu espaço, bem como seu patrimônio cultural, a partir das relações de uso, do convívio com

outros sujeitos, das trocas simbólicas, das mediações econômicas a respeito do consumo do espaço etc. A relação estabelecida com o patrimônio encerra-se no domínio do passado e do futuro, fazendo do ato de consumir os equipamentos urbanos ligados à temática patrimonial uma forma objetiva de se trabalhar o devir e o porvir dos centros históricos.

Guattari (2012) entende que “o porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano” (p. 150). Isto é, somente é possível pensar a subjetividade humana quando aliada à dimensão urbana da vida, desenvolvendo reflexões sobre a cidade e as experiências urbanas nela produzidas. As práticas do Projeto Circular operam, dentre outros modos, no aspecto subjetivo do sujeito que, apesar de ser travessado por estruturais sociais, tem a possibilidade de criar uma nova leitura estética sobre o urbano, a isto Guattari (2012) chamou de “modalidades de subjetivação”. Nesse processo, todos os fatores urbanos contribuem para uma nova forma de relação, onde o sujeito reconhece sua potência no estar no espaço.

Palavras-chave: Produção do espaço. Centros históricos. Patrimônio. Projeto Circular Campina-Cidade Velha. Belém.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007b.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 20. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. – São Paulo: Editora 34, 2012.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Introducción y traducción: Emilio Martínez Gutiérrez. Capitán Swing Libros, S. L.: Madri, 2013.

PROJETO CIRCULAR. www.projetocircular.org. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. Ed. – São Paulo: Edusp, 2017.



PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO: REFUNCIONALIZAÇÃO E MUSEUS

Rafael Henrique de Moura¹

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Patrimônio Ferroviário, Refuncionalização, Estações ferroviárias, Museus.

INTRODUÇÃO – PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO

Este trabalho analisa as estações ferroviárias da Companhia Paulista (CPEF) atentando para a refuncionalização² destes bens culturais com seus usos destinados aos museus. Os procedimentos metodológicos para este trabalho são a análise dos processos de tombamento em nível estadual e os trabalhos de campo com visitas às estações ferroviárias que compõe o patrimônio cultural paulista.

O campo do conhecimento referente ao patrimônio cultural pode ser observado por muitas ciências e saberes possibilitando a compreensão do processo de produção sócio espacial tendo em vista a materialidade das paisagens patrimoniais construídas em diferentes tempos somadas a um conjunto de valores sociais atribuídos a estes bens culturais. De acordo com Choay (2000) no último século o patrimônio cultural amplia-se em diversas tipologias, sendo, por exemplo: o patrimônio natural, o patrimônio arqueológico, o patrimônio industrial, o patrimônio imaterial e o patrimônio ferroviário.

¹ Professor de Geografia pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural – Geopatri. E-mail: rafaelgeomga@gmail.com

² Refuncionalizar é [...] alterar a função (EVASO, 1999, p. 35).

O patrimônio cultural envolve uma dimensão normativa que é responsável pela seleção de quais bens materiais devem ou não ser preservados. Portanto, trata-se de uma escolha política, na qual estão presentes os conflitos de classes já que as decisões podem levar à valorização de alguns monumentos e grupos, assim como silenciar e ocultar outros, os quais podem estar associados às práticas da cultura popular e aos locais onde ocorrem. Para o contexto histórico do patrimônio cultural no Brasil, Scifoni (2015, p. 137) afirma que:

A natureza desigual do patrimônio no Brasil tem origem na eleição do que deve ou não ser elevado à condição de herança coletiva, processo que prioriza valores formais, estéticos, estilísticos e arquitetônicos. Como resultado disso, o conjunto patrimonial espelha, sobretudo, a presença das elites econômica, política e religiosa, deixando à parte determinados sujeitos sociais, como é o caso dos trabalhadores urbanos e rurais, índios e negros, operários e camponeses.

Este debate pode ser tensionado pelo questionamento sobre quais bens patrimoniais são tombados e quais os sujeitos representados pelo conjunto de bens culturais. Neste âmbito, destaca-se que o processo de patrimonialização é altamente seletivo (LUCHIARI, 2005, p. 97) evidenciando os “espaços em disputa” que resultam em grande competitividade impulsionada pelas atividades econômicas destinadas a consumir as paisagens do patrimônio. Os usos do patrimônio devem ser observados como espaço de disputa econômica, política e simbólica, e compreendidos sob a ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais (CANCLINI, 1994).

Os bens culturais ligados à ferrovia e compreendidos como patrimônio ferroviário podem ser: os bens imóveis (estações de passageiros, edifícios ligados à infraestrutura da ferrovia, pontes e viadutos); os bens móveis (vagões, locomotivas e equipamentos em geral); e os bens intangíveis (o saber fazer dos trabalhadores ferroviários, a memória da população que viveu durante o auge das estradas de ferro, costumes e tradições causadas pela vivência na ferrovia) (CASTRO; MONASTIRSKY, 2013, p. 05).

As estações ferroviárias são as formas materializadas que representam o processo de produção sócio-espacial e além de modal de transporte caracterizam a paisagem em sua materialidade, símbolos e significações, compondo os mais expressivos edifícios em muitas cidades.

Desse modo, a monumentalidade da arquitetura das estações ferroviárias reitera que este patrimônio deixa lembranças e memórias nos locais onde estão construídas, uma vez que




se exibiam, e ainda se exibem como grandes edifícios públicos (KÜHL, 1998). “Tanto nas grandes como nas pequenas cidades as estações se destacaram entre os mais importantes e significativos edifícios públicos” (KÜHL, 1998, p. 66).

Após breves considerações sobre o patrimônio ferroviário e seus principais exemplares, as estações ferroviárias, é necessário apresentar os usos contemporâneos dos museus.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DA COMPANHIA PAULISTA: REFUNCIONALIZAÇÃO E MUSEUS

As estações ferroviárias da Companhia Paulista (CPEF) têm em seus usos contemporâneos à refuncionalização do patrimônio cultural, com os museus municipais e ferroviário(Quadro01).

Quadro 01: Cidades com Estações da CPEF refuncionalizadas como Museus

Cidades com Estações da CPEF refuncionalizadas como Museus	Tipo de Museu	Ano Tombamento
Araraquara 	Museu Ferroviário	Não tombado
Valinhos 	Museu Municipal	2010
Santa Rita do Passa Quatro 	Museu Municipal	1974

Fonte: Elaboração e fotografias do autor (2019). AUTOR: MOURA, Rafael Henrique de (2019) Processo CONDEPHAAT 00467/74. Processo CONDEPHAAT 61057/10.

Da estrada de ferro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, as estações ferroviárias tombadas como patrimônio cultural e que apresentam a refuncionalização como museus municipais são as estações de Santa Rita do Passa Quatro e de Valinhos, no interior paulista. Araraquara é uma importante estação ferroviária da CPEF, entretanto esta estação

não é um bem tombado, seu principal uso é com um importante museu ferroviário em funcionamento desde a década de 1990.

Não cabe aqui discutir o longo histórico dos museus e suas finalidades, ainda assim pontua-se que:

Os museus, ao longo dos anos, passaram por modificações e foram ficando cada vez mais próximos de seu público. Se antes o termo “museu” remetia a “coisas velhas”, hoje se está cada vez mais longe dessa ideia. Tem-se admitido nos museus atuais aparatos cada vez mais tecnológicos, com os quais os visitantes interagem diretamente. (CARVALHO e PACCA, 2015, p. 178).

Diante de tal perspectiva, “o que se quer é que o visitante antes de entrar no museu seja diferente do visitante que sai do museu” (WAGENSBERG, 2006, p. 29 apud CARVALHO e PACCA, 2015, p. 178). Desse modo, os usos das estações ferroviárias possibilitam o diálogo entre patrimônio cultural entre passado e presente, os museus instalados em estações ferroviárias facilitam para a compreensão do contexto histórico em diversas localidades sendo, portanto, espaços de difusão do patrimônio cultural ferroviário e de difusão da educação não formal e educação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estações ferroviárias figuram entre os bens culturais ferroviários com maior expressão a nível estadual e nacional. Em meio a muitos edifícios que não são tombados e selecionados para sua preservação, este trabalho selecionou a estação de Araraquara que possui importante museu ferroviário. São múltiplos os usos contemporâneos do patrimônio cultural em sua tipologia de patrimônio cultural ferroviário.

Com relação à refuncionalização de estações ferroviárias como museus a nível estadual, tais iniciativas ocorrem desde a década de 1970 com estações ferroviárias tombadas, com usos destinados para os museus, como é o caso da Estação de Santa Rita do Passa Quatro (museu Zequinha de Abreu em 1974) indicado no processo de tombamento deste bem cultural (Processo CONDEPHAAT n ° 00467, 1974). Nos museus municipais, como é o caso da Estação de Valinhos, a história local é contada para que estes conhecimentos sejam repassados para as futuras gerações.

Em síntese, a refuncionalização das estações ferroviárias pode ser um caminho para usos sociais e democráticos com os museus constituindo importante elo entre a memória ferroviária e a educação patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERDOULAY, Vincent; PAES, Maria Tereza Duarte. Imagem e Patrimonialização em Planejamento Urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. **Cidades** – Revista Científica, Vol. 5, Número 7, 2008.

CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução de Mauricio Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, Rio de Janeiro, 1994.

CARVALHO, Tassiana Fernanda Genzini de. PACCA, Jesuína Lopes de Almeida. A aprendizagem num museu de ciência e o papel do monitor. **Revista Investigações em Ensino de Ciências** – Volume 20(1), pp. 167-180, Porto Alegre, 2015.

CASTRO, William Ricardo de; MONASTIRSKY, Leonel Brizzola. O patrimônio cultural ferroviário no espaço urbano: reflexões sobre a preservação e os usos. In: EGAL - ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 14, 2012, Lima. **Observatório Geográfico da América Latina**. 2013.p.1-18. Disponível em:<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/08.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2019.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2000.

EVASO, Alexander Sergio. A refuncionalização do espaço. **Revista Experimental**. nº5, p. 33-54, Publicação do Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/ Secretaria de Cultura, 1998.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, pp. 95 - 105, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo CONDEPHAAT 00467/74**. Estação Ferroviária de Santa Rita do Passa Quatro. São Paulo: CONDEPHAAT, 1974.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo CONDEPHAAT 61057/10** Estação Ferroviária de Valinhos. São Paulo: CONDEPHAAT, 2010.

SCIFONI, Simone. Cultura e problemática urbana. In: **Crise Urbana**. Org: CARLOS, Ana Fani Alessandri, São Paulo, Editora Contexto, p. 129 – 142, 2015.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO EM BELÉM-PARÁ

Sabrina Forte e Silva Gonçalves ¹

INTRODUÇÃO

A década de 70 foi marcada pelo amadurecimento do debate brasileiro a respeito da cultura, cujas políticas de reconhecimento e institucionalização passaram a considerar a diversidade e a natureza imaterial do patrimônio cultural, e dessa maneira, propor uma releitura do patrimônio, a partir dos valores e práticas sociais, representativos de uma coletividade e, portanto, portadores de identidade e sentido de pertencimento. Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas no setor político-cultural também significaram a perspectiva de crescimento econômico, sobretudo, nos setores turístico e imobiliário, atrelando as políticas patrimoniais à economia urbana (CORÁ, 2014).

Esse fenômeno é entendido por Costa (2015) de *patrimonialização global*, que a define como o movimento universal de ressignificação de lugares de memória, da cultura e da “natureza”, a partir de mecanismos político-econômicos hegemônicos ou sustentados pelo aparato Estado-mercado, em singularidades espetacularizadas para o consumo, na esteira da cultura de massa. Esse processo universalizante se particulariza por meio de políticas e diferentes concepções de planejamento urbano, fragmentando as cidades em paisagens e lugares reconfigurados pela estetização, intensificando a segregação socio-espacial e o agravamento das disputas pelo uso e apropriação do território.

Por se constituir como um dos elementos do espaço urbano, a feira livre deve ser interpretada no contexto desses fenômenos contemporâneos, por historicamente representar um lugar de manifestação da cultura viva e, portanto, passível de ser patrimonializada.

¹ Doutoranda em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora de Geografia - Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA. E-mail: sabrifortesg@gmail.com.

A feira representa um dos espaços da economia urbana, o qual garante a sobrevivência material das camadas sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, lugar de resistência da tradição, do cotidiano e dos costumes da cultura popular (CANCLINI, 1987; GUIMARÃES, 2010), culminando em um território urbano complexo, carregado de contradições e intencionalidades, sentidos e resistências. A inserção das feiras livres em novas formas de consumo na/da cidade se dá pela política de patrimonialização desses espaços como lugares de memória e referência cultural, a exemplo das feiras de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), registradas como lugares de criação, expressão, sociabilidade e identidade cultural (IPHAN, 2020).

Quando incorporada ao processo da patrimonialização e do turismo, o território da feira livre passa a constituir novos usos, agentes e interesses estabelecendo relações de poder entre as territorialidades populares e as territorialidades do mercado de consumo, que revelam tensões e conflitos entre os agentes produtores do espaço, que ora podem resultar na preservação e na resistência da identidade territorial, ora podem resultar em riscos e perdas na manutenção desse patrimônio.

Essa discussão faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará – UFPA. A pesquisa proposta traz como objeto de análise, a Feira do Ver-o-Peso, a mais antiga da cidade de Belém do Pará, como *patrimônio-territorial* ativado popularmente. Ou seja, pretende compreender a feira como um território que resguarda o patrimônio popular, representado pelas práticas socioculturais e memoriais, saberes e fazeres ancestrais, mantido por sujeitos historicamente subalternizados ao longo da formação territorial latinoamericana (COSTA, 2016, 2017); e investigar quais riscos o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso enfrenta, frente ao processo da patrimonialização global.

Em suma, essa pesquisa objetiva identificar e analisar quais elementos e práticas da cultura amazônica, dão notoriedade a Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, como patrimônio-territorial ativado popularmente a enfrentar riscos diante do processo da patrimonialização global.

METODOLOGIA

A abordagem geográfica conferida à pesquisa, será norteada pelo método materialista histórico-dialético. Desse modo, a investigação proposta partirá do conceito dialético de espaço, para compreender as relações contraditórias de produção e apropriação do espaço patrimonializado, caracterizado pelas rugosidades espaciais (SANTOS, 1996) que constituem o patrimônio cultural do Centro Histórico de Belém.

Com base no conceito de *utopismo patrimônio-territorial* (COSTA, 2016), a pesquisa fará uma leitura crítica sobre a produção do espaço urbano de Belém, com recorte na Feira do Ver-o-Peso, numa dimensão interescolar do movimento universal – particular – singular (SANTOS, 1996) da patrimonialização global. A pesquisa será realizada, na perspectiva de denunciar políticas urbanísticas e patrimoniais elitistas e segregacionistas; e ao mesmo tempo, evidenciar e enaltecer a resistência de territórios que representam grupos sociais historicamente subalternizados pelo modo de produção vigente.

A SINGULARIDADE DA FEIRA DO VER-O-PESO FRENTE À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL, NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM DO PARÁ.

A Feira do Ver-o-Peso faz parte de um complexo formado por duas feiras, dois mercados, duas praças e uma doca de embarcações, sendo considerada a maior feira livre da América Latina (LIMA, 2008). Conforme figura 01, a Feira está inserida em duas áreas patrimonializadas, como: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso, tombado em 1977 pelo IPHAN; e o Centro Histórico de Belém, criado pela Lei Orgânica do município de Belém, em 1994; além de coincidir com mais duas áreas patrimonializadas, como o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico Frei Caetano Brandão, tombado em 1964, pelo IPHAN; e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Belém, tombado por Lei estadual, em 2000 (IPHAN, 2020).

Os espaços descritos acima fazem parte da área central de Belém, que desde a década de 80, passa por importantes intervenções urbanísticas, visando sua valorização e exploração, sobretudo, pelo turismo e aos interesses de entretenimento e lazer da elite local. Desde então, a implantação de vários projetos urbanísticos provocou a *gentrificação do consumo cultural* da área central de Belém (TRINDADE, 2018), a exemplo de projetos como o Complexo Feliz Lusitânia (1998), Estação das Docas (2000), Parque Naturalístico Mangal das Garças (2005); além de outros empreendimentos públicos e privados (CASTRO e TAVARES, 2016), construídos na área do entorno da Feira do Ver-o-Peso (figura 01).

Por outro lado, A Feira do Ver-o-Peso se originou e permanece como território de sujeitos e usos heterogêneos, agregando elementos da biodiversidade amazônica, fazeres e saberes ancestrais, mantido principalmente pela dinâmica social, cultural e comercial da população ribeirinha residente nas áreas insulares de Belém, portanto, com modos de vida singulares; e da população dos bairros periféricos da cidade. Com a interação secular de práticas e valores; e a troca de saberes e usos entre as tradições populares urbana, rural e ribeirinha, a Feira do Ver-o-Peso resiste como expressão territorial ativa de grupos sociais historicamente

subalternizados pela colonialidade do poder, frente aos processos universalizantes do espaço urbano (CASTRO e TAVARES, 2016; COSTA, 2016).

Segundo os primeiros levantamentos de campo, anterior ao período da pandemia da COVID-19, o complexo do Ver-o-Peso movimentava diariamente, aproximadamente cinco mil trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria, oriundos das periferias da cidade e áreas rurais do entorno. A feira dinamiza uma ampla rede de produtos originários amazônicos, organizados em vinte e três setores, articulando centro e periferia, o urbano e o rural do município de Belém e região do entorno.

Figura 01: A Feira do Ver-o-Peso e os espaços patrimonializados no Centro Histórico de Belém – Pará.



Fonte: Fonte: IBGE, 2010; LIMA, 2008; CARDOSO et al, 2016; ALMEIDA 2017; Lei nº 7.401/1988.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os elementos e práticas culturais populares situados na Feira do Ver-o-Peso constituem a ancestralidade originária dos povos nativos da região amazônica e representam a diversidade étnica originária da hibridização cultural ao longo da formação territorial dessa região. São representados pelas singularidades do artesanato, especificamente de cerâmica e miriti; das ervas e remédios medicinais; da gastronomia e especiarias típicas como: a maniva e o tucupi; e os elementos e práticas afrodescendentes, como as lojas e rituais.

Esses elementos e práticas singularizam o patrimônio-territorial da Feira do Ver-o-Peso e correm riscos de resignificação (quanto as suas formas peculiares de uso e saber/fazer) e mesmo, de serem objetos de conflitos sociais, em função das relações contraditórias de uso e apropriação da feira (e seus bens e práticas tradicionais), que inclusive sustentam a permanência da feira no centro da cidade de Belém, há quase quatrocentos anos.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento vem investigando os riscos, mas também as potencialidades que mantêm esse patrimônio vivo, com o intuito de subsidiar a reflexão e elaboração de políticas públicas e/ou ações que promovam a preservação, a partir dos e (para) os sujeitos; e assim, mitigar os possíveis efeitos nocivos da urbanização e da patrimonialização sobre a feira do Ver-o-Peso.

REFERENCIAS

CANCLINI, N. Ni folklórico ni massivo? Qué es lo popular. **Revista Diálogos de la comunicación**, v. 17, p. 6-11, 1987. www.infoamerica.org. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

CASTRO, C. A. T. e TAVARES, M. G. C. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-pa. Turismo: **Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 5, n. 1, jan./jun. 2016.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 48(5):1093-1112, set./out. 2014.

COSTA, E. B. **Cidades da patrimonialização global**. São Paulo: Humanitas-USP, 2015.

COSTA, E. B. Utopismo Patrimoniais pela América Latina, resistências à Colonialidade do Poder. **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. Cuad. Geogr. **Rev. Colomb. Geogr.** [online]. 2017, vol.26, n.2, pp.53-75.

GUIMARÃES, C. A. A feira livre na celebração da cultura popular. Gestão cultural e organização de eventos, CELACC – USP, São Paulo, 2010.

LIMA, M. D. Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008, 172p.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRINDADE JÚNIOR S. C. C. Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21 n. 1, p. 57-78, jan-abr, 2018.

IPHAN. Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento (1938 - 2016). Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 13 de março de 2020.

Palavras-chave: patrimônio-territorial, feira livre, identidade territorial, urbanização contemporânea.



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA O ESPAÇO URBANO E USOS SOCIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS EM CURUÇÁ-PA.

Sthefane Micaela Carvalho de Sousa ¹

INTRODUÇÃO

Ao tratar do Município de Curuçá-PA se compreende a importância dos bens de preservação do espaço urbano, levando em consideração suas características históricas e representativas ao decorrer do tempo. Este conceito não só presenciou significativas transformações, como também passou a ser associado a diferentes terminologias como as de patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental revelando variados rumos que as ações de preservação têm tomado (NIGRO,2010). A cidade de Curuçá-PA como os diversos municípios da região nordeste paraense, em que as primeiras formas de ocupação se deram a partir dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas. A perspectiva cultural da geografia nem sempre foi fundamentada em uma concepção que identificasse e aprovasse as interações entre o homem e o espaço e suas marcas na paisagem enquanto manifestações culturais, sobre as várias manifestações e a diversidade cultural na cidade e no Urbano. No âmbito das discussões geográficas, tanto a Geografia Urbana quanto a Geografia Cultural, mesmo que recentes, os estudos patrimoniais (material e imaterial) vêm analisando, com muita propriedade, de que forma os mesmos tem-se configurado nas cidades – organização e apropriação do espaço – e sobre o processo (muitas vezes conflituosos) da escolha desses patrimônios, a sua preservação (inclui-se também o restauro) e os seus usos econômicos, sociais e políticos, a patrimonialização na importância do registro e preservação do patrimônio, diversas nuances permeiam esse espaço tratando-se principalmente de uma pequena cidade amazônica. Diante dessa perspectiva a educação patrimonial a ser trabalhada é posta como um elemento que possibilita reforçar uma identidade além de cultural, mas sobretudo, espacial. Por fim o viés como parte importante por qual a pesquisa se debruça, a análise e criação dos inventários participativos na construção e preservação da diversidade patrimonial existente no município de Curuçá afim de que maneira coletiva as bases desses patrimônios sejam pensadas para além da lei de

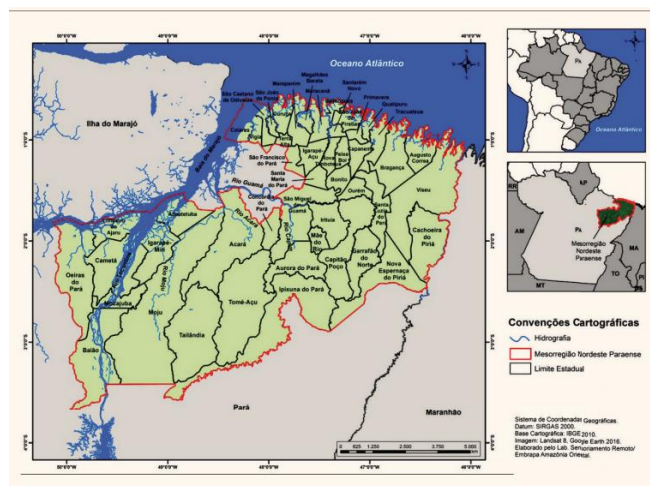
¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA), Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo da Faculdade de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GGEOTUR) E-mail: micaelasousageo@gmail.com ;

tombamento, mas levando em consideração o sentimento de pertença, símbolos e a afetividade, o inventário participativo é uma ferramenta constituída dentro do campo do patrimônio cultural e da museologia social. A pesquisa se tornará relevante de uma maneira geral, pois as abordagens do registro por inventários são novas na perspectiva da definição de patrimônio. A necessidade de trazer o olhar geográfico, para analisar a diversidade patrimonial se faz presente em Curuçá, pois a abordagem espacial possibilita uma leitura sobre a totalidade do objeto (SANTOS, 2014). Pensando em uma educação patrimonial que é necessária no que tange ao levar os diversos atores as compreensões desse espaço e sua importância no cenário atual, provocar 3 situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem em todos os interesses, resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O papel dos Inventários Participativos é de registrar esse patrimônio cultural, e mais importante que isso é que, a autoria, inicialmente, é da própria sociedade. A democratização das ações e dos saberes é uma semente que sempre precisará ser regada, pois a identidade cultural de um coletivo necessita ser estudada, pesquisada, identificada e registrada, para que não desapareçam e sejam discutidas e lembradas ao longo da história. (SILVA,2020) Partindo desses apontamentos sobre a diversidade patrimonial tem se o seguinte questionamento principal: Como ocorre a produção do espaço urbano pelo processo de patrimonialização na cidade de Curuçá-PA? A pesquisa se encaminhará pela abordagem teórica sobre o patrimônio e suas divisões que podem ser encontradas na cidade de Curuçá, seguindo em foco na produção do espaço Urbano para compreender os processos históricos e espaciais, compreensão da cidade e urbano que configura a realidade atual e por fim, a importância da educação patrimonial como parte da preservação e valorização do patrimônio.

Palavras-chave: : Espaço Urbano; Patrimônio cultural; educação patrimonial; preservação

PATRIMÔNIO CULTURAL E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O Município de Curuçá e a Região Nordeste paraense, em sua ocupação, remontam ao final do século XVII e estão relacionadas com a presença dos missionários da Companhia de Jesus, em 1613 (TAVARES, 2008). Nessa região, os padres jesuítas fixaram um centro de evangelização como parte do projeto colonizador dos povos europeus na Amazônia, organizando os primeiros aldeamentos, para garantir o domínio português na região, inclusive para a obtenção de aliados nas lutas contra possíveis invasores estrangeiros (FURTADO, 1978). Como os diversos municípios da região nordeste paraense, em que as primeiras formas de ocupação se deram a partir dos rios, com a presença de fortificações militares e ordens religiosas como a maioria das cidades deixando claro um colonialismo com gênese cultural. O município de Curuçá está localizado cerca de 130 km da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com um território de, aproximadamente, 672,61 Km², com uma população de 34.294 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE,2010. Elaboração: Sandra Sampaio

Nesse sentido, o espaço urbano quanto a construção e a preservação do patrimônio cultural se analisa como:

O patrimônio cultural compõe o espaço urbano manifestando seus traços históricos e a história das relações sociais. A preservação do patrimônio cultural contribui para o reconhecimento identitário do indivíduo – colabora para a integração deste com a própria sociedade – e possibilita o conhecimento cultural de um determinado lugar. (BURDA e MONASTIRSKY apud FIGUEIREDO, pag.57.2013)

Sendo, assim podemos analisar que a ideia do patrimônio cultural não é mais do que por muitas vezes a memória de nós mesmos e por esse mesmo motivos se tornam referenciais sociais que podem se reproduzir no espaço, na história e também na sua própria existência, um bem pode existir pelo fato de que a individualidade queira que exista, que usa e que estabelece uma função. Cruz (2012,p.101) acentua que no que tange ao patrimônio cultural em sua base material que se insere em contextos urbanos, onde se encontra diga-se de passagem a maior parte das impressões passadas basea-se em relações de interesse no inventariado e também no tombamento².

Diante disso, a relação do patrimônio e a produção do espaço urbano não se configura em uma relação singular ao cultural e raízes de memória, transporta a ideia do valor de uso e só mantém sua existência se tiver uma função econômica e por diversas vezes o registro, as revitalizações e valorização se definem a partir das questões de interesse do capital, do Estado e dos órgãos intucionalizados. O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes. A criação de novas necessidades e possibilidades no mundo do urbano, aliados à modernização da economia e da cultura, faz com que o direito à cidade seja um dos temas fundamentais em constante discussão. Porém, essas novas demandas devem estar aliadas à preservação, porque a sociedade urbana não deixa de ser resultada de construções passadas, não as devendo subestimar e sim a elas se complementarem. A respeito ao espaço social, onde este não deve ser visto como espaço absoluto, muito menos como criação da sociedade e nem ter fins políticos, para ele “o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976, p. 27).

² O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados

O município apresenta diversas formas de patrimônio aqui definidas entre a materialidade e imaterialidade, que está ligado a diversas formas de convívio com o patrimônio buscando identificar as bases e seus usos na cidade, sendo possível compreender que o morador, aquele que nasceu e cresceu nesse espaço, que participou das expressões culturais e populares existentes no município desde o início da sua vida onde começa a produzir essas identidades socioespaciais que o torna ainda mais específico e concluindo que a finalidade desse espaço e que deveriam atender a interesses da sociedade como um todo, criando assim uma dinâmica cultural capaz de criar funcionalidades para o patrimônio, como as igrejas no centro da Praça, o mercado a beira do rio que não só fazem parte de um processo histórico mas do dia-dia do morador.

Praça Coronel Horácio antigo Largo do Rosário construída em 1890 tombada pela Lei Municipal nº1931 de 31.10.2007



Fonte: Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental (GPAM-UFPA),2017.

Nesse sentido retomamos um reflexão importante, trazidas em uma relação entre o rural e Urbano que interfere diretamente em uma relação patrimonial em uma cidade da Amazônia que considerando a compreensão do urbano enquanto processo que se forma e se constitui no contexto da urbanização da sociedade, Lefebvre (2006 apud RODRIGUES et al, p.262) sugere que devemos pensar o rural e o urbano como processos relacionais, que se interpenetram, encontrando-se articulados, à medida em que o rural constitui momento de formação histórica da sociedade, encontrando-se imerso como parte do urbano, este último compreendido como totalidade em totalização.

OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES EDUCATIVAS NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A concepção de educação para a preservação do patrimônio, assim como a própria noção de patrimônio cultural, também passou por diversas mudanças e revisões ao longo do tempo sendo que, atualmente, a Coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN (Ceduc), por meio de diversos encontros e debates realizados com diversos profissionais da área, instituiu este conceito: (...) a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como

foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

A democratização das ações e dos saberes é uma semente que sempre precisará ser regada, pois a identidade cultural de um coletivo necessita ser estudada, pesquisada, identificada e registrada, para que não desapareçam e sejam discutidas e rememoradas ao longo da história. (SILVA,2020) sendo uma importante ferramenta para a valorização do registro e do patrimônio local. A partir do ano de 2000, é criado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) que contempla a modalidade dos inventários como forma de registro do patrimônio. Com as suas transformações ao passar do tempo, um dos tipos que mais democratizou o acesso do patrimônio cultural à sociedade foi o Inventário Participativo, onde a própria comunidade toma a iniciativa de identificar e registrar suas referências culturais. (SILVA 2020).

Portanto, a pesquisa aborda como esse novo tipo de instrumento cultural aproxima e quebra barreiras entre a sociedade civil e o Estado, unindo-se no benefício da preservação do patrimônio cultural nacional. Sendo assim, no âmbito das políticas voltadas à preservação do patrimônio, a Educação Patrimonial tem ganhado destaque nas últimas décadas por promover a interação entre os campos da Educação e do Patrimônio Cultural. Reconhecida atualmente como um campo autônomo de atuação, as atividades educativas voltadas ao campo do patrimônio, concebidas enquanto um processo transversal nas práticas preservacionistas institucionais, podem tornar-se um instrumento de reconhecimento e valorização de referências culturais, de forma coletiva e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação Patrimonial como um processo sistemático e contínuo por onde indivíduos são capazes de se apropriar de seus bens culturais e entender a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, desencadeando, assim, o estímulo de identidades coletivas e individuais. Relacionando as ações desenvolvidas pelas associações e pelo IPHAN, entendemos Educação Patrimonial como um mecanismo possível de preservação do patrimônio. Suas abordagens são potencialidades ao desenvolvimento das ações educativas em vários lugares, como museus, sobre um monumento, sobre uma festa, num centro cultural, na rua, e em contextos diferentes, nos centros comerciais, nas periferias das cidades, sobre um determinado momento histórico, à luz de uma disciplina etc., tanto por meio de políticas públicas quanto pelos sujeitos sociais. E por fim, a Educação Patrimonial como um mecanismo de preservação do patrimônio em CURUÇÁ, é, portanto, uma direção possível que compreende o sentido do patrimônio partindo da comunidade que o tem como representativo alcançando as esferas públicas, onde a discussão patrimonial se amplia na forma de políticas públicas

efetivas que consideram a cidadania e o direito ao patrimônio, bem como a memória, como formas de transformação social. As reflexões expostas são tanto para a permanência da identidade e memória quanto para a valorização do patrimônio, não deixando, assim, que se perca o sentido de identidade, cultura e memória daquilo que se escolheu, em algum momento, preservar.

REFERÊNCIAS

- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba: v.3, n.1, p. 115-123, jan./jun. 2011
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011._____. O consumo do espaço. In: ____ (Org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, p. 173-1786, 2013
- CHOAY, F. Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CRUZ, Rita Ariza. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo “patrimônio cultural” e produção do espaço. São Paulo: Revista:GEOUSP, 2012.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Educação patrimonial:histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Moraes, 1991.
_____.Espacio y política. Barcelona: Península,1976
- PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. Turismo de base comunitária–diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, p. 162-176, 2009.
- RODRIGUES, J. C; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia: reflexões a partir de Ananindeua. In: Revista NERA, Presidente Prodent. ano 21, n. 42, pp. 256-280.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec,2002.
- SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 5, n. 8, p. 201, 2020.
- SCIFONI, S. (2012). Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba.
- TAVARES, Maria Goretti. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. Acta Geográfica, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2010.
- ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. Temporais (ação) (UEG), v.1, p. 249-262, 2008. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 201



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

O DISCURSO DA IMAGEM DE CIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO URBANO

João Eduardo Silva de Almeida¹

Resumo:

O planejamento urbano como ferramenta de gestão do espaço urbano foi se aperfeiçoando para atender inúmeras demandas externas e que não representava em imediato as necessidades das populações locais. Um desses aperfeiçoamentos foi na utilização da imagem que a cidade representa àqueles que a veem de fora. Assim, um dos espaços mais apropriados atualmente pela carga simbólica que representa é o patrimônio histórico. Muitas são as intervenções realizadas nesses espaços públicos que em muitas cidades, sobretudo coloniais como é o caso de Belém, tem sido apropriado para ser vendido e consumido àqueles que vem de fora. O patrimônio tem sido um dos espaços mais frequentes nas obras de planejamento urbano para atender essas demandas externas negligenciando a cultura e história local.

Palavras-chave: patrimônio, planejamento urbano, cidade-mercadoria

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de análise do planejamento urbano pode-se verificar que os espaços urbanos estão se tornando objetos de consumo à medida que vão sendo produzidos. Nesse contexto, uma parcela do espaço em específico onde tem ocorrido tal processo com mais frequência é o patrimônio histórico. Essas formas espaciais, representativas passaram a ser apropriadas pelos gestores urbanos a fim de serem revitalizados com a justificativa de preservação da memória e da história das cidades, porém muita das vezes camuflada pelos reais interesses do capital. Sendo assim o objetivo do presente artigo é identificar: como os gestores a partir das políticas de planejamento urbano utilizam-se do patrimônio a fim de criar uma imagem de cidade para ser consumida.

O debate acontecerá em torno das intervenções urbanísticas sobre o patrimônio histórico analisando as características dessas intervenções, os objetivos, os atores e o modelo que mais

¹ Mestrando vinculado ao Programa de pós-graduação em geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará sob a matrícula 202015570025.

se assemelha essas intervenções sob o patrimônio histórico, especificamente na cidade de Belém a partir da concepção de cidade-mercadoria e de imagem de cidade (SANCHEZ, 1996).

1. PATRIMÔNIO COMO IMAGEM, IMAGEM PARA CONSUMO

O patrimônio como forma espacial presente na cidade apresenta sua importância fundamental para a sociedade a partir de sua construção, sua carga simbólica e pelas suas formas de uso. Ou seja, é expressão da sociedade materializada no espaço ou não, sendo enraizada na memória ou em hábitos e crenças. Segundo Gonçalves apud Paes (2012) o patrimônio pode ser:

[...] ponte, mediação entre dimensões tratadas como oposições na ciência: o material e o imaterial, o sujeito e o objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente. Interpretado dessa maneira, o patrimônio não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, o sujeito e o seu meio, as razões práticas e as razões simbólicas (p. 222).

O patrimônio histórico como forma presente na cidade tem grande visibilidade, a carga simbólica cultural que carrega compreende grande valor para construir na cidade o papel de ser singular, de possuir sua dinâmica própria a partir de elementos constituintes de sua paisagem urbana. Com isso, o patrimônio como representatividade desse processo e como forma histórica material do espaço urbano encontra-se inserido na lógica de planejamento e, portanto, agrega valor para cidade, pelo seu caráter arquitetônico, histórico e cultural seus usos pela forma que é apropriado pela gestão local nas políticas de planejamento urbano.

A apropriação desses espaços tem ganhado mais importância pelos gestores uma vez que o consumo se insere como uma atividade de atração para a cidade, como prevê a lógica de planejamento atual. Com isso, o turismo se torna uma das atividades mais rentáveis e atrativas de serviços, mão de obra, infraestrutura etc. Porém, para alcançar essa proposta muitas mudanças precisariam ser realizadas a fim de ressignificar e dar novas funções ao patrimônio para atender a essa nova demanda de consumo materializada pela atividade turística.

Esse processo reforça a ideia de centralidade e integração que a cidade possui, de integração do local com o global utilizando-se da especificidade local (como o caso do patrimônio) como uma das formas para a reprodução de capital dentro do ambiente urbano, de atração de consumidores e de uso do patrimônio exclusivamente para o consumo.

Essas características de planejamento reforçam um modelo denominado de: planejamento estratégico de cidades. Sob esse modelo Vainer (2013) elenca um tripé que o sustenta a partir de três características mais utilizadas nos planos de cidade atuais, sendo elas: 1) a cidade é uma empresa; 2) a cidade é uma mercadoria; 3) a cidade é uma pátria.

Paes (2012) afirma que as inúmeras obras de refuncionalização do patrimônio atualmente são para uso exclusivo da atividade turística. A autora ainda conclui afirmando que essas obras são em sua grande maioria em cidades coloniais que ficaram a margem do processo de urbanização e modernização. Tornando esses espaços, posteriormente, locais de uso de suas atribuições para a atração de consumidores (PAES, 2012).

Muitas dessas obras de refuncionalização e reabilitação passam a ser realizadas nas áreas estrategicamente mais atrativas da cidade, geralmente nas cidades coloniais essas áreas representam o centro histórico da cidade. O centro histórico baseado de uma centralidade histórica representa importância local, e essa fração do espaço urbano tem ganhado mais atenções dos gestores públicos pelo seu papel de centro concentrador de atividades e de sua centralidade (TRINDADE JÚNIOR e AMARAL, 2006).

Assim, as formas urbanas enraizadas nesses locais, representativas da história local, e do patrimônio material negligenciadas pelo poder público e até mesmo pela sociedade local passam ganhar importância, uma vez que os velhos casarios, degradados com o passar do tempo, como é a realidade de muitos na cidade de Belém, passam a ser locais de possibilidade de empreendimentos para o consumo. Esses empreendimentos se encaixam nessa proposta de modernização pois permite o desenvolvimento do consumo turístico.

Sanchez (2001) também enfatiza que esse perfil de utilização desses espaços é mais uma proposta inserida no modelo de planejamento estratégico de cidade onde o marketing de cidade se torna mais uma ferramenta para contornar as carências infraestruturais e redefinir uma nova imagem para cidade.

A grande questão é que o marketing de cidade fruto do planejamento urbano contemporâneo em que a cidade é planejada para ser vendida acirra a necessidade constante de atração ao local, de subordinação do local ao global. Esse fenômeno acirra ainda mais os investimentos locais em vários setores a fim de torná-los atrativos a diversos segmentos representantes do capital seja o turismo ou os investimentos privados, empresas, bancos etc.

Amaral (2005) define que para uma cidade ser atrativa para esses segmentos ela precisa dotar de inúmeros fatores dentre eles: a infraestrutura física e comunicacional, regulação política e social, qualidade de vida dentre outras. Esses fatores qualificam grandes investimentos e tornam a cidade competitiva frente a outras cidades o que maximiza o processo conhecido como “guerra dos lugares” (AMARAL, 2005).

Com isso, cidades que possuem configurações ligadas à sua formação colonial como o caso da cidade de Belém passa a ser alvo desse tipo de estratégia relacionada a imagem de

cidade que se quer vender ao exterior. Esse processo gera projetos de intervenções nos centros históricos e na alteração da função que esses espaços passam a ter na cidade sendo produzidos já com a percepção mercadofila que tem como finalidade a modernização da cidade para atender as demandas globais. Como exemplos desse processo em Belém temos: o complexo Feliz Lusitânia e a Estação das docas.

Para os projetos em questão e para os gestores a questão simbólica e a aceitação social do projeto pela sociedade é uma das questões mais importantes, apesar do aspecto social pouco se inserir na questão do planejamento estratégico de cidades (AMARAL, 2005).

Esse fato reforça a ideia da especialização do local no processo de globalização vigente além do que Trindade Júnior (2006) coloca sendo como a internacionalização da cidade sendo produzida para o exterior. Esse discurso é muito bem traçado nas obras e nos planos de reabilitação desses espaços e envolve vários segmentos desde o estado até a mídia para transmitir a ideia que se quer vender do espaço, sem haver consultas com a sociedade civil.

A mídia, em sua relação com os governos e coalizões dominantes, é um ator importante no cenário cultural e político atual nas cidades. Tem um papel importante nos processos que acompanham a renovação urbana, que interage e interfere no curso dos acontecimentos através de imagens publicitárias, mobilizações e campanhas sociais. Exerce um verdadeiro fascínio sobre a sociedade civil e política, e tem força de pressão na elaboração de imagens coletivas que possam ser absorvidas nas representações de indivíduos e grupos. (SANCHEZ, 2001, p. 36).

Sanchez (2001) ainda conclui observando que muitos desses projetos com a premissa de beneficiar a toda sociedade local não passa de ferramentas usadas pelos planejadores a fim de transmitir a ideia de benefício social, orgulho da cidade, confirmando novamente uma característica do tripé de Vainer (1998). Porém esconde os reais motivos de suas ações e mantém a população subordinada a esses projetos.

Portanto, pode-se notar que as características das intervenções patrimoniais na cidade de Belém coadunam com a percepção (imagem) que se quer transmitir bem como com as justificativas de renovação, modernização o que demonstram como as ações dos gestores urbanos tem se vinculado única e exclusivamente com a produção e reprodução do capital no espaço urbano.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de planejamento urbano contemporâneo representando sobretudo na América latina pelo modelo de planejamento estratégico de cidade tem se tornado principal ferramenta dos agentes gestores do espaço urbano para atração de segmentos que estão ligadas a reprodução do capital no local. O marketing de cidade e a necessidade de construção da mesma

no intuito de ser comercializada e vendida ao exterior produz um ambiente urbano subordinado a ações que não condiz com a realidade local, e quando se trata da apropriação do patrimônio para esse fim a realidade é ainda mais preocupante. O patrimônio histórico dos centros urbanos na cidade de Belém representa essa marginalidade de suas funções, de sua história e seus processos de revitalizações e refuncionalizações agravam a perda de territorialidade locais e exclusão de grande parcela da sociedade do acesso a esses espaços públicos que agora são destinados a atividade turística de consumo a contemplação passiva. A imagem conforme visto é a principal ferramenta de atração hoje dos serviços necessários para produção de uma cidade competitiva e este cenário além de camuflar os reais objetivos dos agentes públicos e privados, exclui a população local das suas práticas e do acesso a esses locais públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. D. B. **Guerra das águas: concepções e práticas de gestão urbana na orla fluvial de Belém.** Dissertação de mestrado, Núcleo de altos estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, 2005.

PAES, M. T. D. **Renfuncionalização turística dos sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas a reprodução de signos culturais.** GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, mai./ago. 2012.

SANCHEZ, F. **A reinvenção das cidades na virada do século: Agentes, estratégias e escalas de ação políticas.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

TRINDADE JÚNIOR E AMARAL. **Reabilitação urbana na área central de Belém-PA: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes.** REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (Orgs.) A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM PORTO NACIONAL-TO, 2014-2020.

Jardeane Reis de Araújo¹
Rosane Balsan²

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais. Patrimônio Cultural. Memória Social. Política de Memória. Porto Nacional-TO.

INTRODUÇÃO

O Município de Porto Nacional é um dos mais significativos na história do estado tocantinense, ao nosso ver, pela trajetória que resultam de diferentes processos e territorialidades existentes, sendo que os registros históricos remontam a passagem por três períodos marcantes (Brasil Colônia, Império e República), na qual fora denominada de Porto Real, Porto Imperial e Porto Nacional (GODINHO, 1988). Assim, discutir sobre as políticas culturais em Porto Nacional ou como um todo, é também entender que a cultura é um produto do fazer de tudo que o homem constrói seja ela material ou imaterial (BOTELHO, 2001).

Logo, partindo da premissa de que os estudos sobre Cultura no Brasil revelam a escassez de políticas e ações que promovam a preservação e conservação desses espaços e instituições culturais, e tendo por base que nos últimos anos as políticas culturais em Porto Nacional acabam beneficiando alguns lugares mais que outros, seja por falta de visibilidade, seja de inclusão, e/ou de respeito as diversidades e pluralidades da área de cultura, as quais encontram-se as margens das políticas públicas direcionadas para a cultura e para a memória. Nesse sentido, como os recursos financeiros estão sendo aplicados a fim de preservar e conservar as seguintes

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Acadêmica do curso Letras - Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins (UFT); E-mail: jardeane.araujo@uft.edu.br

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Adjunta do Curso de Geografia - Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins (UFT). Participa da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP PAN-AMAZÔNIA); E-mail: rosanebalsan@hotmail.com.

instituições ou áreas culturais - Praça Nossa Senhora das Mercês, Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e a Biblioteca Pública Eli Brasiliense - em Porto Nacional?

Posto que, Porto Nacional apresenta um significativo centro urbano do conjunto da arquitetura colonial brasileira, tendo sido a primeira cidade do atual estado do Tocantins a ser classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³ como patrimônio cultural brasileiro. Para esse trabalho selecionamos dois espaços patrimonializados - a Praça Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional -, e ainda a Biblioteca Pública Municipal Eli Brasiliense por sua importância para a sociedade.

Portanto, ao se trabalhar com as políticas públicas de cultura e de memória procuramos entender destinação de recursos e a incipiente socialização dos dados. Demonstrando um entrelaçamento entre dados, discussão teórica e um olhar para os estudos de caso. Esta pesquisa pretende ter um caráter expositivo e reflexivo, destinado a comunidade portuense e a todos os pesquisadores interessados. Vale enfatizar que o recorte geográfico se deve aos dados disponíveis em dois períodos de gestão pública 2014-2020. Vale explicitar que não é nossa intenção a comparação entre as gestões. Assim, sendo os dados serão usados para a reflexão, e tem por objetivo expor o quantitativo de recursos presente na programação financeira dos anos de 2014 a 2020.

METODOLOGIA

Este estudo tem como *corpus* de pesquisa: os Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD), respectivos aos anos de 2014 a 2020, exceto o ano de 2017 que não tivemos acesso até o momento desta pesquisa; as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) dos anos de 2015 – Lei nº 2.214/2014⁴ – e 2016 – Lei nº 2.275/2015⁵ –, as quais propõem recursos orçamentários para as instituições e espaços culturais aqui citados; e do projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos”⁶, que trata acerca do Museu de Porto Nacional e da importância da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural do município. A coleta dos dados referente ao QDD e a LOA, foram extraídos junto aos documentos da Secretaria da Cultura e do Turismo (Secult), da Câmara Municipal, e da

³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2043>>. Acesso em: 02 de out.2021

⁴ Disponível em:

https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/192/192_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

⁵ Disponível em:

<https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/1940/lei_2275.2015.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

⁶ Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/proide-pn/historico.html?showall=1>. Acesso em: 02 out. 2021.

Contabilidade do município. Ademais, vale frisar que a lei que institui o Sistema Municipal de Cultura foi aprovada em 2015 – Lei nº 2.259⁷, de 28 de setembro de 2015. Essa, divide as áreas culturais em duas grandes áreas temáticas: *arte/cultura* e *patrimônio cultural*. Sendo que este estudo estende seu olhar para a segunda grande área no tocante as alíneas b e d, inciso II, parágrafo único, art. 5º, quando trata sobre: “b) arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares” e “d) patrimônio material”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área de cultura em Porto Nacional tem por foco eventos pontuais, sempre relacionados as principais festividades ou datas comemorativas, se estendendo a Semana da Cultura. Assim, quando se tem a programação de recursos destinados aos espaços e instituições da Cultura, como a exemplo da Praça Nossa Senhora das Mercês, do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e da Biblioteca Municipal Eli Brasileira, observa-se que há a destinação de recursos associados a manutenção, revitalização, ampliação e/ou construção ou reforma, no entanto, é possível verificar conforme os dados presente nos QDDs que a destinação de recursos está sendo esporádica, nem todos os anos se tem uma programação orçamentária específica para esses espaços, como mostrado no quadro 1.

Quadro 1. Orçamento público programado pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Nacional, 2014-2020.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Revitalização da Praça Nossa Senhora das Mercês	-	-	900.000,00	-	1.210.000,00	-	-
Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional	-	-	-	-	25.000,00	51.000,00	10.000,00
Biblioteca Municipal Eli Brasileira	-	15.000,00	15.000,00	-	175.000,00	385.000,00	260.000,00

Fonte: Dados dos Quadro de detalhamentos das Despesas, da Câmara Municipal de Porto Nacional. Organização pelas autoras.

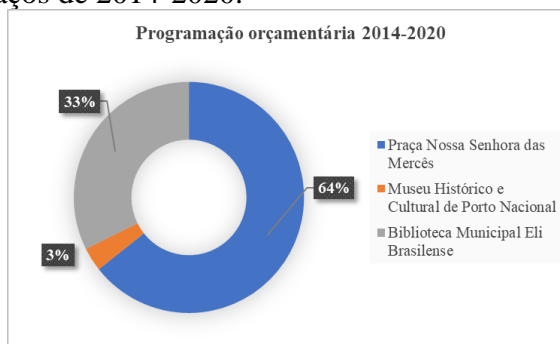
Outro destaque, faz sim em relação ao museu, posto que no período relacionado de 2014 a 2020 e levando em conta os dados obtidos, só há a programação de recursos para os anos de 2018 a 2020. Ressaltamos que, nas LOAs, respectivas aos exercícios de 2015 e 2016 existem a projeção de recursos, mas quando chega na programação mais próxima da realidade, o QDD, este é retirado, e para a biblioteca houve a redução orçamentária. Através dos relatórios de

⁷Disponível em: https://portonacional.to.gov.br/images/leis_e_decretos/leis_2015/LEI_2.259_SISTEMA_MUNICIPAL_DE_CULTURA.pdf. Acesso em 03 de jun. 2020.

execução não está sendo possível identificar onde os recursos estão sendo investidos ou efetivados.

A Biblioteca teve a retomada⁸ da reforma do espaço físico e ampliação do acervo, em 2019. Portanto, conforme dados do portal da transparência é possível identificar que em 2019 e 2020, a biblioteca teve um investimento de R\$ 350.000,00,⁹ ambos os recursos vieram da União. Os recursos financeiros destinados para a biblioteca relacionados acima são referentes à manutenção, reforma, construção ou ampliação da mesma. Já em relação à praça Nossa Senhora das Mercês, essa passou por uma nova revitalização, tendo assim outros aspectos que remontam a parte do patrimônio histórico e cultural descaracterizados. Sendo que a revitalização está dentro do programa da secretaria denominado “preservação de bens e acervos culturais”. Fato que para Cruz (2012) as ações para a proteção de bens culturais sofrem interferências do contexto social e econômicos, sendo preservados ou não conforme essas políticas. Portanto, percebe-se que na comparação da relação de recursos destinados aos espaços acima, tem-se que no museu as ações de preservação e conservação são inadequadas e escassas, em vista do valor cultural para o município e essas ações têm por foco, na grande maioria, revitalizar trazendo elementos novos e não preservar e conservar (gráfico 1).

Gráfico 1. Concentração da programação de recursos pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Nacional, aos três espaços de 2014-2020.



Fonte: Dados dos Quadro de detalhamentos das Despesas, da Câmara Municipal de Porto Nacional. Organização pelas autoras.

A praça Nossa Senhora das Mercês está situada à frente da Igreja, a Catedral Nossa das Senhora das Mercês, assim Castriota (2009 p.134-135), pontua que: “quanto às praças, essas vão estar indiscutivelmente ligadas ao papel desempenhadas pelas igrejas [...]”. Desse modo, o centro histórico de Porto Nacional segue “[...] na trama de nossas cidades, a cada igreja

⁸ Disponível em:

<https://www.portonacional.to.gov.br/images/09.1_EDITAL_T_PR_001_2019_CULT_REFORMA_BIBLIOTECA_2.pdf>. Acesso em: 04 de out. 2021.

⁹ Disponível em: <https://portonacional.prodataweb.inf.br/sig/app.html#/transparencia/comparativo-receita-prevista-com-arrecadada/>. Acesso em 12 abr. 2021.

costumava corresponder uma praça, centro da sociabilidade da vida urbana que se formava” (CASTRIOTA, 2009 p. 135).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação de centros urbanos degradados através do apelo cultural é muito frequente na destinação dos recursos públicos. Em Porto Nacional ao estudarmos as destinações de recursos públicos, nota-se que muitas vezes é destinado investimentos para monumentos isolados. Assim, não podemos pensar apenas na edificação e precisamos pensar e destinar recursos pensando em uma articulação com as pessoas, com os objetos, ou usos e como eles se relacionam e como inclusive se podem proporcionar bem-estar dos usuários, moradores e visitantes e não só concentrar recursos de infraestrutura.

Como vimos na pesquisa para a preservação do patrimônio cultural, mesmo tendo disponibilizado algum recurso econômico, é necessário que os cidadãos conheçam os mecanismos administrativos legais a serem utilizados para a proteção e ações que precisam ser mais publicizadas para que a sociedade conheça seu valor e necessidade de investimento. Outra recomendação que a pesquisa indica vem ao encontro de Chuva (2002, p.75) quando afirma: “[...] necessidade de capacitação de detentores dos bens culturais, para se tornarem agentes capazes de acessar os recursos disponibilizados pelos programas nacionais de fomento na área de patrimônio cultural”.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p.73-83, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Orgs.) **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 95-104, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898>. Acesso em: 04 out. 2021.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Goiânia: [s. n.], 1988. 206 p.



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



Grupo de Trabalho 2 – Políticas de Turismo e Lazer na Pan Amazônia Patrimônio na Pan Amazônia

Dia 11 de novembro de 2021 – 14h00 às 16h00

Profª. Drª. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará (Brasil)
Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará (Brasil)

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL: METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ATIVIDADE POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Filipe Guimarães¹
Alex Pizzio²
Jadson Luís Rebelo Porto³

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho é apresentar uma perspectiva metodológica objetivando análises das políticas públicas realizadas por deputados federais, voltadas aos estados da federação, representados pelos mesmos, que integram o território da Amazônia Legal, podendo ser estendida para os demais estados. A metodologia elaborada, que tem norteado nossas pesquisas pós-doutorais no âmbito do Turismo e Desenvolvimento Regional na Amazônia Legal⁴, junto a UNIFAP e UFT, de natureza quantitativa, utiliza-se, principalmente, de fontes primárias colhidas no portal da Câmara dos Deputados. Como resultado obtém-se dados e análises de natureza historiográfica sobre políticas públicas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Políticas Públicas podem ser definidas como “as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por

¹ Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional e Turismo pelo PNPd/CAPES, vinculado ao PPGMDR da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. OCIRD: <https://orcid.org/0000-0002-5613-8477>. E-mail: filipeoligui@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7181-6355>. E-mail: alexpizzio@uft.edu.br.

³ Geógrafo; Doutor em Economia; Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional na UNIFAP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0316-3898>. E-mail: jadsonporto1967@gmail.com.

⁴ À FAPEAP/PNPd/CAPES pelo incentivo a pesquisa e pela concessão da bolsa de Pesquisa.

objetivo, dar condições para que todos possam atingir uma melhoria de qualidade de vida compatível com a dignidade humana”⁵.

O estudo em políticas públicas não dispõe de um método uniforme. É uma pesquisa desenvolvida sobre as bases da instabilidade institucional do Estado. Por isso deve levar em conta a multiplicidade, a volatilidade e inconstância dos arranjos institucionais e dos processos políticos que dificultam a construção de afirmações com um grau de generalização muito elevado⁶.

Apesar de sua relevância, as pesquisas sobre *Políticas Públicas em Turismo na Amazônia Legal* são incipientes no meio acadêmico, um convite à investigação. Levantamentos realizados nas plataformas *Scielo*, *Scopus* e *Periódicos CAPES/MEC*, elucidam esta afirmação.

Pela plataforma *Scielo*⁷, ao pesquisar as *strings* “políticas públicas turismo”, conjuntamente, a busca retornou com 102 (cento e dois) artigos. Quando a busca foi refeita acrescentando a string “Amazônia” só foi encontrado um artigo de 2011, sobre políticas públicas no estado do Pará⁸. Do mesmo modo, ao procurarmos por “Políticas Públicas Turismo Câmara dos Deputados” ou por “Políticas Públicas Turismo Deputados”, foi encontrado apenas um artigo, o mesmo documento nos dois casos⁹. Quando foi realizada a busca por “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal” nenhum documento foi encontrado.

Já na plataforma *Scopus*, ao realizarmos a busca: “Políticas Públicas Turismo Amazônia Legal” foram indicados 8.576 registros¹⁰, entre revistas científicas, livros e páginas na internet. Contudo, após o exame de todos os títulos dos documentos, evidenciou-se que,

⁵ DIAS, Reinaldo.; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

⁶ BEYME, Klaus Von. Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): *policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland*. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft. Opladen: Westdeutscher Verlag, p.7-29, 1985./ FREY, Klaus. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. Santa Catarina: n.18, 1-36, 1999. Disponível em: <https://www.academia.edu/2977746/An%C3%A1lise_de_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_alguns_reflex%C3%B5es_conceituais_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es_para_a_situa%C3%A7%C3%A3o_brasileira>. Acesso em: 05 jul. 2021.

⁷ SCIELO. Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

⁸ Título do artigo: “Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011”.

⁹ Título do artigo: “Legislando sobre o esporte: as comissões permanentes da Câmara dos Deputados em foco”.

¹⁰ SCOPUS/ELSEVIER. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/search-results?query=Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Turismo%20Amaz%C3%B4nia%20Legal&page=1>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

semelhantemente, nenhum deles tinha conexão direta com a temática, sugestionando concluir que o programa sugerira documentos aleatórios, a maioria em inglês, vinculados a áreas como: saúde, ciências jurídicas, economia, inteligência artificial.

O Portal de Periódicos CAPES/MEC¹¹, por sua vez, indicou apenas dois artigos vinculados diretamente à temática “Políticas Públicas Turismo Tocantins”¹². Tais resultados fortalecem a convicção na realização de trabalhos exploratórios voltados a esta temática.

Almejando conhecer as discussões e ações voltadas ao Turismo por parte dos Deputados Federais, busca-se levantamentos documentais que forneçam informações sobre projetos turísticos, dados para elaboração de quadros estatísticos, conhecimento sobre as principais atividades turísticas e nomes de cidades consideradas turísticas no estado.

O estudo utiliza a metodologia quantitativa, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como principal fonte de documentos os registros encontrados no site da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/>). De posse dos dados obtidos realiza-se uma categorização e descrição estatística. As etapas metodológicas que devem nortear a pesquisa são apresentadas no quadro abaixo:

Principais etapas estruturantes da metodologia para análise de Políticas Públicas em Turismo no âmbito da Câmara dos Deputados

1º - Estruturação do trabalho a partir da questão orientadora: Quais foram, e de que tipo, as políticas públicas em turismo desenvolvidas pelos deputados federais do estado X ¹³ no âmbito da Câmara dos Deputados?
2º - Levantamento dos discursos dos deputados federais a partir do site da Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/).
3º - Seleção dos discursos com vínculos diretos com o Turismo (a palavra turismo tem ser mencionada no discurso selecionado).
4º - Organização dos discursos em ordem cronológica.
5º - Construção de um texto cronológico contendo os elementos centrais apresentados em cada discurso no que se refere ao Turismo.

¹¹PERIÓDICOS CAPES/MEC. Disponível em:<<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

¹² Artigos intitulados “Os instrumentos de gestão territorial de apoio ao Ecoturismo no Parque do Jalapão-TO” e “Regiões: características culturais, econômicas e sociais das cinco regiões brasileiras”.

¹³ Nossas pesquisas concentram-se em investigar as políticas públicas dos deputados federais dos estados do Tocantins e Amapá.

6º - Registro dos municípios mencionados como turístico pelos deputados.
7º - Construção de uma tabela que apresente todos os deputados do período histórico que se deseja analisar contendo os seguintes elementos: Nome candidato, partido, exercício do mandato, quantidade de proposições gerais, quantidades de proposições relacionadas, proposições abordando o turismo, discursos abordando o turismo, número de emendas para o turismo, municípios de interesse para o turismo.
8º - Organização de tabela apresentando os municípios mais citados como lugares turísticos

Os dados e análises gerados, além de ampliar a percepção da atuação da bancada do estado no Parlamento na história, servem de base para a construção de uma historização e identificação de fases sobre o comportamento do setor do turismo na unidade da federação investigada.

Palavras Chaves: Políticas Públicas; Turismo; Amazônia Legal; Deputados Federais.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

PARA ALÉM DA PORTEIRA: RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO PELAS ELITES AGRÁRIAS DE SOURE (MARAJÓ-PARÁ)

Thiliane Regina Barbosa Meguis¹
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues²

1. INTRODUÇÃO

Em Soure, recorte empírico do estudo, predomina a pecuária extensiva bovina e bubalina, seguida pela pesca artesanal e pelo comércio. Fora da sede municipal, as fazendas complementam sua renda com o turismo rural e as comunidades praianas com o turismo de “sol e praia” e o turismo de base comunitária (TBC). Dentre as novas dinâmicas, chama atenção a implementação da Rodovia Estadual PA-154, conhecida como Transmarajoara, em 2017, que percorre do Porto de Camará até Soure, chegando até as comunidades do Céu e Caju-una. A circulação pela rodovia preocupa alguns gestores públicos, moradores e turistas, devido perpassar por uma grande propriedade privada que, geralmente, cobra uma taxa de entrada para visitantes e controla a entrada e saída dos moradores.

Desse modo, o presente estudo objetivou analisar as formas de acesso, uso e ressignificação dos espaços potencialmente turísticos pelas elites agrárias e pelas comunidades praianas de Soure, afim de compreender as relações estabelecidas entre moradores, turistas, lideranças políticas e comunitárias com as elites agrárias locais.

Valeu-se de pesquisa bibliográfica em publicações científicas, jornais, revistas sobre a formação social de Soure. A análise documental do Plano Diretor de Soure, do inventário da Oferta Turística, do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, além de cartas e documentos do acervo do Arquivo Público do Estado do Pará. Contou-se ainda com coleta de dados sobre as percepções de turistas em redes sociais virtuais como *facebook* e *instagram*. A pesquisa de campo ocorreu em dezembro de 2020, com a realização de

¹Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: thilianemeguis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2120069516706032>

²Turismóloga, Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). E-mail: agflaviana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418453374423378>.

entrevistas semiestruturadas³ e participação no I Seminário de Pesquisas da Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEXMAR).

Palavras-chave: Soure. Turismo. Formação Econômica e Social. Relações de poder.

2. CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE SOURE

O Marajó possui registros de ocupação humana há 3.400 anos a.C., atingindo alta densidade populacional antes do contato com os europeus. Os registros históricos marcam a presença de espanhóis, portugueses e outros exploradores estrangeiros, antes da data oficial de “descobrimento” do Brasil. Em 1665, os grupos originários, em busca de defesa contra a escravização, valeram-se de estratégias de desmembramento das povoações pelo território. Os embates seguidos de roubos e mortes para ambos os lados, resultou na escravização e dizimação de diversas comunidades indígenas (MARIN, 2009).

A elaboração das políticas públicas de turismo começou a tomar forma com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia (PTA), no ano de 1977 (NÓBREGA, 2006), coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com o esgotamento do Estado, priorizou-se a descentralização do governo federal por meio da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994 (CORDOVIL, 2017). Dentro das premissas do PNMT, chamou-se atenção para a elaboração de estratégias que incluíam a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo. No entanto, Soure não alcançou essa etapa e o programa deu descontinuidade (HOSHINO, 2007).

Outro movimento político criado em 2002 foi a Associação de Turismo Rural no Marajó (ATURMA), constituída por fazendeiros e hoteleiros interessados em gerir ações promocionais em parceria com a antiga Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e com o Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Para Hoshino (2007), o encerramento das atividades da ATURMA, em 2004, ocasionado pelos conflitos entre membros, demonstrou um campo de forças negativas no processo de auto-organização social.

As elites agrárias sempre buscaram estar à frente das decisões econômicas e políticas de Soure, sendo em alguns casos as primeiras contempladas pelas oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelas políticas públicas até o final do século XX. Meguis (2018)

³ Foram entrevistados representantes das agências de receptivo turístico, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Céu (AMPOC), moradores das comunidades e turistas.

afirma que a relação da população marajoara com a terra era, e ainda é consideravelmente influenciada pela existência do baronato e coronelato, que articulado ao poder público, exerce forte influência sobre as políticas e intervenções, ocasionando conflitos de interesse entre os fazendeiros e as comunidades locais.

3. OS CONFLITOS PELO USO DO ESPAÇO EM PROL DO TURISMO NA ÁREA RURAL DE SOURE

No ambiente rural de Soure, para além das fazendas existem comunidades que fazem parte da RESEXMAR, criada em 2001 (BRASIL, 2001, s/p). Constituída de 1.298 famílias extrativistas distribuídas em seis comunidades no interior da Unidade de Conservação- UC (Araruna, Barra Velha, Pesqueiro, Céu, Caju-una e Pedral) e em nove bairros urbanos fora dos limites da Resex (Centro, São Pedro, Matinha, Umirizal, Pacoval, Macaxeira, Bom Futuro, Bairro Novo e Tucumanduba), que sobrevivem de recursos pesqueiros, florestais não madeireiros, criação de pequenos animais e atividades ligadas ao turismo.

O plano de Manejo da RESEXMAR, lançado em 2018, propõe destaque para o TBC, com protagonismo das comunidades praieiras da UC, sobretudo Pesqueiro, Céu e Caju-una. Na Comunidade do Céu, reforçam-se as possibilidades para esse tipo turismo, visto que há oferta de serviços de hospedagem e restaurante conduzido pelos próprios moradores a partir da associação local que atua na vila (AMPOC).

Entre os desafios da atividade turística das comunidades do Céu, Pesqueiro e Caju-una está o processo de planejamento e de gestão pública, que tem como finalidade compatibilizar os ideais de uma área natural a ser conservada com os interesses de visitantes e moradores. Das três comunidades, o Pesqueiro é a única que possui infraestrutura de acesso com transporte público e privado (ônibus, táxi, motos).

Na Vila do Céu, com cerca de 45 famílias, situada a 20 km de Soure, o deslocamento, geralmente, ocorre por meio da estrada estadual PA 154, passando por uma propriedade privada, que cobra uma taxa para que visitantes circulem por seu terreno. Outra possibilidade de acesso é por meio da condução de embarcações com saídas a partir do Pesqueiro, cujo nível de dificuldade de locomoção é definido pelo fluxo das marés (MEGUIS, 2018).

Nas fazendas de Soure, além das atividades agropastoris, prestam-se serviços turísticos e venda de produtos artesanais. Os visitantes adquirem pacotes cujos valores pagos variam entre R\$ 70,00 e R\$ 400,00. Com exceção de duas fazendas que permitem a livre circulação de pessoas, as demais propriedades cobram taxa de entrada.

O turismo vem sendo apontado tanto pelas fazendas quanto pelas comunidades da RESEXMAR de Soure como possibilidade de complementação na renda e garantia de permanência das antigas atividades tradicionais. Contudo, o acesso pela rodovia PA-154, que deveria ser a principal via de entrada para a praia da Vila do Céu, torna o ambiente conflituoso e dificulta o desenvolvimento da atividade. Os entrevistados apresentaram opiniões divergentes a respeito desse assunto, pois para o ICMBio a criação da barreira física na fazenda trata-se apenas de uma ação de controle, não sendo “uma proibição”, apenas uma “restrição necessária”. Para acessar as comunidades, os moradores utilizam canoas a partir da comunidade do Pesqueiro, porém é necessário andar alguns quilômetros, dependendo do fluxo das marés, não sendo um deslocamento acessível, principalmente, para pessoas com dificuldade de locomoção.

Infelizmente, durante o trabalho de campo não foi possível realizar entrevista com a proprietária da Fazenda que limita o acesso às comunidades do Céu e Caju-una, mas na pesquisa de Falcão (2013), houve a compreensão de que o controle imposto nos limites se estabelece pelo discurso de concentração de esforços para resguardo do patrimônio natural, o que de certa forma acaba por complementar o processo de fiscalização do ICMBio.

Há anos essa problemática vem sendo debatida em encontros com representantes do poder público, moradores e fazendeiros, não sendo possível até o momento chegar a uma solução comum e viável para ambos os lados. Portanto, no decorrer das pesquisas de campo foi identificar que a Comunidade do Pesqueiro é a mais estruturada para receber turistas. Contudo, o proprietário da agência informou que, mesmo com as dificuldades, prefere indicar a Comunidade do Céu para receber visitantes, pela forma de organização das comunidades.

Por vezes, a conectividade de um espaço, especialmente em Soure, pode (re)significar a sua inclusão em redes globais que, contudo, só privilegiam a acumulação capitalista, ficando a população local e originária subordinada à uma elite agrária dominante, aumentando a rede de tensões e relações de poder, que raramente gera algum benefício ou perspectiva de desenvolvimento socioeconômico que possa incluir mais agentes na dinâmica turística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fazenda em destaque funciona de porteiros fechadas e regula os horários de entrada e saída de moradores, bem como cobra taxa para o deslocamento de turistas. Esse controle de acesso e uso da estrada representa assim uma forma recente de dominação por parte da elite

agrária de Soure, que se apropria e ressignifica o espaço até as praias em prol de interesses particulares que vão de encontro aos interesses das comunidades do Céu e Caju-una.

A partir da análise dos dados, pode-se perceber que os entrevistados e as informações contidas nas páginas virtuais concordam que a infraestrutura de acesso, considerada parte integrante dos serviços e direitos públicos básicos, como o ir e vir, não correspondem ao que se espera de um local turístico. Os relatos demonstraram que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar, sendo a prática diferente do discurso. As fazendas tornam-se obstáculos para o desenvolvimento ampliado e maior inclusão de outros agentes locais nas atividades turísticas de Soure. Destaca-se a existência do turismo, que se estabelece condicionado por barreiras simbólicas e físicas causadas pelas porteiras que se apropriam e ressignificam o espaço.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto s/n, de 22 de novembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha de Soure, estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 nov. 2001.
- CORDOVIL, J. C. S. Turismo na Amazônia: políticas públicas e desenvolvimento nos municípios de Cametá e Santarém no Estado do Pará. **Tese (Doutorado)** - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2017.
- FALCÃO, L. Turismo em Resex: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas Resex de Soure e de Curuçá no Pará. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Belém. 2013.
- HOSHINO, Y. Políticas públicas e participação em programa de turismo no município de Soure, Pa. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2007.
- MARIN, R. E. A. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. In: Godoi, E. P. de., Menezes, M. A. de., & Marin, R. E. A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleos de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. v. 1, p. 209-228. 2009.
- MEGUIS, T. R. B. Transporte fluviomarítimo e turismo: A viagem à Soure e as perspectivas de desenvolvimento local. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém. 2018.
- NÓBREGA, W. R. M. Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA. 157 f. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia. 2006.



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL PARA OS POVOS QUILOMBOLAS DO TOCANTINS E AS PERSPECTIVAS DO TURISMO

Stephanni Gabriella Silva Sudré ¹
Silvio José Lima Figueiredo ²

INTRODUÇÃO

Na Amazônia Brasileira, entre muitos desafios das políticas públicas, existe a necessidade de compreender os anseios das comunidades tradicionais, que vivem muitos territórios com várias denominações e manifestações (PINTO, 2007; MATTEO et. al., 2016; ARAÚJO, 2010). As comunidades tradicionais quilombolas são povos originários da região e que vivem um território de manifestações culturais e em muitas vezes interagem com práticas rurais e urbanas, apresentando uma dinamicidade específica da forma que estas comunidades traduzem o cotidiano. Nesta perspectiva, estas organizações sociais, ao mesmo tempo em que essas comunidades constituem caminhos próprios de desenvolvimento e soluções tradicionais, elas exigem ações políticas adequadas a suas realidades.

As comunidades quilombolas no estado do Tocantins apresentam um considerado arcabouço de respostas de desenvolvimento socioeconômico, e os aspectos que enriquecem essas oportunidades têm no turismo importantes experiências, e motivam pessoas a conhecer as comunidades e os territórios. E é possível observar a interação entre as comunidades tradicionais e a presença do turismo, que se torna uma dinâmica importante para algumas regiões como na Serra Gerais e no Jalapão. As atividades de turismo acontecem em territórios das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, que se apresenta como uma das oportunidades para o estado no cenário atual e futuro que integram neste contexto da visitação turismo em áreas naturais consolidadas na região (SUDRÉ, et.al, 2020).

¹ Doutoranda do PPGDSTU/NAEA/UFGA; Mestre em Ciências Ambientais. Professora da Universidade Federal do Tocantins. stephanni@uft.edu.br

² Professor Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Mestrado e Doutorado), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. silviolimafigueiredo@gmail.com

O presente estudo tem como objetivo central analisar o contexto das políticas públicas para as Comunidades Tradicionais Quilombolas do Tocantins e os efeitos para o turismo. E para isso os objetivos específicos se dispuseram a identificar as políticas públicas estaduais direcionadas às comunidades quilombolas e apontar as principais contribuições das políticas públicas estaduais para o turismo.

A metodologia utilizada foi à análise temática de conteúdo (BARDIN, 2009), com viés qualitativo, que orientou o trabalho de análise bibliográfica documental (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998). O roteiro de leitura foi organizado para a análise sistemática da literatura e os materiais mais adequados a estes estudos são: Relatório do Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins (MATTEO et. al., 2016) e os Decretos e Leis direcionados às comunidades quilombolas no site da Assembleia Legislativa do Tocantins.

O PODER DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os povos quilombolas vivenciam o poder do Estado em vários níveis, e se das decisões políticas que expressam em muitos momentos valores externos aos comunitários, e não refletem a forma de organização e estruturação tradicional (GONÇALVES, 2017). Compreender o poder público na perspectiva das comunidades é um desafio pois leva a compatibilizar formas diferentes de ver o mundo, exercer, identificar, receber: o poder.

O Estado é concebido como um conjunto de agentes e instituições, que expressa de forma legítima o poder, e o seu discurso (re)“produzem a respeito do Estado, verdadeira ideologia do serviço público e do bem público” (p. 36). E tem o poder simbólico que ancora nas ideias de seus agentes, nos “campos administrativos” e “campos da função pública” num complexo de aparente abstração e neutralidade. E destinam políticas públicas de maneira geral de forma indiscriminada (generalizada), que rege por conceitos universalistas, e acarreta um monopólio violento em atos físicos e simbólicos, que não são livres de efeitos por parte do Estado (BOURDIEU, 2016).

As famílias quilombolas são direcionadas para atividades de subsistência com o uso de recursos naturais intensivos (BARRETO FILHO, 2001; DIEGUES e ARRUDA, 2001; ITESP, 1998; DIEGUES, 1996). E no Tocantins a base de produção ligada ao artesanato pesca artesanal, agricultura familiar e poucos deles integram ao mercado de trabalho (TELE, et. al. 2020).

E as políticas públicas ainda apresentam comportamento diverso com um recorte por “raça” e por “classe social”. Ruas (1998) relata a existência de formas de diferenciação social com variados pesos nas políticas públicas, que cria camadas hierárquicas e pode gerar conflitos a serem geridos, e são efeitos da tomada de decisão administrativa e governamental.

E as decisões políticas ainda podem gerar inúmeros tipos de articulação, podem ou não constituir políticas públicas, e são processos de transformação dentro do próprio sistema e identificar os principais atores exige critérios e regras, assim observando “quem faz parte do jogo na política em questão” (RUAS, 1998, p. 234). Os arranjos da política precisam ser compreendidos diante de uma dinâmica de relação entre eles podem ser: lutas; jogos ou debates. Que tem como componente essencial o poder de persuasão, que são usados para impedir, atrasar, confundir e influenciar as decisões.

Fraser (2006) defende que as lutas políticas ocorrem num mundo de muita injustiça social e cultural, e recebe como remédio a redistribuição socioeconômica e o reconhecimento. Em decorrência da exploração, marginalização e privação “pela raça”, que são fatores preponderantes na atual estrutura econômico-política. Há uma herança histórica colonial que se inspira na escravidão, com a divisão racial contemporânea do trabalho remunerado, por níveis de diferenciação, apropriação e exploração. Este processo se estabelece em uma “casta econômico-política” (p.235). A partir de uma abordagem que é o resultado de uma estrutura econômico-política que engendra modos de exploração, marginalização e privação especialmente marcados pela “raça”.

Os princípios socioeconômicos das comunidades quilombolas são diferentes entre as inúmeras formas de manifestação social, onde a ideia de lucro é relativa aos valores de cada organização social, mecanismos hierárquicos, representações simbólicas, míticas, rituais, paisagens, calendários, etc. Os mercados locais, são importantes para a vida das comunidades, em nenhum lugar revelam indícios de reduzir o sistema econômico vigente a seus padrões. A reciprocidade é presente na condição de vivência em grupo, isto significa que o produto da sua atividade é partilhado com as outras pessoas que estão vivendo com eles, e o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã (POLANYI, 2000).

“(…) as atuais políticas de controle social e gestão compartilhada, ainda que com boas intenções, esbarram na perspectiva mercantil de encarar um fenômeno social de tal porte, nas dificuldades de construção da arena pública e da participação (...)” (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p.32).

POLÍTICAS DO TOCANTINS PARA OS QUILOMBOLAS

O estado do Tocantins tem 38 comunidades quilombolas em 1521 famílias e outras mais esperando reconhecimento (LOPES; SEIBT, 2021). As comunidades no Tocantins estão presentes em áreas de transição entre as áreas urbanas e rurais, e apresentam sérias deficiências e demandas sociais, com a falta de escolas, postos médicos e condições sanitárias. E as comunidades revelam que a sua vulnerabilidade social é uma face de um gama de problemas estruturais, que geram a exclusão das condições plenas de cidadania à qual estão submetidas.

O Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins (MATTEO et. al., 2016) apontam os conflitos socioambientais nos territórios das comunidades quilombolas do Tocantins e foram apresentados: sobreposição de áreas quilombolas com Unidades de conservação; com fazendeiros; queimadas; poluição hídrica; venda de lotes individuais quilombolas para fazendeiros; pressão por empreendimento minerador. E este contexto é intensificado pelas fragilidades, que foram indicados problemas com o saneamento, acesso, produção, saúde, educação, assistência social, habitação, organização política.

“A situação socioeconômica e cultural das comunidades rurais negras do estado do Tocantins é uma das questões emergenciais da sociedade tocaninense, uma vez que, não há reconhecimento pela sociedade circundante e historicamente são discriminados pelo estigma de um passado de escravidão e pela cor da pele” (APOLINÁRIO, 2007, p.129).

As políticas públicas do estado do Tocantins aqui apresentado na Tabela 1, demonstra que os setores abordados nas ações do governo são de apoio básico, para a conservação, educação, governança e cultura.

Tabela 1: Políticas estaduais (TO) para as comunidades quilombolas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO TOCANTINS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS			
Legislação	Data	Objetivo	Setores
Lei nº 3594	08 ago./2019	Dispõe sobre a Política Estadual de Uso Sustentável do Capim-Dourado e do Buriti	Conservação
Lei nº 3252	31 jul./2017	Dispõe sobre o Sistema de Cultura do Tocantins – SC/TO	Governança
Lei nº 2.977	08 jul./2015	Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025)	Educação
Lei n.º 1.402	30 set./ 2003	Institui o Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins	Cultura
Lei n.º 1.939	24 jun./ 2008	Dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação	Conservação

		em Área de Preservação Permanente – APP	
Lei n.º 1.804	4 jul./ 2007	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura – CEC-TO	Governança
Decreto n.º 2.483	26 jul./ 2005	Institui o Comitê Estadual Gestor do Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins	Governança

Fonte: Adaptado da Assembleia Legislativa. 2021.

Analisando as demandas das comunidades evidenciadas pelo Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica com as políticas existentes, observa-se que há uma distância entre o que necessita e o que é oferecido pelo estado em algumas de suas poucas ações. As políticas do Tocantins, com foco em ações de criação de instâncias de governança, conservação dos recursos naturais e uma política apenas de educação, e as comunidades apresentam a indisponibilidade de segurança, saúde, alimentação, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do disposto, pode-se observar, que as políticas públicas do estado do Tocantins para as comunidades quilombolas são mínimas e não garantem condições suficientes para desenvolvimento socioeconômico. E apresentam em suas tomadas de decisões conflitos com os interesses dos quilombolas, servindo as vantagens externas e muitas vezes de grupos empresariais (como no caso das concessões dos parques, Lei nº5/2021).

As comunidades vivenciam, portanto, um cenário de incertezas que foram agravadas pelas políticas em nível federal com um governo (2017-2022) que apresenta posicionamento neoliberal, com todas as questões isso acarreta para grupos que (prioritariamente) não servem ao mercado formal, não se configuram como agentes políticos, que têm valores socioculturais tradicionais étnicos e apresentam nestes valores características que são combatidas violentamente pelo Estado.

As dimensões de poder do Estado e das barreiras crescentes que são engendradas na sociedade que é condicionada a esta ‘visão de mundo’ universalista, violenta, e bem ajustada com os objetivos do mercado que são em tudo diversos aos interesses das comunidades tradicionais quilombolas do Tocantins. Assim, as políticas públicas estaduais para as Comunidades Quilombolas do Tocantins, são incipientes e embora possam refletir indiretamente nas perspectivas turísticas das comunidades quilombolas do estado, são insignificantes, não expressivas e de baixo impacto, até mesmo para as garantias fundamentais e legais de subsistência, autonomia e manutenção das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

APOLINÁRIO, J. R. **Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARRETO FILHO, H. T. Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política”. In: **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. Parati, RJ, 2001.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)** — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Comunitários. Brasília, 1988.. Acesso em: set./ 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988> .

BRASIL. Fundação Palmares. **Tabela de Comunidades Quilombolas Certificadas**. Acessado em set./ 2021a. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-to-15062021.pdf>

BRASIL. Poder Executivo. **Decreto no 6.047**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União: Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Brasília, 23 fev. 2007.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **ADPF 742 MC / DF**. Acesso em set./2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur445269/false> . 2021.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. **Carta Aberta a Sociedade**. Acesso em set./2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/liderancas-quilombolas-do-jalapao-denunciam-violacoes-de-direitos-no-processo-de-concessao-do-parque-por-parte-do-governo-do-tocantins/>. 2021.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 1996.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.

FRAZER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GONÇALVES, A. L. **Políticas Públicas para Quilombolas: a construção da cidadania na comunidade de remanescentes do quilombo Baú**. Dissertação (mestrado acadêmico).

Universidade Federal de Juiz de Fora. Acesso em set./2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4902/1/anaclaudiagoncalves.pdf>. 2017.

ITESP. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Ivaporunduva**. São Paulo, 1998. 64p.

LOPES, S.; SEIBT, T. **Direito à terra: quilombolas em risco. Achados e Perdidos**. 2021. Acessado em set./2021. Disponível em https://www.achadosepedidos.org.br/uploads/publicacoes/Terra_Quilombola.pdf

MATTEO, K. C.; ARAÚJO, W. S. A.; MATRICARDI, E. A. T.; PARO, P.; OLIVEIRA, F. T. Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan). **Zoneamento Ecológico-Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais**. Palmas: Seplan, 2016. Acesso em set./2021. Disponível em: http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/Publicacoes_Tecnicas/Tocantins/TO_Diagnostico_Socioeconomico_ZEE/Relatorio_PopTradicionais_2016.pdf

PINTO, L. F. Amazônia. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**. Instituto Socioambiental (ISA). 2007. p. 83-106.

POLANYI, K. (2000). A sociedade e os sistemas econômicos. IN: POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, p. 62- 98.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G.; VALADÃO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. 231-260.

SÃO PAULO. Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP). **Legislação estadual Tocantins**. Acesso em set./2021. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/leis/legislacao-estadual/legislacao-estadual-tocantins>

TELE, A. F.; SILVA, L. C.; SILVA, A. C.; SOUZA, I. A.; SEIBERT, C. S. **Análise das condições de vida de comunidades quilombolas do Tocantins, Brasil**. Revista Brasileira de Educação do Campo. The Brazilian Scientific Journal of Rural Education. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e8671>

TOCANTINS. Assembléia Legislativa do Tocantins. **Atividade Parlamentar**. Acessado em set./2021. Disponível em: <https://al.to.leg.br/legislacaoEstadual> 2021.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER PAN AMAZÔNIA

MEDIAÇÕES DA ARTE PELA OBRA MUSICAL DO MAESTRO WALDEMAR HENRIQUE E AS EXPERIÊNCIAS ENTRE TURISMO E LAZER.

Ana Cristina Guimarães de Oliveira¹

Geraldo Bruno Costa de Andrade²

RESUMO

O estudo apresenta os processos de mediação pela obra musical do Maestro Waldemar Henrique e os fatores que contribuem para a divulgação do imaginário contido nas lendas indígenas amazônicas. Teve como objetivos experimentar um circuito turístico a partir das obras musicais voltadas as lendas existentes da cultura indígena amazônica que tratam de personagens mitológicos existentes no imaginário dos caboclos ribeirinhos da região norte do Brasil, assim como, refletir nos processos de mediação entre a arte, turismo e lazer através da exposição de algumas das obras musicais do Maestro e a identificação dos personagens mitológicos para crianças. É preocupante que apesar do acervo estar no MEP, existe pouco acesso da população a estes materiais, assim como, da história de uma personalidade que ajudou a divulgar a Amazônia através da arte musical. Existe uma ausência perceptível de maior investimento em circuito cultural e turístico que permita maior acesso a arte, ao lazer e ao turismo da cidade de Belém. O circuito cultural ajuda a promoção e difusão da cultura paraense e suas raízes, lamentavelmente as políticas públicas para a cultura e o turismo em Belém no estado do Pará recebem cada vez menos investimentos. Assim, nossa problemática convergiu em saber como poderia ser elaborado um circuito cultural de turismo e lazer a partir das obras do Maestro Waldemar Henrique.

Nosso ponto de partida para a construção bibliográfica foi através do catálogo das onze obras do maestro realizada por Santos (2009), Barros (2005); as questões propostas sobre mediação em Martín-Barbero (1997) e sobre os passeios literários discutidos em Quinteiros e Baleiros (2014).

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo Interdisciplinar do Lazer/UFMG, Docente da Universidade do Estado do Pará, e-mail: anac.oliveira@uepa.br

² Doutorando pelo Programa de Educação para as Ciências da UNIJUÍ/RS, Docente da Universidade do Estado do Pará, e-mail:Geraldo.andrade@uepa.br

O método para a pesquisa foi através do estudo de caso e aplicação prática de um modelo de circuito turístico para a cidade de Belém considerando as obras musicais do Maestro Waldemar Henrique considerando as lendas amazônicas. Ao final foi realizado entrevistas com crianças que participam do Laboratório de Pesquisas Lúdicas da Amazônia Paraense/Brinquedoteca Joana d'Árc através da exposição construída para este fim.

A brinquedoteca é considerada um dos espaços de lazer e possui acesso contínuo de crianças, jovens e idosos que a visitam. Compreendemos após a aplicabilidade do circuito que as obras musicais dialogam como mediação na divulgação e conhecimento da cultura indígena amazônica no referente às suas lendas e mitos sendo possível e viável a sua realização na cidade de Belém, envolvendo um roteiro envolvendo o Teatro da Paz, o Teatro Waldemar Henrique, a Praça Waldemar Henrique e o Bosque Rodrigues Alves.

Palavras-chave: Waldemar Henrique 1. Mediação 2. Arte 3. Lazer 4. Turismo 5.

INTRODUÇÃO

Para construirmos a pesquisa, optamos pelo estudo de caso da obra musical de Waldemar Henrique que trata das Lendas Amazônicas Indígenas e aquelas que estão contidas na edição musical “O Canto da Amazônia” por ser de fácil acesso a população. Após um levantamento bibliográfico para compor o artigo optamos por realizar entre os dias 10 a 18 de junho de 2019, um circuito que representasse alguns pontos turísticos da cidade de Belém que fossem mediados a partir das relações entre a arte e o lazer. Foi feita adequações e realizadas no Laboratório de Pesquisas Lúdicas da Amazônia Paraense/LAPLAMP - Brinquedoteca Joana d'Arc da Universidade do Estado do Pará, no intuito de estabelecer um projeto piloto para posteriormente ampliação através de parcerias entre a instituição e a Fundação Cultural do Pará; Secretaria de Turismo e Museu do Estado do Pará.

A primeira etapa construída foi voltada à realização de estudo sobre as obras musicais do Maestro Waldemar Henrique e o estudo das Lendas Indígenas que representavam a música.

A segunda etapa foi à preparação dos materiais que comporiam a exposição (Fotos do Maestro; A impressão das partituras; Letras; Sonorização, Representação construídas das lendas; Pesquisa das Lendas através do Programa Catalendas). Após o levantamento dos materiais procedeu-se a organização e divulgação da exposição através do site da UEPA e nos espaços e programas de extensão comunitária.

A terceira etapa foi a executada através da exposição propriamente dita. As crianças passaram por primeiramente por uma oficina de reconhecimento das músicas do maestro, sendo utilizados como instrumento de percussão materiais de sucata como baldes e latas, nesta oficina as crianças aprenderam a letra e o ritmo da obra “Uirapuru”. Posteriormente as crianças foram deslocadas para a exposição onde foram explicados sobre a vida do Maestro, algumas das partituras musicais, havia a todo tempo o fundo musical das obras do maestro para que as crianças tomassem conhecimento sobre o ritmo das obras na forma erudita. Depois as crianças assistiram algumas lendas que compõe as obras do maestro através do programa Catalendas que trata do conto através de bonecos de fantoches transmitido na TV Cultura e assistiram a lenda do Japym e do Uirapuru. Após as crianças passaram em cada uma das imagens das lendas a qual foi contado cada uma das histórias das lendas indígenas. Ao final as crianças então assistiram ao teatro de sombra com a Lenda da Vitória – Régia e interagiram com o personagem místico Matintaperera.

Após a finalização da exposição as crianças participaram de uma roda de conversa em que foi aplicada a entrevista semiestruturada, com o intuito de possibilitar trazer a compreensão da mediação pelas crianças da arte musical e o imaginário contido nas lendas indígenas dentro de um espaço de lazer partindo da reflexão da criança. O espaço do LAPLAMP foi modificado

para poder fazer a correlação entre a obra musical e a lenda indígena e foi feito o acompanhamento de visita orientada.

Mediações possíveis entre a Arte, Turismo e Lazer

Foram atendidas 50 crianças entre 05 anos e 11 anos durante a amostra da exposição, todas acompanhadas pelos pais ou responsáveis. Tendo como objetivo identificar nos versos musicais algumas das lendas existentes da cultura indígena amazônica que tratam de personagens mitológicos existentes no imaginário dos caboclos ribeirinhos da região norte do Brasil.

As crianças ao serem indagadas sobre se já haviam ouvido falar sobre o Maestro Waldemar Henrique responderam todas que não conheciam nem o nome do Maestro nem nada que fizessem referência ao mesmo.

Também foi questionado sobre terem conhecimento do Teatro e da Praça Waldemar Henrique ou de algumas das músicas que ouviram na exposição, no entanto nenhuma das crianças respondeu positivamente.

A ausência de conhecimento sobre uma personalidade paraense denota a falta de investimento sobre a cultura parte das memórias e história da arte do Pará.

Foram indagadas as crianças se conheciam algumas das lendas indígenas e dos seres mitológicos que estavam contidos na obra musical do maestro. As crianças responderam que sim, portanto identificando alguns dos personagens e suas histórias. Algumas crianças retrataram as lendas de modo diferente com finais e ou processos de construções distintos, mas com a mesma estrutura da história.

Elas também perceberam através de mediações que os personagens apesar de possuírem o mesmo nome são personalizados de formas diferentes. Foi o caso da Lenda da Iara alguns retratavam como:

“Cabelos Ruivos, ora era uma mulher ora era metade peixe metade mulher que encantavam os homens para se afogar no mar”.

“Outras se tratava de uma índia que encantava os homens para o fundo do rio”.

Observou-se que de acordo com o processo educacional obtido na escola e dos relatos orais dos pais cada uma possuía uma história com o imaginário de diferentes personagens retratados, mas todas elas ao final queriam levar o homem para o fundo das águas.

Outro personagem que chamou a atenção das crianças foi a Matinta- Perera a qual tinham histórias que era má, e outros que se transformava em pássaro. No entanto as crianças chegaram perto da Personificação sem medo algum, e queriam ver seu rosto através do cabelo demonstrando que sua construção do imaginário não estava relacionada ao medo, mas sim a curiosidades.

De acordo com Barbero (1997) a mediação questiona os símbolos trazidos pelos meios de comunicação e podem ser transformados de acordo com as releituras dos sujeitos de acordo com as memórias e com o tempo histórico. Nesse sentido, a mediação ocorreu quando as crianças se depararam com a personagem (matinta-perera) e ao mesmo tempo transformaram sua visão sobre algo que era até aquele momento imaginário simbólico. A necessidade de conhecer mais levou as crianças a superarem o medo e se permitirem estar próximos ao mito.

Para as crianças, também foi possível identificar as mediações contidas nas mensagens das lendas indígenas que após assistirem o Programa Catalendas conseguiram refletir sobre alguns valores sociais correlacionando a Lenda do Japim.

Nas falas das crianças elas explicaram que a Lenda traz a mensagem de que:

“não devemos ser orgulhosos”;

Foi importante observarmos que no processo mediador entre as crianças e as contações das lendas existe um papel fundamental interpretado pelos sujeitos. Existe uma posição cultural que posiciona as relações sociais e são identificados pelas crianças.

A Lenda da Vitória-Régia foi outra a ser correlacionado a valores:

“do cuidado em querer algo que não se pode ter”;

A Lenda do Curupira possuiu algo mais padronizado na fala sobre “cuidado com o meio ambiente”, “não destruir a mata”.

As crianças demonstram que não são passíveis ao receberem as mensagens, elas mediam aquilo que ouvem e refletem sobre posicionamentos próprios mesmo que de modo simplificado em suas exposições.

Conclusões.

Enquanto indicativo para futuras proposições das relações de mediação entre a arte, turismo e o lazer em um primeiro debate consideramos a necessidade de ampliarmos os debates e reorganizações junto a instituições como o a Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo, o Museu do Estado do Pará, o Teatro Waldemar Henrique e a Secretaria de Urbanismo que trata da Praça Waldemar Henrique para juntos através de parcerias intersetoriais dessem acesso não somente aos acervos do Maestro Waldemar Henrique, como também, reconhecer ser este um personagem que contribuiu não somente com as obras musicais, mas também, na divulgação da cultura amazônica.

Em um segundo debate quanto a dimensão do lazer, poder-se-ia considerar a Praça Waldemar Henrique enquanto espaço de lazer com necessidade de ser revitalizada e posteriormente ter em seu espaço a abertura para as amostras culturais abertas ao público.

Da mesma forma, o Teatro Waldemar Henrique poderia além da continuidade de suas atividades, ser a mantenedora de uma exposição permanente sobre a vida do maestro, já que dever-se-ia considerar a homenagem não somente a dar o nome ao local, mas também que haja referencia a vida de quem foi Waldemar Henrique.

Apesar das obras musicais dialogarem como mediação na divulgação e conhecimento da cultura indígena amazônica no referente às suas lendas e mitos. Foi percebido há necessidade de consolidarmos de modo mais efetivo com as crianças e com a população os processos pela arte musical de um personagem histórico do Estado do Pará.

É curioso como a nova geração de crianças desconhecem o Maestro Waldemar Henrique como personalidade, e nem ao menos tinham a experiência de visitaçao na praça e no teatro que levam o seu nome. Mas curioso ainda é não conhecerem nenhuma de suas obras musicais, o que nos leva a refletir nas relações culturais de separação entre a cultura erudita e a popular.

As crianças possuem um imaginário que dialoga mais aproximadamente com as Lendas Indígenas e com ela identificam valores sociais voltados a suas rotinas diárias através das mensagens narradas nas histórias e nos seres mitológicos. Assim como, percebem que as histórias possuem diferenças na forma com que as ouviram.

A exposição nos mostrou a possibilidade de ampliarmos os debates sobre a mediação pela obra artística musical do maestro Waldemar Henrique potencialmente em sua correlação ao lazer e ao turismo. Mas necessita de investimento de políticas públicas para que se dê o acesso à população do vasto acervo musical que valoriza algumas das Lendas Indígenas da região Amazônicas. Assim como da valorização dos espaços de lazer como a revitalização da

Praça e da abertura do Teatro para fins de conhecimento da obra do Maestro, já que é curioso que o Teatro Waldemar Henrique não possui nenhum tipo de acervo material dele.

Ao final do estudo também não devemos esquecer que existe na região amazônica uma vasta influência do imaginário das diferentes etnias negra e indígena que permeiam os processos educacionais, assim para este fim, tal circuito poderia promover a valorização e a memória de uma cultura diversificada que dialoga com outras.

Por fim, é importante ressaltar o estudo sobre a mediação entre a arte, turismo e o lazer através da obra musical do maestro Waldemar Henrique poderá trazer contribuições para a cidade de Belém, e para a ampliação de debates sobre o lazer discutido de modo interdisciplinar. A exposição realizada enquanto projeto piloto trouxe possibilidades de ser ampliada para outras esferas institucionais. É importante ressaltar que se a própria obra de Waldemar Henrique dialoga entre a cultura erudita e a popular, podemos ampliar as formas de mediação entre a arte e o lazer de modo a permitir que os sujeitos reflitam sobre o tempo das memórias e da história cultural do imaginário amazônico.

REFERENCIAS

BALEIRO, R. & QUINTEIRO, S. **Da Cartografia do Danúbio à Construção de um Itinerário Turístico: Uma Leitura de Danúbio de Claudio Magris.** In. **LIT&TOUR.** ensaios sobre literatura e turismo. Edições Húmus, 2014

BARROS, M. F. E. **Waldemar Henrique: folclore, texto e música num único Projeto – a canção.** Campinas, SP : [s.n.], 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SANTOS, I. F. **Lendas Amazônicas de Waldemar Henrique: Um estudo interpretativo.** Dissertação. (2009). Programa de Pós-Graduação da Escola de Música da Universidade Federal de Minas.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

A ARQUITETURA DOS ALOJAMENTOS FLORESTA NO AMAZONAS E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE REGIONAL AMAZÔNICA

Arnaldo Ribeiro Vieira Neto¹
Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira²
Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira³

INTRODUÇÃO

É comum ouvir dos gestores de alojamentos florestas no Amazonas que os mesmos buscam apresentar uma arquitetura que represente a identidade local. Diante disso, acredita-se que seja necessário se fazer uma breve viagem na história da formação cultural amazônica, que norteará e dará critérios significativos para a identificação das características construtivas dos alojamentos florestas e se os mesmos estão de acordo com as normas para instalação.

De acordo com Da Matta (1986), a cultura é entendida como um conjunto finito de regras, mas que têm incalculáveis possibilidades de atualização, expressão e reação, em situações concretas, sendo possível atribuí-la uma identidade, essa identidade, segundo Hall (2005), é provida de um conceito demasiadamente complexo, pouco desenvolvido e compreendido na ciência social contemporânea.

Entende-se que os alojamentos florestas⁴ são equipamentos turísticos que podem ser instalados em áreas naturais, que devem representar a cultura local em sua arquitetura, dando

¹ Bacharel em Turismo em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA; E-mail: arnaldovneto@hotmail.com

² Docente da Universidade do Estado do Amazonas; Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Santa Catarina - UNDESC; Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul- UCS; Especialista em Metodologia da Pesquisa do Ensino Superior pelo Centro Universitário do Norte – UNINORTE; E-mail: msteixeira@uea.edu.br

³ Graduada em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA; E-mail: agpo.tur17@uea.edu.br

⁴ Hotéis de selva é um termo dado aos estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas naturais desde o final da década de 1980, pois antes era conhecido como *ecolodge* (termo provindo da palavra ecologia). No ano de 2010 a Associação Hoteleira de Selva – AHS denominou o termo Alojamento de Floresta, mas é um termo reconhecido e utilizado a nível estadual. Isto porque, ainda não é reconhecido pelo Ministério do Turismo.

suporte aos visitantes de uma determinada localidade distante dos centros urbanos, desenvolvendo atividades de interação com a natureza. Para isto, há diretrizes e normas a se seguir, para que seja feita a instalação correta dos mesmos, com o objetivo de proporcionar uma arquitetura sustentável nos âmbitos social, ambiental, cultural e econômico.

As características construtivas dos alojamentos florestas devem ser simples e seguir os requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade. O *design* geralmente deve se assemelhar a habitações tradicionais locais, no caso, indígenas ou ribeirinhas, e seguir os parâmetros construtivos da gestão da sustentabilidade, impostos pela ABNT NBR 15401/2006. Com isso, faz-se o seguinte questionamento: **Até que ponto a arquitetura dos alojamentos florestas no Amazonas representam a identidade regional amazônica?**

Acredita-se que este assunto seja interessante para academia e para área de turismo devido primeiramente ser uma problemática desenvolvida por poucos pesquisadores no país. No que se refere à academia, a pesquisa vem auxiliar bibliograficamente não só a Universidade do Estado do Amazonas como, também, a todos os acadêmicos de turismo e áreas afins.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar sobre alojamentos florestas e a sua relação com a identidade regional no que tange a estrutura física e os objetivos específicos são: identificar os alojamentos florestas e a identidade a eles atribuída; investigar a estrutura dos mesmos confrontando-as com as diretrizes de ecoturismo; e avaliar as estruturas físicas com base no que preconiza as normas da ABNT NBR 15401/2006.

No que se refere à metodologia é de forma qualitativa e os objetivos são de ordem exploratória e descritiva. A amostra utilizada nesta pesquisa é não probabilística intencional e a coleta de dados fora feita através de entrevistas estruturadas e não estruturadas com 05 (cinco) arquitetos, que abordaram a identidade de três alojamentos florestas mais famosos por sua arquitetura, estes com os nomes em anonimato, portanto, denominados alojamentos 1, 2 e 3. O processo de análise dos dados se deu por meio de quadros e imagens, os quais facilitaram a compreensão do assunto. Os procedimentos técnicos adotados foram bibliográficos e estudos de caso e o método de ordem indutiva e observacional.

IDENTIFICAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FLORESTAS E SE OS MESMOS ADOTAM A IDENTIDADE AMAZÔNICA EM SUA ARQUITETURA

Mediante as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os arquitetos, pode-se dizer, através de uma visão arquitetônica, que os alojamentos florestas são meios de hospedagem que proporcionam conforto por meio de seus aspectos construtivos e de design, e ao mesmo tempo o contato com a natureza, oferecendo ao turista uma experiência diferenciada se comparado a um meio de hospedagem urbano. Sendo assim, é possível identificar os estilos arquitetônicos dos alojamentos florestas em análise, como mostra no quadro abaixo:

Tabela 01 - Identificação dos estilos arquitetônicos adotados nos alojamentos florestas em análise

Alojamentos Florestas	Estilo arquitetônico
Alojamento Floresta 1	Vernacular amazônico
Alojamento Floresta 2	Moderno
Alojamento Floresta 3	Moderno com o emprego de elementos do estilo vernacular amazônico

Fonte: Vieira Neto, 2017

Por meio do quadro acima, identificou-se que os três alojamentos possuem estilos arquitetônicos diferentes, mas ambos têm uma mesma finalidade, como afirma a arquiteta Bárbara Guedes: “ambos os hotéis exploraram o conteúdo disponível na região local”. Menciona-se a predominância da madeira, os itens decorativos que se apresentam em obras artesanais, os acessos que são em curvas ilusórias aos movimentos perceptíveis na natureza e destaca-se que em todos os projetos, a natureza é o ponto de destaque projetual.

INVESTIGAÇÃO DAS ESTRUTURAS DOS ALOJAMENTOS FLORESTAS, CONFRONTANDO-AS COM AS DIRETRIZES DE ECOTURISMO

Segundo Teixeira (2006) as diretrizes de ecoturismo são fundamentais para a biodiversidade, com isso faz-se necessário a aplicação das mesmas nos hotéis de selva, já que esses empreendimentos são instalados em meios naturais, onde se deve um maior cuidado perante os impactos que a construção venha a gerar.

Mediante isso, o arquiteto Elton Elves afirma que “toda edificação feita pelo homem há um impacto ambiental seja qual for o local – urbano ou rural, e mais ainda quando é construída em plena natureza”. Por meio das imagens dos alojamentos florestas em análise, o arquiteto enfatiza que é possível observar que todos eles foram projetados por algum arquiteto ou responsável técnico, onde foi possível fazer com que o projeto elaborado estivesse de acordo com a região e salienta que para pleno funcionamento, ambos os alojamentos estão licenciados.

Com isso, pode-se entender que se faz importante que um empreendimento desse tipo venha estar em harmonia com a localidade, seja em suas atividades e principalmente em seus aspectos construtivos, pois a relação dos mesmos com as diretrizes de ecoturismo, visam um cuidado maior com o meio o qual estão inseridos.

PERCEPÇÃO SOBRE AS ESTRUTURAS FÍSICAS COM BASE NO QUE PRECONIZA AS NORMAS DA ABNT NBR 15401/2006

A ABNT NBR 15401/2006 tem a abordagem da sustentabilidade do turismo e a decorrente possibilidade de implementar um sistema de certificação dos empreendimentos que aplicam a(s) norma(s) relacionada(s) com o objetivo de seguir os requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica, os quais são suportados por um sistema de gestão da sustentabilidade (ABNT NBR 15401, 2006).

A arquiteta Bárbara Guedes afirma que os alojamentos florestas têm por finalidade promover o contato do hóspede com a natureza, bem como a sustentação da mesma e que tal certificação assegura a preservação dos bens naturais e para que a prática de alojamentos florestas permaneça reconhecida e convidativa a todos.

O arquiteto Elton Elves também em concordância, afirma que a normatização contribui para a valorização do empreendimento, bem como evitar impactos graves na natureza e salienta que toda obra deveria utilizar dos meios sustentáveis para que não potencialize negativamente no meio ambiente.

Com relação às características construtivas dos alojamentos florestas impostas por essa normatização, o arquiteto afirma que todos os três empreendimentos em análise se integram a

um ou mais aspectos impostos pela mesma e salienta que tais características beneficiam o entorno do empreendimento, seja ele as comunidades locais e/ou próprio meio ambiente.

Dentre essas características, cita-se projeção com o ambiente natural e cultural da localidade – baseando-se nos princípios da arquitetura sustentável, minimizar o uso de energias não renováveis e utilizar mais das renováveis (água, vento, sol, etc.), utilizar de matéria prima na construção dos empreendimentos.

A arquiteta Bárbara Guedes aponta que essa preocupação se dá também com o uso de fontes de energias não renováveis e é um requisito para o selo de arquitetura sustentável, chamado selo *Leed*, responsável por fomentar a construção sustentável. Com base nessa percepção, as imagens abaixo mostram que ambos alojamentos florestas em análise estão de acordo com as características impostas pela normatização:

Figura 01 - Alojamentos floresta 3: O uso de energias renováveis



Fonte: G1 Amazonas, 2016.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma percepção sobre a arquitetura dos hotéis de selva no Amazonas e a sua relação com a possível identidade regional, por meio

da análise de imagens dos alojamentos florestas 1, 2 e 3, os quais refletem aspectos construtivos que se assemelham às habitações das populações tradicionais da Amazônia.

A entrevista estruturada e semiestruturada aplicada aos arquitetos, possibilitou mostrar a concepção dos profissionais com relação aos alojamentos florestas no Amazonas, bem como mostrar que os órgãos de meio ambiente e de turismo precisam cumprir com fiscalizações mais severas e impor diretrizes que não só venha a ordenar a atividade no segmento, mas que venha impor métodos que beneficiem o meio ambiente, gerando sustentabilidade em todos os âmbitos, já que este é o mais atingido. Possibilitou-se constatar que ambos os hotéis buscaram representar de alguma forma a cultura local por meio de seus aspectos construtivos e com um objetivo em comum, o de contemplação da floresta ao seu entorno. Sendo assim, os objetivos deste trabalho foram realmente alcançados.

Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas acerca da arquitetura dos alojamentos floresta, a fim de proporcionar um maior conhecimento para os pesquisadores interessados, bem como para a academia e empreendedores. Mais que isso, salvaguardar dos recursos naturais, os quais são vendidos sem muitas preocupações com grandes impactos negativos que um empreendimento desse porte venha a causar sobre os mesmos.

Palavras-chave: Arquitetura, Alojamentos Florestas, Identidade, Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15401. **Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos.** Norma brasileira: Parceira ABNT e Ministério do Turismo – Normas para desenvolvimento do Turismo no Brasil. 22 páginas, 2006.

DA MATTA, R. **Você tem cultura?** In: Explorações Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rocco; Rio de Janeiro, 1986.

HALL, S. **A identidade cultura na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TEIXEIRA, M. A. S. B. **A prática do turismo de natureza em hotéis de selva do estado do Amazonas e sua relação com as ações estratégicas da política nacional de ecoturismo.** Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, 2006.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

O VERANEIO ARAGUAIANO: UMA ANÁLISE DAS FOTOGRAFIAS DA PRAIA DAS GAIVOTAS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

Ester Brito Parente¹

INTRODUÇÃO

Uma das formas de analisar a paisagem é por meio das fotografias, afinal, através das fotos é plausível um recorte espacial e temporal daquilo que se pretende analisar. Contudo, as imagens são apenas representações e revelam – mas também escondem – um olhar sobre a realidade. Dessa forma, a análise das fotografias é um recurso possível quando se quer compreender a paisagem de um lugar, afinal, a fotografia permite um olhar sobre o objeto (GOMES, 2013) podendo ocultar ou revelar o cotidiano do lugar (MARTINS, 2016).

A paisagem a ser analisada através da fotografia se encontra em Conceição do Araguaia, um município sul paraense localizado às margens do rio Araguaia. No período de vazão do rio, normalmente por volta do mês de maio, surgem inúmeras praias ao longo do Araguaia e algumas delas emergem justamente defronte a cidade. Dessas praias, a principal é a Praia das Gaivotas, muito em razão da própria produção espacial da cidade que faz dela, hoje, a centralidade máxima do veraneio araguaiano.²

Por essa razão, o objetivo desse artigo é analisar as representações da festividade na Praia das Gaivotas em Conceição do Araguaia/PA através das fotografias em diferentes anos. Para isso, realizamos um recorte temporal selecionando fotografias que revelam o veraneio em dois momentos representativos: um no início da festividade e outra na última vez que ela acontece.³

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN).

² Trata-se de uma festividade sócio-cultural que acontece durante o mês de julho na cidade. Desde 2017 a sua principal atração são os shows gratuitos que acontecem na Praia das Gaivotas.

³ Em razão da pandemia, desde 2020 o veraneio encontra-se temporariamente cancelado. Sendo assim, 2019 foi o último ano que o veraneio aconteceu de forma consecutiva em Conceição do Araguaia.

Desse modo, os procedimentos metodológicos consistem na seleção de fotos que evidenciam a Praia das Gaivotas nesses dois momentos distintos. Além disso, realizamos um levantamento bibliográfico afim de compreender melhor como diferentes autores compreendem a análise da paisagem de um lugar a partir das imagens.

No mais, além da sessão introdutória, o trabalho é dividido em dois tópicos, no qual o primeiro busca realizar uma curta revisão teórica sobre as funções das fotografias ao analisar a paisagem do lugar. O segundo tópico faz uma análise das fotografias e que evidenciam o espaço da Praia das Gaivotas. Ao final, esboçamos algumas conclusões sobre as fotografias analisadas.

A FOTOGRAFIA E A PAISAGEM

Quando se busca analisar fotos é preciso considerar as diferentes narrativas que podem ser expressas nas fotografias, uma vez que elas fazem “[...] parte do imaginário e cumpre funções de revelação e ocultação na vida cotidiana.”, são as fotografias responsáveis por documentar “[...] como atriz, a sociabilidade como dramaturgia. Ela é parte da encenação. Ela reforça a teatralidade, as ocultações, os fingimentos.” (MARTINS, 2016, p. 47).

Dessa forma, a paisagem que se revela através da fotografia pode ser entendida como um texto, é por essa razão, necessita de um contexto – de momentos distintos – para ser compreendida (DUNCAN, 1990). Esses apontamentos levam a noção de intertextualidade, isso é, cada representação da paisagem é possui camadas de significados.

Assim, ao comentar rapidamente sobre paisagem, Cassirer (2001 *apud*, CORRÊA, 2011) sintetiza que ela se trata de uma forma material produto da ação dos diversos grupos na transformação da natureza, mas também uma forma simbólica imbuída de valores.

Para Lacoste (*apud* NAME, 2010, p. 174) é um determinado “[...] grupo dominante que escolhe o que é bom e o que é belo, e há uma estratégia implícita no que se quer revelar ou esconder.”. Nessa mesma linha de pensamento, temos que a paisagem é dotado de um sentido político, desse modo, são constituídas paisagens próprias da cultura dominante, assim como, aquelas paisagens que são alternativas (COSGROVE *apud* CORRÊA, 2011).

A FOTOGRAFIA COMUNICA A PAISAGEM DO VERANEIO NA PRAIA DAS GAIVOTAS

Na década de 1980, com a tentativa de atribuir uma nova funcionalidade ao rio como também em razão das tendências turísticas que se manifestam no Brasil, a gestão municipal,

articulada com os comerciantes da cidade, promovem uma primeira tentativa turística em Conceição do Araguaia.

Naquele contexto, o veraneio inicia de maneira simples e isso se evidencia nas formas visíveis na paisagem da praia. Na Figura 1 é possível perceber várias estruturas retangulares nas cores branco e azul, com algumas palavras e símbolos inscritos, e logo a sua frente uma cobertura feita de palha, quase completamente dentro do rio. Tais estruturas são as barracas que comercializavam alimentos e bebidas aos frequentadores. Ao fundo há uma arquibancada e é possível visualizar alguns carros e pessoas dispostas no espaço.

Tal fotografia guarda o registro dessa primeira tentativa do turismo na cidade e revela o olhar de um membro da gestão municipal⁴ que visualiza a praia a partir da perspectiva da cidade. Com isso, de uma forma simples e robusta, há essa primeira apropriação do elemento natural – o rio Araguaia e suas praias – para a promoção de um evento sociocultural.

Figura 1: Praia da Gaivotas, 1980



Fonte: José Valdi, 1980

Figura 2: A Praia das Gaivotas, 2019 noite



Fonte: Prefeitura Municipal, 2019

Ademais, com mais um salto temporal, verifica-se a configuração da praia em 2019 (Figura 2). É visível a ampliação do evento turístico na cidade. Desse modo, se evidencia a modernização dos objetos e as novas funcionalidades que a Praia da Gaivotas possui nesse outro contexto.⁵

Fazendo um paralelo entre a primeira e a última vez que o veraneio acontece em Conceição do Araguaia, a mudança mais expressiva é essa apropriação da noite. A praia, espaço

⁴ O senhor que cedeu essa imagem foi ex-secretário de cultura e esteve envolvido diretamente na organização do Veraneio no passado.

⁵ A partir de 2017 a cidade passa a receber incentivos federal e estadual para promoção do veraneio. Segundo o portal de transparência da Prefeitura Municipal (2019), somente em 2019 foi autorizado um investimento de R\$ 3,6 milhões para promoção do turismo na cidade. Com isso, a partir de 2017, o principal diferencial foram os shows gratuitos. Entre 2017 a 2019, já realizaram shows no veraneio de Conceição do Araguaia cantores como: Wesley Safadão, Bruno e Marrone, Leonardo, Paula Fernandes, Joelma, Chitãozinho e Xororó, Eduardo Costa, entre outros.

comumente frequentado durante o dia, passa a ter uma gama de frequentadores que vivenciam essa paisagem noturna em razão da festividade.⁶

Ao refletir sobre a cidade, Tuan (2013) comenta que por um longo tempo a vida noturna nas cidades era excepcionalidade e o advento da eletricidade foi um divisor de águas para que houvesse essa conquista da noite; contudo, apesar dessa conquista, apenas uma parcela da população pode vivenciar a amplitude de possibilidade da vida noturna, a outra parte, necessita dela para o ócio ou ainda, para o trabalho.

No veraneio, os principais shows aconteciam à noite, por esse motivo, enquanto uma porção dos frequentadores curtem o evento, outro grupo trabalha em razão do evento. Esses sujeitos cumprem funções na parte técnica, na segurança, mas sobretudo, nas vendas de lanches, bebidas e demais utensílios como caneca, camisetas e brinquedos personalizados. Os próprios cantores e sua equipe trabalham na vida noturna.⁷

É perceptível a vista área de uma praia bem iluminada durante uma noite de show, com muitas pessoas concentradas em frente ao palco. Percebe-se que a própria iluminação, no sentido da cidade em direção à praia, designa o caminho em direção ao aglomerado de pessoas que assistem ao show.

Ao analisar especificamente essas fotografias, além de uma vista área do veraneio há também símbolos que evidenciam os promotores do evento. Implicitamente a imagem comunica uma intencionalidade, que é justamente um convite para o veraneio. Trata-se de uma imagem comum, divulgada nas mídias sociais promovendo o evento. Sendo esta, uma forma de atrair os frequentadores, os novos turistas e cada vez mais expandir o público da festividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a paisagem impregnada de simbolismos e valores (Cassirer, 2001 *apud* CORRÊA, 2011), compreendemos que em diferentes temporalidades, as fotografias analisadas revelam uma mesma paisagem, mas em diferentes contextos. A primeira revelando o início de uma festividade na década de 1980, sendo está uma foto durante o dia. E outra em 2017, que revela uma praia noturna bastante diferente da primeira imagem.

⁶ Isso não significa que não há mais frequentadores durante o dia. Seja durante o dia ou à noite, a Praia das Gaiotas está repleta de frequentadores.

⁷ Outras pessoas que vivenciam a noite de uma outra forma são os coletores de material reciclado, pois enquanto os boêmios curtem a festa, os coletores aproveitam o momento para recolher as latinhas descartáveis. Além do mais, ainda no próprio espaço da praia, durante o acontecer da festa, existem aqueles que dormem em suas barracas na intenção de proteger e fiscalizar os seus pertences.

Com as transformações resultantes de uma primeira tentativa turística no município, as fotografias da década de 1980 revelam outra configuração espacial na praia, muito voltada a uma comercialização naquele espaço. Com um novo salto temporal, já em 2019, as fotografias revelam novas características para veraneio, com estruturas modernas e padronizadas e que evidenciam as tendências desse novo contexto.

Desse modo, através das fotografias é possível identificar como ocorrem as transformações de uma paisagem, e quais os processos resultam no uso e a forma pela qual essa paisagem é percebida na atualidade.

Palavras-chave: Turismo. Fotografia. Veraneio. Rio Araguaia. Paisagem.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, R. L. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.29, p.7-21, 2011.
- COSTA, M. H. V. Filmes de Prédio: Espaço, Arquitetura e Heterotopia em Filmes. **Significação**, São Paulo, v. 48, n. 55, p. 74-95, 2021
- DUNCAN, James. **The city as a text: The Politics of Landscape Interpretation in the Kandya Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MARTINS, J. S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 163-186, 2010.
- PREFEITURA Municipal. **Portal de Transparência**. Conceição do Araguaia, 2018. Disponível em: < <https://conceicaodoaraguaia.pa.gov.br/portal-da-transparencia/programas-e-acoes/> > Acesso em: 01 de out. de 2021.
- TUAN, Y. A cidade: sua distância da natureza. **Geograficidade**. v.3, n.1, p. 4-16, 2013.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DO PARÁ

Renan Nogueira do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

A importância do debate a respeito das políticas de turismo é refletir sobre o real efeito que elas proporcionaram na vida dos cidadãos, além de ser uma forma de pensar se o caminho seguido anteriormente realmente trouxe desenvolvimento a sociedade, sobretudo da região amazônica. Assim, tem-se como objetivo geral, analisar as políticas públicas de turismo na década de 2000 para o Estado do Pará. Tendo por objetivos específicos, identificar as políticas existentes; identificar a ocorrência dessas políticas no estado do Pará.

Então questiona-se as políticas de turismo obtiveram êxito no melhoramento da atividade? Acredita-se que parte dos problemas relacionados a atividade turística foram mitigados, mas sempre será importante a inserção da sociedade na discussão de toda e qualquer política.

Para a abordagem sobre as políticas de turismo no estado do Pará na década de 2000 utilizou-se como procedimentos metodológicos de pesquisa o estudo bibliográfico por meio da revisão de literatura, além da análise documental de políticas de planejamento e fomento do turismo na região o que possibilita a compreensão da evolução das políticas públicas para o turismo no período.

Palavras-chave: Pará. Turismo. Política de Turismo. Pólos Turísticos.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Especialista em Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente – NUMA/UFPA. Docente do Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer - IFPA. E-mail: renannogue@hotmail.com / renan.nogueira@ifpa.edu.br

POLÍTICAS DE TURISMO NO ESTADO DO PARÁ

A Amazônia por um longo tempo foi vista como uma região isolada e com elevados problemas sociais. Na tentativa de desenvolver essa área, o governo brasileiro começou a pensar formas de planejamento que abarcassem as regiões do território nacional na tentativa de diminuir a disparidades sociais internas. Dessa forma, o planejamento regional foi modelo norteador para potencializar as transformações na região.

Logo a região tornou-se uma prioridade nos planos do país, recebendo atenção especial dos dirigentes governamentais nos campos técnico e político. Sendo amparada inclusive pela Constituição Federal de 1946, Art.199 que “deixava claro que a região Amazônica se convertera em uma preocupação nacional, e que, como tal, deveria ter um tratamento à altura de suas dificuldades e dos esforços do país para promover o desenvolvimento²” D'ARAÚJO (1992 apud CRUZ, 2008).

Em 1953 no governo de Getúlio Vargas, inicia-se o processo de planejamento regional com a intervenção pelo Estado, através da criação da Superintendência para Valorização da Amazônia –SPVEA. Na década de 1960, ocorre a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, após a extinção da superintendência da anterior com objetivos de também planejar e executar planos, programas e projetos de desenvolvimento que pudessem levar a Amazônia aos mesmos parâmetros de desenvolvimento nacional.

Sendo o turismo um dos vetores emanantes do desenvolvimento, surge então na década de 1970 no Pará, a Companhia Paraense de Turismo do Pará – Paratur. Assim, o turismo passa a ser utilizado nos discursos políticos como um caminho para o desenvolvimento regional. A criação da PARATUR propiciou ao andamento turismo no estado, um novo instrumento a fomentar o setor com o desenvolvimento de ações direcionadas à implantação de projetos turísticos, assim como para criar prioridades nos programas dos governantes locais e regionais (CRUZ, 2008).

Uma questão muito importante apontada por Cruz (2008) é o fato de:

Os Planos de Desenvolvimento do Turismo para Amazônia foram criados através de equipes técnicas, sem haver iniciativas de definir os projetos através da ação comunitária, fato que talvez tenha contribuído para o fracasso dos mesmos nas últimas décadas.

² Por desenvolvimento entende-se como: um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parece ser a *autonomia* individual e coletiva, conforme discutida por CASTORIADIS (1983, 1986c, 1986d, 1990b apud SOUZA, 1996, p. 9 grifo do autor).

Como nota-se, a falta de inserção comunitária ao longo dos planejamentos sejam a nível federal, estadual ou municipal. Torna os projetos mais suscetíveis ao fracasso, pois não há o debate num nível micro, e não é dada autonomia aos indivíduos de opinarem, se desejam ou não, o projeto que lhes é apresentado. Há apenas uma apresentação formal do que será feito no local com o aporte de termos técnicos muitas vezes inacessíveis a compreensão de muitos residentes. Então como se observa em Souza (1998) se a população local no processo de autonomia, não atinge um grau de compreensão plausível para que saiba o que se passa realmente com o projeto proposto, dificilmente este obterá êxito.

A Amazônia ao longo do século XX, é permeada em sua história de grandes projetos desenvolvimentistas. Porém, com um grande índice de fracasso, deixando as populações do entorno dos empreendimentos em situações degradantes de qualidade de vida.

Nas décadas seguintes 1980 e 1990, a investida estatal no setor turístico é ampliada utilizando, sobretudo o discurso do potencial natural da região para o ecoturismo. Ocorrendo no início dos anos 2000, o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal – PROECOTUR, este alinhado as ações do governo estadual, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Governo Federal.

Este programa foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em que objetiva-se:

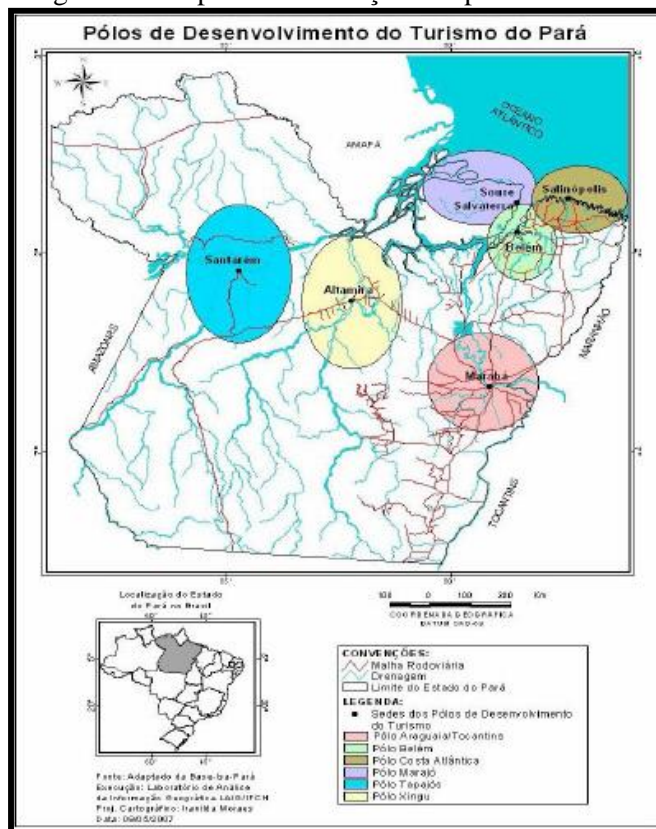
Promover o desenvolvimento sustentável da região Amazônica por meio do ecoturismo estabelecendo diretrizes e meios para sua implementação nos Estados. Maximizar os benefícios ambientais, sociais e econômicos, de modo a criar empregos, renda e oportunidades de desenvolvimento com atividades que não degradem o meio ambiente, MMA (2002 apud CRUZ, 2008).

O PROECOTUR naquele momento propôs uma nova metodologia de implantação, pois como viu-se os modelos anteriores falharam no momento de sua efetivação. Na sua fase de pré-investimentos necessitava de análises, observando a necessidade do envolvimento comunitário nas decisões estratégicas do programa, o que se revela como uma novidade. Porém, esse projeto falhou ao não alcançar os seus objetivos.

No Pará, constitui-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará – PDTEP, fazendo o ordenamento das diretrizes do uso do território. Este dividiu o estado em cinco pólos: Belém-Costa Atlântica (tempos depois desmembrado), Marajó, Tapajós, Araguaia Tocantins, sendo posteriormente proposto o pólo Xingu, esta forma de divisão também foi aplicada no PROECOTUR. Para o desenvolvimento do programa era necessário eleger pólos prioritários, sendo que dentro dos pólos eram escolhidos os municípios centrais. Pólos prioritários Belém, Marajó (Municípios Soure e Salvaterra) e Tapajós (Santarém e Belterra).

Estes foram escolhidos por serem tidos como municípios indutores do turismo, e a partir destes o turismo iria se irradiar para os demais.

Figura 01: Mapa de Localização dos pólos turísticos.



Fonte: Hugo Hage Serra, 2006.

Na década de 2000 o PROECOTUR é substituído pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), no qual objetiva viabilizar projetos nas áreas de infraestrutura, comercialização, promoção do destino turístico e gestão ambiental para os pólos prioritários para o turismo. Assim, de acordo com o Boletim do Turismo do Estado do Pará (2018) o estado recebeu aportes do Ministério do Turismo até o ano de 2010 no valor de R\$ 224.126.264,74 e até o ano de 2016 os aportes totalizam R\$276.366.346,32. Os valores aportados evidenciam a importância da participação da sociedade civil como um todo, pois a não efetivação dessas políticas penalizam tanto a região, quanto a comunidade local.

Estas políticas ao longo desses anos fracassaram na maioria das vezes por não inserirem de fato a população local, não mostram claramente que benefícios esse desenvolvimento irá proporcionar, além de não levarem em consideração na maior parte das vezes a opinião da sociedade local. Como Souza (1998) observou, o grau de compreensão de como se projeta o desenvolvimento para os moradores locais, é de suma importância, pois sem o apoio deles inúmeros podem não vir a obter o êxito esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário para o turismo na década de 2000 foi bem mais favorável, tendo em vista a criação do ministério específico para tratar do assunto em âmbito nacional, além das possibilidades que se avistavam do Brasil sediar grandes eventos de cunho internacional. O que projetou uma visibilidade do país de maneira global e para isso precisou efetivar ações voltadas para o planejamento e gestão da atividade turística.

O planejamento do turismo nesse momento vem com a visão da sustentabilidade ambiental e inclusão social, pois buscou-se integrar os diversos setores da sociedade, principalmente as comunidades tradicionais que muitas vezes não estavam inclusas nas políticas públicas.

Além disso, vale ressaltar a importância da efetiva participação e vigilância da sociedade ao que diz respeito ao bem público, pois como observou-se o Ministério do Turismo implantou políticas a partir dos programas PROECOTUR e PRODETUR o qual aportou enorme valor financeiro para investir na atividade turística, seja para infraestrutura, qualificação do produto turístico entre outros. A nível estadual o PDTEP, organizou os territórios que seriam prioritários para o fomento da atividade turística. Porém, ainda assim a atividade ainda tem muitos problemas seja em relação a infraestrutura e receptivo local, sobretudo no estado do Pará onde os deslocamentos são difíceis.

Quanto aos municípios escolhidos como pólos para o turismo do estado não ocorreu de fato a irradiação da atividade para os municípios vizinhos, principalmente em função da infraestrutura de ligação entre os municípios serem deficitárias e os recursos financeiros para o turismo serem concentrados nos pólos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, S. H.R. **Ecoturismo e desenvolvimento: análise do programa nacional de desenvolvimento do ecoturismo – proecotur no pólo marajó/PA**. NAEA/UFPA.2008.

PARÁ, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Fapespa. **Boletim do Turismo do Estado do Pará**. 3ª ed. 2018.

SOUZA, Marcelo L. de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica**, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**. N° 1, 1996.

_____. **Desenvolvimento urbano**: a problemática renovação de um "conceito" –problema. **Revista Território**. ano III, n° 5, jul./dez. 1998



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

SOCIABILIDADE E MEMÓRIA EM TORNO DAS BRINCADEIRAS DE RUA EM BELÉM-PA

Jéssika Paiva França ¹
Ana Flávia Santa Brígida Feijó ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um estudo sobre o lazer na cidade, realizado no período de um (01) ano iniciando em 2019, sendo finalizado em 2020, que objetivou gerar reflexões sobre o papel das brincadeiras de rua na sociabilidade urbana e construção de memórias da população local, além de identificar as principais brincadeiras vivenciadas na infância. É parte integrante do projeto de extensão “Lazer e sociabilidade em espaços públicos”, vinculado ao edital PIBEX 2019.

A metodologia seguiu uma abordagem quali quantitativa, envolvendo revisão bibliográfica, análise de dados secundários (artigos e notícias sobre as categorias lazer, cidade e sociabilidade). Contou também com experimentos nos espaços públicos da cidade, nos quais foram disponibilizadas algumas atividades de lazer e recreação que buscaram o envolvimento do público frequente, para em seguida requerer à adesão na enquete sobre o tema.

As discussões aqui traçadas partem do pressuposto de que, as brincadeiras de rua compõem um importante viés de sociabilidade urbana, apresentando traços de afeto que são carregados na memória da população e que geram reflexões críticas sobre a importância do brincar na rua, como prática de lazer, em detrimento do uso de telas, por crianças e jovens.

¹ Professora da Faculdade de Turismo (UFPA). Bacharel em Turismo (UFPA); Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP); Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Dinâmicas Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo na Pan Amazônia; Coordenadora do projeto de pesquisa Praças públicas de Belém em tempos de pandemia. E-mail: jfranca@ufpa.br

² Graduanda em Turismo (UFPA); Ex-bolsista do projeto de extensão Lazer e sociabilidade em espaços públicos; Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de dinâmicas urbanas e questões pertinentes ao turismo na Pan Amazônia. E-mail: aflaviafeijo@gmail.com

(...) o lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorrem em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes, entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir em nosso meio social, notáveis experiências de lazer – não como um privilégio de classe (GOMES, 2008, p. 125).

Felizmente, o usufruto do tempo livre social com o lazer não se encontra condicionado ao pagamento de taxas. Há na cidade o que se pode denominar de ‘espaço público de lazer’, sendo este, o lócus privilegiado para o encontro entre pessoas de diferentes culturas e níveis socioeconômicos. A rua como espaço público e lócus da diferença (ARANTES, 2013) será parte integrante das reflexões defendidas neste texto, que mesmo tecendo críticas sobre o lazer funcional e restaurador da força de trabalho, utilizado pelo homem para descansar, desestressar e retornar mais fortalecido ao ambiente de trabalho, considera ser este, o lazer predominante na sociedade contemporânea. Contudo, mesmo diante de um contexto altamente desfavorável à “humanização do lazer” (MARCELLINO, 2005), acredita-se ser o espaço público o principal lócus dentro da cidade para o alcance deste objetivo.

Medeiros (1971) trata o lazer como necessidade humana, como cultura, presente em diversas sociedades. Tempo e espaço são intrínsecos à sua compreensão. Na mesma linha de pensamento encontra-se Gomes (2014), que trata da dimensão cultural do lazer como uma necessidade humana de busca por prazer e autorrealização, que dialoga diretamente com as diversas dimensões da vida.

É importante destacar que, a dimensão espacial do lazer não tem sido considerada em muitos estudos que partem de análises binárias entre lazer/trabalho. Isso dificultaria o entendimento de dimensão cultural, representada por elementos lúdicos, representativos da espécie humana. Gomes (2008). Esta concepção de lazer será aqui defendida, por estar coerente com as discussões e defesa de um lazer liberatório e gratuito, possível de ser desenvolvido nas ruas das cidades.

A rua como espaço físico, merece ser investigada em sua relação com os aspectos lúdicos das brincadeiras e os seus impactos no comportamento e sociabilidade das crianças e jovens, haja vista a influência do ambiente no brincar. Criação, formas de engajamento, liberdade de expressão, regras criadas e cumpridas pelos envolvidos, sem contar na dimensão lúdica, que são apenas algumas das características que permeiam as brincadeiras de rua.

De acordo com Carvalho e Pontes, (2005), nas ruas dos bairros periféricos das cidades brasileiras, ainda é muito frequente a presença de grupos de crianças e jovens que brincam livremente, reafirmando o papel da rua no processo de socialização.

RESULTADOS

A parte empírica abrangeu oito (08) espaços públicos de lazer e turismo: 1. Orla do Portal da Amazônia; 2. Ver-o-Rio; 3. Complexo do Vadião UFPA; 4. Praça Brasil; 5. Praça da República; 6. Estação das Docas; 7. Mangal das Garças; 8. Complexo Feliz Lusitânia. Neles foram realizados experimentos de antigas brincadeiras de rua (Amarelinha; Garrafão; Elástico; Peteca; Bandeirinha; pular corda; Bambolê; Taco; Pião; Ciranda/Rodas e Slackline), com o intuito de chamar à atenção do público e com isso, fomentar interações e diálogos sobre o tema lazer e sociabilidade na cidade.

Após escolher e experimentar algumas das brincadeiras acima citadas, de forma voluntária, o público foi convidado pela equipe integrante do projeto, a participar de uma enquete, que girou em torno da seguinte questão: Qual a sua preferência por brincadeiras de ruas na infância? Abaixo, é apresentada uma nuvem de palavras/brincadeiras frequentes nos depoimentos dos 185 entrevistados.



Nuvem de palavras: Brincadeiras de rua que remetem à infância
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019-2020.

Dentre as principais brincadeiras citadas estão: Pira esconde; Pega-Pega; Amarelinha - Macaca; Garrafão; Queimada/Cemitério; Pipa; Elástico; Bola; Peteca; Bandeirinha; Pular corda; Polícia e ladrão; Boca de forno; Bambolê; Polícia e Ladrão; Taco; Pião; Ciranda/Rodas; Boliche; Carrinho. É possível identificar que, nessas brincadeiras são requeridas participações coletivas, envolvimento de duas ou mais pessoas, além do

cumprimento de regras. As categorias tempo e espaço também emergem com grande impacto, o que remete às discussões da recreação.

Segundo Larizzatti (2005), a recreação caracteriza-se principalmente pelo uso do jogo, que vem do latim *jocus*, que significa brincadeira, divertimento, zombaria, desafio, representação. Envolve atividades lúdicas. Para as crianças e pré-adolescentes, os jogos e brincadeiras praticamente assumem as dimensões da vida real. Na atividade lúdica, eles imitam o que observam, aprendem sobre si mesmos e seus ambientes e expressam a intensidade de suas emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como elemento conclusivo, considera-se o lazer algo característico da cultura humana, pois resulta, em muitos casos, de escolhas pessoais e busca do prazer, sendo, portanto, subjetivo. É resultante das relações interativas entre pessoas, espaços, objetos, que são criados e recriados de maneiras diversas, envolvendo com frequência a ludicidade.

Não se trata somente de um simples questionamento e reflexão sobre o direito ao lazer e ao espaço público na cidade, mas sim aos direitos sociais de forma mais ampla, dentre eles: a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; direito à cidade e aos espaços públicos de qualidade; direito de ir e vir; direito a transporte, segurança, moradia, saneamento básico, entre outros.

De forma preliminar, verificou-se que o contato direto ou indireto com as brincadeiras de rua é capaz de despertar um sentimento saudosista que remete à infância e a importantes laços de afeto e sociabilidade entre as pessoas, onde a rua, a família e a vizinhança se destacam, compondo uma tríade. O brincar permitido e o brincar proibido pelos pais, avós e vizinhos demarcam fortemente as lembranças dos adultos que relataram com sorriso no rosto as suas experiências nas ruas dos bairros da cidade.

Dentre as principais observações, foi possível perceber na prática, como as escolhas por brincadeiras de rua são reveladoras de condições socioeconômicas, pois estão associadas à falta de espaço e brinquedos no ambiente doméstico. A rua aparece nos discursos como uma extensão do lar, uma espécie de quintal propiciador de experiências interpessoais e carregadas de criatividade.

Este estudo possibilitou a identificação das principais brincadeiras de ruas que fizeram parte da infância do público entrevistado, gerando reflexões pertinentes sobre a importância do espaço público e das políticas públicas no âmbito do lazer na cidade.

O brincar nas ruas das cidades precisa ser pensado pelas políticas públicas de lazer, pois dialoga com o direito à cidade. Logo, demanda ações intersetoriais, no âmbito da segurança pública, saneamento básico, iluminação, entre outros de igual impacto a fim de melhor contemplar as necessidades de seus usuários, em termos de condições de acesso, permanência, uso e apropriação.

Palavras-chave: Brincadeiras de rua. Lazer. Recreação. Cidade. Sociabilidade. Memória.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos.** RJ: Vozes, 8 ed. 2013.

CARVALHO, A. M. A.; PONTES, F. A. R. **Brincadeira é cultura.** In: CARVALHO, A. M. A. et al. Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 1, p. 15-32.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Projeto de extensão lazer e cidade.** UFPA: PIBEX, 2019.

GOMES, Christiane Luce. **Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____, Christiane Luce. **Lazer: Necessidade Humana e Dimensão da Cultura.** Revista Brasileira de estudos do lazer. V.1, n.1, p.3-20, 20 abr/2014.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens.** 4ª ed. Perspectiva: SP, 2000.

LARIZZATTI, Marcos. **Lazer e recreação para o turismo.** Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da animação.** 7ª.ed. Campinas: Papirus. 2005.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no Planejamento Urbano.** RJ: FGV, 1971.



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

OS IMPACTOS DA COVID-19 NO NÚMERO DE EMPREGOS E DESEMPREGOS EM 2020: UMA ANÁLISE DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE BELÉM E CAMPOS DO MARAJÓ

Kassia Suelen da Silva Farias¹
Milene de Cássia Santos de Castro²
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues³

INTRODUÇÃO

Há quase dois anos o Brasil tem enfrentado uma das maiores crises de saúde pública, notadamente ocasionado pela forte dispersão da pandemia da Covid-19 no país. A conjuntura global da pandemia descortinou as diversas fragilidades da sociedade capitalista, sejam aquelas de instância política, econômica ou social, demonstrando as proporções desiguais dentre países periféricos e desenvolvidos, como também entre as diferentes regiões de um mesmo país, como o Brasil (RODRIGUES et al. 2020). Assiste-se ainda essas contradições, não só em relação à retomada dos setores econômicos, como, principalmente, a distribuição desigual de vacinas no mundo, onde prevalece, em sua maioria, a relação proporcional entre países pobres e baixos índices de vacinados⁴. No Brasil, a polarização política do atual governo teve grande importância para agravar ainda mais a crise, que tem sido caracterizado pelo negacionismo e o menosprezo em reação à gravidade da Covid-19, tanto em março de 2020, quando o número de casos se espalhou pelo país de forma vertiginosa, quanto no final de abril de 2021 quando se

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: kassiafarias@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2566-7876>. Brasil.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria (PPGTH) da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: castro.milene2010@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5887-2261>. Brasil.

³ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: agflaviana@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2566-7306>. Brasil.

⁴ “Quase 900 milhões de doses de vacinas foram distribuídas globalmente, mas mais de 81% foram para países de rendimentos médios/altos a altos, enquanto os países de baixos rendimentos receberam apenas 0,3%”, disse o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS).

assistia uma nova “onda” das infecções do vírus no país. E esse descompasso político retardou o retorno dos setores econômicos, como a atividade turística.

Tavares et al (2021), ressaltam por exemplo, que no estado do Pará, a diversidade territorial pulverizou os impactos negativos ocasionados a atividade turística de forma diferenciada nas suas sub-regiões. Conforme os autores, as mudanças ocasionadas a atividade foram diversas, obrigando forte reestruturação dos fluxos econômicos seja nas relações de trabalho e/ou questões que perpassam pela produtividade.

Este trabalho apresenta um dos resultados da pesquisa iniciada em 2020 sobre o turismo e a pandemia no estado do Pará⁵. Busca analisar o impacto que a COVID-19 gerou nos setores econômicos ligados ao turismo. Para isto, analisou-se as informações disponível no *site* do governo federal sobre o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) em três municípios do Pará: Belém, Soure e Salvaterra, sendo que o primeiro faz parte da Região Turística de Belém e as demais da Região Turística dos Campos do Marajó. A seleção dos municípios é justificada pela centralidade socioeconômica que exercem no turismo do Pará, seja por terem um elevado fluxo de turistas, pela importância histórica e política que exercem em contexto regional.

As informações obtidas no CAGED, foram selecionadas, considerando o local e os dois períodos de 2020, interpretadas e confrontadas com os documentos e as entrevistas do tipo semiestruturada diretiva, realizadas de forma virtual nos meses de novembro e dezembro de 2020 pela plataforma *google meet*. Considerou-se as falas dos representantes de diferentes entidades civis ligadas à atividade turística nos municípios escolhidos, como: Associação Brasileira de Assessores e Cerimonialistas (ABRACS-PA); Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-PA); Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Estado do Pará (CETUR/FECOMERCIO-PA) e Associação de Turismo do Marajó (ATM).

Considerando a Pandemia da COVID-19, enquanto um desastre global (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020) houve uma intensa mobilização das instituições políticas e sociais, seja para conter o avanço das infecções nos países, estados e municípios ou para encontrar medidas sociais e econômicas para o enfrentamento do COVID-19, diante de diferentes realidades. Em meio a este processo, instituições de representações sociais e empresariais

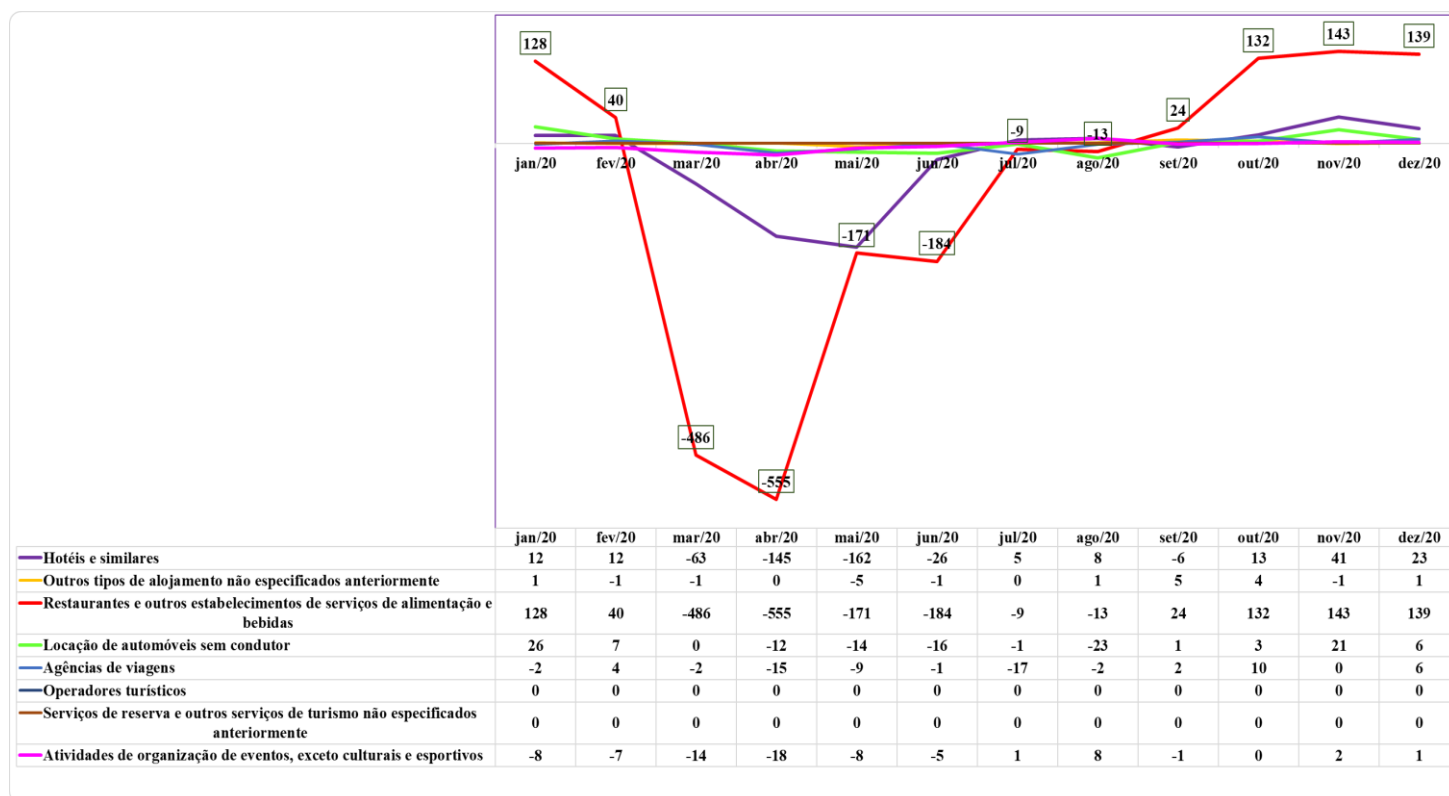
⁵ Sub grupo do Estado do Pará que faz parte do grupo de pesquisa de Turismo em Tempo de pandemia: uma abordagem geográfica multi e trans-escalar, coordenado pela prof. Dr^a Rita de Cássia Ariza da Cruz.

tiveram grande importância para direcionar ações e estratégias para *trade* turístico. As associações locais, associações da indústria de hotéis, associações de agências de viagens, associações de guias de turismo, entre outras instituições, criaram protocolos sanitários próprios e fortaleceram suas estruturas internas para divulgar informações direcionados para cada setor. Setores como o de eventos, permaneceram com maior número de dias com as atividades suspensas e, gradualmente, com o avanço nas medidas de flexibilização que estabeleceu o bandeiramento no estado do Pará (Decreto 800/2020), têm normalizado suas atividades, mesmo sob a manutenção de algumas restrições, como lotação máxima da capacidade de estabelecimento como bares e restaurantes. Conforme observou a representante da ABRACS, o setor ligado ao evento sofreu com a falta de assistência financeira e dificuldades de comunicação por parte do poder público e completa:

Enquanto política pública, especificamente, para o setor de eventos, não aconteceu (...). O que gente não concorda enquanto entidade associativa é com as questões das restrições sem chance de articulação (...), por exemplo, (...) o prefeito decretou no dia 14 de dezembro (...) que não pode haver Réveillon (...). Mas, poxa, várias empresas já estavam programadas, clientes com serviços pagos, fornecedores já pagos (...). Isso é algo que a gente tá cobrando das prefeituras, porque não houve essa articulação anteriormente?

A ausência de articulação entre os governos municipais, estaduais e o governo Federal foi nítida não só em relação ao setor econômico do país como e, principalmente, no que se refere ao planejamento voltada para inibir o acelerado avanço do vírus no Brasil. Para os setores econômicos do turismo as organizações que os representavam, ficaram à mercê de ações pontuais para o turismo, como reforçou o representante do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Pará (CETUR/FECOMERCIO): “Nos leva a constatar que tanto o setor hoteleiro quanto o setor de turismo receptivo, ou seja, as agências de turismo receptivo estão com problemas muito sérios. (...)Quase que 70 a 80% das vagas foram perdidas” (Cetur/Fecomercio, dezembro de 2020). Corroborando esse fato, de forma ainda mais negativa, tem-se o alto índice da informalidade, que pode ser analisada pela quantidade quase que inexpressiva de empregados registrados nos municípios de Belém, Soure e Salvaterra, como observou Rodrigues et al. (2021). Ademais, no município de Belém, constatou-se uma diminuição drástica de empregados, entre os meses de fevereiro a maio de 2020, principalmente no setor de Restaurante e serviços de alimentação (Gráfico 1).

Gráfico 1: Saldo de empregos nas Atividades Característica de Turismo- Belém 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis do CAGED (2021).

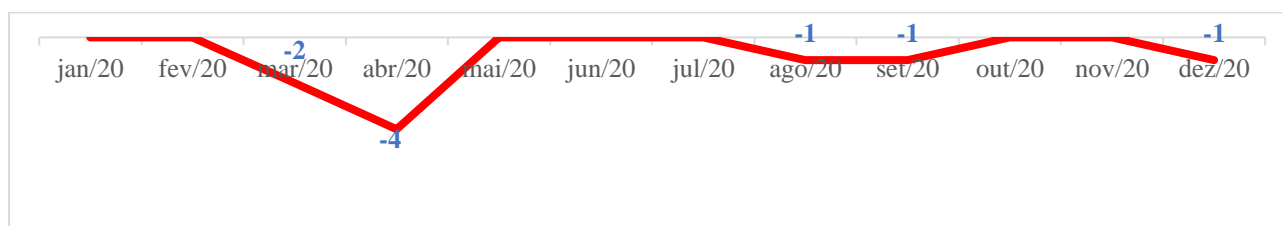
Outro setor, que teve expressiva redução de empregados no mesmo período, foi os Hotéis e similares, reforçando a fala mencionada do representante da CETUR/FECOMERCIO. Uma das saídas encontradas para muitos estabelecimentos com limitado capital econômico foi a concessão de empréstimos, derivados de ações mitigadoras do estado, para reduzir o impacto aos setores econômicos. Entre essa está o “Fundo Esperança”, um programa estadual em parceria ao BANPARÁ e SEBRAE que disponibilizou um limite de crédito para empresários que atendiam aos requisitos⁶. No entanto, como observou o representante da ABIH: “Muitos hotéis não tiveram apoio do governo, daqueles financiamentos, haja vista, que a maioria dos hotéis (...) está negativado. Por isso, não pode ter nenhuma conta de telefone devendo (...)”. (Representante ABIH, dezembro de 2020). De forma semelhante o representante da ATM ressalta:

Ficamos de janeiro, aliás, de março até julho, nós ficamos sem receita alguma, de nada! Também tivemos alguns acessos à questão de crédito (...), mas teve muitos colegas do trade de hotel, de transporte e restaurante que, infelizmente, tiveram que fechar suas portas (...) (Representante ATM, dezembro de 2020).

⁶ Para mais informações sobre as políticas mitigadoras dos impactos da pandemia da covid-19 e seu desdobramento para o turismo no Pará ver Rodrigues et. al. (2021).

O baixo nível de capital dos estabelecimentos e a falta de previsão de retomada total das atividades desses agentes inviabiliza, por vezes, o pagamento do crédito contratado, tornando o trabalhador pobre inadimplente junto ao banco, o que pode ocasionar a falência de seu meio de sobrevivência. Tomando como análise o caso do Marajó, ainda que, em números o desemprego pareça pequeno (Gráfico 2 e 3), sabe-se, porém, que uma grande quantidade de empregados, não formalizados, sofreram economicamente com a Pandemia, sejam aqueles que prestavam serviços a hotéis, bares e restaurantes, como trabalhadores ambulantes, que dependem diretamente do fluxo de visitantes no município.

Gráfico 2: Saldo de empregos Hotéis e similares: Soure 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis do CAGED (2021).

Gráfico 3: Saldo de empregos Hotéis e similares: Salvaterra 2020



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados disponíveis do CAGED (2021).

Palavras-chave: Turismo. Pandemia. Pará. Belém. Marajó

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Cadastro geral de empregados e desempregados - Caged. Base de dados online, 2020a. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes). A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês, relatório técnico e sumário executivo. Rio de Janeiro: Cepedes/ENSP/Fiocruz, 2020.

RODRIGUES, A. F. A. C. et al. Planejamento e gestão do turismo durante a COVID-19 nas regiões turísticas de Belém e Campos do Marajó. **Geo UERJ**, n. 39, 2021.

TAVARES, M. G. et al. O turismo no Pará e a covid-19: diversidade econômica e políticas públicas regionais a partir do impacto da pandemia. **Geo UERJ**, n. 39, 2021.



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

A COMPREENSÃO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS QUANTO AO TURISMO E LAZER: UM ESTUDO ACERCA DA COMUNIDADE DO ENTORNO DO PARQUE AMBIENTAL DO UTINGA.

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana, janise_viana@hotmail.com¹
Ligia Terezinha Lopes Simonian, simonianl@gmail.com²

INTRODUÇÃO

Amazônia define-se enquanto paisagem histórico-cultural composta e administrada por múltiplos habitantes – indígenas, seringueiros, agricultores, ribeirinhos, quilombolas, colonos agrícolas e populações urbanas (SCHMINK e GÓMEZ-GARCÍA, 2016; SIMONIAN, 2001). No Brasil, esses grupos manejam ativamente a floresta, tanto para seu sustento como um componente essencial na representação identitária. A exuberância da região amazônica é composta por sua biodiversidade e sua gente, com suas cores e etnias (WOLFF, 2011). Nesta direção, o destaque vai para as mulheres, representadas pelas caboclas, seringueiras, índias, ribeirinhas, mulheres urbanas quebradeiras de coco, castanheiras, pescadoras, com suas vidas e histórias.

A importância da atuação e percepção feminina no contexto amazônico é múltipla e abrange aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Seus conhecimentos antigos compõe um saber-fazer que concebe o social e o cultural de suas comunidades (SIMONIAN, 2011). Saber-fazer esse que inspira os caminhos do desenvolvimento econômico na região, mas que, por si só, não garante às mulheres a atuação decisória e nem recursos destinados a suas atividades pelas políticas públicas, tal qual destaca Chaves e César (2019, p. 141),

¹ Estudante de Pós-Graduação, doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* janise_viana@hotmail.com

² Doutora em Antropologia. Professora integrante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA-UFPA – Núcleo de Altos Estudos amazônicos da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* simonianl@gmail.com

[...] as aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos.

Se faz urgente a valorização dos papéis femininos, assim como a reflexão acerca de quem são essas mulheres amazônidas, o que pensam e como compreendem o contexto em que estão inseridas. Para isso é fundamental um (re) pensar (n)a transformação efetiva para além de papéis dicotômicos de homens e mulheres, para que conjuntamente, exista a possibilidade do debate sobre suas produções de saberes e conhecimentos, sobrevivências, interações e compreensões com o meio. As mulheres da Amazônia paraense necessitam serem ouvidas, saírem da invisibilidade histórica, reivindicarem ainda mais seu valor e reconhecimento enquanto sujeitas pensantes e ativas na sociedade.

Com base nesses apontamentos até aqui exposto, traçou-se a problemática que versa a respeito de como as mulheres compreendem a atividade turística e a prática do lazer. O objetivo foi de levantar categorias que pudessem conduzir essa investigação a partir da percepção e do significado do turismo e do lazer para esse grupo. Elegeu-se como objeto de análise um grupo de mulheres moradoras e trabalhadoras do entorno do Parque Ambiental do Utinga, localizado na área urbana de Belém

O Parque Ambiental do Utinga apresenta como característica principal assegurar a potabilidade da água por meio do manejo dos mananciais Bolonha e Água Preta, responsáveis por 63,0% do abastecimento da Região Metropolitana de Belém (SEMA, 2011), a recuperação das áreas degradadas; oferecer um espaço de turismo e lazer à sociedade, desenvolver atividades de cunho científico, cultural, educacional, turístico e recreativo e também conservar a fauna e a flora local (ALVES, et al. 2015).

Para tanto, o caminho metodológico fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, uso de entrevistas semiestruturadas com moradores e trabalhadoras do entorno do parque, utilização de registro iconográficos, fotográficos e pesquisa de campo. Com base em Malterud (2001) e Yin (2016), privilegiou-se a pesquisa qualitativa, pois em consonância com os respectivos autores, este tipo de investigação representa um campo multifacetado, marcado por múltiplas orientações, as quais favorecem a realização de uma investigação científica aprofundada de variados temas relacionados à realidade singular ou às múltiplas. A

investigação caracteriza-se do tipo estudo de caso, haja vista que se objetiva aprofundar os estudos sobre determinados grupos sociais.

Com o intuito de compreender a temática do turismo e lazer sob o olhar feminino, os principais resultados identificaram que as mulheres entrevistadas compreendem o espaço principalmente, como locus de experiências singulares voltadas para a contemplação e prática do lazer. Consideram que o mais importante nesse local é o fato do mesmo ser compreendido como espaço de conservação da natureza, de visitação e localização privilegiada. Observou-se também uma preocupação das informantes quanto a atividade turística, pois as mesmas acreditam que o Parque necessita de mais divulgação e programações, sobretudo nos finais de semana e feriados.

Quanto ao lazer, as mesmas compreendem o espaço singular na capital paraense, em decorrência principalmente, da sua gratuidade. Está voltado, segundo as mesmas, para a prática de atividades físicas diversas, contemplação e contato com algumas espécies da flora e da fauna amazônica. No entanto, o espaço ainda necessita de melhorias de infraestrutura e acessibilidade.

Conclui-se que segundo o público feminino, para um parque urbano, o Parque Ambiental do Utinga possui atratividade turística, uma vez que apresenta elementos relevantes da natureza, assim como representa a história, a cultura e a sociedade amazônica paraense. Além disso, combina elementos que propiciam a contemplação e o entretenimento, fortalecendo aspectos de aprendizagem, práticas de educação ambiental e atividades desportivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. J. M. et al. Aspectos Socioambientais e Participativos da População no Entorno do Parque Estadual do Utinga, Pará. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11 n.22; p. 2015 352, 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/agrarias/aspectos%20sociambientais.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. de A. O Silenciamento Histórico das Mulheres da Amazônia Brasileira. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 138-156, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>>. Acesso em 23 de janeiro de 2021.

MALTERUD, K. **Qualitative research:** standards, challenges, and guidelines. Lancet, n. 358, p. 483-488, 2001

SCHMINK, M.; GÓMEZ-GARCÍA, M. A. **Embaixo do dossel:** Gênero e florestas na Amazônia. Documento Ocasional 152. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2016. Disponível em :<https://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-152.pdf>. Acesso em dezembro de 2019.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Relatório do Parque Estadual do Utinga. Belém: SEMA, 2011.

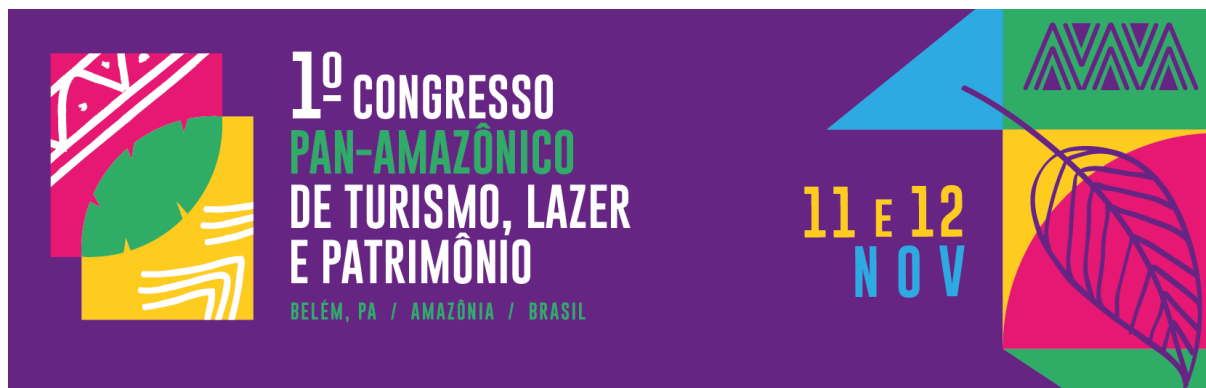
SIMONIAN, L. T. L Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistência, contradições e avanços. **Mulheres da Floresta Amazônica entre o trabalho e a cultura.** Belém: UFPA/NAEA, p. 33-68, 2001.

_____. Introdução. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Mulheres pan-amazônicas:** Enciclopédia cooperativa de biografias. Belém: NAEA, p. 3-18. 2011. Disponível em: <<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/219>>. Acesso em 30 de maio de 2021.

WOLF, C. S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. **Revista Estudos Amazônicos.** V. VI, nº 1, p. 21-40, 2011. Disponível em: < https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/1-vi-2-2011-scheibe_wolff.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Trad. Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

Palavras-chave: Mulheres. Percepção. Áreas protegidas. Turismo. Amazônia



GRUPO DE TRABALHO 2. POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

DETERMINANTES DA DEMANDA TURÍSTICA INTERNACIONAL PARA O BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL

Me. Sheila Bemerguy de Souza¹

Palavras-chave: Turismo internacional. Brasil. Dados em painel.

INTRODUÇÃO

Os dados sobre o turismo internacional acusam um fluxo de turistas maior em alguns continentes, precisamente naqueles em que estão situados os países desenvolvidos e nas regiões próximas a eles. Da mesma forma a receita dos turismo internacional é concentrada e desigual, assim como seu efeito multiplicador.

Identificar os determinantes da demanda turística internacional constitui o primeiro passo na tentativa de explicar o motivo pelo qual as regiões emergentes têm alcançado fatias de mercado cada vez maiores mas, embora inseridas circuito do turismo internacional por diferentes motivos viagem, ainda estão longe de usufruir dos benefícios do turismo de forma competitiva. O objeto de pesquisa deste artigo é a análise do fluxo do turismo internacional no período de 2012-2018, a partir do arcabouço teórico da escola neoclássica. O problema que se coloca para a presente exposição consiste em saber quais são os determinantes da demanda turística internacional para o Brasil? As hipóteses norteadoras da pesquisa são: o Brasil pode desenvolver o turismo, uma vez que o país que possui atrativos turísticos capazes de atrair turistas internacionais; no processo de seleção do território brasileiro pelo consumidor-turista, as variáveis econômicas se sobrepõem às sociais e políticas.

A estratégia empírica adotada é entender o mundo como um grande mercado turístico, composto por produtos diferenciados, como proposto por Eilat e Einav (2004). Tal percepção permite que cada país emissor seja considerado como um mercado específico, o que torna

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFPA). E-mail: sbemerguy@ufpa.br

possível identificar seu perfil de demanda turística. O objetivo deste artigo é estabelecer o padrão de demanda turística para o Brasil a partir de um conjunto de trinta e dois países de diferentes continentes ², no período entre 2012-2018. Para a pesquisa serão utilizados dados secundários para a obtenção de dados para compor o modelo. O estudo está estruturado da seguinte forma: a seção II apresenta o modelo de demanda turística internacional. Os resultados são apresentados na Seção III. A Seção IV conclui.

O MODELO DA DEMANDA TURÍSTICA INTERNACIONAL

Os dados que dizem respeito às informações turísticas em nível global, publicados pela UNWTO, nem sempre são repassados pelas instituições responsáveis que atuam nos diferentes territórios, inviabilizando a construção de painéis que envolvam determinados países e períodos, o que implica um painel desbalanceado.

As variáveis³ são apresentadas com os respectivos subíndices *i* (origem), *j* (destino) e *t* (ano).

² Os países em questão são: Grécia, Itália Reino Unido, Federação Russa, França, Espanha, Turquia, Ucrânia, para o continente europeu²; Austrália, China, Coreia do Sul, Hong Kong, Índia, Japão, Malásia, Singapura, Taiwan, para Ásia e Pacífico; Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, República Dominicana e Estados Unidos da América, como representantes do continente americano; África do Sul, Marrocos e Tunísia no continente africano; e Israel e Jordânia para o Oriente Médio, segundo classificação da UNWTO

³ As variáveis dos modelo com suas respectivas descrições, sinais esperados e fontes consultadas são: Demanda Relativa (Dri) para estimar a demanda relativa foram utilizadas duas estatísticas as chegadas de turistas não residentes nas fronteiras nacionais; e as chegadas de visitantes não residentes nas fronteiras nacionais (World Tourism Organization ,UNWTO); Distância (DIS -) : distância em milhas aéreas entre a capital do país de origem e a capital do país de destino (Google Maps); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH +): unidade de medida utilizada para avaliar o grau de desenvolvimento de uma sociedade, com base nos quesitos educação, saúde e renda (United Nations Development Programme ,UNDP); Paridade do Poder de Compra (PPP +): medida do poder de compra relativo da moeda de um país em relação ao outro (World Bank Group); Produto Interno Bruto (PIB _BI +): índice que permite calcular a atividade econômica dos países, medido a preços constantes de 2010 e representado em bilhões de dólares (World Bank Group) ; Risco (Risco -): índice composto por 23 indicadores que retrata a ausência de violência ou do medo da violência. Os países que possuem o menor *score* são os que ocupam os primeiros lugares no *ranking* com um estado de paz muito alto. À medida que o *score* aumenta, o índice vai decrescendo. O estado de paz é classificado como muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. Há também os casos não inclusos. (Global Peace Index (GPI); Clima (Clima +/-): que permite identificar diferentes tipos de clima em um mesmo país e entre países. Os cinco grupos climáticos principais são representados pelas letras maiúsculas: climas tropicais (A); climas áridos (B); climas temperados chuvosos e quentes (C); climas frios com neve-floresta (D); e climas polares (E). Os tipos que representam as características dos regimes pluviométricos, e os subtipos que denotam a temperatura média mensal e anual, segundo o grupo, não foram utilizados no presente estudo. Para os países que apresentam pelo menos um clima diferenciado em relação aos demais foi atribuído o valor 1, e no caso dos que não apresentam 0 (Classificação climática de Köppen-Geiger); Idioma (Idioma +/-): língua oficial dos países. Para os países que possuem o mesmo idioma foi atribuído o valor 0 e para os que apresentam línguas diferenciadas

$$D_{ij} = \beta_1 + \beta_2 (DIS_{ijt}) + \beta_3 IDH_{it} + \beta_4 (PIB_{it}) + \beta_5 PPP_{it} + \beta_6 RISCO_{it} + \beta_7 D_{CLIMA_{ijt}} + \beta_8 D_{IDIOMA_{ijt}} + u_{it} \quad (1)$$

A equação (1) expressa o modelo econométrico que estabelece a relação entre a demanda turística internacional (D_{ij}) de um país emissor e o conjunto de variáveis que determinam a escolha de um destino turístico em um determinado ano, em detrimento de outro. As variáveis clima e idioma são precedidas da letra D que denota o uso de variáveis dummy. Para manipulação e análise dos dados foi utilizada a linguagem de programação R.

RESULTADOS

Quadro 1 - Resultados do modelo da demanda turística internacional para o destino Brasil

VARIÁVEL DEPENDENTE			
BRASIL			
MODELO	(1)	(2)	(3)
DIS	-64.323*** (9.397)	-64.667*** (9.519)	-64.323*** (9.397)
IDH	-57,715.510 (155,341.700)	-69,191.150 (157,711.000)	-57.715.510 (155,341.700)
PPP	-84.387 (93.949)	-86.149 (95.079)	-84.387 (93.949)
PIB_BI	-0.305 (0.815)	-0.225 (0.839)	-0.305 (0.815)
RISCO	-145,509.800*** (46,869.920)	-148,954.700*** (47,743.710)	-145.509.800*** (46,869.920)
CLIMA	173,590.600*** (53,976.250)	175,534.000*** (54,631.140)	173,590.600*** (53,976.250)
IDIOMA	455,025.800*** (152,302.700)	455,756.300*** (154,032.500)	455,025.800*** (152,302.700)
POP_MI	1.908** (0.861)	1.919** (0.872)	1.908** (0.861)
Constante	317,755.400 (212,894.200)		317,755.400 (212,894.200)
Observações	224	224	224
R ²	0.228	0.230	0.228
R ² -Ajustado	0.199	0.178	0.199
Estatística F	7.928*** (df = 8; 215)	7.790*** (df = 8; 209)	63.423***
Teste F = P-valor = 0.9744			
Teste de Hausman = P-valor = 1			

Fonte: autor (2021). (1) Modelo Pooled. (2) Modelo de Efeito Fixo. (3) Modelo de Efeito Aleatório.

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE); População (POP +): população do país de origem (International Monetary Found –IMF).

Como o R² é uma medida direta derivada da correlação linear entre as variáveis, valores maiores são esperados quando a relação entre essas é muito forte ou óbvia, não se mostrando muito adequado para modelos com muita heterogeneidade, como é o presente caso. Além disso, o que se busca aqui é identificar o perfil do consumidor-turista internacional para o Brasil e, neste sentido, cinco variáveis foram significativas. Quanto ao resultado do Teste de Hausman, os valores revelam que o melhor modelo para explicar a demanda turística internacional pelo Brasil é o modelo de efeito aleatório (Quadro 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cinco variáveis foram significativas: a distância como proxy do custo viagem, o risco, o clima, o idioma e o tamanho da população. O resultado para a distância como proxy do custo viagem com o sinal negativo corrobora o conceito de demanda econômica, de que quanto maior o preço menor a quantidade demandada. Quanto ao risco, reconhecidamente o turista busca por destinos seguros que registrem violência ou medo da violência reduzidos. Sendo o GPI é um índice de paz, e como o Brasil se apresenta entre os países com um índice de alto, era esperado uma demanda maior pelo território brasileiro a partir de regiões emissoras que possuem índices de paz também elevados. Contraditoriamente, a procura se mostrou maior a partir de países que acusam menores índices de paz. Pode-se supor que a deterioração da paz em todo continente americano. Quanto ao clima, o sinal positivo para essa variável corrobora o fato de que o Brasil possui pelo menos um grupo em comum com outros países e por isso a demanda turística pelo território brasileiro para eles é maior. Quanto ao idioma, a ausência de domínio sobre a língua oficial de um país pode constituir um obstáculo para o turista. Neste caso, a procura turística internacional pelo Brasil é maior para as regiões emissoras que têm o português como idioma. No que diz respeito à população, seu tamanho no país de origem representa um mercado consumidor para bens e serviços turísticos em potencial e, enquanto destino turístico, a demanda pelo Brasil é maior para os países mais populosos.

Ao contrário do esperado, IDH, PIB e PPP não foram significativas, negando duas hipóteses do modelo. Na realidade, a única variável relevante economicamente foi o custo viagem como proxy do preço. A demanda de turistas internacionais para o Brasil revelou que os atrativos culturais, tangíveis e intangíveis, prevalecem sobre às demais variáveis, assim como a segurança do território, quando da decisão do turista nas regiões emissoras por esse

destino e por isso devem ser alvo de políticas públicas que tenham por objetivo garantir a preservação do patrimônio histórico-cultural brasileiro e de suas diferentes regiões, atentando para o caráter multidimensional do turismo.

REFERÊNCIAS

EILAT., EINA V, L. Determinants of international tourism: a three-dimensional panel data analysis. *Applied Economics*, 2004, n. 36, p. 1315–1327. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~leinav/pubs/AE2004.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Home>>. Acesso em: jun. 2021.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. GLOBAL PEACE INDEX 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019. Disponível em: <<http://economicsandpeace.org>>. Acesso em: 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais, 2013, 2014, 2015, 2016, 2018, 2019, 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org>>. Acesso em: mar. 2021.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria*. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

WORLD BANK GROUP. Disponível em: <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em: mar. 2020.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. *Compendium of Tourism Statistics*, 2016, 2018, 2020. Madrid · Spain. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org>>. Acesso em: jun. 2021.

_____. *Tourism Highlights*, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org>>. Acesso em: jun. 2021.

_____. *Yearbook of Tourism Statistics, 2012-2016. 2018 Edition*. Madrid, Spain. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419531>> Acesso em: Junho de 2019.

_____. *Yearbook of Tourism Statistics, 2014-2018. 2020 Edition*. Madrid, Spain. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284421442>> Acesso em: maio 2021.



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



Grupo de Trabalho 2 – Políticas de Turismo e Lazer na Pan Amazônia Patrimônio na Pan Amazônia

Dia 12 de novembro de 2021 – 14h00 às 16h00

Profª. Drª. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará (Brasil)
Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará (Brasil)

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

DARK TOURISM: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MÓRBIDO NA CIDADE DE MANAUS

Athina de Lima Fernandes ¹

INTRODUÇÃO

O turismo tem suas várias ramificações e surgem mais no decorrer do tempo. Este tema levanta muitas controvérsias pelas formas diferentes que ele é praticado, mas chama muita atenção de pesquisadores e historiadores, por estar sendo praticado há muitos séculos. Muitos países têm equipamentos de turismo mórbido e praticam esta modalidade, mas estes não têm uma regularidade como os outros segmentos do turismo. O principal objetivo é apresentar um estudo bibliográfico sobre o potencial do desenvolvimento do turismo mórbido na cidade de Manaus, bem como a capacidade de exercer tal função e a importância desse desenvolvimento para o turismo na cidade. E a partir dessas informações realizou-se uma reflexão e uma pesquisa de campo em um possível equipamento do turismo mórbido. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas que envolvem definições e tipologias do Dark Tourism, tendo como base artigos científicos e livros internacionais dos autores que primeiro apresentaram o tema e o conceituaram. Assim sendo este trabalho busca ser mais uma fonte de conhecimento acerca do tema na cidade.

Palavras-chave: Dark Tourism, Turismo Mórbido, Turismo de cemitério, Manaus-AM.

Por ser um segmento relativamente novo e ainda em desenvolvimento, não há um termo ou um conceito específico para o turismo mórbido. Foley e Lennon (2000) foram um dos primeiros a dar um nome e conceito para esse segmento, Dark Tourism, traduzido de forma

¹ Formação: Bacharel em turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus - AM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/> ; E-mail: alf.tur17@uea.edu.br.

livre como “turismo obscuro”, usado para designar viagens associadas à morte real ou fictícia. O turismo mórbido chama a atenção de viajantes em busca de novas experiências, estes têm escolhido viajar para locais um tanto distintos, desde cemitérios a locais atingidos por tsunamis e incêndios.

Stone (2006) tomou como base os estudos de Miles, Sharpley, Strange e Kempa para criar as sete tipologias do Dark tourism que temos hoje, são elas: Dark Fun Factories são passeio apresentando a morte como entretenimento; Dark Exhibitions são exposições que visam a educação acerca da morte; Dark Dungeons referem-se a antigas prisões e masmorras; Dark Resting Places são visitas a cemitérios e túmulos; Dark Shrines são locais onde se prestam respeito pela morte; Dark Conflict Sites giram em torno de campos de batalhas e guerras acabadas ou ainda em andamento; Dark Camps of Genocide são locais de mortes em massa.

A morte de alguém é um evento que pode acontecer de várias formas, sendo elas incontáveis. Supondo que um turista mórbido queira visitar um local onde houve morte por acidente nuclear e um outro turista queira visitar um local de morte por erro médico, seria difícil ter uma nomenclatura para cada morte, portanto muitos autores preferem seguir uma tipologia que agregue de 5 a 10 tipos de visita, assim é mais fácil de separá-los por só haver sete tipologias. Ainda assim alguns autores que decidem falar especificamente sobre uma ramificação deste segmento, nomeiam o tipo de turismo feito nestes locais, como o dos exemplos citados acima, Turismo Nuclear e Turismo de medicina sombria, respectivamente.

Outra forma de designar um atrativo obscuro é pelo grau de 'obscuridade' que ele oferece, tabela (figura 1) esta feita por Stone (2006). Tendo como exemplo dois atrativos da mesma tipologia, a prisão de Alcatraz e a prisão de Robben Island. Ambas eram prisões de segurança máxima e estão desativadas atualmente, mas com o tempo algumas coisas mudaram, Alcatraz foi tomada pelo marketing e a sua estrutura foi moldada para se tornar um local de entretenimento, já a Robben Island manteve sua essência e a sua política é bastante rígida e torna este lugar mais obscuro do que a prisão de Alcatraz.

Da mesma forma que não é possível nomear os atrativos por sua grande quantidade, também não é possível definir uma motivação exata pela qual o turista visita estes locais, por que é algo intrínseco da pessoa. Os mais comuns são, adquirir conhecimento por via do contato com o visual e a história falada para ter consigo o sentimento de pertencimento, logo depois

tem a curiosidade simples, a demonstração de luto por alguém, e vontade de enfrentar um evento em busca de satisfação mental em ser parte daquilo.

Figura 1: Um Espectro do Dark Tourism: Características da Percepção do Produto do Dark Tourism dentro de uma Estrutura de Oferta ‘Mais Escuro - Mais Leve’.



Fonte: Traduzido pela autora, de Stone (2006)

Rojek (1997) também fala que o medo é um dos importantes motivos pelo qual visitamos Dark places, pelo medo de morrer ou pelo medo quem está morto. Holt (1995) propôs 4 motivações: Experienciar a morte mesmo que de forma simbólica; Experienciar a morte como luto ou em homenagem a alguém; Participar de modo fantasioso de uma retratação de morte ou participar realmente de uma experiência de morte, colocando sua vida em risco; E por fim, para demonstrar status, viajando a locais perigosos.

Segundo Monteiro e Silva (2010) e Ribeiro (2013), os atrativos podem ser: Memoriais, Exposições, Desastres, Presídios, Manicômios, Campos de concentração e Extermínio, Crimes, Igrejas, Cemitérios, Santuários e Eventos. No mundo temos vários espalhados, os mais famosos são os campos de concentração nazistas, o campo mais antigo se chama Auschwitz I e tinha entre 15.000 e 20.000 prisioneiros. O segundo campo, Auschwitz II, tinha mais de 90.000 prisioneiros em 1944, grande parte das vítimas foram exterminadas ali. Os campos de concentração ficaram famosos por meio do cinema, em 1993, Steven Spielberg dirigiu o filme

" A lista de Schindler" contando como funcionavam os campos e subcampos e as mortes. Esse filme acabou servindo de influência para que as pessoas visitassem estes locais.

No Brasil, temos o Hospital Colônia de Barbacena, criado em 1903, sendo um prêmio de consolação para Barbacena por ter perdido o título de capital do estado de Minas Gerais. O hospital tinha diversas atividades para os pacientes, era um hospital que apesar de excluí-los da sociedade, buscava oferecer um ótimo tratamento, mas por conta da super lotação chegou a ser comparado a um campo nazista (RIBEIRO, 2013).

Muito se fala sobre quem visita Dark places, muitos imaginam que essas pessoas têm uma mente diferente e seus pensamentos sempre giram em torno da morte, porém muitos Dark Tourists são interessados em artes tumulares, histórias antigas e movidos pela curiosidade. Existe um certo preconceito com o turismo mórbido, talvez pelos poucos estudos conduzidos sobre o assunto se tornou mais difícil acabar com ele. Entretanto, para os que sabem e conhecem o assunto também existem algumas contradições a serem tratadas, como por exemplo, os filmes sobre atrocidade conduzidos por pessoas de fora que acabam passando informações errôneas quando utilizam fatos irreais para passar a informação, assim banalizando o acontecimento.

Por fim, em busca de potencializar o turismo mórbido na cidade de Manaus, fez-se um questionário aplicado a 36 alunos do Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo, todas as respostas estão relacionadas ao possível desenvolvimento do turismo mórbido na cidade de Manaus. 80,6% dos entrevistados têm entre 18 e 25 anos e apenas 47,2% dos entrevistados têm conhecimento sobre Dark Tourism, sendo assim a pesquisa foi desenvolvida com estes 47,2%.

Sobre as motivações para visitar Dark Places, os entrevistados listaram a curiosidade, a arquitetura, o contexto histórico e a imersão no contexto do acontecimento como as mais fortes motivações. Quando perguntados se Manaus tem equipamentos para exercer a função de um atrativo Dark, grande maioria concordou que sim, e que se desenvolvido em Manaus traria inovação, agregaria a história da cidade, daria abertura para outros tipos de turismo e traria novas fontes de renda.

Um local identificado como um bom ponto turístico mórbido é o cemitério São João Batista, um cemitério antigo que já teve registros de visitas anteriores. Atualmente, existem alguns projetos sendo feitos para melhorar o cemitério e receber mais visitas, como

georeferenciar sepulturas, a iluminação foi mudada e a segurança armada foi reforçada, por isso este tipo de turismo é possível e não é considerado algo fora do comum, segundo os trabalhadores do local.

REFERÊNCIAS

FOLEY, M.; LENNON, J.J. **Dark Tourism: the attraction of death and disaster**. London: Continuum, 2000.

HOLT, D. (1995). **How consumers consume: a typology of consumption practices**. Journal of Consumer Research, 22(June), 1e16.

MONTEIRO, Jaqueline de Oliveira; SILVA, Erly Maria de Carvalho e; MONTEIRO, Jessica de Oliveira. **Turismo macabro: Conhecer para entender; Entender para desconstruir**. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós – Graduação em Turismo -ANPTUR, 20 e 21 setembro de 2010. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2010. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/163.pdf>. Acesso em: 17 março. 2021.

RIBEIRO, Stephanie H. Lima. **TURISMO MACABRO: UM ESTUDO SOBRE O SEGMENTO E SEU RECONHECIMENTO COMO ATIVIDADE DE LAZER, CULTURA E CONHECIMENTO**. Orientador: Ari da Silva. 2013. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/1151/1/264%20%20Stephanie%20Heringer.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021

ROJEK, C. (1997) **Indexing, dragging and the social construction of tourist sights**. In C. Rojek and J. Urry (eds.) *Touring Cultures: transformations of travel and theory*. London: Routledge, 52-74.

SHARPLEY, R. (2005). **Travels to the edge of darkness: towards a typology of dark tourism**. In C. Ryan, S. Page, & M. Aicken (Eds.), *Taking tourism to the limit: Issues, concepts and managerial perspectives* (pp. 215e226). London: Elsevier.

STONE, P. R.2006 **A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions**. *Tourism: An Interdisciplinary International Journal* 52:145–160.



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN-AMAZÔNIA

MERCADO DO VER O PESO: um campo de práticas turísticas segundo Pierre Bourdieu

Flávia Ferreira Gomes ¹

RESUMO: Há uma intensificação dos debates na América Latina sobre as feiras e mercados, enquanto territórios de relações sociais, econômicas e para o desenvolvimento do turismo. Delimita-se o mercado do Ver o Peso, Belém-Pará, a maior feira livre da América Latina, que se constitui como expressão da sociobiodiversidade amazônica que desperta o interesse pela realização de práticas turísticas. Buscou-se caracterizar o campo das práticas turísticas fundamentando a análise na teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica associada a visita de campo ao Mercado do Ver o Peso. Os resultados preliminares sugerem que a caracterização do campo das práticas turísticas no mercado do Ver o Peso pode contribuir no desenvolvimento do turismo.

PALAVRAS-CHAVES: Mercado Ver o Peso, Turismo, Práticas Turísticas, Campo, Habitus.

INTRODUÇÃO

Há uma intensificação do debate sobre feiras e mercados na América Latina (SAMPAIO,2018; LEITÃO,2010,2021; CORAGGIO,2021; CAMPELO,2010; CASTRO,2013) evidenciando o interesse e o vigor do debate científico na atualidade.

As feiras e mercados fazem parte do processo de urbanização das cidades ao longo da história como lugares de trocas, saberes e interações sociais e econômicas, mediadas em especial pela comercialização de diversos produtos e serviços que colaboram não só com o abastecimento alimentar, mas também pela função de territórios de representação e preservação de tradição, valores e cultura, nesse sentido cumprem uma função diretamente vinculada a constituição de sociabilidades.

¹ Servidor efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PPGDSTU-NAEA-UFPA. Mestre em Políticas Públicas e Sociais-PPGSS-UFPA, Especialista em Planejamento de Áreas Amazônicas-FIPAM-NAEA-UFPA, Licenciada Plena em Pedagogia-ICED-UFPA, Bacharel em Turismo-ICSA-UFPA. flaviaferreira31@yahoo.com.br.

Este artigo faz uma abordagem da maior feira livre da América Latina, o mercado do Ver o Peso, localizado na cidade de Belém, que “possui uma característica singular, pois possui o maior número de feiras livres fixas do Brasil. No total são 31 feiras livres e 18 mercados, distribuídos pelos bairros da cidade com destaque para o Ver-o-Peso”. (SECON, 2016)”. (LAMEIRA, 2020, p.14).

Dito isto, numa perspectiva preliminar se pretende neste artigo refletir sobre o mercado do Ver o Peso, em Belém, caracterizando-o como um campo de práticas turísticas utilizando dois conceitos basilares da sociologia reflexiva elaborada por Pierre Bourdieu, o conceito de Campo e de Habitus. Para tanto foi realizada uma pesquisa constituída de levantamento e análise bibliográfica e documental.

Este artigo sugere que o mercado do Ver o Peso na perspectiva do turismo, constitui-se como “um ícone da cidade de Belém, seu principal cartão postal” (LEITÃO, 2010), cuja representatividade e significado, de forma consensual é observada nos elementos arquitetônicos dos mercados de Carne e de Peixe, nas praças, nos arranjos comerciais, na gastronomia do setor das boieiras, no artesanato, na paisagem ribeirinha, nos sabores, nos costumes, no setor de ervas, na pedra do peixe (só parta citar alguns), nos diversos agentes e seus habitus, que despertam o interesse pela realização de práticas turísticas. Destaca-se que as práticas turísticas são práticas sociais e como tal se realizam por meio de interações que geram sociabilidades, como as identificadas no mercado do Ver o Peso, e as práticas sociais são objeto de centralidade na sociologia de reflexiva de Pierre Bourdieu.

ÁREA DE ESTUDO

O complexo do mercado do Ver o Peso, atualmente com 394 anos, tem sua origem vinculada a instalação - durante a administração de Gomes Freire de Andrade, na então Belém colônia - de um entreposto fiscal usado para controle tributário e fiscalização dos produtos comercializados, conhecido como casa *Haver-o-Peso*. (SILVA, 2016, p.66; CAMPELO, 2010).

Sua área corresponde a mais de 26 mil metros quadrados, sendo constituído por dois mercados: O Mercado de Ferro (mercado de Peixe, cuja estrutura em ferro e zinco é originária principalmente da Inglaterra), o Mercado de Carne (Mercado Francisco Bolonha), pelas praças: do Pescador e do Relógio, Solar da Beira, Pedra do Peixe, Feira do Açaí, além dos equipamentos comerciais, tais como boxes e barracas. Há ainda os arreados “esta modalidade consiste na oferta de mercadorias fora das barracas por pessoas não cadastradas pela Secon”. (SILVA, 2011, p.31). O complexo do Ver o Peso foi tombado pelo Instituto IPHAN em 1977, por suas

características arquitetônicas. E mais recentemente as boieiras - vendedoras de refeições - foram reconhecidas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Belém, através da Lei nº 9.393, de 31 de julho de 2018.

Leitão (2010) afirma que uma simples visita ao mercado Ver o Peso já é capaz de suscitar “uma infinita possibilidade de reflexão sociológica”(LEITÃO, 2010, p.22; CAMPELO, 2010), pois há uma multiplicidade de produtos, agentes, subjetividades, formas tradicionais de trabalho, formas e conteúdos coletivos que lá reproduzem expressões da sociobiodiversidade amazônica nos diversos setores que compõem o mercado (plantas, ervas medicinais, pescado, artesanato, boieiras, frutas, dentre outros) que suscitam o interesse de pesquisa.

Aqui, delimita-se como área de estudo o mercado do Ver o Peso, cartão postal de Belém, cuja singularidade, em parte, decorre de sua localização ribeirinha (LEITÃO, 2010, p.24), constitutiva de uma interface entre o urbano e o rural amazônico, imprime características particulares e únicas sobre sua dinâmica social e econômica, evidenciando sua importância como patrimônio cultural para o desenvolvimento do turismo. Especificamente, através das práticas turísticas. Entendendo práticas turísticas como práticas humanas que permitem interações sociais, visitas, passeios, experiências e sociabilidades.

Como caminho metodológico esta reflexão está fundamentada no construto teórico de Pierre Bourdieu, notadamente, em dois conceitos-chaves: Campo e Habitus. Estas chaves conceituais e metodológicas delimitam a construção do objeto de pesquisa, e ao fazê-lo possibilitam identificar o que está mais submerso, menos explícito, o poder simbólico dentro do estado de campo, permitindo “descobri-lo onde ele se deixa menos ver” (BOURDIEU, 1996, p.7). A partir destes conceitos a observação é conduzida na direção do implícito, nesse sentido, se pretende como proposto pelo autor, através de “uma conversão do olhar”, pensar as práticas turísticas engendradas no interior do campo do mercado do Ver o Peso. (BOURDIEU, 2009, p. 49).

PIERRE BOURDIEU: breve introdução aos conceitos de Campo e de Habitus

Para Bourdieu (2009) o campo é relacional, isto porque tangencia a compreensão das relações de poder, permite assim, compreender como os agentes se movimentam, as posições assumidas, assim estes agentes se legitimam e são legitimados,

A teoria geral dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as formas a espécies de reducionismo, a começar pelo economismo, que nada mais conhece de que o interesse material e a busca da maximização do lucro monetário”. (2009, p. 69).

O autor afirma que o campo social é um espaço de disputas travadas entre os agentes que formam o campo, e nele são definidas posições e movimentações estruturadas em direção aos interesses de cada agente, esse campo se sustenta através de um jogo de linguagem, mas também

“das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbítrio e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir”. (BOURDIEU, 2009, 69).

Para categorizar o campo é preciso identificar o habitus dos agentes. Os agentes no interior do campo reproduzem suas posições a partir de um habitus, disposições historicamente construídas, uma matriz que orienta o exercício de sua ação. Através do habitus os agentes podem compreender e interpretar o mundo social, interagem, reproduzem dinâmicas, práticas sociais, ocupam posições e situações no interior do campo social. Para Bourdieu (2009) através do habitus os agentes compreendem o mundo exterior. Os habitus são diferenciados, mas também são diferenciadores, caracterizam os agentes e suas estratégias em direção aos seus interesses. É através do habitus que as condutas se convertem em práticas. (BOURDIEU, 2009). Assim,

"para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotados de habitus que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983b, p. 89)". (BAHIA, FIGUEIREDO, 2014, p.87).

Especificamente sobre a formação do campo turístico, Figueiredo;Nobrega (2015) asseveram que o campo turístico e o campo do turismo se interconectam e incidem na prática. A caracterização do campo das práticas turísticas diz respeito a todos os agentes que o compõem e seu estudo pode contribuir na consolidação e na luta pelo fortalecimento do turismo como campo científico.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o alcance do objetivo estabelecido a metodologia definida foi a pesquisa bibliográfica e documental para o levantamento de dados secundários. Foram realizadas visitas não direcionadas com o objetivo de observar a dinâmica produzida em alguns setores do mercado do Ver o Peso. A abordagem teórico-conceitual adotada aqui é fundamentada na teoria geral do campo elaborado por Pierre Bourdieu.

CONCLUSÕES APROXIMADAS

O Mercado do Ver o Peso, em toda sua complexidade e dinamicidade, exemplifica um campo singular de sociobiodiversidade, de sociabilidades, de trocas e de experiências sociais e

econômicas que suscitam práticas turísticas, que ao serem analisadas a partir das chaves conceituais de Pierre Bourdieu possibilita não apenas uma mera descrição deste mundo social, mas orienta uma abordagem epistemológica do campo das práticas turísticas que são atravessadas por uma interface entre o tradicional que resiste e o novo que se impõe, entre o urbano e o rural ribeirinho da Amazônia representado pela cultura.

Destaca-se que as práticas turísticas são práticas sociais e como tal se realizam por meio de interações que geram sociabilidades, como as identificadas no mercado do Ver o Peso, e estas práticas sociais são objeto de centralidade na sociologia de reflexiva de Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, M. C.; Figueiredo, S. L. Lazer em áreas verdes públicas urbanas: as vivências na praça Batista Campos em Belém - Pará. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 1, p. 85-98, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico: tradução Fernando Tomaz (pottugues de Portugal)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CAMPELO, Marilu Márcia. Conflito e espacialidades de um mercado paraense. In: *Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém*. Wilma Marques Leitão (org). Belém. NAEA/UFPA, 2010.
- CARAGGIO, José Luis. *Miradas sobre la economía social y solidaria en América Latina / Cristina Amariles ... [et al.] ; editado por José Luis Coraggio*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Los Polvorines : Universidad Nacional de General Sarmiento, 2021.
- CASTRO, Edna e SILVA, Ivaneide Souza. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará v. 16, n.1, Suplemento, p. 109-126, jun. 2013, ISSN 1516-6481.
- FIGUEIREDO, Silvio José de Lima, NÓBREGA, Wilker. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro In: *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo / Silvio Lima Figueiredo, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Organizadores)* – Belém: NAEA, 2015.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Ver-o-Peso*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>>. Acesso em: 01 de Set. de 2021.
- LAMEIRA, Sandra Maria de Araújo. *Feira do Ver-o-Peso: análise socioeconômica do feirante do setor de hortifrutigranjeiro e sua qualidade de vida*. Belém, 2020. 75 f.: 21 x 30 cm. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, 2020.
- LEITÃO, Wilma Marques, RODRIGUES, Carmem Izabel. *Mercado do Ver o Peso: Belém*. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/silo.tips_localizaao-da-cidade-e-do-mercado.pdf. Acesso em: 09/09/2021.
- LEITÃO, Wilma Marques (Org.). *Ver o Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém*. Belém. NAEA, 2010.
- SILVA, Luiz de Jesus. *Pedra, Redes e Malha na circulação do pescado do Ver O Peso ao meio urbano de Belém do Pará*. Tese (doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.
- SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. *Etnografando mercados: trabalho, sociabilidade e lazer no Ver-o-Peso*, Somanlu, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011.
- SOUZA, Márcio *História da Amazônia [recurso eletrônico]: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SAMPAIO, Carlos Cioce, GRIMM, Isabel Jurema, PROCOPICK, Mario. *Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR)*. Novos Cadernos NAEA v. 21, n. 1, p. 35-56, jan-abr 2018, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.



GRUPO DE TRABALHO 2 – POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA.

RESPEITO NÃO TEM COR, TEM CONSCIÊNCIA – A SEMANA DA CULTURA AFROBRASILEIRA EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA

Pedro Luiz do Nascimento Neto ¹

Grescyelly Neves Batista ²

INTRODUÇÃO

A prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás - Pará, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura realiza no mês de novembro a Semana da Consciência Negra com o tema: “Respeito não tem cor, tem consciência”. Este projeto educativo está em consonância com as metas do Plano Municipal de Educação que traz a tona a perspectiva africana na formação do patrimônio, identidade e cultura brasileira, celebrando a Memória, História e a Arte Brasileira e a Afro Brasileira, sob o aspecto de Interdisciplinaridade possibilitando ampliar o campo da aprendizagem dos educandos com debates, exposição de trabalhos, músicas, alimentos, entre outros. Dessa forma, promover reflexões acerca do assunto, bem como o reconhecimento da luta e resistência dos negros ao longo da história do Brasil e na construção das sociedades contemporâneas.

Assim tratar do protagonismo desses grupos em diversos momentos da história, representando-os como seres humanos que criaram laços familiares, produtos culturais e que têm trajetórias próprias na história. Portanto, A celebração do Dia Nacional da Consciência

¹ Graduado em História pela UEG/Unu-Morrinhos em 2007, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela FAPAF em 2012 e Mestre em História Social pelo PPGHIS/UFMA turma 2013-2014. Atua como professor de História na rede municipal de educação de Canaã dos Carajás-PA. E-mail: pedroluizneto@hotmail.com.

² Graduada em História pela FEST- Faculdade de Educação Santa Teresinha em 2008. Especialista em Educação do Campo pela IFPA em 2012. Atua como coordenadora técnica pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Canaã dos Carajás-PA. E-mail: grescyellybatista@gmail.com.

Negra em Canaã dos Carajás em 20 de novembro, consiste em apreciar e divulgar as diferentes atividades voltadas para a diversidade cultural, fomentando momentos que propiciam conhecimento, respeito às diferenças, lazer e entretenimento à população com shows, workshops, apresentações culturais, stands de livrarias, mostra gastronômica, entre outros atrativos, os quais tornam o evento reconhecido na região.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar condições a os educandos de apropriarem-se de novos saberes sobre a cultura Afro-brasileira contemplando condições de promover a cidadania e igualdade racial, alcançáveis por meio de uma pedagogia multirracial de acordo com a lei 10.639/2003 e 11.645/2008), promovendo a igualdade étnico-racial na Educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Os gestores, coordenadores escolares, professores e alunos deverão:

- Planejar com os docentes as Sequências Didáticas que serão realizadas para desenvolvimento do trabalho com os educandos e principalmente dar sentido ao que vai ser proposto: sistematizando cada etapa e analisando os avanços e desafios;
- Promover a reflexão a respeito da igualdade racial;
- Estimular o respeito às diferenças;
- Conhecer as tradições africanas e identificar de que maneira elas influenciaram a cultura brasileira;
- Identificar como a cultura africana está presente no nosso cotidiano por meio de músicas, comidas, língua, religião, etc.;
- Trabalhar expressão corporal;
- Conversar a respeito da discriminação e preconceitos baseados na aparência das pessoas.
- Garantir a produção de material para exposição na Arena Consciência Negra na FLACC.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos elaborados para o referido Projeto baseiam-se em critérios de organização e realização do evento: Assim sendo, a programação durante a Culminância da Semana Afro na FLACC terá algumas apresentações dentro do espaço destinado e também no palco principal.

- Cada escola ficará responsável pela produção de evidências e do material a serem expostos na Arena da Consciência.
- As Sequências didáticas devem possibilitar no desenvolvimento das atividades, nas quais ocorrerão de forma interdisciplinar as equipes ou turmas com alunos regularmente matriculados, deverá ter um ou mais professores orientadores, que auxiliara no desenvolvimento do trabalho.
- Cada equipe ou turma contara com professores orientadores que programará com o grupo encontros, avaliação periódica do andamento dos trabalhos, direcionamentos, entre outros.
- As Sequências Didáticas serão desenvolvidas do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental e quadro didático na Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- Fica proibida toda e qualquer atividade que possa colocar em risco a integridade das pessoas, do espaço físico e do patrimônio da Instituição;
- As turmas deverão desenvolver as atividades seguindo o tema proposto, obedecendo suas definições que serão discutidas com a equipe gestora e professores.
- Caberá ao professor responsável pela turma esclarecer para os alunos as finalidades do projeto, explicando sua execução passo a passo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Apesar disso, situações racistas ainda acontecem com certa frequência em diversas esferas da sociedade. A principal maneira de gerar avanços em pensamentos como esses, é justamente por meio da educação. E esta não só no sentido apresentado legalmente, mas como meio de fomentar discussões, rever o que foi posto ao longo do tempo, e principalmente estimular reflexões e soluções práticas para que o fim da discriminação racial finalmente seja alcançado em nosso país.

Têm sido esquecidos os temas e as fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre experiências educativas, escolares ou não, dos indígenas e dos afro-brasileiros. O estudo, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das instituições escolares oficiais, dos mecanismos criados para a escolarização oficial; da educação dos quilombos; da criação de

escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros são temas que, além de terem sido desconsiderados no relato da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento (CRUZ, 2005: p. 22-23).

Celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra é uma forma de levantar questões fundamentais a respeito da importância dos negros na construção da história do povo brasileiro. Para que uma mudança de pensamento aconteça, de fato, é preciso estimular o respeito pelas diferenças desde muito cedo. Nos últimos tempos, vários estereótipos foram deixados de lado, entretanto, ainda há muito o que se fazer nesse sentido. Há muitos conceitos presentes no imaginário popular que precisam ser esclarecidos e desmistificados.

A Lei Municipal nº 679/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio de 2015-2025, Eixo VIII, regulamenta:

Meta. 18 – Criar políticas públicas educacionais na educação básica que contemple o ensino da história e da cultura afro e indígena em todas as unidades de ensino do município, com vistas a Reparações, Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas. Conselheiros e outras funções próprias); a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas ciências e sua língua.

Portanto, A celebração do Dia Nacional da Consciência Negra em Canaã dos Carajás, consiste em apreciar e divulgar as diferentes atividades contempladas nas escolas, no sentido de proporcionar momentos significativos de socialização e visibilidade, ressignificando as ações pedagógicas desenvolvidas, fomentando momentos que propiciam conhecimento, respeito as diversidades, criação e pesquisa no âmbito escolar na perspectiva da valorização das origens étnico raciais.

TABELA 01 – Cronograma da Semana de Cultura Afro.

Atividade	Data
Socialização com a Secretária Municipal de Educação.	15 de outubro
Socialização com os gestores e coordenadores pedagógicos.	20 de outubro
Elaboração das Sequencias didáticas pelas escolas.	21 de outubro
Desenvolvimento das Sequencias didáticas	De 21 a 20 de novembro
Culminância da Semana da Consciência Negra.	20,21 e 22 de novembro

FONTE: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal indicador de sucesso desta ação é a participação da comunidade canaanense no Festival Literário e Artístico de Canaã dos Carajás (FLACC), para a divulgação do respeito de nossas identidades culturais, objetivando o resgate de atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Resolução N° 01, 2004.

CANAÃ DOS CARAJÁS – PARÁ. **Lei Municipal nº 679/2015.** Plano Municipal de Educação para o decênio de 2015-2025.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Políticas públicas e sociedade.** – 3. ed. reTv.atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016.



GRUPO DE TRABALHO 2 - LAZER E TURISMO

O CEMITÉRIO PÚBLICO NOSSA SENHORA APARECIDA – MANAUS/AM, A PANDEMIA DA COVID-19 E O NOVO POTENCIAL TURÍSTICO.

AUTOR: ROMULO DE OLIVEIRA COSTA

Introdução

A Geografia, enquanto ciência, ainda carece de estudos sobre cemitérios, sobretudo, o viés dos espaços da morte no subcampo da geografia cultural. Já em 1955, William Pattison, geógrafo americano, foi um dos pioneiros nos estudos sobre cemitérios com cunho geográfico. Sua análise sobre os cemitérios de Chicago muito contribuiu para o enfoque acerca das formas simbólicas espaciais que compunham os campos dos mortos. Mesmo não adentrando na temática cultural, Pattison (1955) aponta que os estudos sobre cemitérios na geografia devem estar associados a três principais motivos: uso da terra, distribuição dos cemitérios no espaço e a necessidade de espaço para os mortos.

Alterando a perspectiva escalar, porém trazendo ao contexto da América do Sul, onde se encontra localizado espacialmente o cemitério público Nossa Senhora Aparecida, na capital do estado do Amazonas, concebido como recorte espacial deste artigo, a justificativa do tema – sob o viés da sua escolha – reside no fato da contribuição para o incremento analítico das transformações na dinâmica da paisagem local e a vida dos sujeitos componentes das mesmas, utilizando-se de suas formas simbólicas espaciais, relacionando-as aos imensos túmulos, tidos como covas rasas, abertos para dar conta do grande número de enterros concomitantes das vítimas fatais da Covid-19, bem como uma nova potencialidade turística de base local.

Formas simbólicas, COVID-19 e novas potencialidades para o turismo

Neste contexto de consumo desenfreado do espaço pela expansão e criação de novas formas simbólicas, torna-se salutar a discussão e relação destas com a identidade do grupo social a que se destinam. Temos no Brasil, a autora Luchiari (2005) que irá categorizar esta expansão monumental no espaço como um processo de espetacularização.

Segundo Luchiari (2005), o espaço torna-se cada vez mais espetacularizado, devido à criação exagerada de objetos artificiais ou ficcionais, sobretudo nos espaços voltados ao consumo turístico. Para tanto, configura-se aí no que Choey (1992) afirmara ser a perda da figura memorial das formas simbólicas no mundo contemporâneo, posto que para esta autora, os monumentos, além da figura memorial, possuem uma dotação histórica e historial, constituindo a base de análise monumental.

Sobremaneira, Luchiari aponta “Assim, as modernas técnicas de reprodução retirariam a aura dos objetos de arte e dos monumentos, e os objetos auráticos seriam apenas aqueles possuidores de originalidade, singularidade e permanência” (LUCHIARI, 2005, p.98). Traz-se ao debate à questão da aura da forma simbólica, tornando cada vez mais árdua a sua justificativa de existência espacial, posto a padronização das construções materiais atuais, no que tange aos monumentos, patrimônios e afins.

Reafirmando a tese de Choey (1992) e os sistemas de representação de Hall (1997) e Bourdieu (1989), Luchiari afirma “Ao contrário do que se imagina o capitalismo não destruiu os sistemas cognitivos que elegem mitos e símbolos para a interpretação do mundo. Ele acolheu esta construção social e associou à ela uma nova e vigorosa racionalidade econômica”. (LUCHIARI, 2005, p.96). Complementando com a noção de ligação ao passado e da importância no contexto de criação e existência das formas simbólicas, tal autora aponta “A condução à memória de um passado - vivo ou desvinculado das novas práticas culturais -, assim como a impressão de um novo valor cultural às formas pretéritas, ainda são a aura que envolve o patrimônio”. (LUCHIARI, 2005, p.98).

Conjuga-se, assim, esta noção associativa entre monumentos e formas simbólicas, pois Corrêa aponta

Neste trabalho, os monumentos são entendidos como formas simbólicas grandiosas, por exemplo, estátuas, obeliscos, colunas e templos. Representações materiais de eventos passados integram o meio ambiente construído, compondo, de modo

marcante, a paisagem de determinados espaços públicos da cidade. (CORRÊA, 2008, p.9).

Acerca desta relação, para o trabalho aqui posto, o cemitério manauara emerge com suas formas simbólicas, visto não possuir um caráter meramente estético, mas sim dotado de sentido político, ambiental e histórico. A forma simbólica, por assim dizer, expressa na construção de mundo de um grupo social seus anseios mais íntimos no que tange às suas relações políticas, culturais, artísticas e econômicas.

Os cemitérios podem assim ser apreendidos como formas simbólicas espaciais dotadas de símbolos, rituais, celebrações e construções que lhe são comuns nos enterros de entes queridos e demais práticas, salvo as devidas diferenças de matrizes culturais. Segundo Kong,

Precisamente, as paisagens da morte – cemitérios, chão dos mortos e crematórios – são paisagens investidas com os mais fundamentais e possíveis sentimentos e valores sagrados humanos, eles se tornam de grande importância quando se aborda o ‘pulsar’ nacional e no exame da constituição de uma identidade nacional (KONG, 2003, p.51).

Os cemitérios representam formas simbólicas espaciais onde os ritos e rituais se põem como uma importante prática simbólica. Especificamente, são tais atos provenientes de grupos humanos distintos que conferem aos cemitérios uma dotação simbólica e de significados. Para tanto, (Mayo, 1988, p.71) aponta “Rituais transformam a paisagem e a memória associada a este, ainda que brevemente”.

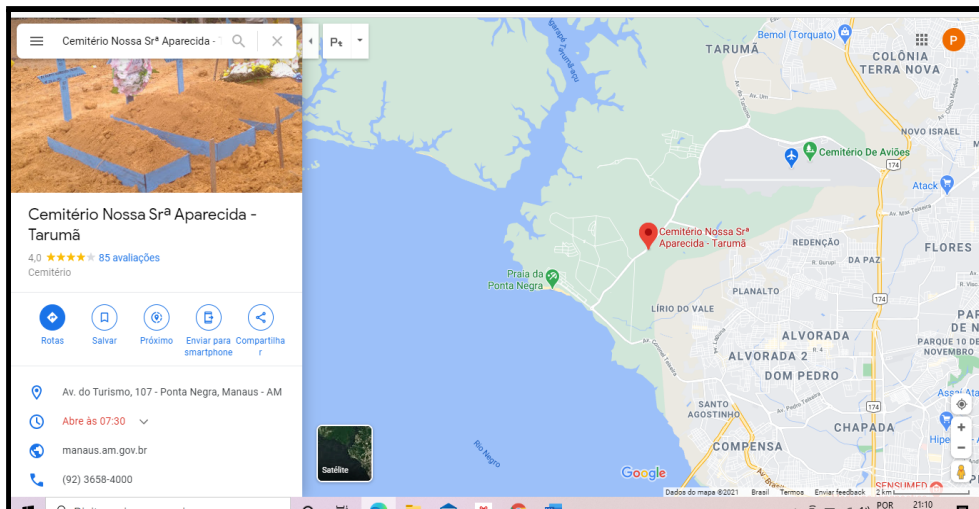
A seguir, na continuidade do resumo aqui posto e a partir de informações extraídas de um rol de entrevistas e reportagens jornalísticas, o cemitério Nossa Senhora Aparecida, às margens do rio Negro, um dos leitos fluviais mais imponentes do país, analisaremos os contextos dos ritos e rituais, bem como da expansão deste campo da morte com a alteração e readequação de sua estrutura espacial, no que concerne às suas formas simbólicas espaciais para a potencialidade turística de base local.

Antes de mais nada, faz-se necessária a localização geográfica e aceção histórica no que tange à construção e inauguração do cemitério Nossa Senhora Aparecida. Neste sentido, o campo da morte, aqui analisado, configura-se como o de maior extensão da capital estadual amazonense, a cidade de Manaus e, conseqüentemente, de toda a unidade da federação.

O cemitério é responsável por aproximadamente 75% dos enterros do Amazonas, segundo dados da prefeitura municipal. Sua localização é estratégica, às margens do rio

Negro, o que permite a expansão de sua área interna com maior facilidade em direção ao leito fluvial e, também, por sua natureza pública, a maior parte das classes sociais de menor poder aquisitivo enterram seus entes queridos neste espaço da morte.

Observando a imagem 1 extraída do Google Maps abaixo, acessada em março de 2021 pode-se confirmar as afirmações aqui postas.



Com mais de 3 mil enterros em janeiro, Manaus teve o seu mês mais fúnebre, sobretudo, no cemitério Nossa Senhora Aparecida, construído a mais de seis décadas. Os trágicos registros da segunda onda da pandemia e do colapso na saúde aceleram de forma vertiginosa a expansão do maior cemitério da capital amazônica. As obras de ampliação não param no cemitério de Nossa Senhora Aparecida. Sob sol forte, os trabalhadores abrem novas covas e começam a levantar estruturas verticais, que acomodarão de 2 mil a 3 mil corpos, conforme relato jornalístico do site Uol e informações do consórcio de imprensa encabeçado pela Tv Globo.

Podemos identificar neste caso que o cemitério fora achatado pela difusão espacial da Covid-19, pois segundo (Corrêa, 2018, p.28) “A difusão espacial constitui um processo no qual pessoas, mercadorias, ideias, capital, doenças e muito mais espraiam-se no espaço, envolvendo um lapso de tempo.” Ou seja, entre o primeiro caso confirmado de infecção da Covid-19 no país, em março, na cidade São Paulo, o espraio espacial direcionado até o colapso da saúde, em Manaus e, as sensíveis transformações do espaço da morte aqui destrinchado, o lapso temporal fora de menos de um ano.

Posto isto, “Há quatro tipos básicos de difusão no que diz respeito à espacialidade: difusão por relocação, por saltos, por contágio ou por via hierárquica.” (Gould apud Corrêa, 2018, p. 25). Pensa-se a pandemia da COVID-19 por difusão por saltos que envolve uma grande separação entre a área de emissão e área de recepção da inovação, estabelecendo-se

uma descontinuidade espacial na ocorrência daquele item, objeto da difusão. Difere-se da difusão por relocação pelo fato da área emissora não se esvaziar daquele item.

Tendo a imagem 2 abaixo como referência, pode-se perceber as alterações sensíveis no cemitério Nossa Senhora Aparecida com a expansão das covas rasas para dar conta do elevado número de sepultamentos, cada vez mais crescentes nesta necrópole. Relega-se ao segundo plano a estrutura cemiterial com seus jazigos-perpétuos e retoma-se a ideia inicial de Pattison (1955), trazido aqui no resumo, onde o campo da morte amazonense foca em seu uso principal e imediato no momento pandêmico: o enterro. Neste caso em específico, os enterros em massa.

Imagem 2 – a expansão das covas rasas no cemitério Nossa Senhora Aparecida – Manaus/AM



Fonte: uol.com.br. Acessado em março de 2021.

Estas transformações transmutadas em formas simbólicas que demarcam uma nova configuração espacial potencializam a possibilidade do consumo turístico de base local, sobretudo, marcado pelo exótico, pelo diferente e pela curiosidade do turista sob o olhar apurado com a expansão desta necrópole amazonense. Neste sentido, o turismo vem tornando-se uma maneira de geração de divisas, recolocação profissional e possibilidade de recriação social para os manauaras neste crítico momento de crise econômica em que se encontra o país.

Palavras-chave: turismo; cemitérios; Manaus; Amazônia; formas simbólicas.



**1º CONGRESSO
PAN-AMAZÔNICO
DE TURISMO, LAZER
E PATRIMÔNIO**
BELÉM, PA / AMAZÔNIA / BRASIL

**11 E 12
NOV**



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

PLANO NACIONAL DE TURISMO BRASIL (2018-2022) SOB UM OLHAR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA

Stephanni Gabriella Silva Sudré¹
Fernando Campelo Pãozinho²
Meiriane da Trindade Lopes³
Silvio José Lima Figueiredo⁴

INTRODUÇÃO

O planejamento deve ser uma etapa fundamental para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficientes, embasadas por diretrizes e estratégias de atendimento às demandas locais. Este é o meio de resolver problemas racionalmente, onde são instituídos um conjunto de controles e organização (FRIEDMANN, 1960), através de um processo técnico e instrumental de previsão dos eventos futuros possíveis, realizado para atingir um objetivo previamente estabelecido para uma atividade, localidade entre outros (SILVA, 2006; SOUZA, 2010).

No setor do turismo o planejamento envolve um processo de mudanças e transformações nos espaços, naturais ou culturais, e representa um agente de grande influência nas várias dimensões da atividade. E vem sendo utilizada historicamente apropriada pelos agentes do turismo, com processos de uso e valores diferentes empregados pelo mercado turístico (NOVO; SILVA, 2010).

¹ Doutoranda do PPGDSTU/NAEA/UFPA; Mestre em Ciências Ambientais. Docente da Universidade Federal do Tocantins. <http://lattes.cnpq.br/8872671577638597> stephanni_@uft.edu.br

² Doutorando do PPGDSTU/NAEA/UFPA; Mestre em Ecoturismo e Conservação. Superintendente de Qualificação Profissional da Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão (SETUR-MA). <http://lattes.cnpq.br/1676558237174208> . nando.camp@hotmail.com

³ Mestranda do PPGDSTU/NAEA/UFPA; Especialista em Educação Especial e Inclusiva/Psicopedagoga. Professora de Atendimento Educacional Especializado da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) Salvaterra-Marajó. <http://lattes.cnpq.br/1861389727062301> meirianelopes2@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1676558237174208> . nando.camp@hotmail.com

⁴ Professor/pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Umido (Mestrado e Doutorado), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

O Plano Nacional de Turismo é a mais alta escala de planejamento turístico no âmbito nacional, que articula a rede de agentes do turismo e suas necessidades para o desenvolvimento da atividade turística. E apresenta sua mais atual versão, através do Plano Nacional de Turismo 2018-2022, que com metas, diretrizes e linhas de atuação para este período. Apesar dos compromissos estabelecidos no PNT (2018-2022), em 2020, o Brasil entrou para o cenário mundial de crise sanitária com a pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), impactando diretamente na saúde da população e conseqüentemente nos mais diversos setores econômicos, observando o turismo como um dos mais prejudicados.

Este contexto justifica o presente estudo, onde torna-se relevante compreender o Plano Nacional de Turismo neste (novo) ambiente pandêmico, dando observância aos efeitos desta externalidade negativa no desenvolvimento proposto pelo Ministério do Turismo do Brasil, principalmente no contexto de emprego e renda.

Tendo em vista este cenário, instigou-se aos seguintes questionamentos: quais os avanços da implementação do PNT (2018-2022) antes do cenário adverso da pandemia do COVID-19? A partir de 2020 quais foram os impactos da pandemia neste planejamento turístico?

Para obter tais respostas, buscou-se como objetivo deste trabalho, analisar os efeitos da pandemia na execução do Plano Nacional de Turismo (2018-2022). E como objetivos específicos: a) apresentar os elaboradores e a estrutura do PNT; b) destacar os elementos que compõem o plano e c) analisar fatores de impacto sobre o planejamento pela pandemia.

O presente trabalho surgiu foi desenvolvido no âmbito do Doutorado em Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável em Trópicos Úmidos do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia na Universidade Federal do Pará – UFPA/NAEA.

ANÁLISE DO PNT E OS EFEITOS DA PANDEMIA

O modelo estrutural do PNT (2017-2022) segue os pressupostos básicos para um plano, e um aspecto observado é a ausência de elementos essenciais como o Cronograma de Execução, Previsão Financeira ou Fontes Orçamentárias, Agentes e suas respectivas responsabilidades.

O diagnóstico foi o aspecto mais afetado com a pandemia, que por definição deveria orientar todos processos do plano, que apresentou as análises turísticas e o ambiente do setor (BRAGA, 2007) e uma investigação, reflexão e compreensão da realidade bem como identificação de fatos e tendências (RUSCHMANN, 1997). E todo plano acabou sendo

comprometido com perspectivas que não foram adequadamente estabelecidas no momento da pandemia.

Para o ano de 2018 estimava-se, um crescimento da economia global de 3,1%, mantendo-se positivo em relação ao ano de 2017, porém com indícios de leve declínio em 2019. Entretanto, apesar de uma perspectiva de um cenário animador, ainda há muitos desafios a serem superados. A taxa de desemprego, por exemplo, revela que o aumento do nosso PIB se situa, atualmente, muito abaixo da capacidade produtiva do País (PNT, p.22).

Em relação ao turismo no contexto internacional, no ano de 2017, foi superada as expectativas em torno deste setor, este que apresentou crescimento segundo o (PNT, p. 23) de 1,322 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% na comparação com 2016, representando o melhor resultado em sete anos (OMT, 2018). A pandemia fez do crescimento para 2020 negativo de - 4,3% com um crescimento expressivo em 2021 com 4% (SHALAL, 2021). Ainda sobre os aspectos econômicos previstos no PNT, há um contexto político com a intenção de apresentar o período do governo 2017-2022 com destaques para o crescimento do país, porém a tendência é claramente global.

A pandemia foi um fator de impacto global importante e no Brasil fica evidente a redução no turismo como um todo quando em abril de 2020, 90% dos voos estão paralisados (KPMG, 2020; FGV, 2020). “Com a redução das viagens internacionais por causa da pandemia COVID-19, às viagens domésticas surgiram como uma oportunidade para o Brasil devido à sua diversidade natural e dimensões continentais” [tradução nossa] (LOHMANN, et al, 2021, p. 15).

Como se não bastasse à pandemia, e muito antes dela, o governo atual (2017-2022) se destacou por errar diagnósticos na elaboração de políticas (como a de saúde), por apresentar a leitura da realidade infectada por ideologias neoliberais, tecnicista e negacionista do conhecimento científico. Como destaca Matus (1989, p.156), “planejamento é uma mediação entre o conhecimento e a ação”, centralizando o problema nas escolhas deste governo que para o turismo agravou por prolongar a pandemia. “O governo, desse modo, assume um papel determinante na paralisação do turismo brasileiro, por causa das medidas adotadas para a contenção da COVID-19 em território nacional” (SOUZA, 2021, s.n).

Ainda que o Ministério não tenha divulgado os dados de 2020, todas as previsões que basearam as Metas deverão ser impactadas pela pandemia. Como já citado anteriormente, a pandemia exigiu que as aeronaves permanecessem no chão, ampliação das barreiras sanitárias, os países fechados e o país sendo o local com a cepa do covid-19 mais agressiva e

mortal. O governo através do executor do PNT tem apresentado ações que são muitas vezes desconectadas com a realidade pandêmica (em 22/06/2021 com 503 mil mortos). Ações como o Plano de Retomada do Turismo Brasileiro, prevendo atividades como qualificação e adequação das empresas para receber o turista (SOUZA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como principal objetivo realizar uma análise crítica acerca dos PNT do Brasil, que compreendem o período de 2018 a 2022. Foram analisadas categorias: Diagnóstico, Metas globais para o turismo no Brasil 2018-2022, Diretrizes, Linhas de atuação, e ficou evidenciado que o plano, antes pensado sofreu adversidades entre elas, especialmente o período da Pandemia do Covid-2019, ou seja, com diagnóstico afetado pela situação. Contudo, observou-se um plano não participativo, não transparente, foram evidenciadas ações ligadas apenas aos interesses das empresas, falta de cuidados em relação às atividades relacionadas ao setor de turismo mesmo com o agravar da pandemia, falta de suporte ao trabalhador, construção do plano sem participação social.

O discurso formatado para o Plano Nacional de Turismo coloca o instrumento em um patamar de concepção colaborativa, porém verifica-se uma ausência dos cenários regionais (diversificados) imersos na linearidade proposta por suas diretrizes e campos de atuação. Isto o torna pouco estratégico e mais normativo, principalmente, diante do objetivo por ele indicado de diferenciação do produto turístico brasileiro para o exterior, além da superficialidade de tratamento dos territórios, permitindo inferi-lo como um plano mais informativo do que estratégico.

Desta maneira, fica evidenciado que o plano necessita de melhorias, em especial no que se refere às estratégias para o setor do turismo a partir da pandemia do Covid-19. A partir dos apontamentos destacados anteriormente, observa-se a necessidade de definição de novos objetivos, de novas metas e de um conjunto de novas intervenções. Destaca-se a importância de ordenar indicadores que facilitem a compreensão sobre os possíveis avanços em relação aos anos futuros, este mecanismo possibilita a contribuição sobre a análise e evolução do turismo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SHALAL, A. O Banco Mundial prevê salto de 4% no PIB global em 2021. Agência Brasil: Brasília. 2021 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-01/banco-mundial-preve-salto-de-4-no-pib-global-em-2021> .
- WTTC. Economic impact reports. 2021. Disponível em <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>
- KPMG. Uma análise do impacto econômico da COVID-19 na América do Sul. 2020. Disponível em <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/08/analise-impacto-covid-19-america-sul.pdf>
- FGV. Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro. 2020. Disponível em https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf
- LOHMANN, G., LOBO, H. A. S, TRIGO, L. G. G., VALDUGA, V., CASTRO, R., COELHO, M. F., CYRILLO, M. W., DALONSO, Y. ,GIMENES-MINASSE, M. H., GOSLING, M. S., LAZARINI, R., LEAL, S. R., MARQUES, O., MAYER, V. F., MOREIRA, J. C., MORAES, L. A., PANOSSO NETTO, A., PERINOTTO, A. R. C., QUEIROZ NETO, A., RAIMUNDO, F. T., RAIMUNDO, S. Tourism in Brazil: from politics, social inequality, corruption and violence towards the 2030 Brazilian tourism agenda. *Tourism Review*. ISSN 1660-5373. DOI 10.1108/TR-07-2020-0323. 2021.
- SOUZA, M. C. C. (2021). O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15 (1), 2137, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2137>
- RUSCHMANN, D. V. de M. Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.
- BRAGA, Débora Cordeiro. Planejamento turístico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2019-2022. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.



GRUPO DE TRABALHO 2 – POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

ESPAÇO E PATRIMÔNIO NATURAL: RELAÇÕES COM O TURISMO E LAZER NA ORLA DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: ESTUDO DE CASO DO MANGAL DAS GARÇAS

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹

Palavras-chave: Espaço. Patrimônio Natural. Turismo. Lazer. Centro Histórico de Belém.

INTRODUÇÃO

A revitalização de Centros Históricos tem sido marcada pela espetacularização do patrimônio cultural, processo denominado por Choay (2017) como a inserção do patrimônio na *industria cultural*. Choay tece velada crítica a indústria cultural que tem tratado o patrimônio a partir do consumo cultural menosprezando a participação da maior parte da população na apropriação e uso do patrimônio, inclusive ignorando suas atividades tradicionais e cotidianas, além de servir a especulação imobiliária e a economia de mercado, especialmente a do turismo.

Assim, é dentro da lógica de projeção de partes de cidades como locais de reprodução do urbano enviesada na realização espacial do turismo, lazer e patrimônio que a natureza no contexto do Centro Histórico de Belém (CHB), foi analisada. Este trabalho tem um caráter espacial dialético por enfatizar as contradições desse processo, especialmente no que se refere às requalificações, segregações socioespaciais e gentrificações urbanas na área do Mangal das Garças. Este trabalho apresenta um viés qualitativo e bibliográfico, aliado a observação in lócus. Os objetivos do trabalho visaram problematizar o processo de reprodução do espaço no

¹ Estudante de Pós-Graduação do Curso de Geografia em Nível de Doutorado – UFPa.
fpsdiniz@gmail.com

contexto do patrimônio natural, turismo e lazer e apontar novas possibilidades de uso do Complexo Turístico Mangal das Garças (CHB). Os resultados demonstraram que a natureza imaginada como patrimônio natural na área de estudo tem reforçado a segregação socioespacial ao projetar e tornar os locais da realização do patrimônio, lazer e turismo espaços de alto consumo afetando o uso por parte da população de menor poder aquisitivo, além de ignorar as dinâmicas socioespaciais cotidianas dos demais sujeitos que habitam e circulam em tais locais. Quanto às limitações da pesquisa, destacamos a carência de literatura sobre o assunto e a dificuldade de incorporação e efetivação de reflexões de cunho crítico em dinâmicas de implementação de políticas públicas na área de estudo e de toda Orla do centro Histórico em decorrência da natureza burocratizante, tecnicista e não popular do planejamento oficial.

O PATRIMÔNIO NATURAL NO CONTEXTO DO COMPLEXO MANGAL DAS GARÇAS.

A natureza tem sido importante variável da reprodução capitalista do espaço de Centros Históricos ao ser imaginada como patrimônio cultural ou natural sem a evidência de conflitos, tensões ou contradições socioespaciais e ambientais. Na perspectiva de Henrique (2009) no plano de negócios a natureza expressa um alibi de fomento ao mercado do lazer, do turismo e de consumo de espaço. A natureza mercantilizada dá sentido à reprodução de espaços de turismo e lazer pagos nas cidades, pois “temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados e publicizados, como os *playgrounds*” (SANTOS, 2014. p. 64).

Trindade Jr. (2013) ao analisar o processo de renovação urbana no Centro Histórico de Belém que teve como recorte sócio-espacial o projeto “Estação das Docas” observou que cotidianidades de trabalhadores, moradores, consumidores e transeuntes locais foram ignoradas, sendo reforçada a gentrificação, pois o local tornou-se espaço de consumo alimentar de alto padrão e a natureza foi feitichizado como imagem cênica expressa pela paisagem da Bahia do Guajará seguindo a tendência global de *waterfront* (beira-mar). Ressalta-se que na perspectiva de Paes (2017) que a gentrificação representa um conflito espacial de consumo de novas paisagens urbanas e lutas de classes que se segregam por dinâmicas espaciais dissidentes.

Segundo Trindade Jr., nos anos 1990, o projeto “Estação das Docas”, juntamente com os projetos “Feliz Luzitânia” e “Mangual das Garças” representaram, exemplo maior, de segregação socioespacial em áreas do Centro Histórico de Belém ao serem direcionados ao

consumo de bens elitizados, tendo como fundo ou paisagens o imenso rio Guamá e a baía do Guajará. Neste sentido, para o autor apesar das intervenções estarem à beira rio, de buscarem construir uma “nova cidade” voltada ao rio, ignoraram a dinâmica ribeirinha, dos trabalhadores locais, moradores e de toda dinâmica urbana de Belém.

A abertura de “janelas para o rio” com visão para o rio Guamá no contexto de áreas do Centro Histórico de Belém tem sido fundamentada na reprodução de modelos mundiais de revitalização e requalificação de áreas portuárias, cujo projeto é conhecido como “waterfront” ou janelas para o rio que busca dar novos usos em espaços estratégicos e envelhecidos e ao mesmo tempo fomentar a geração de emprego e renda pela promoção de turismo. Para Barbosa (2016) o “waterfront” no contexto da orla de Belém tem sido marcado por contradições socioespaciais ao não considerar as dinâmicas sociais e espaciais locais e menosprezar a faceta ribeirinha que dá identidade ao Centro Histórico da capital paraense,

Dessa forma, o Parque Ecológico Mangal das Garças insere-se num contexto de revitalização do Centro Histórico de Belém, onde a natureza tem sido utilizada como principal atrativo de visitação, visto que no projeto estava previsto o “Memorial Amazônico de Navegação”, o uso do Farol de Belém, O “Viveiro das Aningas”, o restaurante “Manjar das Garças”, o “Mirante do Rio” as margens do rio Guamá, a apreciação e lazer nos lagos Cavername e Lago da Ponta, a “Fonte de Caruanas”, o borboletário e o “Armazen do Tempo” (PARÁ, 2019). As figuras a seguir revelam o interior do Mangal das Garças, o apreço a valorização natural (biodiversidade e recursos naturais) comuns da região Amazônica:

Figura 1 - Trapiche com Vista para a Foz do Rio Guamá, Mangal das Garças, Belém-Pa.



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Figura 2 – Foto Panorâmica do Mangal das Garças.



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

O Parque Ecológico Mangal das Garças buscam representar parte da história, memória e natureza de Belém. Símbolos regionais exaltam a identidade e cultura amazônicas. O projeto

ecológico enfatizou a sustentabilidade, a promoção do turismo e a cidade de Belém como pólo gastronômico nacional e internacional. É disponibilizado aos visitantes o consumo de produtos regionais através da aquisição de souvenir. As figuras a seguir destacam locais de consumo da gastronomia regional e de consumo de lembranças ou souvenir:

Figura 3 – Local da Gastronomia Regional



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021

Figura 5 – Consumo de Produtos via Souvenir



Fonte: Arquivo do Pesquisador, maio de 2021.

Choay (2017) critica a espetacularização e cenarização do patrimônio pela indústria cultural em que os espaços de memórias e culturas são comercializados como mercadorias. Para Lefebvre (1991) a requalificação de centros envelhecidos de cidades representa um *álibi* que incentiva o consumo de espaços e reprodução do capital pela ideologia do urbano.

Quando a natureza é projetada como “fuga” da cidade, como local de espetáculo da indústria cultural, do lazer e turismo elitizados, de práticas meramente consumistas e como invenção mercadológica imposta pela ideologia urbana, reforça a alienação espacial e os próprios sujeitos (Lefebvre, 2016).

Assim, a natureza no centro histórico de Belém foi incorporada como reunião de belas paisagens formadas pelo rio (Rio Guamá e Baía de Guajará) e como local de contemplação e como fuga da cidade dentro da própria cidade. As paisagens naturais (rios e florestas do outro lado das margens, os locais ribeirinhos) no interior e entorno do Centro Histórico de Belém acabaram por projetar o meio natural como subsistemas solidamente organizados pela burocracia e tecnocracia do solo urbano patrimonializado e turistificado para o lazer e reforça o que Santos (2013) denominou como meio artificial onde cada objeto cravado no urbano funcionaria como sistema de objetos e sistemas de ações espelhando e artificializando a dinâmica das cidades, das sociedades e da natureza, especialmente de metrópoles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à natureza enquanto projeto de direito à cidade caracteriza as utopias sociais voltadas à democratização de espaços urbanos, a luta pela cidadania, a moradia digna, ao habitar coletivo e uso do solo que nega o seu valor de troca. Assim, o espaço do patrimônio natural deve ser usado, apropriado, consumido e praticado democraticamente sem que esteja limitado ao consumo de paisagens de forma bestificada. Deve-se evitar a apropriação da natureza pelo Planejamento Estratégico como potencial voltado ao espetáculo, à valorização imobiliária e ao consumo de alto padrão.

Por fim, a pesquisa apresenta restrições quando a sua aplicabilidade ao criticar a ocupação alternativa, popular e democrática destes espaços, não servir aos interesses do planejamento oficial e por ser pensada utopicamente. Destacamos ainda, dificuldades quanto à disponibilidade de literatura especializada na apropriação do patrimônio natural em áreas de Centros Históricos, pois este tem sido preterido em relação a grande quantidade de trabalhos acadêmicos que abordam o patrimônio cultural (arquitetônico) no Centro Histórico de Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Camilla Souza. Análise da Estruturação Urbanística Recente da Orla de Belém/PA. Disponível em: <https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s09-03-barbosa-c.pdf>. Consultado em: dez. 2020.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. A vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. O Direito à Cidade; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345>. Consultado em: set. 2019.
- PARÁ. Mangal das Garças. Disponível em: http://www.paraturismo.pa.gov.br/vejamais_natureza/belem/mangal. Consultado em: Nov. 2019.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional. 5ªEd. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. O Espaço Cidadão – 7 ed., 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- TRINDADE JR., S-C. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. Espaço e Geografia (UnB), v. 16, p. 483-513. Recebido 15 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/download/266/191>. Consultado em: ago. 2019.



GT 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

EXPERIÊNCIAS DE TURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES¹

Juliana Hamoy²

Flávio Henrique Lobato³

Mirleide Char Bahia⁴

INTRODUÇÃO

O turismo é constantemente associado à economia gerada ao lugar de destino, fator que tem sua relevância. Mas o turismo acontece não apenas para dinamizar a economia, e sim pela aventura (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004). O turismo, como atividade que utiliza a variedade de ecossistemas e paisagens para sua existência, transforma espaços em potenciais destinos turísticos. A Amazônia, a exemplo, por se tratar de uma região expressa por particularidades, se configura como um relevante destino turístico, no qual pessoas de diferentes lugares buscam ter novas experiências. Nessa região, a prática do turismo ocorre com frequência em áreas que são instituídas legalmente como Unidades de Conservação (UC) (BRASIL, 2000).

As UC no Brasil não foram criadas para atender especificamente uma demanda turística, porém, dependendo de sua categoria (uso sustentável e proteção integral) podem receber visitantes. Essa prática, além de contribuir com o aumento de oportunidades econômicas, também corrobora com a proteção do patrimônio natural e cultural, bem como com a melhoria da qualidade de vida (TAKAHASHI, 2004).

As Florestas Nacionais (FLONA) são UC de uso sustentável, “[...] com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

² Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, PPGDSTU/NAEA/UFPA, julianahamoy@gmail.com.

³ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, PPGDSTU/NAEA/UFPA, flaviohslobato@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Socioambientais (NAEA/UFPA), Docente do PPGDSTU /NAEA/UFPA, mirleidebahia@gmail.com.

múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica”, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000, s. p.). A visitação pública é permitida, porém é condicionada às normas de uso do plano de manejo.

Assim, a partir de uma abordagem social, este estudo, ainda em andamento, tem por objetivo refletir sobre as experiências de turistas na FLONA do Tapajós e a importância dessa UC para visitação. Metodologicamente, a pesquisa tem sido realizada a partir de estudos teóricos, documentais, entrevistas semiestruturadas e formulários via *google forms*. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro pré-formulado de oito perguntas e foram organizadas da seguinte forma: ao abordar os possíveis informantes, foi perguntado se estes tinham disponibilidade de tempo para uma entrevista via aplicativo de mensagens “*whatsapp*”.

Dentre os 13 informantes, apenas 4 se disponibilizaram para uma entrevista via áudio. Os demais participaram da pesquisa a partir do preenchimento do formulário, com questões abertas e de múltipla escolha. A coleta de dados com os informantes aconteceu entre os meses de setembro e outubro, sendo realizadas junto a pessoas que praticaram atividades de lazer e turismo na FLONA. Cabe pontuar que um dos entrevistados, além de praticar lazer na FLONA, atua como organizador de atividades ciclísticas que acontecem na FLONA. Os formulários, dado o andamento da pesquisa, foram até o momento preenchidos por 9 pessoas.

PRIMEIROS CONTATOS, PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O CAMPO

Embora o turismo seja uma experiência provocada pela viagem (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015), não é apenas o deslocamento que o define. As experiências socioculturais produzidas e possibilitadas pelo traslado em um dado tempo/espaço social são igualmente fundamentais, uma vez que os turistas são sujeitos essenciais para que a atividade ocorra. Entrementes, com a disseminação de lógicas globais de consumo, o turismo tem sido concebido como uma experiência compensatória que possibilita um “anticotidiano”: uma alternativa que se polariza ao cotidiano corrido e estressante das grandes cidades. A vida moderna, ao mesmo tempo que cansa os indivíduos, se utiliza também dessa fadiga para comercializar práticas de lazer e turismo, com a promessa de quebrar da rotina e de degustar dos prazeres e *status* que essas experiências oportunizam (KRIPPENDORF, 2001), principalmente quando associadas à natureza.

A possibilidade de acessar uma UC é capaz de facilitar a compreensão do ser humano sobre a importância de preservação da diversidade biológica, o que pode

contribuir para o equilíbrio ambiental. O acesso de visitantes à uma UC possibilita a proteção do patrimônio natural e cultural, de modo que protege os processos ecológicos, auxilia a desenvolver mecanismos de financiamento para UC, cria valores econômicos e protege recursos que não seriam percebidos pela comunidade local de outra forma, assim como transmite valores de conservação por meio da educação e interpretação ambiental (TAKAHASHI, 2004). Ademais, contribui com a melhoria da qualidade de vida a partir da promoção de valores estéticos, espirituais e de bem-estar; apoia a educação ambiental para visitantes e comunidade local; estimula o desenvolvimento da cultura, artes e artesanato; aumenta o nível educacional da comunidade local e do visitante; e estimula a comunidade a valorizar sua cultura e ambiente regional (TAKAHASHI, 2004).

Para melhor compreender sobre essas experiências, foram ouvidos 13 turistas que visitaram a FLONA entre 2018 e 2021. Os informantes eram oriundos de: 04 de Belém (PA), 03 de Santarém (PA), 01 de Itaituba (PA), 01 de Castanhal (PA), 01 de Araraquara (SP), 01 de Santana de Parnaíba (SP), 01 de São Paulo (SP) e 01 de Brasília (DF).

A primeira pergunta aberta aos turistas foi sobre a motivação para visitar a FLONA. As respostas se concentraram na mesma linha de pensamento, qual seja: “explorar a região”; “as belezas do local” e “querer ver a natureza” foram as principais respostas. Tais frases certamente estão atreladas a pelo menos duas narrativas: 1) de aproximação e/ou conexão com a natureza e a ancestralidade dos povos da floresta e 2) das experiências veiculadas nas redes sociais, criando uma imagem “*instagramável*”⁵ sobre esses locais, tidos como “oásis” ou “paraísos”.

Nessa direção, em outra pergunta, se questionou o que as práticas de lazer e/ou turismo na FLONA despertam e qual a importância dessas práticas nesse espaço. As respostas foram “Conhecer mais o Brasil” e “Muito importante, pois visa proteger a floresta e gerar renda para a população que reside no entorno”. Nas palavras dos informantes, considerando os parâmetros da sustentabilidade, o turismo

[...] poderá ser um dos alicerces para a preservação do patrimônio natural e cultural da FLONA e incentivará sua conservação trazendo recursos/bem estar para a comunidade que ali vive e este tipo de turismo forma uma consciência ambientalista nos turistas.

Ao se considerar que no turismo a qualidade da experiência depende da infraestrutura, buscou-se saber qual avaliação dos interlocutores sobre a estrutura da

⁵ O termo “*instagramável*” se configura como um neologismo criado contemporaneamente, para designar características estéticas e comportamentos de usuários das redes sociais, especialmente, o *Instagram*. São comportamentos, ambientes e estéticas construídos, intencionalmente, para serem registrados em fotos e em vídeos curtos e, então, demonstrar o ideal de vida feliz (SALAZAR, 2017).

FLONA para a prática do lazer. Com as opções de respostas sendo “Boa”, “Razoável” e “Ruim”, 55,6% dos informantes avaliaram a estrutura como “Boa”, para 33,3% como “Razoável” e para 11,1% a estrutura foi considerada “Ruim”. Para uma informante,

É necessários os moradores terem acesso à internet. A falta de pagamento em cartão restringe muito o turismo. Não somos informados que devemos carregar dinheiro o tempo todo. Todas as pessoas são gentis e prestativas, mas deixei de comprar mais artesanato pela falta de opção de pagamento como cartão ou pix”.

Sobre a utilização de algum serviço oferecido pelas comunidades: 77,7% deles informaram o consumo de alimentos e bebidas e passeios ofertado pelos comunitários da Jamaraquá e/ou São Domingos, 11,1% utilizou serviço de condutor de trilhas e 11,1% respondeu que o transporte foi fornecido pelos comunitários no sentido Santarém até a FLONA. Sobre os serviços prestados, 77,8% dos turistas avaliaram a prestação de serviço como “Boa” e a os outros 22,2% apontou como “Razoável”. Sobre algum tipo de sensibilização quanto à educação ambiental para adentrar na FLONA, 55,6% responderam que sim, e 44,4% disseram que não. Nessa pergunta, um entrevistado justificou que a ausência de alguma atividade de educação ambiental foi a maior fragilidade percebida na atividade turística na FLONA.

Dentre as principais dificuldades citadas, o acesso a FLONA, e mais especificamente às comunidades, foi destacado com recorrência. Isso porque existem inúmeras placas de acesso à FLONA, mas ao chegar dentro de seus limites não há sinalização quanto ao direcionamento das comunidades. Na fala de uma das entrevistadas, ela afirma que “[...] tem dificuldade de acesso por falta de placa. Tem várias entradas. Mas não tem placas de localização das comunidades.” Outro ponto citado foi sobre a estrutura básica para atender os visitantes. Na fala de um informante, ele afirma:

Sentimos um pouco a falta de estrutura básica para turistas. Inclusive, apesar do nosso passeio ter sido agendado com antecedência, tivemos a notícia ao chegar de que não havia guia para nos conduzir. [...] A impressão que ficou é de que não existe ainda uma organização efetiva para essa espécie de turismo na região.

Em contrapartida, outro informante ainda que reiterando a desorganização, afirmou que todos da comunidade (Jamaraquá) foram muito solícitos e simpáticos, disponibilizando até uma rede para descanso após o almoço e antes do retorno.

A experiência de cada viajante é sempre singular, porém algumas percepções se mostram similares. Ao viajar, o turista pode consumir inúmeros serviços, os quais contribuem para essa experiência ser positiva (ou não). No tocante às experiências relatadas sobre o turismo na FLONA do Tapajós, pode-se compreender que apesar de as

muitas fragilidades de estrutura e planejamento, o destino se mostra potencial para desenvolver mais a atividade turística.

Nas palavras de um informante: “A gente percebe que tem alguns problemas de organização, mas a imensidão daquele espaço, daquela natureza, faz a gente nem perceber mais nada”. Ao mesmo tempo que outro informante afirma que: “É uma experiência de imersão na alma do planeta. Uma forma de se conectar com o nosso patrimônio, nossa biodiversidade e apoiar as comunidades locais no trabalho de preservação e conscientização ambiental”, outro aponta que “Acredito que falta muito investimento em turismo na região.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as UC, no que toca à prática do turismo, são espaços que permitem e, de certo modo, induzem uma amplitude de entendimento sobre a realidade em que vivemos. São espaços a serem valorizados mantidos e respeitados tanto pela questão ambiental quanto social. Para além da necessidade de investimento na infraestrutura local e turística da FLONA, a visitação pode contribuir como uma educação ambiental, que, a partir dessa experiência, é possível que o visitante se mostre mais sensível não apenas às problemáticas ambientais, mas também ao resguardo de áreas protegidas.

Palavras-chave: Turismo. Unidades de Conservação. Floresta Nacional do Tapajós.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF, 2000.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, N. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, N. AZEVEDO, F (Org.). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo.** Belém: NAEA/UFGA, 2015

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. de M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos cadernos NAEA**, v. 7, n. 1, 2004.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SALAZAR, M. M. O instagramável: estética e cotidiano na cultura visual do Instagram. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., Curitiba, 2017. Anais [...],* Curitiba: INTERCOM, 2017. p. 1-15.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. out. 2004.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

CCC – CHIQUITA, CÍRIO E COVID: DEVOÇÃO, LAZER E ECONOMIA POPULAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Bartos Batista Bernardes¹

INTRODUÇÃO

Considerada uma das maiores manifestações religiosas do Brasil e do mundo, o Círio de Nazaré é uma festa plurissecular que ocorre anualmente no segundo domingo do mês de outubro em Belém, capital do Estado do Pará.

A magnitude do Círio é inexplicável, sendo difícil expressar por meio de palavras todos os aspectos emocionais de energia e devoção que orbitam sobre a festa, sobretudo pelas diversas festividades não necessariamente religiosas que permeiam o evento maior, a exemplo do Auto do Círio e da Festa da Chiquita, consideradas o lado profano dessa manifestação católica.

Aqui apresento alguns dados parciais da pesquisa que está em andamento sobre a Festa da Chiquita no contexto do Círio de Nazaré, tendo como norte a economia popular que atua nesses eventos e as implicações da pandemia sobre esse segmento tão importante no contexto brasileiro. Fontes jornalísticas, pesquisa de campo e referências de artigos relacionados às temáticas serão utilizadas neste estudo essencialmente bibliográfico.

Embora a Festa da Chiquita, em aspectos como tempo de duração, público e visibilidade, seja bem menor se consideramos o contexto geral do Círio, ela por si só pode

¹ Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e Professor do Instituto Federal do Piauí – IFPI.

representar um importante movimento socioeconômico, político e cultural na estrutura da cidade.

Como um evento da diversidade, ela também se torna palco para proliferação da Economia Popular, onde centenas de pessoas tem a chance de garantir uma rentabilidade extra, o que pode desempenhar um papel significativo para a conjuntura familiar de cada um.

Ocorre que em 2020, com o avanço do vírus da COVID-19, essas festas foram alteradas de modo pujante, não podendo ser realizadas de modo a evitar qualquer tipo de aglomeração, tendo, como alternativa, de serem realizadas modo apenas virtual, fato que se repetiu neste ano de 2021.

A não realização dessas festas, além de barrar um forte movimento cultural e de lazer, impactou seriamente a realidade belenense, em razão do potencial econômico que elas possuem, já que parte significativa da cidade depende objetivamente de uma demanda turística.

Nessa cena, a Economia Popular ganha destaque, principalmente pelos incontáveis vendedores ambulantes que se apropriam desses importantes momentos para fazer uma renda extra. Adicionalmente, essa economia destacou-se também como uma válvula de escape às necessidades urgentes que foram surgindo em função do agravamento do desemprego gerado pela pandemia, o que aprofundou o abismo sob o qual milhares de trabalhadores já se encontravam.

Conforme Diniz, Silva e Guerci (2020), o avanço da pandemia gerou efeitos imediatos sobre a economia popular urbana, sobretudo por envolver atividades com difícil substituição de atividades presenciais por não presenciais. Um dos vendedores² atuantes no Círio 2021 ressaltou a perda enorme de recursos em 2020 e 2021, sacrificando projetos pensados em função dessa renda extra que não se concretizou.

A não realização da Festa da Chiquita em seu local habitual que é na Praça da República reforça esse impacto negativo na arrecadação dos vendedores ambulantes. Uma vendedora que atua nessa Praça afirma que sua venda é elevada durante a Chiquita, sobretudo de bebidas como água e cerveja, responsáveis por uma boa lucratividade, já que é um público que consome bastante e que faz uma enorme falta não só para ela, mas para tantos outros colegas que não tiveram a oportunidade de atuar neste ano de 2021.

² Vendedor ambulante entrevistado durante a pesquisa de Campo no período do Círio 2021.

Araújo e Brandão (2021) esclarecem que os trabalhadores informais foram um dos segmentos mais afetados na pandemia, que agudizou uma precarização já existente, lembrando que constituem um perfil que não contam com proteção social.

Pantoja (2006) explica que o Círio propicia uma oportunidade privilegiada para o mercado circular, fato que faz o comércio da cidade ter o segundo maior faturamento do ano. Daí a razão pela preocupação com a não realização desse importante evento em dois anos consecutivos, prejudicando uma variedade de segmentos como de refeição, hospedagem, transportes, artesanatos, souvenirs, bebidas e lanches. A crise provocada pelo novo coronavírus fez com que o turismo paraense perdesse 400 estabelecimentos (VILARINS, 2020).

Em face desse quadro, Sandra Caponi (2020, p.216) retrata que é fundamental ofertar linhas de apoio financeiro às famílias que dependem da economia popular ou informal, já que tais trabalhadores vivenciam o desamparo social e a ausência de estratégias de proteção, tendo que lidar com uma hiperburocracia que multiplica os obstáculos, a solidão e o abandono num dos países mais ricos do mundo, que é o nosso.

Visando minimizar os efeitos sombrios ocasionados pela Pandemia, Belém foi contemplada com três programas: O “Bora Belém”, o “Renda Pará” e o “Incentiva + Pará”. O Bora Belém, de abrangência municipal, é fruto de uma parceria entre os governos do Estado e do Município com foco prioritário a cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Os outros dois fazem parte de uma ação do governo estadual, sendo o Renda Pará destinado a quem recebe incentivos do Governo Federal e o Incentiva + Pará voltado para os empreendedores individuais que foram prejudicados por força da crise sanitária, inclusive vendedores ambulantes, desde que estes comprovem possuir inscrições ativas no Cadastro Nacional da Pessoa jurídica (CNPJ) e no sistema da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), razão pela qual os empreendedores que atuam na informalidade não poderão ser contemplados, ficando restritos a possibilidade de inserção nos dois primeiros programas aqui mencionados, cujas ajudas financeiras apresentam montantes bastante inferiores³.

Mesmo com todas as restrições, a procissão informal do Círio colocou 100 mil indômitos fiéis nas ruas em 2020, número esse que saltou para 400⁴ mil em sua 229ª realizada

³ Os comerciantes registrados fazem jus a uma ajuda de R\$ 2.000, enquanto os desprotegidos se inserem em programas com benefícios entre R\$ 150 e R\$ 400, no máximo.

⁴ G1 Pará. Reportagem de 10 Out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2021/noticia/2021/10/10/fotos-veja-imagens-do-domingo-de-cirio-de-nazare-2021-em-belem.ghtml>.

no dia 10 de outubro de 2021. A elevação desse quantitativo se deu em razão da confiança gerada pela imunização de parte significativa da população, ocorrendo mesmo sem qualquer incentivo da organização do Círio, visto que assim como no ano anterior, a programação seguiu novamente online.

A Festa da Chiquita, grande símbolo de celebração da diversidade em Belém, teve sua 43ª edição realizada no Museu dos Povos, de modo presencial, mas com limitação de 200 participantes no local (CARNEIRO, 2021). A festa, além da parte lúdica e de discursos em prol do combate ao preconceito, contou ainda com uma feira de produtores LGBT⁵, comercializando itens como camisetas com cores do arco-íris, livros com temáticas específicas, além de comidas típicas e adereços. Vendedores ambulantes estiveram presentes em frente ao local negociando lanches e bebidas, as mais variadas.

Mesmo com um número maior de participantes em relação a 2020, os benefícios gerados pelas festas ficaram bem aquém do que costumeiramente acontecia em anos anteriores à pandemia. Dada a importância desses eventos e de suas múltiplas contribuições, esperamos que na edição de 2022, tudo possa transcorrer dentro da normalidade, como sempre ocorreu, oferecendo oportunidades plausíveis para os incontáveis devotos, brincantes e vendedores informais que fazem dessas festas, oportunidades únicas de dialogarem através de suas expressões culturais, sociais e econômicas de forma tão importante e significativa, exaltando as particularidades e riqueza de um povo exuberante como é o amazônico.

Palavras-chave: Chiquita, Círio, Pandemia, Economia Popular, Lazer.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. (2021). TRABALHO E RENDA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL. **Revista Prâksis**, 2, 96–111.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Pandemia pela Covid-19** • Estud. av. 34 Mai-Ago, 2020.

CARNEIRO, Taymã; G1 PA, site oficial. **Tradicional 'Festa da Chiquita' será no Memorial dos Povos**, em Belém, anuncia Eloy Iglesias. 27/09/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/29/tradicional-festa-da-chiquita-sera-no-memorial-dos-povos-em-belem-anuncia-eloy-iglesias.ghtml>. Acesso em 15 out. 2021.

DINIZ, Sibelle Cornélio, SILVA, Gabrielle Lima, GUERCI, Mariana Rodvalho. Economia Popular Urbana e o COVID-19: Desafios para a região metropolitana de Belo Horizonte. Nota Técnica. **Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Colmeia Solidária**, CEDEPLAR, UFMG, Belo Horizonte, 2020.

⁵ Pesquisa de campo em 09 de outubro de 2021.

VILARINS, T. Pandemia fecha 400 empresas de turismo no Pará. **O liberal**. Belém, ano 74, n. 36.601, 11 Out. 2020. Panorama, p. 6.



POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

CHIRRADA, PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA E LAZER – DO ESPIAR¹ AO ABICORAR² - COM AS CRIANÇAS NO CONTEXTO MARAJOARA

Patrícia do Socorro Chaves de Araújo³
Luiza Fraga Tostes⁴

INTRODUÇÃO

O termo “chirrada” é um conceito em construção que se refere a um conjunto de saberes das águas, sendo expressos nas culturas infantis de movimento, os quais são tangenciados por uma travessia sócio-histórica por parte de sujeitos com seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés; de matas, enquanto expressões materiais e simbólicas. Assim, o termo situa-se a partir das relações identitárias de uma realidade na dinâmica amazônica, que ocorre a partir dos corpos brincantes nas águas, ou seja:

O rio é a rua, e o quintal é o espaço da interlocução de vivências de uma geração que brinca de nadar no rio, subir na árvore, pular da ponte no rio, [...]. Traduzem, afirmam e recriam formas culturais por meio da linguagem, aliás, expressam pela oralidade todo o conhecimento e sabedoria que aprendem desde cedo. (POJO; VILHENA, 2013, p. 143)

Em um plano mais identitário, o termo sinaliza também um modo de vida que valida uma territorialidade de povos tradicionais em terras amazônicas, os quais simbolizam e

¹Espiar é um modo de falar do lugar. Traz o significado de apreciar as coisas nas entrelinhas, o dar atenção, o olhar à espreita, o deleitar-se no tempo sem pressa. Em analogia com os estudos de Loureiro (2015). O verbo espisar pode significar leituras de mundo, já que na condição de “caboclo amazônico, na sua jornada diária, seja na caça, na pesca, nas viagens, vive a doçura obcecante do olhar”. O espisar é fonte de observação (LOUREIRO, 2015, p.147).

²Conforme o Glossário de termos e expressões paraenses e marajoaras, significa: “. Ficar por perto, observar. Também usado por quem joga bola de gude (peteca) estratégia para ficar perto da peteca do adversário. (LADISLAU et all, 2021, p. 7)

³Doutoranda no Programa Associado UEM/UDEL de Pós-Graduação em Educação Física. Membro do GEL - Grupo de Estudos do Lazer E-mail: patriciadaraujo@hotmail.com

⁴Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Naif-. Apoio financeiro FAPES 013/2021.E –mail: lufragatostes@gmail.com

cultivam suas interações, deslocamento, vivências, saberes, a fim de manter suas identidades e cosmovisões, tal qual buscamos situar aqui as construções das crianças e suas infâncias.

Essas construções são expressas pelas crianças através das Práticas Corporais de Aventura na água, considerando o protagonismo infantil, ou seja, as crianças construtores e agentes de suas próprias práticas, importantes na sociedade, pois são capazes de transformar e reinventar o mundo em que vivem. Essas práticas têm impacto diretamente na comunidade, pois faz parte da cultura e do turismo local sendo a água o lugar de lazer das crianças em seu cotidiano.

Tratar sobre lazer com criança na Amazônia, é ter compreensão dos desafios que esta região apresenta para as políticas públicas, entendendo que o lazer, como dimensão da cultura é uma construção social, que se relaciona a partir de quatro pontos: o espaço lugar, as manifestações culturais, as ações ou atitudes fundamentadas no lúdico e o tempo” (RIBEIRO et al, 2021), assim, precisamos olhar as crianças, como sujeito de direitos, como representantes da cultura, de modos particulares de ser criança e expressão de diferentes infâncias.

Apesar de nosso país ter integrado à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Congresso Nacional, em 13 de julho de 1990, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 4º e no inciso IV do artigo 16º, são direitos da criança e do adolescente poder brincar e se divertir, e dever da família, da sociedade em geral e do poder público tornar esse direito realidade, no entanto, muitas vezes, o direito ao lazer e à cultura são deixados em segundo plano e perdem lugar na garantia dos direitos infanto-juvenis.

Percebemos a lacuna no reconhecimento de diferentes vozes presentes no campo da pesquisa ‘com crianças’ (com orientação teórica no campo da Sociologia da Infância e da Sociologia do Cotidiano) em espaços não formais (região do Marajó), focalizando a questão de participação e voz das crianças. Lembrando que, no caso das crianças - em especial as pequenas -, essa voz não é nem só nem necessariamente verbal, devendo o pesquisador se abrir para a escuta e a observação das suas diversas formas de expressão (SARMENTO, 2007).

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Trata-se de uma etnografia sensorial (MITCHELL, 2011), como possibilidade de construção de novos meios metodológicos e tecnológicos para captar formas de

expressividade das crianças. O estudo nasce na disciplina Prática Corporal de Aventura e Infância⁵apresenta uma investigação que previu formas de participação alternativas das crianças, envolvendo fotografias, sons e falas, visando captar a prática sócio cultural das crianças, considerando a participação das crianças na pesquisa e ouvir o que elas têm a dizer sobre seus modos de pensar e agir. Considerando o Marajó como lócus da pesquisa, buscamos identificar os múltiplos locais de observação e participação para compreender o fio condutor da investigação.

Este método requer que o investigador entre, seja aceito e participe nas vidas daqueles que estuda. Neste sentido, a etnografia implica, por assim dizer, ‘tornar-se nativo’. Estou convencido de que as crianças têm as suas próprias culturas e eu sempre quis tornar-me parte de e documentá-las. Para fazer isso eu precisei entrar nas vidas quotidianas das crianças - para ser uma das crianças o melhor que pudesse (CORSARO, 2005, p. 446)

Desta forma, as imagens e falas analisadas são com as crianças e não sobre as crianças, considerando serem as mesmas sujeitos das investigações, que dialogam com os pesquisadores e apresentam suas percepções de vida e de mundo. Aqui identificados C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7.

Participaram desse processo, sete crianças, com idades entre seis a 11 anos. Os dados foram produzidos por meio da observação participante e registrados em diário de campo, iniciada no segundo semestre de 2020, a presente pesquisa situa-se em contextos diferentes da região do Marajó⁶, tomando como recorte o município cujo o município de Melgaço⁷ no Pará,

BRINCAR NAS ÁGUAS: O CONTEXTO DAS PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA

Situada a pesquisa basicamente pelo cotidiano das águas, uma criança, faz o convite: *Vamos brincar lá perto da travessia (C4)*, olho e entendo que a travessia se refere no meio do rio, e as outras crianças seguem o convite para interagir com brincadeiras que acontece em meio ao curso d’água próximo ao trapiche. Paro e observo que se deslocam para um tronco de árvore no meio do rio de lá, iniciam um brincar coletivo, subindo e saltando.

⁵Disciplina ministrada na parceria entre Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tendo como ministrantes os Professores Giuliano Gomes de Assis Pimentel e André Mello coordenadores respectivamente dos grupos de pesquisa NAIF e GEL, os quais agradecemos as reflexões, gratificante processo na nossa formação e orientações.

⁶O território do arquipélago do Marajó, com 104 606,90 quilômetros quadrados, é dividido em dezesseis municípios, no estado do Pará.

⁷Melgaço (Pa), encontra-se situado no Arquipélago do Marajó, tem uma população estimada em 2020 de 27890 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De onde observo, as crianças, para vivenciarem suas criações lúdicas e regras nos brincares, estabelecem relações diretas com a natureza, perpassam pelas interações vividas entre elas, numa perspectiva de trocas e de convivências consigo, com o outro e com o meio. Escuto: *Ei é chirrada?* (C3). Me chama atenção a expressão chirrada e me arrisco, porém antes surgem pensamentos: Deixo a bolsa aqui na areia? Levo o celular? É muito fundo? Tem arraia? (Interrogações de alguém que mesmo amazônida, percebe alguns riscos),. Entro de calça legue, camisa, roupas nada adequadas e me aproximo do tronco da árvore. Oi, como é nome dessa brincadeira? Três saltam do tronco e dos galhos maiores como se quisessem me mostrar os malabarismos que nesse brincar se pode fazer. Apenas um responde. É chirrada (C4) eu logo faço outra pergunta e o que é chirrada? Um outro garoto surge do meu lado, vindo submerso e diz: É brincar aqui, é pira, e tem que pular e nadar também (C5). Um chega e diz para o (C5) peguei, é tu a mãe (C3). E ele responde: Não vale, tava falando aqui com a mulher (C5) e acho graça, e parece recomençar, pulos, subida no tronco e nado. As “vozes” das crianças sobre do que brincam perpassa claramente pelo olhar cultural delas mesmas, voltado ao que compreendem como o “espaço” de seus brincares.

Depois de um tempo quando parece ser um tempo de descanso, me permito ousar de novo a perguntar. Não dá para brincar na praça? Fica um silêncio por um minuto até que escuto qual praça? A praça da João 23 não tem brinquedo (C5); A praça da igreja tem; (C3) É mais não presta, é tudo quebrado (C1), pela primeira vez se expressa em palavras. Apesar da sociedade moderna considerar a infância como lugar privilegiado da brincadeira, observamos poucos debates realizados sobre, os espaços e a gestão do risco, lazer e a infância e políticas de acesso ao brincar.

Melgaço (Pa) apresenta duas praças citadas pelas crianças o que nos fez caminhar até as mesmas, entendendo que as praças públicas, são espaços que poderiam ser usados para as atividades de lazer e de socialização da população ao ar livre, entretanto, por vezes, as inadequações de seus projetos urbanísticos, a falta de manutenção, e outros processos sociais envolvidos não são compatíveis e favoráveis ao cumprimento de suas reais funções. E nesse processo as crianças e brincar acabam sendo esquecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses breves relatos, percebemos como as práticas corporais de aventura na água fazem parte do lazer e do cotidiano dessas crianças, mostrando as diversidades socioculturais da região, onde a criança tem voz ativa expressas no brincar. Podemos identificar, por meio

de diferentes processos comunicativos, e de uma escuta sensível para as linguagens das crianças, expressas de diversas maneiras, novas possibilidades de políticas públicas de lazer na Amazônia.

Nesta perspectiva, a concepção de criança e infância é social e histórica, sendo as crianças vistas como sujeitos socioculturais, que enfatiza a importância de estudos a par da interface do brincar e das práticas corporais de aventura e lazer na Amazônia. Assim se torna possível uma melhoria na gestão das políticas públicas de lazer a partir do olhar infantil que também é parte da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069/90, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 13 de julho de 1990.
CORSARO, William. **Entrada no Campo, Aceitação e Natureza da Participação nos Estudos Etnográficos com Crianças Pequenas**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005

CORRÊA, Liciane; BADARÓ, Luiz Fernando; SOUZA, Juliano; PIMENTEL, Giuliano. Revista Humanidades & inovação. v. 7 n. 10 (2020): **A escolarização da Educação Física no Século XXI: desafios contemporâneos**. Disponível : <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2893>. Acesso: 14 de out. 2021.

LADISLAU, Claudiane da Silva; OLIVEIRA, Adriana Corrêa; GUEDES, Ana Célia Barbosa; **Glossário de expressões marajoaras**— Breves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Breves, 2021.

LOUREIRO, J. de J. P. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4ªed. Belém/PA: Cultural Brasil, 2015.

MITCHELL, Claudia. **Doing visual research**. London: Sage, 2011.

POJO, Eliana Campos; VILHENA, Maria de Nazaré. **Crianças ribeirinhas da Amazônia paraense**. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Org.). *Infâncias do campo*. Belo Horizonte: Autêntica editora, p. 135-148. (Coleção Caminhos da Educação no Campo)2013.

Ribeiro, S. presciliana, Coelho, L., Medina, A., Isayama, H., & Stoppa, E. (2021). **Lazer de crianças brasileiras: análise sobre o direito ao lazer**. *Interfaces Científicas - Humanas E Sociais*, 9(2), 71–86. Disponível : <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9458> Acesso: Acesso: 14 de out. 2021.

SARMENTO, Manuel. **Visibilidade Social e Estudo da Infância**. In: SARMENTO, Manuel; VASCONCELLOS, Vera (Org.). *Infância (In)Visível*. Araraquara: Junqueira e Marin, P. 25-49.2007.

*Palavras-chave: Chirrada*1. *Criança*2. *Praticas Corporais de Aventura*3. *Lazer*4. *Amazônia*5.



GT 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA NATUREZA NA CIDADE - BOSQUE RODRIGUES ALVES, BELÉM/PA

Silvia Laura Costa Cardoso¹

Palavras-chave: Gestão. Jardins Históricos. Políticas Públicas. Amazônia. Patrimônio.

INTRODUÇÃO

Na medida em que as cidades se transformam, os espaços públicos verdes urbanos passam a desempenhar um valioso papel na conservação do meio ambiente. Os jardins botânicos abrigam uma rica biodiversidade, paisagens e culturas, retratadas em seus “monumentos vivos”. São importantes tanto em aspectos estéticos quanto por oferecer um ambiente agradável nas *urbes*, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos.

Quanto aos usos e funções, esses espaços são destinados ao descanso, à contemplação da natureza, a educação ambiental, a cultura, ao lazer e ao turismo. No que concerne à forma histórica, um jardim histórico não reúne apenas dados espaciais, mas também temporais, por registrar testemunhos do passado vivido pelos seus visitantes, ao resgatar memórias da infância, adolescência e testemunhos de um presente, ao constatar o descaso dos gestores na falta do cuidado em conservar o espaço público para as futuras gerações.

O objetivo deste estudo é entender como se configura o processo de gestão no jardim zoobotânico, a partir da categoria patrimonial “jardim histórico”, a fim de entender as relações entre

¹ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Sociambiental, PPGDSTU/NAEA/UFPA, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Turismo, Cultura e Meio Ambiente, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Email: silvialaura19@gmail.com. Este estudo é um recorte de pesquisa doutoral, cujo objetivo foi analisar os processos de gestão implementados nos jardins botânicos urbanos e sua intermediação nas relações socioambientais em Belém do Pará.

natureza, educação ambiental, história, lazer, turismo e cultura que dialogam com o imaginário amazônico.

Analisa-se aqui o caso do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), patrimônio natural de Belém do Pará desde o século XIX até os dias atuais. A escolha deve-se a importância socioambiental desse espaço público urbano, que cumpre um importante papel, pois concentra em uma área de 15 hectares, no núcleo central da cidade, as funções de jardim botânico, zoológico, e jardim histórico, esta última representada através do patrimônio cultural identificados nos monumentos arquitetônicos que retratam a história, os mitos e as lendas amazônicas.

A pesquisa foi qualitativa e baseada em estudos exploratórios que em termos teóricos envolveu questões sobre a gestão deste espaço público, com levantamento bibliográfico e documental. Aborda os conceitos de jardim histórico, patrimônio e jardim botânico.

NATUREZA NA CIDADE – O CASO DO BOSQUE RODRIGUES ALVES

Nos jardins, natureza e cultura se mesclam e qualificam seus usos, particularmente, em jardins urbanos, retratos da relação do cidadão com a natureza, fato cada vez mais raro, devido ao “engessamento das cidades” ocasionado pelo processo acelerado de verticalização. Neste sentido, espaços públicos urbanos como o Bosque Rodrigues Alves são dinâmicos e se associam de maneira diversa, criando composições próprias. Além do contato com a natureza na cidade, são lugares de representação do imaginário, onde podem ser interpretadas as lendas, os símbolos, os mitos ou os rituais.

Os jardins botânicos são espaços vivos, abertos ao público e diferenciam-se dos parques e demais espaços verdes urbanos, como por exemplo, as praças e os hortos, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo e a interpretação ambiental. Além desses usos e funções, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela importância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionar bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV; SIZYKH, 2006).

A importância e a necessidade da proteção de jardins possibilitaram um cenário de mudanças e oportunidades, particularmente, no final da década de 60 do século XX, culminando em 1981, com a publicação da Carta de Florença, que fixou uma proteção específica para os

jardins botânicos - os “jardins históricos” - sendo o principal documento norteador das ações implementadas pelos países em relação à proteção desses lugares (ICOMOS, 1982).

No dizer de Silva e Carvalho, 2013, a extensão do conceito de patrimônio, na segunda metade do século XX, marca outras dimensões que superam o monumento edificado, e se estende ao interesse por paisagens, sítios e monumentos naturais até os jardins que entre as civilizações e as sociedades formam documentos culturais e históricos de grande importância, fundamentais na preservação e fortalecimento da identidade coletiva e da memória cultural de uma sociedade. Os jardins históricos representam a forma da relação do ser humano com a natureza. Seus usos, outrora, incluíam os antigos jardins desenvolvidos para o ensino de medicina (alguns tinham propósitos religiosos) (WYSE-JACKSON, 1999 *apud* BGCI, 2001).

No Brasil, o documento norteador para a preservação dos jardins históricos é a Carta de Jardins Históricos Brasileiros ou Carta de Juiz de Fora, elaborada no I Encontro de Gestores de Jardins Históricos, em 2010, realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Esta Carta, classifica jardim histórico como:

“Sítios e paisagens agenciados pelo homem, como por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, quintais, jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros” (FCRB, 2010).

O termo preservação engloba todas as ações que visam salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Neste cenário, o Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia, reúne elementos patrimoniais que qualificam suas funções na cidade. Dentre as classificações de jardim delineadas pela Resolução CONAMA nº 339/2003, este possui diferentes acepções - jardim botânico, jardim zoológico e jardim históricos.

O Bosque Rodrigues Alves é um espaço público de grande significação para a população belenense, por se constituir em patrimônio material e imaterial da cidade². Essa significação foi

² O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado pela Lei Estadual nº. 4.855, de 03.09.1979, alterada pela Lei 5. 629, de 20.12.1990, a qual dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, Tombos N°s. Um e Três, Processo nº. 0505, de 16.03.1981, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), de 01.11.1982. Ressalta-se que o tombamento municipal data de 18.05.1994.

construída historicamente e de forma imbricada com a vida da cidade tornando-se uma espécie de síntese de sua cultura. Cumpre um importante papel no que concerne à preservação dos recursos naturais amazônicos, por meio de ações de interação e sociabilidade entre a comunidade local, pesquisadores, visitantes e turistas em atividades que envolvem educação ambiental, pesquisa, lazer, turismo, cultura e conservação da história de Belém do Pará, representada nos monumentos arquitetônicos do jardim que retratam o período da “*belle époque*” (1870/1912) - o auge do ciclo da borracha na Amazônia,

O espaço é gerenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/PMB), através da Diretoria de Gestão de Áreas Especiais (DGAE/SEMMA/PMB). Recebe aproximadamente 200 mil visitantes ao ano. Funciona de quarta-feira à domingo, das 8h às 17h, com entrada paga. As instituições de ensino, instituições religiosas, ONG's podem visitar o local, através de um agendamento prévio. O principal público frequentador é formado pelos moradores da região metropolitana de Belém que acessam o espaço verde, especialmente nos finais de semana, como opção de lazer para famílias inteiras e, particularmente, para entretenimento do público infantil (BELÉM, 2018).

Como tantos monumentos arquitetônicos da cidade abandonados pelo descaso do poder público em implementar as políticas públicas voltadas ao patrimônio, ao lazer e ao turismo, ou pela falta de recursos orçamentários para revitalizá-los, o Bosque Rodrigues Alves, passa por situação semelhante, no que se refere a sua conservação e gestão (CARDOSO, 2017). De acordo com o relatório de atividades do Setor de Educação Ambiental e Extensão Cultural do Bosque (SEDAEC), as ações de educação ambiental e lazer são planejadas de forma *top down*, elaboradas por técnicos do SEDAEC/DGAE/SEMMA e ofertadas de forma tímida aos visitantes (BELÉM, 2018). Identificou-se também, que não há atividades voltadas ao fomento do turismo. O jardim é gerenciado por uma secretaria municipal e não possui autonomia financeira, tendo em vista que os recursos orçamentários são incipientes para o tamanho das demandas e necessidades do jardim, que vem sofrendo com o descaso da gestão municipal, falta de compromisso com a conservação da história ali presentes e a falta de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o espaço verde não têm sido objeto de uma valorização similar àquela que tem sido dispensada a outros bens de valor cultural e artístico, como os espaços públicos gerenciados pelo modelo de co-gestão público-privada. Há a falta de sensibilidade pelos

gestores públicos em reconhecer que preservar um jardim é também uma forma de respeitar a natureza e os seres que nela habitam para um melhor equilíbrio ambiental do planeta.

É imprescindível que haja sensibilidade e vontade política por parte dos gestores dos espaços públicos verdes urbanos, no sentido de implementar as políticas públicas que visam a proteção do patrimônio natural, no intuito de reconhecer que conservar um jardim histórico é também uma forma de respeitar a natureza e os seres que nela habitam para o equilíbrio do planeta.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Bosque Rodrigues Alves- Jardim Zoobotânico da Amazônia. Relatório Mensal de Atividades/SEDAEC, 2018.

BGCI. *Botanic Gardens Conservation International (BGCI). Normas Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001. 109 p. Il.

CARDOSO, S. L. C. *Tomada de Decisão em Jardim Botânico: Bosque Rodrigues Alves – Jardim Zoobotânico da Amazônia*. AOS Amazônia, Organizações e Sustentabilidade. 2 jul/dez, 2017. p.123-131.

FCRB. Fundação Casa de Rui Barbosa. *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, Carta de Juiz de Fora*. I Encontro de Gestores de Jardins Históricos. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.

ICOMOS. *Historic Gardens – The Florence Charter, 1981*. Paris: International Council on Monuments and Sites, 1982.

KUZEVANOV, V.; SIZYKH, S. *Botanic gardens resource: tangible and intangible aspects of linking biodiversity and human well-being*. Hiroshima Peace Science Journal, 28 p. 113-134, 2006.

SILVA, S.; CARVALHO, P. *Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico*. Turismo & Sociedade. Curitiba. v. 6, n. 3, p. 605-625, julho/2013.



GRUPO DE TRABALHO 2 - POLÍTICAS DE TURISMO E LAZER NA PAN AMAZÔNIA

PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU - PARÁ

Eliton Janio Araújo Ferreira ¹

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Balneário. Igarapé-Açu. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Os hábitos e atitudes praticados pela vida humana tem gerando grandes danos ao meio ambiente, principalmente quando estão atrelados ao modo de produção capitalista, gerando consumismo o que ocasiona a exploração desordenada dos recursos naturais.

Tais situações também ocorrem no desenvolvimento do turismo que além de trazer benefícios para a localidade onde é realizado, também podem desencadear aspectos negativos, dentre eles a poluição ambiental.

Neste sentido, torna-se oportuno a disseminação de pesquisas que busquem soluções para a minimização destes impactos, tendo como alternativa o turismo sustentável. Desta forma, o presente trabalho apresenta um estudo preliminar a respeito do turismo numa perspectiva sustentável, bem como se propõe a analisar os balneários do Município de Igarapé-Açu, Estado do Pará, tendo como embasamento este conceito, contribuindo para o fortalecimento da atividade turística no Município e para a conservação do meio ambiente, essencial para a vida humana.

Os resultados apresentados são preliminares, com a perspectiva de ampliação a partir da realização de pesquisa de campo com aplicação de instrumentos que trarão maior embasamento ao estudo realizado.

¹ Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: elitonaraujo@gmail.com

METODOLOGIA

No que tange aos aspectos metodológicos deste estudo, o mesmo baseia-se numa abordagem qualitativa, isto é, para Silveira e Córdova (2009, p. 32) os pesquisadores que optam por utilizar este método “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos”.

Com o intuito de responder aos objetivos propostos para a pesquisa, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, isto é, “desenvolvida a partir de material já elaborado” (GIL, 2008, p. 50), bem como por meio da pesquisa documental, a qual “assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes” (GIL, 2008, p. 51).

Desta forma, os objetos de investigação foram publicações (relatórios, livros digitais e outros), que abordam a temática do estudo, sendo classificadas as publicações que mais se aproximavam com o objeto desta pesquisa. O levantamento foi realizado por meio de pesquisa online na internet.

Pretende-se ainda realizar pesquisa de campo, tendo como objeto de estudos, os balneários que mais são procurados por turistas no Município de Igarapé-Açu, Estado do Pará.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável ganha força a partir da publicação do Relatório intitulado: “Nosso futuro comum” publicado em 1987, popularmente conhecido também como “Relatório Brundtland”, em menção a coordenadora do estudo, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

De acordo com Romeiro (2012, p. 70)

os autores do relatório consideram que o risco ambiental do crescimento econômico deve ser levado a sério, preocupação que se expressa no mote definidor do que deve ser entendido como desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

Para Korossy (2008) a realização de uma análise de atividades turísticas de maneira qualitativa revela que o turismo pode trazer benefícios para a localidade em que é desenvolvido, bem como possui a capacidade de provocar consequências que se apresentam como negativas, principalmente no que diz respeito ao aspecto ecológico. Para a autora, a necessidade de minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos, deu origem a idéia de turismo sustentável.

Já para Santos e Bulcão (2018, p. 359): “Não há consenso quanto ao motivo pelo qual o conceito de turismo sustentável se desenvolveu e está se tornando cada vez mais importante hoje em dia”. No entanto, o autor reconhece que a evolução que a humanidade vem vivenciando, principalmente nos meios de transporte, possibilita que mais pessoas possam viajar, resultando num "turismo barato em grupo", que pode ameaçar a sustentabilidade das regiões afetadas e sua imagem e cultura local” (SANTOS; BULCÃO 2018, p. 360).

Desta forma, Silveira (2001, apud CANDIOTTO, 2009, p. 51), turismo sustentável é

aquele que deve atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Ele deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica.

Como visto até aqui, o turismo sustentável é um tema de grande valia para ser discutido na região amazônica, seja por possibilitar desenvolvimento econômico para a população local, favorecendo a equidade social, mas havendo a necessidade de refletir sobre os impactos negativos que a atividade turística pode causar ao meio ambiente e sobretudo a população. Neste sentido, a adoção do turismo sustentável pode ser uma alternativa importante na mitigação destes possíveis impactos.

PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM IGARAPÉ-AÇU – PARÁ

O Município de Igarapé-Açu é um dos 144 municípios do Estado do Pará, e sua origem está atrelada a expansão da estrada de ferro Belém-Bragança pelo nordeste paraense, que ligou a cidade de Belém, capital do Estado até o Município de Bragança.

Neste sentido, o Município compõe atualmente a rota turística Belém-Bragança e possui monumentos históricos que relembrar o período histórico em que a ferrovia esteve em atividade, dentre eles: Ponte de ferro sob o rio Maracanã (Imagem 1), Ruínas da Estação da

Vila de Livramento, Ponte sobre o rio Jambu-Açu, Mercado Municipal (Imagem 2), Escola Estadual Dr. Ângelo Cesarino dentre outros.



Imagem 1: Mercado Municipal em destaque. **Imagem 2:** Ponte de ferro sobre o rio Maracanã.

Fonte: Bred Netto (2020)

O nome do Município tem origem a partir do rio de mesmo nome que corta a cidade e na linguagem indígena significa: “igarapé grande” ou “caminho das canoas” (FREITAS, 2005). Em vista disso, o Município possui como principais atrativos turísticos seus igarapés, tendo maior destaque: 1) Lagoa Azul, 2) Balneário Paraíso das Pedras, 3) Balneário Refúgio, 4) Ecopark São Joaquim, 4) Balneário Pau-cheiroso (Imagem 3) dentre outros. Em levantamento sobre o potencial turístico do Município, Pará (2014, p. 50) ressaltou que

no aspecto natural é possível destacar diversos igarapés de águas esverdeadas, que atraem visitantes e excursionistas da região, podendo significar um oferta diferencial na produção turística do município, com destaque para empreendimentos balneários no entorno desses elementos.



Imagem 3: Vista aérea do Balneário Pau-Cheiroso recentemente restaurado pelo poder público local

Fonte: Brad Netto (2021)

Estes espaços de lazer são dependentes de recursos naturais para recepcionarem os turistas que vem de diversas localidades do País, bem como se utilizam principalmente de recursos hídricos como atrativo principal de sua atividade turística.

A pesquisa bibliográfica realizada contribuiu para a identificação dos fundamentos para desenvolvimento do turismo sustentável. Como forma de ampliar este estudo a próxima fase consistirá na visita de campo aos principais balneários do Município, objetivando coletar dados a respeito da prática turística nestes espaços, analisando-os e revelando seus pontos positivos e negativos no que diz respeito aos princípios da sustentabilidade.

Pretende-se ainda apontar diretrizes para a adoção e/ou ampliação do turismo sustentável, beneficiando as atividades econômicas, sociais e sobretudo ambientais, fundamentais para o alcance da sustentabilidade, isto é, possibilitando as presentes e futuras gerações, conhecer estes espaços de turismo e lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta considerações preliminares a respeito do turismo sustentável. Pretende-se, a partir desse resumo expandido, ampliar as reflexões acerca da temática, analisando a bibliografia a partir dos balneários do Município de Igarapé-Açu, Pará, os quais tem se destacado na economia do Município e utilizam os recursos naturais como atrativos turísticos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com objetivo de aprofundar o tema apresentando lacunas que serão preenchidas a partir da ampliação da pesquisa por meio da definição de instrumentos e sua aplicação, bem como por meio da análise de dados coletados. O estudo torna-se importante na região amazônica, pois envolve diversas dimensões essenciais aos seres humanos, tais como: a dimensão econômica, social e ambiental.

Pelo fato dos Municípios paraenses estarem localizados numa região de importância mundial, como a Amazônia, bem como pelo fato de anualmente receber turistas de diversas localidades nacional e internacional, faz-se necessário a realização de estudos desta natureza com o objetivo diagnosticar as práticas turísticas e possivelmente aperfeiçoá-las tomando como base o turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Considerações Sobre O Conceito De Turismo Sustentável**. Revista Formação, n.16, volume 1, 2009 – p.48-59.

FREITAS, A. M. **Memória de Igarapé-Açu**. Belém: Supercores, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Inventário turístico: Igarapé-Açu**. Belém: SETUR, 2014.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. estudos avançados 26 (74), 2012.

SANTOS, Mike dos; BULCÃO, Jerônimo Nascimento. **Turismo Sustentável na América do Sul: em que medida o turismo sustentável desempenha um papel importante?** T&H. Turismo E Hotelaria no Contexto da Sustentabilidade. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

Körössy, Nathália. **Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”**: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 8, N° 2 (2008)

AGRADECIMENTOS

Obter informações sobre os mais variados assuntos se tornou muito mais rápido e prático com a expansão da internet e dos meios de comunicação que, embora o acesso seja amplo, a divulgação científica ainda se encontra distante de muitas pessoas. Democratizar, inserir o conhecimento científico na sociedade e melhorar a vida das pessoas através dele, é um desafio que a Congresse.me se propôs.

Fazemos com que as ações científicas tenham maior visibilidade, divulgando os avanços nas mais variadas áreas e segmentos, de modo que as pesquisas sejam mais facilmente assimiladas pelas pessoas, se tornando essencial para o conhecimento e para a melhoria de vida da sociedade como um todo.

Através desta divulgação acreditamos que estamos transmitindo novas ideias através de pesquisas inovadoras, estamos propagando e democratizando o aprendizado e contribuindo para a criação e existência de novos conceitos relativos a diversas áreas do conhecimento. O reconhecimento da pesquisa através da comprovação e publicação é fundamental para que se produzam novos e melhores materiais científicos, de forma que estimule o pensamento crítico dos leitores.

Agradecemos à todos os envolvidos pela confiança, dedicação e parceria para a concretização deste evento e pelos novos conhecimentos compartilhados através deste livro.